

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Lara Brum de Calais

Entre ser... Rede, jovem e sujeito político: possibilidades de subjetivação política nos cenários do HIV/Aids no Brasil

Juiz de Fora
2018

Lara Brum de Calais

Entre ser... Rede, jovem e sujeito político: possibilidades de subjetivação política nos cenários do HIV/Aids no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Doutor em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais em Saúde.

Orientadora: Dr^a. Juliana Perucchi

Juiz de Fora

2018

Calais, Lara Brum de.

Entre ser... Rede, jovem e sujeito político : Possibilidades de
subjetivação política nos cenários do HIV/Aids no Brasil / Lara Brum
de Calais. -- 2018.

252 f.

Orientadora: Juliana Perucchi

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora,
Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, 2018.

1. Redes de jovens. 2. HIV/Aids. 3. Subjetivação Política . 4.
Sujeito Político . I. Perucchi, Juliana, orient. II. Título.

Lara Brum de Calais

Entre ser... Rede, jovem e sujeito político: possibilidades de subjetivação política nos cenários do HIV/Aids no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Doutor em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais em Saúde.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Juliana Perucchi
Universidade Federal de Juiz de Fora

Membro Interno: Prof^ª Dr^ª. Maria Aparecida Tardin Cassab
Universidade Federal de Juiz de Fora

Membro Externo: Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado
Universidade Federal de Minas Gerais

Membro Interno: Prof. Dr. Paulo Cesar Pontes Fraga
Universidade Federal de Juiz de Fora

Membro Externo: Prof^ª. Dr^ª. Claudia Carneiro da Cunha
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho aos jovens e às jovens das Redes, que resistem diariamente e fazem-se visíveis na luta contra o HIV/Aids no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecer talvez seja o momento mais libertador de todo este processo. Colocar em palavras a gratidão pelos momentos que vivi e pelas pessoas que encontrei durante esses quatro anos de estudo e trabalho, de fato, faz-se simbólico. Junto à produção acadêmica, esta tese constrói uma pesquisadora mais consciente e sensível.

Por isso, agradeço primeiramente à própria tese. Foi no processo de escrita que me descobri frágil e vulnerável. Foi na relação cotidiana com a pressão por escrevê-la, que me refiz como profissional e como pessoa. Foi no encontro com sua produção, que repensei minhas relações com o tempo. Agradeço por, ao final deste processo, poder me ver com outros olhos e reconhecer de forma mais honesta minhas limitações e potenciais.

Agradeço imensamente aos encontros com pessoas que me transformaram ao longo desses anos — dois deles foram fundamentais para dar forma a este trabalho. O primeiro foi com o campo e as pessoas que o compõem, principalmente os/as jovens que me possibilitaram tantas conversas, afetos e imagens que transformaram minha visão sobre a vida e sobre a produção acadêmica. Com os/as jovens e com as Redes, pude refletir sobre posicionamentos, sobre lutas, sobre o ser e fazer política(o). O segundo foi o encontro com a docência e com os/as estudantes que passaram por mim nesses anos. Na posição de educadora, me reinventei frente aos questionamentos, frente aos chamados por mudança, diante dos olhos que brilhavam com o aceno de um caminho crítico e com práticas que compreendiam possibilidades outras de existência humana. Com os/as estudantes dos cursos de Psicologia nos quais lecionei até o momento, me vi cotidianamente provocada a ver o mundo sob outras lentes, a acreditar na formação acadêmica como resistência e a apostar, cada dia mais, nas coletividades. Por eles/as, minha tese em alguns momentos ficou em segundo plano, mas também por eles/as, pude encontrar fôlego para trilhar novos caminhos.

Continuando os felizes encontros, agradeço aos que a pós-graduação me proporcionou, especialmente com a minha orientadora, Prof^ª. Juliana Perucchi, e pela relação de confiança mútua que construímos ao longo desses oito anos de caminhada compartilhada. Ju, obrigada por topar os desafios da produção deste trabalho e me fazer sentir segura nos momentos sensíveis. Obrigada pela parceria e pela aposta de sempre. Agradeço especialmente também à minha querida amiga e companheira de trajetória, Fernanda Deotti. Fê, eu realmente não sei como seria esse caminho sem sua companhia para compartilhar os tantos momentos de desespero, os cafés com discussões sobre a tese e sobre a vida, as tantas risadas que nos aliviavam boa parte do peso desses anos, além da torcida generosa que sempre cultivamos

uma pela outra, deixando de lado qualquer egoísmo acadêmico que pudesse rondar nossa relação.

Agradeço imensamente aos meus maiores encontros da vida. Minha mãe, meu pai e irmãos. Mãe, você foi nesses anos meu esteio, meu ninho de conforto e afeto mesmo quando eu teimava em me fazer independente e forte. Não há palavras para agradecer sua generosidade como mãe. Pai, meu porto seguro, minha certeza para navegar novos mares e poder saber para onde voltar. Minha referência de ética e retidão na vida. Agradeço todos os dias por ter em vocês espelhos de respeito pelas pessoas e de comprometimento com o trabalho. Agradeço aos meus irmãos Dudu e nossa sincronia pelo olhar; Lu, fonte de carinho e alegria; e Bê, pelo amor leve e incondicional. Vocês são minha maior riqueza. Estendendo à família, agradeço à Scheila madrastra-segurança que conforta minha ausência; aos tios e tias representados especialmente pela Sarah, tia-amiga a quem recorri em tantos momentos quando me faltava energia.

Agradeço às amigas que foram flores nessa estrada e que respeitaram minha ausência em muitos momentos. Fernanda, Mariana, Laíse, Paola, Laiana, Stefane e Gabriela, obrigada pelas histórias que coloreminha vida. Com um carinho especial, agradeço à minha amiga Bianca. Nesses quatro anos, você esteve em literalmente todos os momentos, me confortando e me ajudando a descobrir novos sentidos. Tenho certeza de que só você sabe o quanto sou grata por como nossa amizade nos sustenta. Agradeço também ao Fábio, encontro lindo com o qual a vida me presenteou nesse último ano, pela calma e pelo motivo que eu precisava, pelo amor seguro e pela leveza nos momentos em que tudo parecia pesado.

Agradeço imensamente aos professores Marco Aurélio Máximo Prado e Maria Aparecida Cassab, pelas valiosas contribuições na qualificação deste estudo. Aos professores Claudia Cunha e Paulo Fraga, pelo pronto aceite para a composição da banca. Aos colegas de trabalho nas instituições Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES/JF e Faculdade Machado Sobrinho, pelas trocas. E aos colegas do Núcleo ABRAPSO de Juiz de Fora, pela parceria.

Finalizar este agradecimento é também materializar um sonho. Assim, agradeço a Deus pela fé na vida, pela perseverança de seguir acreditando e tentar, todos os dias, fazer do meu trabalho ferramenta de transformação. Por ter chegado neste momento e entender que o mais bonito foi e é o caminho.

RESUMO

A presente tese teve como objetivo investigar as possibilidades de subjetivação política das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids no Brasil e sua (possível) constituição enquanto sujeito político. A pesquisa posiciona-se frente a um complexo campo teórico, metodológico e conceitual e assume como orientação epistemológica a produção de Jacques Rancière sobre a dimensão dissensual da política. No panorama contemporâneo do HIV/Aids, são abordados alguns caminhos que fizeram-se relevantes na história da epidemia no país, principalmente os que colocam em foco a juventude que vive com o vírus. Nesse sentido, destina-se atenção a problematizações como: os processos que envolveram a participação da sociedade civil organizada nas políticas de prevenção ao HIV/Aids; as relações institucionais que construíram lógicas de pactuação e assimilação com o Estado; a valorização de uma racionalidade técnica a partir do incremento de novas tecnologias de prevenção; e a posição da juventude e sua articulação coletiva nestes campos. No estudo, a juventude é entendida enquanto campo atravessado por intervenções, principalmente em sua relação com o Estado, questionando-se lógicas de apropriação e de um protagonismo tutelado. Frente a este contexto, a Etnografia é tomada como desenho metodológico, lançando mão da observação participante, do diário de campo e das conversas (in)formais para acessar o recorte da realidade das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids. Do campo etnográfico, desdobraram-se cinco tópicos de sínteses analíticas: 1) Encontros, espaços e relações; 2) (Sobre)viver com HIV/Aids e fazer/ser Redes; 3) Instituições, pactuações e Redes; 4) Da participação social à subjetivação política; 5) Entre “ser Rede”, “ser jovem” e “ser sujeito político”. Tais sínteses concentram-se na divisão entre o regime da polícia e da política e nas possibilidades de ruptura na ordem sensível que oportunizam a subjetivação política. Como conclusão, o possível acontecimento das Redes enquanto sujeito político está relacionado a uma inversão produzida acerca de sua própria existência. A partir desta inversão provocada por ações de reconhecimento do dissenso, ou de nomeação de uma polêmica, ocasiona-se um intervalo no ordenamento sensível e nas lógicas naturalizadas das hierarquias no cenário político da Aids. Pois o sujeito político encontra-se justamente na condição de se manter “entre”, escapando da lógica que o assimila como parte do processo comum e neutraliza seus efeitos. Pela via da (des)identificação, entende-se que é no nó entre ser jovem, ser Redes e ser sujeito político, que torna-se possível reinventar os modos da política.

Palavras-chave: Redes de Jovens. HIV/Aids. Subjetivação Política. Sujeito Político.

ABSTRACT

The present thesis has aimed to investigate possibilities of political subjectivation a t*Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids* (Networks of Young People Living with HIV/Aids) in Brazil and their (possible) constitution as a political subject. The research positions itself in front of a complex theoretical, methodological and conceptual field and assumes as epistemological orientation the production of Jacques Rancière about the dissensus dimension of politics. In the contemporary panorama of HIV/Aids, some paths that have become relevant in the history of the epidemic in the country are addressed, especially those focused on the youth living with the virus. In this sense, attention is focused on issues such as: processes involving the participation of organised civil society in HIV/Aids prevention policies; the institutional relations that constructed the logic of agreement and assimilation with the State; the valorisation of a technical rationality from the increment of new prevention technologies; and the position of youth and their cooperative articulation in these fields. In this study, the youth is understood as a field crossed by interventions, mainly in its relationship with the State, questioning logics of appropriation and a guarded protagonism. Against this background, Ethnography is taken as a methodological design, using participant observation, field diary and (in)formal conversations to access the reality of the *Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids*. It from the ethnographic field, five topics of analytical synthesis were unfolded: 1) Meetings, spaces and relationships; 2) About living and surviving with HIV/Aids and making/being *Redes*; 3) Institutions, agreements and *Redes*; 4) From social participation to political subjectivation; 5) Between “being Rede”, “being young” and “being a political subject”. Such synthesis concentrates on the division between the regime of the police and the politics and the possibilities of rupture in the sensible order that opportune the political subjectivation. As a conclusion, the possible occurrence of *Redes* as a political subject is related to an inversion produced about its own existence. From this inversion provoked by actions of recognition of the dissent, or of naming a polemic, an interval occurs in the sensible ordering and the naturalised logics of the hierarchies in the political scenario of Aids. For the political subject is precisely in the condition of keeping “in between”, escaping from the logic that assimilates it as part of the standard process and neutralises its effects. Through the (de)identification, it is understood that it is in the knot between being young, being *Redes* and being a political subject, that it becomes possible to reinvent the modes of politics.

Key-words: Young People Network. HIV/Aids. Political Subjectivation. Political Subject.

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Encontros e eventos da RNAJVHA.....	39
Quadro II – Identificação dos cenários observados em pesquisa de campo.....	106
Diagrama 1 – Caminhos de identificação.....	159
Diagrama 2 – Da subjetivação política ao sujeito político.....	226
Diagrama 3 – Das condições para ser sujeito político.....	228

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
DIAHV	Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais
ENAJVHA	Encontro Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HSH	Homens que fazem Sexo com Homens
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEP	Profilaxia Pós-exposição
PrEP	Profilaxia Pré-exposição
RNAJVHA	Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde
TARV	Terapia Antiretroviral
TcP	Tratamento como Prevenção
TV	Transmissão Vertical
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PRIMEIRA PARTE – CONCEPÇÕES E BASES PARA RECONHECER OS CENÁRIOS	
CAPÍTULO 1 – SOBRE REDES, JUVENTUDES E AIDS	21
1.1 ADENTRANDO O CENÁRIO DA AIDS.....	21
1.1.1 Breves considerações sobre os movimentos da sociedade civil no contexto do HIV/Aids	27
1.2 AS REDES DE JOVENS VIVENDO COM HIV/AIDS.....	33
1.2.1 A Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids (RNAJVHA)	36
1.2.2 A Rede Jovem Rio + (RJR+)	46
1.3 CONFIGURAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA AIDS.....	47
CAPÍTULO 2 – JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO	54
2.1 CONTORNOS DE CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	54
2.2 SOBRE JUVENTUDE(S) E ATRAVESSAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS	59
2.2.1 O campo das políticas públicas para a juventude	63
2.3 CENAS DE PROTAGONISTA COM ROTEIROS DE TUTELA: JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	66
2.3.1 O protagonismo em cena	68
CAPÍTULO 3 – DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL AO SUJEITO	72
POLÍTICO	
3.1 SOBRE A POLÍTICA (E A POLÍCIA).....	76
3.2 DAS POSSIBILIDADES DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA.....	84
3.3 DAS CONDIÇÕES DE SUJEITO POLÍTICO.....	88
SEGUNDA PARTE – CAMINHOS METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS	
CAPÍTULO 4 – NOS BASTIDORES DO CAMPO: OS CAMINHOS	92
METODOLÓGICOS	
4.1 A APROXIMAÇÃO DAS REDES E A ESCOLHA PELA ETNOGRAFIA	92
4.2 ENTRE CENÁRIOS E ALTERAÇÕES DE ROTEIROS.....	96
4.2.1 Composição descritiva dos cenários	104
4.3 AS FERRAMENTAS QUE AJUDARAM A CONSTRUIR O CAMINHO	107
4.3.1 Observação Participante: a história vivida	108
4.3.2 Diário de Campo: “Você está escrevendo um livro sobre nós?”	110
4.3.3 Conversas e relatos: (in)formalidades das narrativas	113
4.4 QUEM SÃO ESSES E ESSAS JOVENS?.....	116
4.5 POSICIONAMENTOS E DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS.....	119
CAPÍTULO 5 – ANÁLISES SOBRE OS POSSÍVEIS (DES)CAMINHOS DE SE FAZER REDES	122
5.1 ENCONTROS, ESPAÇOS E RELAÇÕES.....	125
5.1.1 Entre cenários e encontros	126

5.1.2 A estética dos espaços.....	131
5.1.3 A lógica da polícia e da política na organização dos espaços.....	145
5.2 (SOBRE)VIVER COM HIV/AIDS E FAZER/SER REDES.....	148
5.2.1 Singularidades do viver com HIV/Aids.....	149
5.2.2 Da soropositividade enquanto posicionamento político.....	157
5.2.3 “Novo movimento” para uma “nova Aids”?.....	163
5.3 INSTITUIÇÕES E PACTUAÇÕES DAS REDES.....	168
5.3.1 Pactuações, negociações e parcerias.....	174
5.3.2 Entre recursos, voz e visibilidade.....	181
5.4 DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL À SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA.....	185
5.4.1 Composições de gestão e processos participativos.....	186
5.4.2 Entre o acolhimento e a política.....	192
5.4.3 As condições e possibilidades da subjetivação política.....	198
5.5 ENTRE “SER REDE”, “SER JOVEM” E SER “SUJEITO POLÍTICO”.....	203
5.5.1 A posição de “aprendiz”.....	212
5.5.2 É possível ser “sujeito político”?.....	220
CENAS FINAIS DE UMA PEÇA EM MOVIMENTO.....	230
REFERÊNCIAS.....	238
APÊNDICE.....	247
ANEXO.....	250

INTRODUÇÃO

Ao introduzir as discussões a serem levantadas na presente tese, uma metáfora do trabalho acadêmico empreendido, com a cena teatral, contribui para a compreensão dos múltiplos cenários pelos quais circularemos durante o desenvolvimento do estudo. Tal artifício facilitará as reflexões sobre as tramas que sustentam as relações no contexto da Aids, da juventude e das configurações políticas contemporâneas; sobre os cenários que compõem e distribuem as cenas e lugares; sobre as relações entre bastidores, palco, atores, atrizes e espectadores/as que encenam uma peça dinâmica e impermanente. Com isto, busco dar certa fluidez às argumentações que partem de campos específicos, mas que têm pontos de encontro que constroem uma problemática comum.

Para tanto, inicio a trama a partir da construção do interesse pela temática, até chegar ao objetivo desta pesquisa, pois esta trajetória, de algum modo, também sustenta as relações estabelecidas ao longo da tese. Nas cenas de minha trajetória acadêmica, as discussões sobre HIV/Aids estiveram presentes desde a graduação em Psicologia, com atuações de extensão e pesquisa voltadas para a problematização sobre a infância no âmbito da Aids. Tais ações renderam a produção de trabalhos acadêmicos que abriram portas para a discussão deste tema também no mestrado, com ênfase para a análise do discurso de políticas públicas voltadas à infância vivendo com HIV/Aids no Brasil. Por conta desta trajetória, uma breve investigação em um programa de cooperação Brasil-França¹ também possibilitou um estudo ampliado, correlacionando as políticas públicas de prevenção à Aids no contexto dos dois países, o que fortaleceu a continuidade do estudo na pós-graduação.

Este caminho percorrido me colocou, em alguns momentos, próxima à temática da juventude, como na ocasião de minha participação no VI Congresso Brasileiro de Prevenção das DST e AIDS, em 2006, no qual pude acompanhar alguma movimentação realizada pelos/as jovens, que já desenhavam contornos de uma participação política no cenário da Aids – tendo em vista que neste mesmo ano foi realizado o I Encontro Nacional de Jovens Vivendo com HIV/Aids. Outro ponto de encontro com a temática se deu na conclusão da dissertação de mestrado, que já apontava para uma configuração na qual a infância inserida nas discussões sobre HIV e Aids, a partir de avanços científicos e políticos, chegava à juventude e despertava novos questionamentos às políticas públicas de saúde.

¹ Estágio realizado no ano de 2011, em Paris/França pelo Programa de Cooperação Técnica Internacional Brasil-França, do Programa Nacional de HIV/Aids do Ministério da Saúde do Brasil Realizou a pesquisa: Políticas Públicas de prevenção ao HIV/Aids e vulnerabilidades: as interfaces entre França e Brasil.

A proximidade com o tema e o arcabouço teórico produzido nestes anos me dava recursos para adentrar em uma discussão mais específica, no entanto, também se apresentava como desafio frente ao exercício de contar a história a partir de um outro olhar. Isto pois, minha trajetória na docência e aproximação com a Psicologia Social de base crítica, também construíram uma preocupação com as invisibilidades históricas que produzem hierarquias e privilégios em nossa sociedade. A somatória do interesse que despontava acerca da posição da juventude no âmbito do HIV/Aids, com meus questionamentos e críticas sobre a composição da política como possibilidade de transformação da realidade, se desdobraram em um possível objetivo de pesquisa.

No entanto, o encontro com um referencial teórico que sustentasse as indagações que se faziam prementes ainda era necessário, tendo em vista que minhas aproximações com o referencial foucaultiano, naquele momento, me davam importantes recursos para a análise dos discursos e posições de sujeito, mas não compreendiam as especificidades da relação com a constituição do sujeito político, concepção para a qual eu pretendia direcionar minhas análises². Foi na leitura de Jacques Rancière sobre a política, que encontrei respaldo para minhas indagações, principalmente nas argumentações sobre a subjetivação política, que rondava meus questionamentos.

Essas linhas de condução da trama que, até o momento se relacionavam mais à minha atuação como pesquisadora, desdobraram-se então no objetivo desta tese: investigar as possibilidades de subjetivação política das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids no Brasil e sua (possível) constituição enquanto sujeito político. No entanto, algumas alterações – que serão detalhadamente exploradas no capítulo metodológico – se fizeram necessárias para chegar a este ponto, principalmente a partir do momento de qualificação deste estudo, no qual alguns elementos apontavam a contingência do que estava proposto. As principais mudanças ocorreram justamente com a consolidação do referencial teórico na perspectiva de Rancière e com a inserção no campo de pesquisa, no qual a multiplicidade da composição da organização coletiva de jovens na arena política da Aids apontou para um entendimento mais ampliado, no sentido da existência de “Redes”, no plural. Assim, a aproximação se deu com a Rede Nacional de Adolescentes e Jovens vivendo com HIV/Aids (RNAJVHA) e com a Rede Jovem Rio + (RJR+).

Neste momento, a escolha pela Etnografia como delineamento metodológico foi confirmada, assumindo a dimensão processual da pesquisa, o que trouxe contornos

² No entanto, a leitura de Foucault, sem dúvida, contribuiu significativamente para as análises empreendidas em campo e do material documental produzido a partir deste.

específicos para o estudo. Tal posicionamento ampliou as possibilidades da tese no que se referia à proximidade do contexto investigado, no entanto, também constituiu algumas fragilidades, frente aos desafios propostos por uma metodologia que ganhava forma à medida que avançava no campo de pesquisa, escapando de uma formatação prévia que pudesse (supostamente) dar maior segurança no desenvolvimento do estudo. Como sustentação a este caminho metodológico, lanço mão da contribuição de autores e autoras que argumentam acerca de uma produção acadêmica que se dá no cotidiano, com as pessoas e, em um processo contínuo de construção do conhecimento (Rockwell, 1987; Fonseca, 1999; Sato & Souza, 2001; Coimbra & Nascimento, 2008; Rocha & Eckert, 2008; Spink, 2008; Angrosino, 2009; Minayo & Gomes, 2012; Batista, Bernardes & Menegon, 2014; Galindo, Martins & Rodrigues, 2014).

Considerando o contexto posto, a presente tese se posiciona frente a um complexo campo teórico, metodológico e conceitual, que une diferentes perspectivas e modos de compreensão de múltiplos temas. Neste sentido, como na composição de um palco com diferentes cenários, a pesquisa transita entre os campos da Aids e sua dimensão política; da juventude e os domínios de sua participação na sociedade; dos processos de subjetivação política e constituição do sujeito político; e da Etnografia, como recurso metodológico; todos esses, tendo como fio condutor da peça, a constituição das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids no cenário contemporâneo do Brasil.

Partindo deste ponto, a tese se encontra dividida em duas partes, sendo a primeira, denominada “Concepções e bases para reconhecer os cenários”, incluindo os capítulos 1, 2 e 3, que de certa forma buscam dar materialidade aos conceitos que serão trabalhados na segunda parte. Esta, intitulada “Caminhos metodológicos e analíticos”, destina-se aos capítulos 4 e 5, abordando consecutivamente e de modo vinculado, os elementos fundamentais de composição do método e da análise. De forma introdutória, neste momento serão levantados alguns dos pontos teóricos e conceituais que constituem os capítulos da primeira parte da tese, articulando os universos entre os quais a pesquisa circula.

O Capítulo 1 “Sobre Redes, Juventudes e Aids” apresenta um conjunto de argumentações que dão sustentação para as discussões no âmbito da Aids. Problematizar a epidemia como uma questão de saúde pública já há alguns anos tornou-se uma prática, com significativa produção acadêmica (principalmente nas décadas de 80, 90 e 2000), que se dedicavam tanto aos impactos biológicos, quanto aos sociais e políticos, ocasionados pela descoberta do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) (Mann, Tarantola & Netter, 1993; Camargo Jr, 1994; Ayres, 1996, 1997; Galvão, 2002; Valle, 2002; Paiva, 2002, 2009; Parker,

2003, 2009; Ramos, 2004; Sampaio & Araújo, 2006; Cruz, 2007). Contudo, os elementos que constituem o HIV/Aids em suas dimensões histórica e social, com impactos econômicos e políticos, serão enfatizados neste estudo, compreendendo os importantes desdobramentos produzidos pela epidemia no cenário das políticas públicas de saúde no Brasil.

Considerando o processo histórico de construção da Aids, algumas questões se fazem determinantes na composição do cenário atual, tais como: as concepções vinculadas às formas de transmissão, especialmente no que se refere às práticas sexuais e o discurso moral envolvido em processos de discriminação; a atuação da sociedade civil e de grupos específicos de movimentos sociais no sentido de pautar a necessidade de políticas públicas que respondessem às demandas trazidas pelo HIV/Aids; as articulações governamentais e os repasses financeiros que construíram lógicas de pactuação entre sociedade civil organizada e Estado; as novas configurações trazidas pelo advento dos medicamentos antiretrovirais; o considerável avanço tecnológico e a valorização de uma racionalidade técnica sobre a vida; as mudanças ocorridas no quadro epidemiológico e na gestão das ações de prevenção, entre outras.

No que se refere ao campo epidemiológico – que se constitui como discurso relevante no direcionamento de políticas públicas – encontram-se tematizações que relacionam especificidades concernentes a cada público no contexto da epidemia. Neste bojo, começam a aparecer as ações destinadas à população jovem, compreendendo o crescimento do número de casos de HIV/Aids junto a este público³, especialmente os jovens gays. É neste entremeio e, também atravessada pela temática da Transmissão Vertical⁴ (TV) do HIV, que a Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids (RNAJVHA) se forma.

Portanto, ainda no primeiro capítulo, serão situadas as Redes de Jovens que se organizam enquanto movimentos coletivos no âmbito da Aids e que se configuram como foco (e campo) central de análise desta pesquisa. Com este intuito, a formação da RNAJVHA será abordada, considerando sua atuação como uma iniciativa que pauta a visibilidade de demandas específicas relacionadas à juventude e que, de certa forma, representa a participação coletiva de jovens no cenário político da Aids. Além da composição da Rede Nacional, será também situada a atuação da Rede Jovem Rio + (RJR+), conformando o

³ De acordo com o Boletim Epidemiológico Aids e IST (2017), houve um aumento da taxa de casos de Aids em jovens com idade entre 15 a 19 anos e entre 20 a 24 anos. Os números também apresentam-se mais significativos em homens. No que concerne à população de Homens que fazem sexo com Homens (HSH), os resultados também apontam para a população jovem, com prevalência do HIV no público com 25 anos de idade ou mais e entre de 18 a 24 anos de idade.

⁴ Transmissão do HIV da mãe para a criança durante o período de gestação, parto ou amamentação (como risco adicional) (Cruz, 2007).

campo das “Redes” que serão apresentadas e analisadas ao longo do desenvolvimento analítico da tese.

No entanto, abordar a atuação coletiva de ambas as Redes enquanto alvo de estudo, requer situar também esta pesquisa no interior de um panorama ampliado de pautas referentes à participação da juventude na sociedade. Por isso, o Capítulo 2, denominado “Juventudes e Participação”, dedica-se às problematizações que envolvem a participação política e a inserção da juventude em um panorama mais amplo de configuração de controle social das políticas públicas do país. Neste sentido, serão tratadas algumas concepções que envolvem a juventude a partir do referencial de autores e autoras que entendem esta categoria enquanto um campo múltiplo e atravessado por intervenções, principalmente em sua relação com o Estado (Sposito & Carrano, 2003; Mattos & Castro, 2009; Tommasi, 2012, 2014; Carrano, 2012; Mayorga, et al., 2012).

Contudo, vale ressaltar que sobre a participação política da juventude, recaem diferentes interpretações, muitas vezes, atravessadas pela ideia de individualismo e apatia juvenil frente à política (Mische, 1997), ou sobre a necessária condução e formação da juventude, engendrando lógicas de tutela (Tommasi, 2014). Além disso, enfeixam-se também perspectivas que tomam as juventudes a partir de diferentes referenciais, tais como: os pautados em noções biológicas; em uma ótica desenvolvimentista (sob aspectos de delimitação etária e uma certa naturalização dos processos envolvidos); em dinâmicas universalizantes; ou mesmo sob uma ótica formativa (Carrano, 2012).

Neste sentido, posiciono a perspectiva adotada para as discussões da tese, a partir de um referencial histórico e político, que compreende a complexidade dos atravessamentos e contingências que constituem as juventudes. Assim, adentramos as discussões pautadas no Capítulo 3, intitulado “Da participação social ao Sujeito Político”, que tem no centro de suas argumentações a concepção de política como processo de ruptura em um regime de ordenamento estabelecido pela lógica policial (Rancière, 1996, 1996b).

Pautada na orientação epistemológica de Rancière (1996), que assume a centralidade dos conflitos e dissensos na operação da política, no terceiro capítulo serão discutidos os conceitos que servirão como base para as análises empreendidas sobre o campo de pesquisa. Neste sentido, concentrarei atenção à divisão do político como o encontro entre o regime policial – compreendendo as lógicas de distribuição sensível entre as partes do comum que engendram (in)visibilidades – e a política, desvinculando-a de uma relação direta com o aparato estatal e apontando sua função de abalo na ordem sensível, que produz fissuras a partir das quais outros modos de subjetivação tornam-se possíveis. Em meio a este processo, a

concepção de subjetivação política torna-se fundamental, estando a ela atreladas as dimensões de igualdade, identificação e desidentificação, emancipação e, conforme ressalta Pellejero (2009, p. 21), a possibilidade de “dar visibilidade a coisas que não tinham, e abrir um espaço onde a gente considerada apenas boa para trabalhar descobre em si uma potência para falar e atuar conjuntamente”, ocasionando, possivelmente, a existência do sujeito político.

Após essa trajetória de constituição da primeira parte da tese, a segunda parte destina-se mais especificamente aos aspectos metodológicos e analíticos do trabalho. Assim, no Capítulo 4, denominado “Nos bastidores do campo: os caminhos metodológicos”, serão abordados, além dos movimentos de aproximação com o campo e reconhecimento deste, a descrição dos caminhos de organização dos cenários⁵, as necessárias alterações metodológicas realizadas a partir da compreensão do processo de formação das Redes e as escolhas metodológicas tomadas durante o desenvolvimento da investigação. Ainda neste capítulo, também serão apontadas as ferramentas que ajudaram a entender as múltiplas relações que se colocavam a serem analisadas, destacando a observação participante, o diário de campo e as conversas (in)formais, como um conjunto que contribuiu para uma aproximação mais fiel à complexidade das experiências do campo. Por fim, uma contextualização sobre quem são os jovens e as jovens das Redes e sobre os desafios éticos e políticos da pesquisa, também apresentam-se como pontos importantes desta trajetória.

Quanto ao capítulo destinado à análise – também como parte integrante da etnografia – este constitui-se como a peça principal desta tese, envolvendo um significativo trabalho de leitura e discussão crítica acerca dos meandros da (possível) formação das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids enquanto sujeito político. Tendo como base as elaborações de Rancière e sua concepção radical sobre a democracia, as argumentações se direcionam no sentido de apresentar matrizes analíticas que dêem subsídios para a compreensão da política a partir da reinvenção de suas formas.

Intitulado “Análise sobre os possíveis (des)caminhos de se fazer Redes”, o capítulo conta com cinco tópicos de sínteses que reúnem argumentações em torno das relações que compõem o universo das Redes e o exercício de compreendê-las também em sua externalidade. Para tanto, a divisão das sínteses analíticas se encontra da seguinte forma: 1) Encontros, espaços e relações: com ênfase na concepção estética e política dos espaços, assim como na divisão estabelecida entre as partes que compõem o comum; 2) (Sobre)viver com HIV/Aids e fazer/ser Redes: que propõe uma análise de elementos psicossociais que

⁵ Utilizei a denominação “cenários” para identificar os contextos nos quais estive inserida como pesquisadora.

envolvem o “ser jovem vivendo com HIV/Aids”, entendendo os modos de identificação incluídos neste processo; 3) Instituições, pactuações e Redes: que enfatiza as negociações institucionais presentes no âmbito da participação política na arena da Aids e seus efeitos de gestão de movimentos e coletivos; 4) Da participação social à subjetivação política: compreende as questões do âmbito político que apontam para as contingências do regime policial e instauram, a partir do dissenso, fissuras que oportunizam a subjetivação política; 5) Entre “ser Rede”, “ser jovem” e “ser sujeito político”: que coloca em análise as condições de existência do sujeito político em meio aos mecanismos de manutenção e anulação dos dissensos.

Como fechamento da introdução e abertura para a trama que se segue, considero ser relevante apontar que a pesquisa compreende um recorte da realidade, com limitações quanto ao acesso à complexidade de atravessamentos que constituem as Redes. Além disso, a realidade observada também se faz situada no tempo e no espaço, ou seja, vale ressaltar que há uma história pregressa – que não fora acessada de forma direta – que compõe o alicerce das formações investigadas e que aparece como efeito nas situações analisadas. Contudo, apresenta-se uma pesquisa que propõe uma mudança nos modos de conceber a participação da juventude vivendo com HIV/Aids no cenário político da Aids e que pode, quem sabe, fazer-se também elemento de ruptura e abalo na ordem dada.

PRIMEIRA PARTE
CONCEPÇÕES E BASES PARA RECONHECER OS CENÁRIOS

CAPÍTULO 1 - SOBRE REDES, JUVENTUDES E AIDS

1.1 ADENTRANDO O CENÁRIO DA AIDS

A história da epidemia da Aids no Brasil pode ser contada a partir de diferentes olhares que enfatizam seus múltiplos fatores de composição. No meio acadêmico, desde o reconhecimento do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) no início da década de 80, pesquisadores se dedicam à compreensão do evento viral e seus relevantes impactos biológicos; mas também aos efeitos sociais e políticos da epidemia, que descortinaram fragilidades históricas no campo da saúde no Brasil. Portanto, a história da Aids enquanto um evento de proporções significativas para a sociedade brasileira fora contada por diferentes e importantes olhares (Mann, Tarantola & Netter, 1993; Paiva, 2002, Camargo Jr, 1994; Bastos & Szwarcwald, 2000; Batista & Gomes, 2000; Galvão, 2002; Cruz, 2005; Parker, 2009, Valle, 2013).

Considerando este panorama, é válido circunscrever os caminhos tomados pela presente tese para compor uma contextualização sobre o HIV/Aids, com vistas a dar subsídios para as problematizações teóricas e discussões analíticas posteriores. Neste sentido, a partir de então, assume-se um posicionamento diante da história política da Aids – sem a intenção de negligenciar os importantes desdobramentos biomédicos advindos da epidemia – a fim de direcionar as reflexões para as dimensões éticas, políticas, econômicas e culturais que atravessam tal problemática.

A escolha por determinada perspectiva está relacionada ao objetivo da pesquisa, que foca seu interesse nos arranjos políticos do cenário da Aids no Brasil, seus movimentos e, mais especificamente, no que se refere à população jovem e suas articulações coletivas frente às políticas públicas de prevenção ao HIV/Aids. Contudo, este posicionamento traz embasamentos históricos, já destacados por Mann, Tarantola e Netter (1993) no início da década de 90, que aponta para os conflitos entre as abordagens médicas tradicionais e a consideração dos direitos humanos na gestão das políticas públicas, que permeavam fortemente a primeira década da Aids.

Outro ponto relevante para a história que abordamos aqui, portanto, é a assimilação da noção de direitos humanos na configuração das ações de enfrentamento à Aids e, posteriormente, na formação de políticas públicas de saúde específicas para esta temática. Essa assimilação é significativa, pois aparece como resultado de outro importante caminho

traçado pela Aids no Brasil: as lutas da sociedade civil por direitos e cuidados de saúde (Galvão, 2002; Santos, 2006).

A AIDS é a primeira epidemia internacional a ocorrer na era moderna dos direitos humanos. Pela primeira vez, os profissionais de saúde pública estão diante de um padrão duplo na elaboração e implementação dos programas de saúde pública, neste caso destinados a prevenir a transmissão do HIV. Os programas precisam ser eficazes em termos de saúde pública mas, além disso, têm que respeitar e responder às normas de direitos humanos (Mann, Tarantola & Netter 1993, p.18).

Desde a década de 90, Mann, Tarantola e Netter (1993) já apontava a epidemia da Aids como “volátil, dinâmica e instável” (p. 02), justamente por sua complexa composição. Com o passar dos anos, houve transformações nas demandas relacionadas ao HIV/Aids – principalmente decorrentes do avanço tecnológico e das alterações demográficas e epidemiológicas – contudo, a necessidade de compreensão dos múltiplos fatores que atravessam a constituição da epidemia continua prevalente (Landau, 2011; Ministério da Saúde [MS], 2017d).

Unidas aos aspectos sociais, as discussões sobre o preconceito e a discriminação associados à infecção pelo HIV, principalmente acerca da transmissão pela via sexual, também transformaram-se em uma constante nessa trajetória. Como no princípio da epidemia a maioria dos casos foi detectada em segmentos populacionais mais específicos – a saber, homens que mantinham práticas sexuais com outros homens, hemofílicos submetidos a tratamento por via de recebimento de componentes sanguíneos e usuários de drogas injetáveis –, a categoria “grupos de risco” foi criada, sendo posteriormente questionada por remeter a um contexto de exclusão e culpabilização vinculado à dimensão individual (Camargo Jr, 2005).

Uma conjuntura complexa se forma, composta pela relação entre Aids e sexualidade, convocando a sociedade para a reflexão sobre seus preceitos moralistas e, conseqüentemente, sobre as discussões que permeiam a transmissão do HIV (Camargo Jr, 1994; Cerezzo, 2012; Calais, 2012). Neste sentido, há uma censura sobre o sexo perpetrada por um discurso de responsabilidade em torno da sexualidade que, conforme argumenta Foucault (2010), a torna objeto de confissão e ao mesmo tempo, atribui-lhe um caráter moral.

Nas décadas de 80 e 90, em resposta ao crescimento do número de casos e a necessidade de combater o preconceito, a sociedade civil e alguns grupos sociais específicos, internacionalmente, começaram a se unir para fazer frente às falhas do governo diante da nova epidemia. Na verdade, a Aids de certa forma denuncia as fragilidades do sistema de cuidados

à saúde, sendo que, no Brasil, esse momento é acompanhado por um contexto de intensas transformações políticas e econômicas do país, que passava por um período de redemocratização e de luta por mudanças significativas na área da saúde, culminando na Constituição Federal de 1988. Este marco reordena o sistema normativo brasileiro, sendo necessária uma transformação de antigos moldes e uma adequação a novos princípios no que concerne ao entendimento do conceito de saúde (Ciconello, 2008).

No Brasil, as estratégias criadas para responder ao crescimento da epidemia de Aids se inseriram em um contexto mais amplo de estruturação de ações como parte do Sistema Único de Saúde (SUS). Portanto, os princípios de universalidade, integralidade e equidade, firmados a partir da década de 90 (com a Lei 8.080/90), deveriam sustentar também as ações que se destinavam à prevenção de doenças. Este delineamento com base na execução de uma política nacional de promoção à saúde exigiu especial reflexão para a construção de políticas públicas em consonância com os princípios do SUS, voltadas para as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)⁶, reavaliando os conceitos de prevenção, promoção à saúde, vulnerabilidade e direitos humanos. Os dados epidemiológicos ganham destaque, crescendo a tendência de se fundamentar a política em evidências (Sampaio & Araújo, 2006; Marques, 2002).

Nesta lógica, a Aids ganha contornos característicos de um “problema médico”, sendo consideravelmente marcada pela construção de um discurso biomédico que enfatiza os aspectos biológicos e a compreende enquanto um “evento viral” (Paiva, 2009). Contudo, à medida que as discussões e pressões por parte dos grupos da sociedade civil avançam, a epidemia passa a ser vista também a partir de sua constituição política. Neste sentido, crescem os lugares de contestação e a Aids é colocada na agenda de ações, apontando para uma abordagem sob a perspectiva de estratégias políticas necessárias ao seu enfrentamento (Paicheler, 2002; Galvão 2002).

Em meio à constituição de tais estratégias, muitos foram os eventos que emergiram no sentido de controlar a epidemia. Esta situação tomou diferentes formas e construiu uma complexa teia em torno da temática da Aids, atravessada por fatores econômicos, culturais, morais e políticos. Econômicos, pois as negociações para financiamentos da política de prevenção no Brasil conformam uma lógica na qual os jogos de interesses e de poder atuam fortemente; culturais, pois a Aids desvela aspectos relevantes do que diz respeito às práticas

⁶ Segundo o Ministério da Saúde, “a terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passa a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas”. Informações do site: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist>

sociais e às dinâmicas históricas de exclusão de algumas populações, principalmente marcadas por questões de raça, classe, gênero, orientação sexual, território, entre outros; morais, pois denuncia as concepções conservadoras e insere práticas de vigilância sobre os corpos e sobre a sexualidade; e políticas, pois opera lógicas de governo e gestão, ao mesmo tempo que produz fissuras na configuração social.

Diante deste complexo contexto, o governo brasileiro ainda trazia respostas bastante frágeis e distantes da realidade que se produzia frente às pluralidades envolvidas na dinâmica da epidemia. Em meio a esta situação e, também como forma de responder às falhas no sistema de saúde para lidar com um problema de tal magnitude, em 1986, foi criado o Programa Nacional de DST/HIV/Aids, com intuito de organizar as políticas de prevenção e tratamento, sempre sob constante pressão dos movimentos e Organizações não Governamentais (ONGs) ligados à temática da Aids (Parker, 2000). Pautado nas evidências do acelerado crescimento do número de pessoas infectadas e casos de óbitos, juntamente com a pressão exercida pela sociedade civil por medidas e políticas públicas de enfrentamento, o programa se estruturou tendo como missão a redução da incidência do HIV no Brasil e a melhoria da qualidade de vida das pessoas vivendo com o vírus (MS, 2005).

Diretrizes foram estabelecidas na tentativa de alcançar os objetivos propostos pelo programa, assim como de seguir a resposta global à Aids. Desta forma, tornaram-se foco do programa recém-criado as ações que tinham como finalidade a melhoria da qualidade dos serviços públicos, a redução da transmissão vertical do HIV e da sífilis, o aumento da cobertura do diagnóstico e do tratamento das infecções sexualmente transmissíveis, o aumento das ações de prevenção em mulheres e populações com maior vulnerabilidade, a redução do estigma e da discriminação e a melhoria da gestão e da sustentabilidade (MS, 2005). Contudo, tais objetivos estiveram cercados de nuances que amarravam negociações econômicas e políticas, circunstâncias governamentais que fomentavam (ou não) políticas públicas de prevenção, assim como atravessamentos morais que interpelaram as ações de enfrentamento à epidemia ao longo de toda a sua história. Com isso, o programa nacional sofreu transformações, não somente de nomenclatura – hoje reconhecido como Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais (DIAHV) – como também de orientações políticas (e partidárias) que inferiram alterações diretas ou indiretas no formato de gestão das ações⁷.

⁷ O texto de Mario Scheffer e Caio Rosenthal, intitulado “Aids, o mau exemplo do Brasil”, publicado na Folha de São Paulo na ocasião do 1º de Dezembro, Dia Mundial de Luta contra a Aids, no ano de 2017, retrata as

Neste contexto, as discussões econômicas em torno das políticas de saúde voltadas para a Aids constroem uma rede de articulações nacionais e internacionais que compõe a arena de repasses que sustentaram os avanços – e possivelmente também retrocessos – nas ações de prevenção e promoção. Segundo Pereira e Nichiata (2011), a conjuntura política e econômica nacional e internacional – especialmente porque parte significativa dos projetos era financiada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) – atravessou o contexto de investimentos para a Aids durante as décadas e ocasionou implicações de acordo com o panorama que se instalava e as alianças e pactuações realizadas.

Como principal financiador das ações no âmbito da Aids, o Banco Mundial teve importante função no desenho do cenário que se instalou no princípio das estratégias de enfrentamento à epidemia no Brasil. Na década de 90, o banco demarcou interesse em assumir compromisso sobre as problemáticas levantadas pela Aids que afetavam o desenvolvimento dos países e, neste sentido, destinou verbas a projetos⁸ voltados para controle e prevenção da epidemia (Pereira e Nichiata, 2011; Landau, 2011).

Em seguida, a entrada de agências internacionais também marca a conjuntura de investimentos acadêmicos-científicos sobre a Aids, sendo algumas das principais: o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outras. A atuação de tais agências compõe um sistema de ações frente à epidemia da Aids em âmbito global e, também, incide em lógicas e diretrizes que, de certa forma, orientam as práticas e estratégias de prevenção adotadas em diferentes países.

Contudo, nesta relação de investimentos, algumas lógicas delimitam os âmbitos que deveriam receber maior atenção por parte do governo. No caso da pactuação com o Banco Mundial, boa parte dos recursos deveriam ser repassados para os projetos de prevenção realizados pelas organizações da sociedade civil, ocasionando uma marca de atuação conjunta entre o governo e a sociedade no contexto brasileiro. Assim, o crescimento das ONGs, que

críticas destinadas à gestão do Departamento Nacional. Matéria disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/12/1939652-aids-o-mau-exemplo-do-brasil.shtml>

⁸ Os principais projetos financiados foram o AIDS I II e III: “O primeiro projeto, denominado “AIDS I”, de 1994 a 1998, teve um total de US\$ 250 milhões, sendo US\$ 160 milhões do Banco Mundial e US\$ 90 milhões do governo federal. O “AIDS II”, implementado em 1998 e concluído em 2003, recebeu o recurso de US\$ 300 milhões (US\$ 165 milhões do Banco Mundial e US\$ 135 milhões da contrapartida dos governos federal, estadual e municipal). O terceiro projeto assinado em 2003 e em implementação até 2006, que recebeu o título de “AIDS III”, contou com empréstimo de US\$ 100 milhões do Banco Mundial e a responsabilidade do governo federal também de US\$ 100 milhões, totalizando um investimento de US\$ 200 milhões.” (Pereira & Nichiata, 2011, p. 3254).

desde o princípio despontaram nas ações de assistência e tratamento, se fortalece ainda mais (Landau, 2011). Na interpretação de Pereira e Nichiata (2011), a segunda década da epidemia caracterizou-se como um período de intenso envolvimento entre o programa nacional e as instituições da sociedade civil que se destinavam à temática da Aids, apontando para um trabalho coletivo de enfrentamento.

Outro ponto significativo no incremento das articulações políticas esteve ligado ao advento da Terapia Antirretroviral (TARV), em 1996, que, com uma inovadora combinação de medicamentos, possibilitou um maior controle sobre a progressão da doença e de seus impactos no sistema imunológico. Este fato articulou um novo momento da epidemia, com maiores perspectivas de vida para as pessoas vivendo com HIV – construindo a noção de “sobrevida” à Aids – e uma significativa queda da mortalidade pela Aids. Contudo, sua consolidação enquanto terapia de tratamento se deu em um campo de disputas econômicas e políticas, tanto para a viabilização do acesso, quanto sobre a propriedade intelectual das patentes junto aos laboratórios (Loyola, Villela & Guimarães, 2010). Neste cenário, as questões relacionadas à distribuição gratuita e universal dos medicamentos aparecem como um nó, pois de certa forma escapam das premissas do Banco Mundial relacionadas à prevenção e possibilitam maiores investimentos em tratamento.

A garantia do acesso de todos que vivem com HIV/Aids à terapia combinada de antirretrovirais (ARV), reafirma o entendimento de saúde como direito universal e dever do Estado, contribuindo para evidentes impactos positivos como a redução da mortalidade, otimizando a notificação e o controle da Aids. As diretrizes propostas pelo Banco explicitam a divergência que apresentam em relação à política de distribuição universal dos antirretrovirais do Brasil, e ressaltam a não destinação dos recursos do Banco para esta finalidade. Suas recomendações são de que as pessoas doentes por HIV/Aids paguem por seus tratamentos e medicamentos da mesma maneira que as pessoas que possuem outras doenças (Pereira & Nichiata, 2011, p. 3254).

Com movimento contrário ao preconizado pelos financiadores e impulsionado pela onda de reforma da saúde na década de 90, o Brasil aprova a legislação garantindo o acesso gratuito aos medicamentos através do SUS para todas as pessoas que vivem com HIV/Aids, tornando-se um marco singular na história da construção de políticas no Brasil (Camargo Jr, 2005). Desta forma, compreende-se que as relações que dizem respeito ao custeio das ações no âmbito da Aids sempre estiveram permeadas por conflitos e vetores de força que instauram modos de gestão da política.

Porém, se no contexto do tratamento, o Brasil seguiu na contramão da lógica imposta pelos financiadores, no âmbito do repasse de recursos para ONGs, os impactos foram ainda mais significativos, tendo em vista a queda dos financiamentos vindos do Banco Mundial, que passa a preconizar uma nova política de empréstimo para países em desenvolvimento. Com isso, os investimentos deixam de ter a Aids como foco principal, gerando a necessidade de criação de mecanismos nacionais que dessem sustentação para as demandas ainda prevalentes (Landau, 2011).

1.1.1 Breves considerações sobre os movimentos da sociedade civil no contexto do HIV/Aids

Na história política da Aids, o empenho da sociedade civil na luta pela garantia de direitos das pessoas vivendo com HIV, ganha posição de destaque desde o princípio da epidemia, marcando lugar efetivo na construção de políticas voltadas para este público. A luta pelo direito à vida e pela garantia dos direitos humanos sempre foram emblemas dos movimentos de enfrentamento à Aids e marcaram décadas de duros embates frente aos governos e ao departamento designado como responsável pela atenção à temática (Santos, 2006).

Essa relação se fez conflituosa durante as décadas, especialmente na década de 90, na qual a conjuntura neoliberal acirrava os tensionamentos por parte dos movimentos sociais (Pereira & Nichiata, 2011). Como já fora citado, uma das ações prioritárias do Banco Mundial tinha como foco a aproximação das ONGs que se dedicavam à temática da Aids junto ao governo, o que, unido a outros fatores da conjuntura política, deu contornos específicos para os desdobramentos das políticas públicas no Brasil.

Na compreensão da noção de sociedade civil, vale considerar sua dimensão múltipla, com diferentes segmentos sociais e composta por uma heterogeneidade de forças que convergem em direção à promoção da cidadania. No entanto, Warren-Scherer (2006, p. 110) lembra que “a sociedade civil nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas”, constituindo-se em um campo atravessado por interesses pessoais, institucionais, políticos, econômicos e ideológicos.

A relação da sociedade civil com a esfera pública pode se dar em diferentes níveis, conforme argumenta o autor supracitado. Entre esses, o primeiro seria o do associativismo local, representado pelas bases comunitárias, ONGs e atores sociais cotidianos; o segundo seria o nível das articulações inter-organizacionais, caracterizada pelos fóruns, redes e

representações do associativismo local ampliadas. Neste, está localizada uma maior possibilidade de interlocução entre sociedade civil e Estado, por seu caráter mais institucionalizado. Já o terceiro nível tem um aspecto menos institucional ou normatizado, pois tratam-se das mobilizações na esfera pública, marcadas pelo movimento, por articulações em rede, ONGs e fóruns, mas também por mobilizações e manifestações com objetivo de visibilidade.

As ações coletivas, conforme destaca Gohn (2014), em sua maioria exercem uma função de visibilidade e voz a públicos e demandas historicamente negligenciadas. Vale lembrar, que tais ações acompanham as conjunturas sociais, culturais e políticas no decorrer da história e, por isso, produzem diferentes lutas e formas de acessar e experienciar as mesmas. Neste contexto, aparece o que chamaremos aqui de “movimentos Aids” e que mais à frente será trabalhado também enquanto “ativismo da Aids”. Neste sentido, situo conceitualmente o movimento Aids como uma conjunção de movimentos que envolvem organizações não governamentais e governamentais, instituições nacionais e internacionais, grupos de familiares e pessoas afetadas pelo vírus, entre outros. Quanto ao ativismo da Aids, a constituição apresenta-se marcada pela participação de pessoas e instituições e por ações que vão desde o idealismo até a dimensão econômica, com suas contradições e negociações na arena política. Assim, pretende-se ampliar o debate e escapar de possíveis limitações atreladas à concepção dos movimentos sociais.

Vale destacar que não é pretensão desta tese tecer um estudo aprofundado sobre a relação dos movimentos da sociedade civil com o Estado. O objetivo neste momento é situar as articulações da sociedade civil organizada no âmbito da Aids, problematizando as repercussões e desdobramentos advindos desta situação na conjuntura sócio-política atual. Desta forma, buscamos construir um alicerce para compreender o surgimento das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids, que adentram este cenário e tornam-se foco de análise da presente tese.

Retomando ao princípio do movimento de Aids, o entrelaçamento com a história dos movimentos homossexuais se faz relevante, fortalecendo internacionalmente as pautas de ambas as lutas. Diante de uma composição epidemiológica que coloca a população gay como a mais afetada pela epidemia, principalmente nas décadas de 80 e 90, as respostas de reconhecimento e controle sobre o vírus HIV surgiram vinculadas ao movimento gay. Posteriormente, a temática foi incorporada a outras lutas, como os movimentos de população de transexuais e travestis, profissionais do sexo, entre outras (Parker, 2003, 2009).

No que se relaciona especialmente à população gay, a história de seus movimentos se entrelaça significativamente em alguns momentos com os movimentos de Aids. Tanto no contexto internacional, quanto nacional, o impacto da epidemia principalmente sobre a população de homens gays, reverberou em posicionamentos de luta importantes no sentido de reconhecimento do vírus e enfrentamento à epidemia. Além disso, os grupos homossexuais organizados, principalmente norte-americanos, também destacavam como pauta a necessária desmistificação da Aids e a relação com o preconceito e formas de discriminação que precisavam ser discutidas para um efetivo trabalho com a temática (Pereira & Nichiata, 2011; Santos, 2006). Já no Brasil, o estado de São Paulo concentrou ações importantes no âmbito da mobilização que atrelava movimentos gays a movimentos de Aids, principalmente por apresentar, à época (meados da década de 80), uma conjuntura política favorável à ampliação de ações de prevenção (Parker, 2003).

A postura de tais movimentos denunciava continuamente a fragilidade do sistema de saúde frente à força com que a epidemia se apresentava. Assim, a partir dos tensionamentos gerados com o governo brasileiro, mais especificamente com o Ministério da Saúde, as pautas dos movimentos de Aids produziram impactos significativos na resposta à epidemia, desdobrando-se em políticas públicas de prevenção que posteriormente foram reconhecidas internacionalmente. Isto pois, a luta dos movimentos homossexuais resistia aos mecanismos de invisibilização perpetrados pela desigualdade e preconceito e deixava explícito, através de ações teóricas e práticas, o descaso para com as vulnerabilidades que potencializavam o crescimento da Aids (Pereira & Nichiata, 2011).

Contudo, esta relação não se dá sem repressões e conflitos que colocam em constante questionamento as práticas que se associam os movimentos. Ou seja, os movimentos homossexuais, que historicamente já estavam envolvidos nos silenciamentos e cerceamentos de direitos, alcançam condição de visibilidade através da Aids, o que não necessariamente tem uma conotação positiva, pois pode incidir duplamente em lógicas de discriminação. Nesta intrincada relação, a visibilidade política, quando acompanhada de uma herança histórica de preconceitos, precisa ser cuidadosamente entendida, para que não reproduza lugares de exclusão (Landau, 2011).

Ampliando a história construída pelos movimentos homossexuais, a assistência e os direitos das pessoas vivendo com HIV/Aids tornam-se pontos de destaque das estratégias que se dedicam à prevenção e controle da epidemia, sendo objetos de tensão mesmo no interior dos movimentos sociais, pois transitavam entre o foco na assistência – por vezes, marcado pela herança assistencialista – e o foco no posicionamento político (Parker & Terto, 2001).

Contradições entre esses grupos que se organizavam em torno de tais concepções, designam uma parte deles como “políticos” e, outra parte como “assistencialistas”. Nesta divisão, a ótica dos grupos considerados políticos pautava uma discussão crítica sobre a Aids, enfatizando a garantia de direitos humanos e sobre os efeitos políticos da epidemia; já os grupos que tinham como foco a assistência, preocupavam-se em grande parte com as ações de acolhimento e tratamento das pessoas vivendo com HIV/Aids. Enquanto troca de críticas, os grupos políticos eram vistos como elitistas e centralizadores das discussões sobre a Aids no Brasil e, os que prestavam assistência, levavam o rótulo do assistencialismo e de uma prática pouco politizada (Pereira & Nichiata, 2011).

Entremeadas nessas relações, as ONGs tornam-se elementos fundamentais, trazendo configurações particulares para a história brasileira. De acordo com Machado (2013b), tomando como ponto de partida a complexidade do campo político, há uma efervescência das ONGs enquanto canais de participação social privilegiados, que se desdobra em uma nova configuração de relação entre o Estado e a sociedade civil. Tal campo não tem um formato necessariamente institucionalizado ou regulamentado, designando uma arena diversa e permeada por parcerias público-privado.

O surgimento de organizações que se dedicavam às questões relativas à Aids deu origem às chamadas “ONGs/Aids”, que constituíram um campo político e institucional representado por um conjunto de organizações não governamentais que destinam-se à temática do HIV/Aids, prestando assistência, tratamento e/ou desenvolvendo pesquisas, entre outras ações (Ramos, 2004). O início em território brasileiro foi demarcado com a formação de coletivos de pessoas que viviam e conviviam com o vírus.

As primeiras organizações não governamentais que de certa forma alocaram as discussões sobre a temática no Brasil foram: o Grupo de Prevenção à Aids (GAPA), que foi criado em 1985 e teve relevante impacto nas áreas de tratamento e proteção; a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), com participação no enfrentamento ao governo e produção científica; e o Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids (Grupo pela Vidada), que se destacou por ser uma instituição criada por pessoas vivendo com HIV/Aids no Brasil (Ramos, 2004). Com característica de complementaridade ao trabalho do Estado, as Casas de Apoio também surgiram nesse cenário com o objetivo de oferecer assistência multidisciplinar às pessoas vivendo com HIV e cumprindo um papel emblemático nas ações de solidariedade (MS, 1997).

A maioria das organizações que se formaram na primeira e segunda décadas da Aids tinha como proposta de atuação desenvolver ações de assistência e tratamento, com práticas

sustentadas pela ideia de solidariedade. Porém, havia também uma perspectiva de pressão frente ao Estado para garantia de direitos e melhoria da qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/Aids.

Antes tidas como suporte técnico, financeiro e pedagógico das lideranças populares, essas organizações passaram a assumir posição central nas ações coletivas contra a Aids a partir da década de 80, encampando demandas e ao mesmo tempo atuando como executoras da política; ou seja, elaborando e desenvolvendo projetos, propostas de soluções, planos e estratégias como respostas, sendo o Estado o grande financiador deste processo (Pereira & Nichiata, 2011, p. 3250).

Tal configuração desdobrou-se em uma função de controle e fiscalização sobre as ações do governo que, no entanto, descaracterizou-se após as negociações e financiamentos. Segundo Landau (2011), isso constituiu um movimento que “adulterou a força da sociedade civil, ao fomentar a competição onde antes existia a colaboração e ao estabelecer padrões ainda mais altos, já que os ativistas deveriam ser mais técnicos e detalhistas” (p. 25), fortalecendo uma lógica de dependência e uma passividade recíprocas.

Considerando este contexto, uma das vias polêmicas destas relações se deu através de um certo associativismo, produzido pela lógica de parceria entre governo e sociedade civil organizada (Machado, 2013b; Gohn, 2014). Tal associação, no âmbito da Aids, ocorreu significativamente através da realização de projetos das ONGs subsidiados pelo governo, perpetrando uma ideia de demanda por bens e serviços e em busca de resultados satisfatórios (Pereira & Nichiata, 2011).

Esta lógica de associação entre sociedade civil organizada e o governo, é marcada pela construção de práticas centralizadas em temáticas específicas. Cria-se, portanto, uma ordem dos editais e projetos que se desdobra em uma lógica do cumprimento de metas e prestação de contas que em grande parte contribuiu para a anulação da politização das ações (Machado, 2013; Cerezzo, 2012). A ação mediada por projetos fabrica uma atuação na qual o foco da intervenção é dado pela política pública. Ou seja, as instituições que desenvolvem trabalhos de assistência à população vivendo com HIV/Aids passam a enquadrar suas propostas aos editais que oferecem financiamentos para demandas apontadas pelas diretrizes do governo. Assim, institui-se a lógica da parceria e, como (provável) efeito, promove-se a neutralização dos conflitos e dissensos existentes no processo político.

Inseridas nesta trama, segundo Pereira e Nichiata (2011), há um esvaziamento da proposta política de algumas organizações que surgem embasadas na intenção de submeter projetos e receber financiamentos para sua execução. A mobilização, que seria possível a

partir da emergência de uma consciência crítica, transforma-se em processos organizativos sobre a participação da população em programas e serviços (Gohn, 2014).

Esta situação torna-se reflexo das práticas de governo, pois como lembra Carrano (2012), “a história das lutas sociais é também narrativa dos movimentos de coletivos marginalizados em suas buscas para jogar o jogo da participação” (p.87). Desta forma, os caminhos do movimento Aids apontam para um certo “modo de fazer política” (Cunha, 2014, p. 93) que caracteriza as ações no campo da Aids, por apostar em uma dimensão participativa, com o envolvimento do público ao qual se destinam as ações, porém, incluindo os mecanismos de gestão do Estado sobre tais práticas.

Neste jogo da participação, o envolvimento da população sempre foi defendido enquanto método para uma maior eficácia no combate à epidemia, assim como na garantia dos direitos humanos. Como destaca Santos (2006), valorizava-se uma perspectiva na qual “as pessoas vivendo com HIV/Aids deveriam deixar de ser parte do problema para ser parte de sua solução” (p. 34). Assim, o termo “ativista” aparece na história da epidemia cercado por esta dimensão participativa da população envolvida na temática.

Neste sentido, programas que fomentavam esse envolvimento, assim como a promoção de lideranças para atuação nesse contexto, já em 1998 começavam a surgir financiados pelo próprio governo⁹ (Santos, 2006). Galvão (2002) aponta que os anos entre 1985 e 1989 ficaram caracterizados como os “anos heróicos” do ativismo da Aids, com uma significativa visibilidade das ações e avanços em suas lutas. Este movimento resultou em uma “imagem glorificada do ativismo” (Landau, 2011, p. 13) e, posteriormente, em uma especialização e profissionalização crescentes. Essa tendência à profissionalização não acontece somente entre os movimentos Aids, sendo reconhecido como uma dinâmica de movimentos em geral que, para Ramos (2004), forjam uma categoria de “ativistas profissionais” (p. 1069), com demandas cada vez maiores para uma qualificação teórica e técnica sobre as temáticas trabalhadas.

As mudanças ocorridas no panorama do Brasil, tanto no que se refere às organizações políticas, quanto ao quadro epidemiológico que se transformou ao longo dos anos, trazem reflexos para o reconhecido ativismo da Aids, que acabou por se fragilizar frente às estratégias governamentais e o movimento de apropriação e/ou assimilação que instaurou

⁹ De acordo com Santos (2006), foi elaborado pela Coordenação Nacional de DST e Aids (CN DST e AIDS/MS) o projeto "Liderança e Ativismo", cuja primeira edição “foi realizada na região sul, vindo a concretizar a participação do governo em iniciativas deste tipo e consolidando também a ideia sustentada por vários movimentos e pelo Banco Mundial de que os programas têm maior êxito quando envolvem as pessoas atingidas pela epidemia” (p.34).

lógicas de aliança entre Estado e sociedade civil, como vimos acima. Contudo, Landau (2011) levanta a discussão de que a visão de fragilidade do ativismo não corresponde a uma totalidade pois negligencia novas formas emergentes de ativismo da Aids. Na perspectiva da autora, há uma memória sobre o ativismo da Aids que ganha dimensões vivas que lembra um “passado glorioso que obscurece o sucesso do ativismo mais novo, o qual é mais sutil em sua execução e parece não cumprir as realizações mais urgentes do passado” (p. 15). Em uma reflexão sobre o ativismo e a militância, Warren-Scherer (2006) aponta que estes podem estar assumindo uma nova roupagem na sociedade contemporânea. Tais movimentos, antes “revolucionários”, hoje assumem contornos de um ativismo pela democracia, muitas vezes direcionados à luta contra as desigualdades e hierarquias sociais.

Um novo cenário se instala, portanto, trazendo a possibilidade de outros movimentos, grupos e perspectivas entrarem em cena. Neste entremeio, permeada pela complexa história e memória das nuances que compõem a trajetória da Aids, a participação de jovens vivendo com HIV/Aids começa a demandar visibilidade. Neste sentido, busco, a partir deste ponto, refletir sobre a política tendo como ponto de partida os sujeitos que são o foco desta pesquisa, considerando, assim, as tramas e contextos que os atravessam.

1.2 AS REDES DE JOVENS VIVENDO COM HIV/AIDS

No interior das discussões aqui levantadas, que localizam a temática em uma teia de acontecimentos históricos e políticos, encontram-se também os discursos que situam a juventude no cenário do HIV/Aids no Brasil. A juventude entra neste contexto, mediada por diferentes óticas que produzem modos de ver as experiências jovens atreladas à temática da Aids. Neste sentido, o público de “jovens vivendo com HIV/Aids”, aparece como uma produção social com confluência de discursos que atravessam sua constituição. No que se refere a esta tese, este público situa-se no laço entre os atravessamentos que envolvem a juventude e os processos histórico-culturais que a compõem enquanto categoria e campo de intervenção; e os discursos que ocupam-se do HIV/Aids e das lógicas de prevenção e controle sobre a epidemia. Sendo assim, neste capítulo, serão abordadas as relações que têm o HIV/Aids como foco e como interlocutor no sentido de produção de lutas e de demandas. Já as articulações que compõem as concepções sobre a juventude especificamente, serão tratadas no segundo capítulo.

Neste jogo, uma das vias de compreensão de significativa relevância no sentido de leitura da realidade de saúde do país é o saber epidemiológico. Com base nos indicadores que

retratam a situação de saúde e doença da população, a juventude começa a despontar como alvo de preocupação no que concerne às infecções pelo HIV/Aids, mas também como foco de trabalho das políticas públicas, enquanto população-chave¹⁰ para as ações de prevenção. Engendrada em um discurso epidemiológico que demarca o caminho percorrido pela Aids, a população jovem passa a ser alvo de ações governamentais, tendo em vista os altos índices que apontam esta categoria como vulnerável ao HIV.

Segundo dados do Boletim Epidemiológico de 2017, há um aumento da taxa de casos de Aids em jovens com idade entre 15 a 19 anos (sendo que a taxa triplicou de 2006 a 2016) e entre 20 a 24 anos (com a duplicação da taxa de 2006 a 2016). Este panorama é ainda mais significativo no que se refere aos homens, com incremento do percentual de detecção nos últimos dez anos. No tocante às mulheres, a identificação de casos apresentou tendência de queda no âmbito geral, no entanto, nas idades entre 15 a 19, foi identificado aumento de 13,9%, comparando os anos de 2006 e 2016 (MS, 2017d). No que concerne à população de Homens que fazem sexo com Homens (HSH), segundo o Ministério da Saúde (2017d), os resultados também chamam a atenção para a população jovem, com prevalência do HIV no público com 25 anos de idade ou mais (19,8%) e entre os de 18 a 24 anos de idade (9,4%).

Tais índices justificam a permanência da juventude como população-chave para as políticas públicas de prevenção ao vírus, tanto em termos quantitativos, quanto em qualitativos, que tentem compreender as particularidades contextuais envolvidas no processo. Ou seja, é notória a necessidade de se discutir o lugar ocupado pela juventude no Brasil, para além de uma concepção naturalista ou generalista, ou mesmo unicamente compreendida a partir de um referencial etário, para que se possa compreender os atravessamentos que constituem os números que apresentam o crescimento dos casos. É preciso problematizar uma perspectiva que compreenda a juventude e suas diferentes práticas e contextos sócio-culturais, com distintas possibilidades de acesso aos direitos de saúde e assistência.

Em um panorama paralelo a este, os jovens e as jovens vivendo com HIV/Aids despontam também enquanto movimento, com participação na arena política da epidemia. No

¹⁰ O termo população-chave surge a partir do momento em que agências como UNAIDS Brasil apontam que a epidemia tem crescido desproporcionalmente junto a determinadas populações, afirmando a importância de se elaborar estratégias para a redução de novas infecções. Segundo o Departamento Nacional, “a epidemia de HIV/Aids no Brasil é concentrada em alguns segmentos populacionais mais vulneráveis ao HIV/Aids que apresentam prevalência superior à média nacional, que é de 0,4%. Essas populações são: gays e outros HSH; pessoas trans; pessoas que usam álcool e outras drogas; pessoas privadas de liberdade e trabalhadoras(es) sexuais”. Já as populações prioritárias são: “São segmentos populacionais que possuem caráter transversal e suas vulnerabilidades estão relacionadas às dinâmicas sociais locais e as suas especificidades. Essas populações são: População de adolescentes e jovens, População negra, População indígena, População em situação de rua”. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/faq/20-o-que-e-populacao-chave-para-o-hiv>.

que concerne aos objetivos desta tese, a vertente política de compreensão da juventude será enfatizada, principalmente quando esta se organiza em formato coletivo e pauta sua atuação e visibilidade.

No interior do movimento de Aids, a participação coletiva de jovens se dá marcadamente pela organização em rede, ou seja, a incidência juvenil no panorama da epidemia, para além de indicadores que justificam quantitativamente ações para a juventude, também se destaca em sua dimensão participativa. As “redes” aparecem no contexto aqui trabalhado, como um encontro de existências jovens que têm a discussão sobre o viver com HIV/Aids como horizonte comum.

A noção de “redes”, segundo Warren-Scherer (2006), aborda a base de um projeto comum identificado por coletivos, ou seja, está relacionada ao movimento coletivo de sujeitos com projetos, oposições e articulações múltiplas. Tal articulação possibilita uma maior visibilidade e impacto das ações, por fortalecer as discussões em âmbito nacional. Ainda na perspectiva do autor, as redes são organizadas mediante diferentes nós/elos que mesmo buscando uma forma mais horizontalizada das relações, são atravessadas por diferentes posições de poder e fragilidades nas conexões entre os seus elos.

Enquanto foco das análises que serão realizadas nesta pesquisa, um recorte da formação coletiva de jovens que se reúnem em redes no âmbito da Aids será abordado, principalmente considerando as observações realizadas em campo de pesquisa e que serão mais amplamente discutidas nos capítulos metodológico e analítico. Vale destacar que, durante o desenvolvimento do campo etnográfico, procurei compreender como os jovens e as jovens se identificavam enquanto movimento, sendo que, na maioria das vezes, eles/as se diziam “Rede de Jovens” ou mesmo “ativistas da Aids”. Por isso, considerando o ângulo sobre o qual os/as próprios/as jovens se vêem no contexto político do HIV/Aids, abordaremos a história deste movimento a partir da dimensão ativista.

Inseridos nesta lógica, os/as jovens têm sua constituição marcada por aspectos que engendram diferentes formas e sentidos de assumir posições e articular movimentos coletivos. Neste sentido, nos passos seguintes, serão traçados fios de composição sobre a articulação coletiva de jovens no contexto do HIV/Aids, sendo enfatizadas duas redes específicas deste movimento: a Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids (RNAJVHA) e a Rede Jovem Rio + (RJR+). A justificativa de trabalho com estas duas redes encontra-se detalhada no método da pesquisa, que explica os caminhos de aproximação conduzidos pela etnografia, que levaram a compreender a multiplicidade das Redes enquanto foco de análise.

1.2.1 A Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids (RNAJVHA)

Em meio à trajetória histórica de construção da luta contra o HIV no Brasil, o movimento da juventude que pauta sua participação e levanta discussões acerca das especificidades de suas demandas, é significativamente representado pela história de composição da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids. Isto não quer dizer que a movimentação da juventude no interior das discussões sobre HIV/Aids se resume à rede nacional, pois esta se faz de forma complexa e múltipla, contudo, reconhece a relevante participação política da RNAJVHA nos últimos anos.

A formação de jovens em rede surge no cenário posto, marcando a especificidade do “ser jovem e viver com HIV”, que já despontava em termos de indicadores quantitativos, porém, ainda tinha uma frágil análise qualitativa que considerasse os aspectos subjetivos desta construção. Neste sentido, a RNAJVHA traz em sua trajetória uma atuação de enfrentamento nas esferas de discussão política sobre a Aids, desenhando um caminho singular, que terá parte dele analisado no desenvolvimento da tese.

Diante desta realidade, serão destacados a seguir alguns pontos relevantes para o entendimento do movimento e ativismo de jovens, representados aqui pela formação da RNAJVHA. Neste momento, ainda será uma apresentação com contornos mais descritivos do que analíticos, já que as discussões mais complexificadas e com referencial teórico de sustentação, serão realizadas no quinto capítulo, intitulado “Análises sobre os possíveis (des)caminhos de se fazer Redes”. Os pontos aqui destacados fazem parte de um compilado de relatórios dos encontros nacionais da rede e de materiais como o “Histórico da RNAJVHA”¹¹, produzido pelo UNICEF. No entanto, como a própria constituição de uma rede nos aponta, existem nós e fios que compõem a história da Rede Nacional enquanto coletivo de pessoas e, neste sentido, é necessário compreender que a história dos movimentos não se dá de forma linear e nem mesmo imune às articulações que engendram lógicas de interesses e apropriações. Portanto, é no caminho percorrido que se encontram os meandros de formação da participação política e de constituição de relações de poder.

Os fios que sustentaram a consolidação da Rede¹² começaram a se entrelaçar nos anos 2000, quando adolescentes e jovens começavam a participar de eventos científicos e ensaiar contornos de uma militância jovem. Esta realidade também sempre esteve bastante atrelada às

¹¹ Disponível em <http://grupoaguavivasepetiba.blogspot.com.br/2011/03/adolescentes-e-jovens-vivendo-com.html>

¹² No decorrer do trabalho, além das nomenclaturas RNAJVHA e Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids, também será adotado o nome “Rede”, com letra maiúscula para evidenciá-la enquanto nome próprio. A explicação sobre as diferentes nomenclaturas utilizadas ao longo do trabalho encontra-se logo no princípio do capítulo metodológico.

crianças e adolescentes que tiveram suas vidas marcadas por períodos de institucionalização, principalmente aquelas/es que perderam as mães, pais ou responsáveis, também em decorrência da Aids, especialmente nas décadas de 80 e 90. Neste momento, a relação também se fazia com a via da Transmissão Vertical (TV) do HIV, formando uma conjuntura que colocava crianças e adolescentes em um arcabouço envolvido pelo discurso de vitimização e, conseqüente culpabilização da família (Cruz, 2007).

Em meio a estas cenas, uma juventude “não esperada”, devido à perspectiva de finitude da vida aproximada da relação com a Aids na primeira década da epidemia, começa a se destacar como desafio. Ou seja, o sistema de saúde que já sofria severos abalos quanto à sua fragilidade diante da descoberta do HIV, demonstrava ainda menor qualificação para lidar com crianças, adolescentes e jovens¹³ que resistiam e existiam no sinuoso cenário que se colocava no Brasil (Cruz, 2007; Calais & Perucchi, 2015). O relato de uma jovem integrante da Rede Nacional, que participava do VIII Encontro Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids (ENAJVHA) – evento que fez parte de um dos cenários de observação do campo de pesquisa – retrata essa situação: *“a infância era muito incerta, todos os remédios eram muito incertos. Então tem essa ausência do plano de vida, a construção do plano de vida... do talvez eu não estude, talvez eu não case, talvez eu não chegue aos 15, talvez eu não chegue aos 20. Só que nessa a gente foi chegando e tendo que ressignificar a todo momento, né, o que era essa vivência”* (informação verbal).

Frente a esta situação e, impulsionados/as pelos encontros em ONGs e eventos sobre o avanço da epidemia, os/as adolescentes e jovens que viviam e conviviam com a Aids começaram a se reconhecer e se unir para discutir especificidades ligadas às suas experiências. O cenário do país nos anos 2000 no que concerne à luta contra a Aids, potencializa tal fortalecimento das ações para o público jovem, tendo em vista que a expectativa de vida a partir da evolução e universalização da Terapia Antirretroviral (TARV), em 1996, aumentou significativamente e as temáticas relacionadas à juventude começaram a ganhar maior visibilidade.

Até a instituição da RNAJVHA, eventos que de alguma forma contemplavam temas que se aproximavam do universo jovem contribuíram para compor o que posteriormente seria a Rede. Momentos como o I Encontro de Crianças e Adolescentes e familiares que vivem e Convivem com HIV/Aids de São Paulo e o I e II Fórum Nacional de Adolescentes e Jovens

¹³ Sobre a temática da infância vivendo com HIV/Aids e as políticas públicas de saúde voltadas para este público, desenvolvi minha dissertação de mestrado, que se encontra disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1759>

Vivendo com HIV/Aids (em 2003 e 2005, respectivamente), que tiveram caráter consultivo, já começavam a dar contornos para as ações coletivas destinadas à temática.

Contudo, os jovens e as jovens neste contexto ainda apareciam de forma tímida na gestão das ações e pautas, sempre rodeados/as por uma ótica de cuidado na relação com os/as adultos/as que se dedicavam à temática. Mas a formação de uma ação coletiva que priorizasse as particularidades da juventude que vive com HIV começava a se fortalecer e, em 2006, ganha forma a partir da realização do I Encontro Nacional de Jovens Vivendo com HIV/Aids¹⁴, ocorrido no Rio de Janeiro. Neste primeiro encontro, Cunha (2016)¹⁵ analisa que o discurso crítico era o que caracterizava o tom político do evento, criando uma relação quase direta entre a ação crítica e o que era entendido enquanto ação política. Já neste momento também, o ativismo aparece como critério definidor do perfil de jovens participantes a serem selecionados para o evento.

Permeados pela ideia de união entre jovens de diferentes regiões do país que reconheciam a singularidade de suas demandas, inicia-se a composição de uma rede nacional que abarcasse as problemáticas levantadas e também funcionasse como apoio mútuo e acolhimento aos/às seus/suas integrantes. A formalização da Rede se dá no ano de 2008, na ocasião do III Encontro Nacional de Jovens Vivendo com HIV/Aids. Em exposição oral durante o VIII ENAJVHA (2017), uma militante que fez parte da formação inicial da RNAJVHA descreve esse momento:

Desse encontro que tinham adolescentes e jovens do Brasil inteiro, que foram conectados a partir de redes, de ONGs que trabalhavam o HIV, dentro desse encontro a gente decidiu criar uma Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV. E a partir desse processo, a rede começou a se auto-gerir, a se auto-gestionar. Os encontros de jovens eram organizados pela rede, era organizado nacionalmente, assim. E também se pensava trabalhos de base. E bem nesse desejo, a rede se iniciou num contexto de muito amor, num contexto de um precisar do outro, de cada um estar vivendo essa realidade que é viver com HIV nos seus locais e compartilhar isso nacionalmente, então a rede se constituiu primeiro nesse momento. E assim a Rede foi crescendo regionalmente e as pessoas foram se articulando, a partir daí outros encontros nacionais e regionais foram feitos a fim de construir uma política específica para a população adolescente e jovem vivendo com HIV (Cyrino, 2017, informação verbal)¹⁶.

¹⁴ A nomenclatura dos encontros e da rede sofreu uma alteração no ano de 2009, em decorrência da incorporação da categoria “adolescente”. Este movimento teve como base a diferenciação etária feita pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pautando a inclusão de meninos e meninas com idade menor do que 15 anos. A partir de então, oficializa-se a denominação Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids (RNAJVHA) (Bueno, 2011).

¹⁵ Informação obtida através de exposição oral realizada no III Encontro de Incidência Política da RJR+, em 2016.

¹⁶ O sobrenome desta militante foi citado, pois ela participou do evento como convidada para uma palestra via *Skype* e tem sua sorologia revelada publicamente.

A partir deste ponto, a necessidade de criar um movimento autônomo e desvinculado dos movimentos adultos gerou uma separação entre o já conhecido Encontro Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids – VIVENDO, que estava em sua décima terceira edição, e os encontros formados pela juventude. Bueno (2011) aponta que, na ocasião do primeiro encontro de adolescentes e jovens em 2006, o evento ainda era chamado de “Vivendinho”, mas logo esta denominação foi desconsiderada, pois se mostrava contrária ao que os/as jovens buscavam consolidar, além de vincular o evento ao modelo adulto de discussão sobre a Aids e descaracterizar a especificidade de suas ações e demandas.

Daf em diante, a história da RNAJVHA encontra-se marcada pela trajetória dos encontros nacionais e regionais. Cyrino (2017)¹⁷ lembra ainda, a importância do movimento de mulheres vivendo com HIV/Aids no fortalecimento das articulações do movimento jovem, tendo em vista que as mulheres se preocupavam com a situação das crianças e da juventude no sentido de pensar estratégias para a vida com o HIV.

A fim de facilitar o entendimento e a leitura sobre a continuidade dos encontros que fizeram parte da estruturação da RNAJVHA, será apresentado abaixo um quadro com alguns dos principais momentos desta trajetória. Porém, não se pretende com isso contar uma história linear ou negligenciar as nuances e teias de relações paralelas que atravessam a constituição de um movimento múltiplo e dinâmico. O que se almeja é organizar o panorama, a fim de dar visibilidade aos processos de consolidação da Rede, que posteriormente terão sua existência problematizada no capítulo de análise da tese.

Quadro I – Encontros e eventos da RNAJVHA

Ano	Encontro (Local)	Instituições/Organizações participantes
2006	I Encontro Nacional de Jovens Vivendo com HIV/Aids” – Rio de Janeiro/RJ	<u>Organização</u> : Grupo Pela Vidda (Niterói) e GT de Crianças e Adolescentes do Fórum ONG Aids de SP.
2007	II Encontro Nacional de Jovens Vivendo com HIV/Aids – Salvador/BA Integração dos projetos “Revista Viração” e o site “Escuta Sôh!” como fontes importantes da representação jovem.	<u>Organização</u> : GAPA-Bahia e Rede Gapa <u>Apoio</u> : UNICEF e UNAIDS
2008	Curso Nacional de Ativismo e Direitos Humanos para Jovens Vivendo com HIV/Aids	<u>Organização</u> : GIV-SP (Grupo de Incentivo à Vida) e ONG Anima <u>Apoio</u> : Programa Nacional de DST/Aids, do Programa Estadual de DST/Aids de São Paulo, do UNICEF e do UNFPA
	III Encontro Nacional de Jovens Vivendo com	<u>Organização</u> : Grupo Vivher

¹⁷ Informação obtida em exposição oral no VIII ENAJVHA.

	HIV/Aids – Belo Horizonte/MG	<u>Apoio:</u> UNICEF; Programa Nacional de DST/Aids; Coordenação Estadual de DS/Aids (MG); Ministério da Educação e Cultura e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).
	Formalização da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids	<u>Organização:</u> RNAJVHA
2009	IV Encontro Nacional de Jovens Vivendo com HIV/Aids – Curitiba/PR	<u>Organização:</u> RNAJVHA <u>Apoio:</u> UNICEF; Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM); UNFPA; Secretaria Nacional de Juventude; Departamento nacional de DST/Aids e Hepatites Virais; Centro Popular de Formação Padre Josimo Tavares.
	Participação da RNAJVHA no I Encontro da América Latina e Caribe de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids	
2010	I Encontro Estratégico da RNAJVHA	<u>Organização:</u> RNAJVHA
	II Encontro Nacional de Formação de Jovens Líderes Vivendo com HIV/Aids	<u>Organização:</u> Departamento Nacional de DST/Aids com a ONG Pact Brasil e o United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), UNAIDS, UNICEF, UNFPA e UNESCO.
	I Encontro da Rede Laços Sul-Sul Jovem	<u>Organização:</u> UNICEF
2011	II Encontro Estratégico da RNAJVHA	<u>Organização:</u> RNAJVHA
	V Encontro Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids, em Manaus, Amazonas.	<u>Organização:</u> RNAJVHA e Cedeca Pé na Taba (Centro de defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan). <u>Apoio:</u> Ministério da Saúde (Departamento); UNICEF; Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas; Sec. Municipal de Saúde de Manaus; Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania; Prefeitura de Manaus e Governo do Estado do Amazonas.
	Planejamento Estratégico para formulação do Plano de Ação 2011-2013	<u>Organização:</u> RNAJVHA
2013	VI Encontro Nacional de Jovens Vivendo com HIV/Aids – Brasília/DF	<u>Organização:</u> RNAJVHA Centro de Educação e Formação Pública (CEFOP), Departamento Nacional de DST/Aids com apoio das agências da ONU.
2015	VII Encontro Nacional de Jovens Vivendo com HIV/Aids – Recife/PE	<u>Organização:</u> RNAJVHA <u>Apoio:</u> Ministério da Saúde (Departamento) e agências governamentais (não identificadas).
2016	VIII Encontro Nacional de Jovens Vivendo com HIV/Aids – Brasília/DF	<u>Organização:</u> RNAJVHA <u>Apoio:</u> Ministério da Saúde (Departamento) e agências governamentais (não identificadas).

Fonte: ELABORADO PELA PRÓPRIA AUTORA

No desenvolvimento dos encontros e eventos, pode-se perceber que as agências governamentais aparecem como apoiadoras e financiadoras já no princípio da formação, com a estruturação do II Encontro Nacional de Jovens Vivendo com HIV/Aids, em 2007, sendo primeiramente representadas pelo UNICEF e pela UNAIDS. Posteriormente, outras agências

– identificadas no quadro e na continuidade do texto – passam a compor os encontros. Neste momento, uma dimensão de visibilidade sobre a juventude se apresenta também permeada por uma ótica quantitativa que coloca a juventude como foco (Cunha, 2016).

Outro ponto que merece destaque neste contexto é o fato de, em 2008, iniciarem-se os eventos que têm como objetivo a capacitação de jovens para o ativismo, já demarcando uma configuração particular no que diz respeito ao movimento coletivo realizado por jovens, pois denota uma dimensão de aprendizado sobre a atuação na esfera pública. Na publicação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2014) sobre o histórico da RNAJVHA, Elizabeth Franco destaca a profunda vontade de vivenciar o ativismo que começava a emergir entre os/as jovens. Carla Perdiz (oficial do UNICEF à época) caracteriza este momento como “um divisor de águas” (p. 08).

‘Foi muito intenso, era um curso que tratava de questões muito fortes, de ativismo, do papel dos jovens. Mas não era o objetivo do curso que dele saísse uma rede’, explica. ‘Claro que havia um sentimento que os jovens tinham demandas específicas. O objetivo era capacitar os jovens para serem lideranças, buscarem seus direitos’ (Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], 2014, p. 08).

Essa característica de formação acompanha o desenvolvimento da RNAJVHA e tem desdobramentos significativos no tocante ao reconhecimento dos/as jovens na arena política da Aids. Vale ponderar que, no princípio do movimento, se fazia relevante fortalecer as bases do coletivo e trabalhar referenciais que dariam aos/às jovens iniciantes subsídios necessários para compreender a dinâmica na qual adentravam. Contudo, é preciso atentar, também, para a (re)produção de lógicas que, associadas à imagem de adolescentes e jovens em posição de “aprendizes” ou “em formação”, legitimam discursos e hierarquias que mantêm uma relação verticalizada entre aqueles/as que devem ensinar e os/as que devem aprender a ação política. Tal relação será discutida nos tópicos de análise como a produção de uma “posição de aprendiz” e autorização de uma lógica de tutela sobre a juventude.

A oficialização da Rede Nacional se dá, portanto, a partir dos efeitos da mobilização gerada pelo primeiro curso de ativismo, que desencadeou um III Encontro Nacional de Jovens Vivendo com HIV/Aids, ainda em 2008, com significativo teor crítico, onde se deu a construção da primeira agenda política, assim como da Carta de Formalização da Rede (Bueno, 2011). Alguns trechos da carta de formalização, que se encontra na íntegra no anexo da tese, apresentam o cenário que se instala:

Nós, jovens que vivemos com HIV/AIDS de todo o Brasil, declaramos: somos uma Rede Nacional de luta incessante pela vida. Nós, coletivamente, multiplicaremos por cada canto do Brasil e, se as circunstâncias se valerem, para todo o mundo, o engajamento bruto de todo jovem que vive com HIV/AIDS, e também nossa inestimável capacidade de acolher o companheiro diante do medo, da dor e de todo obstáculo. Nós, mais do que o esforço solitário e individual para impedir que nossos direitos continuem sendo violados, anunciamos que nos unimos para fazer valer a plenitude de nossa cidadania constitucional, e toda forma de liberdade e paz inexprimível pelo homem. Nós, jovens que vivemos com HIV/AIDS de todo o Brasil, afirmamos que jamais nos curvaremos diante do preconceito ou de qualquer julgamento que pretenda nos reprimir. Somos severamente intolerantes a qualquer forma de discriminação (Carta de Formalização da RNAJVHA, 2008).

A caracterização enquanto um coletivo fica evidente através da composição de um “nós” que une as experiências de jovens em busca do reconhecimento de sua luta e da especificidade de suas demandas. O destaque vai também para as dimensões de atuação política representadas pelas enunciações “luta”, “engajamento”, “cidadania”, “direitos”, entre outras; e de acolhimento da experiência de viver com HIV/Aids, caracterizada pelas ideias de “acolher”, “medo e dor”, “preconceito” e “julgamento”. O objetivo da formação também sinaliza tais pontos:

O nosso objetivo é claro e consistente: inserir todo jovem que vive com HIV/AIDS, de forma independente e respeitável, em espaços que o são de direito e vontade, transformando toda a realidade social discriminatória e estigmatizante em uma prática consciente da dignidade, da autonomia e da compreensão para todo jovem que vive com HIV/AIDS. Queremos que todo jovem que vive com HIV/AIDS tenha uma vida em que o vírus HIV não seja, de forma alguma, qualquer tipo de obstáculo para que sua presença seja respeitada. Acima de tudo, queremos que nossa experiência de dor se reverta em presenças que façam a diferença onde estiverem, para que, finalmente, toda pessoa que viva com HIV/AIDS, e todo o mundo, possa acreditar e viver em um pouco mais de amor e paz (Carta de Formalização da RNAJVHA, 2008).

Fica demarcado, portanto, o objetivo inicial da Rede de se constituir enquanto uma articulação coletiva para mobilização de adolescentes e jovens vivendo com HIV/Aids, para a luta contra o preconceito e enfrentamento à epidemia, assim como para a participação política e garantia de direitos neste cenário (UNICEF, 2014). Neste momento, já se destaca a posição dos/as jovens como idealizadores/as e organizadores/as da construção do evento, mas contando ainda com um suporte de adultos que acompanhavam o movimento. Como desdobramento a este processo, outro ponto relevante no sentido de demarcar a formalização da existência da RNAJVHA, foi a elaboração da Carta de Princípios, que também funciona como documento norteador das ações da Rede (anexo 2).

Ainda na ocasião do terceiro encontro, a temática do “protagonismo” também começa a ganhar espaço entre as ações de jovens no âmbito da Aids, já se localizando no tema deste

terceiro encontro: “Protagonismo Jovem e Ativismo”. Discussões analíticas serão mais propriamente abordadas na segunda parte da tese, contudo, vale já neste momento destacar que a ótica do protagonismo encontra-se significativamente presente nas articulações das Redes, principalmente a partir do ano de 2009, com a realização do IV ENAJVHA. Como exemplo, a fala de um representante do Ministério da Saúde transcrita no relatório do encontro, traz a possibilidade do protagonismo como estratégia do governo:

O protagonismo juvenil é uma bandeira do governo e dos movimentos sociais. Este protagonismo tem que ser dito e oportunizado, tem que oferecer instrumentos de atuação. O objetivo é a participação dos jovens com HIV/Aids na construção da resposta, no enfrentamento da epidemia (Relatório do IV ENAJVHA, 2009, s/p).

A pauta do protagonismo, além de representar a dimensão de formação para o ativismo que se instalava através dos cursos, é incrementada e valorizada pelas agências governamentais, nacionais e internacionais, que se faziam cada vez mais presentes¹⁸. O quarto encontro trouxe como discussão central o fortalecimento da rede em suas bases, estimulando a criação de redes estaduais. Além disso, no relatório há momentos de declarado objetivo de romper com os processos de tutelamento sobre a juventude no movimento social e, conseqüente, promoção da autonomia.

Neste momento, a Rede já começa a ganhar visibilidade no cenário político da Aids, haja vista o crescimento da ocupação das agências vinculadas ao governo e à Organização das Nações Unidas (ONU) em palestras, oficinas e rodas de debate dos encontros. Porém, essa participação também traz reflexos sobre a produção de um discurso técnico-científico que passa a ser valorizado como definidor de algumas ações. Segundo Cunha (2016), neste ano e nos seguintes, a ideia de “profissionalização” da RNAJVHA, unido a um maior preparo político-social dos jovens vivendo com HIV/Aids, aparece como aposta.

O ano de 2010, apesar de não ter havido um encontro nacional – que passa a acontecer de dois em dois anos – caracteriza-se como um ano de articulações e ampliação das fronteiras internacionais da Rede Nacional. Neste intervalo, de forma paralela aos encontros nacionais, começam a ocorrer os encontros regionais e a formação de algumas Redes Estaduais. A realização dos encontros regionais se caracteriza como um marco importante na construção política da rede, tendo em vista a necessidade de fortalecimento do que os/as jovens

¹⁸ Organizações como o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), o Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Ministério da Educação (MEC) e as Secretarias Estaduais e Municipais das regiões, compõem os cenários e, de acordo com o formato de gestão da Rede, ganham maior ou menor espaço nos encontros.

costumam chamar de “bases”, ou seja, de ações regionais e locais que busquem visibilidade das demandas específicas da RNAJVHA.

Vale ressaltar que a existência dos encontros regionais também altera o contexto, de forma que os eventos nacionais assumem-se como referência política – apesar de não perder a dimensão de acolhimento – e os eventos regionais dão lugar às experiências afetivas e de acolhimento de jovens vivendo com HIV/Aids. De acordo com as análises de Cunha (2016), de 2009 a 2011 há um amadurecimento político da Rede, um fortalecimento de seus objetivos e missão, juntamente com um processo de “virtualização”, sendo que a participação nas redes sociais, principalmente no *Facebook*, torna-se presente e bastante representativa para o movimento.

Seguindo esta perspectiva, o V ENAJVHA, em 2011, apresenta alguns balanços sobre as prioridades da Rede, dentre elas: contribuir para ações de formação de jovens multiplicadores para a participação social; estímulo à participação de mulheres; a formalização de um plano de ação com representações da América Latina; e a participação em Conferências de Saúde e Juventude. Confirmando o posicionamento assertivo quanto ao necessário fortalecimento da participação política da RNAJVHA, os/as jovens pautam a necessidade de um Plano Nacional de Enfrentamento à Epidemia da Aids entre Jovens (UNICEF, 2014).

Porém, como os caminhos de formação da Rede são múltiplos e atravessados por diferentes interesses, no quinto encontro nacional, Cunha (2016) ressalta que é possível ver uma formatação que caminha em consonância com as práticas e perspectiva governamentais, provocando um acirramento das disputas no interior da RNAJVHA. Tal circunstância se desdobra como reflexo no VI ENAJVHA, em 2013, com um processo de eleição sustentado por alianças previamente estabelecidas e que consolida o modelo de representação única para a estruturação do movimento (Cunha, 2016). Uma carta aberta¹⁹ de um jovem representante da RNAJVHA do Estado do Pará traduz este momento:

Entretanto, mais uma vez, a teoria não conseguiu ser posta em prática e um momento que poderia ser “com” foi somente “para”, na contramão tanto do objetivo do encontro, como da Carta de Princípios da RNAJVHA. Subsidiado por diversas formas de marketing e financiamento, a verticalização na construção do Encontro, centralizou as escolhas para a Comissão Organizadora, excluindo sistematicamente algumas pessoas, colocando-as à margem da história e da própria existência enquanto integrantes da RNAJVHA (Amazônia, 2013).

¹⁹ Disponível em: <http://www.agenciajovem.org/wp/vi-encontro-nacional-de-adolescentes-e-jovens-vivendo-com-hivaids-um-olhar-fora-do-eixo/>

Entre processos de emancipação e mecanismos de gestão, tais questões apontadas reverberam ainda nos dois últimos encontros nacionais da Rede, construindo uma história que, assim como a de outros movimentos da Aids, passa a ser marcada pelas alianças e diferentes interesses e jogos de poder envolvidos em seu processo de constituição. O sétimo e oitavo encontros serão abordados de forma mais minuciosa nas discussões dos tópicos de análise – considerando que ambos fizeram parte dos cenários de pesquisa de campo da tese – onde serão levantadas articulações analíticas sobre os desdobramentos políticos de tais eventos. Por ora, vale ressaltar que no VII ENAJVHA, em 2015, há uma presença marcante das agências governamentais com espaço de fala no evento, uma valorização do discurso técnico-científico e da lógica formativa, assim como uma maioria de jovens que tiveram seu primeiro contato com a Rede neste encontro, caracterizando uma nova configuração. Já no VIII ENAJVHA, em 2017, as agências ocupam um pouco menos os espaços das mesas de discussão, sendo destinados momentos mais ampliados para a discussão dos formatos de gestão da Rede. Apresenta-se, também neste último encontro, uma marcada divisão entre regiões e a crítica ao modelo de representação única, que tem sua estruturação alterada em votação.

Conforme destaca Cunha (2016), em exposição oral realizada no cenário 3, o entendimento sobre a dimensão política das ações dos/as jovens vivendo com HIV/Aids que se articulam em rede sofreu transformações ao longo de sua formalização. Segundo a pesquisadora, as concepções estiveram, no decorrer dos anos, atravessadas por diferentes visões e interesses que operaram mudanças na relação com o Estado e na própria organização dos/as jovens. Essa trajetória que traz contornos de consolidação em meio às ações coletivas e, principalmente, formações regionais e nacional, marca a história da RNAJVHA como uma rede de encontros e relações.

Além desses pontos, destaco alguns últimos que são relevantes para o cenário atual de composição da Rede: primeiro, é notório (por meio da presença nos encontros nacionais) que o movimento passa a ser integrado em sua maioria por meninos jovens gays, que tiveram a transmissão do HIV pela via sexual²⁰ – o que se difere da formação inicial fortemente marcada pelos/as jovens de Transmissão Vertical; segundo, há a presença de jovens transexuais e travestis como participantes dos encontros, no entanto, não há um aprofundamento das discussões de (identidade de) gênero; terceiro, as dimensões de política e

²⁰ Este fato, de certa forma corresponde às mudanças ocorridas no quadro epidemiológico do país, mas também a um reflexo do movimento da população LGBT, que oportuniza maior visibilidade para suas demandas.

de acolhimento permanecem coexistindo enquanto prática nos encontros, sendo que tais posições ainda serão especificamente analisadas neste estudo.

Muito além do que foi aqui descrito, a trajetória da RNAJVHA se dá também no campo das relações de nível microssocial, que ultrapassam os acontecimentos dos encontros nacionais e constituem nuances de composição paralelas que, muitas vezes, não se fazem visíveis. Neste sentido, é preciso compreender a RNAJVHA como uma rede plural, com (des)caminhos múltiplos, especialmente no que diz respeito à sua emergência enquanto movimento coletivo e sua inserção no âmbito político da Aids.

1.2.2 A Rede Jovem Rio + (RJR+)

Entre as alterações na trajetória de composição do movimento de jovens vivendo com HIV/Aids no Brasil, uma das mudanças se desdobrou na criação da Rede Jovem Rio + (leia-se “mais”), que acabou tornando-se, para a presente pesquisa, elemento de importância significativa para a aproximação do universo investigado. Esta aproximação será detalhada no capítulo metodológico, buscando explicar os caminhos que guiaram a compreensão do campo de pesquisa como composto por “Redes”, e não por uma única Rede. Sendo assim, neste tópico, serão destacados alguns pontos relevantes para a formação da rede do Rio de Janeiro/RJ, que tem uma história mais recente e localizada, para posteriormente serem tomados como material de análise.

Em meio aos trâmites e circulação dos encontros nacionais, conforme fora abordado anteriormente, houve um fortalecimento das redes estaduais e regionais. Neste bojo, a Rede Estadual de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids (REAJVHA-RJ) teve o início de sua formação em 2006, impulsionada pelas discussões e negociações do IV ENAJVHA. Em 2009, a rede estadual é oficializada com a realização do I Encontro da REAJVHA-RJ e apoio do Grupo Pela Vidda (GPV) do Rio de Janeiro e de Niterói.

De acordo com o documento “Histórico da RJR+”²¹, no ano de 2010 acontece o I Encontro Regional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids da região sudeste, em SP. Já em 2011, iniciam-se alguns movimentos que apontam para transformações na existência da rede estadual, como, por exemplo, a legitimação da inclusão de pessoas que convivem²² com o HIV, na composição da rede. Além disso, a rede abarca também pessoas maiores de vinte e nove anos de idade, sendo estes/as identificados/as como “facilitadores”.

²¹ Disponível em: <http://redejovemriomais.blogspot.com.br/p/nossa-historia.html>

²² De acordo com o material de Regras de Convivência da RJR+ “são considerados convivendo, Pais, Mães, Irmãos, Namorados, Maridos, esposas e amigos que sejam ou queiram ser ATIVISTAS NA CAUSA

Tais mudanças aparecem como indicativos de uma gestão que se difere da Rede Nacional e, em 2015, materializam-se quando um grupo de jovens que representa a rede local do Rio de Janeiro se desvincula da RNAJVHA e da REAJVHA-RJ, formando a Rede Jovem Rio +. De acordo com o Estatuto Social da RJR+²³, o grupo se desvincula, assumindo autonomia sobre suas ações, porém mantém parceria com as Redes – sendo que alguns/mas jovens continuam participando individualmente na Rede Nacional. O estatuto que formaliza a rede local foi resultante da II Oficina de Incidência Política, em 2015, sendo revisto na terceira edição da mesma oficina, em 2016. Ainda no estatuto, a RJR+ é identificada como um movimento:

sem vínculo político-partidário ou religioso, constituído essencialmente por adolescentes e jovens entre 12 e 29 anos, atuando na inclusão social, na promoção do fortalecimento biopsicossocial e do protagonismo destes, independentemente de sexo, identidade de gênero, sexualidade, credo, cor, etnia, nacionalidade, naturalidade, escolaridade, classe social e sorologias (Estatuto Social da RJR+, 2016).

As alterações desdobram-se na composição do modelo de gestão, que é organizado no formato de Grupos de Trabalho (GTs), incluindo: Acolhimento, Comunicação, Eventos, *Advocacy* e Saúde e Educação, com um/a coordenador/a para cada GT. Existe também o GT nomeado de Plenária Política, que reúne os/as coordenadores/as. Esse modelo caracteriza-se, talvez, como a diferença inicial mais evidente do modelo de gestão da Rede Nacional, que em 2017, contava com formato de representação única na figura de um/a coordenador/a. Atualmente, a RJR+ responde como rede local e estadual do Rio de Janeiro/RJ, mesmo a partir de sua desvinculação da Rede Nacional.

A diferenciação entre os coletivos contribui no sentido de apresentar a multiplicidade de relações envolvidas no processo de constituição das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids no Brasil. As diferenças existem principalmente relacionadas ao formato de gestão, à lógica de funcionamento dos encontros e ao nível de investimento de organizações governamentais e não governamentais envolvidos no processo. Contudo, as especificidades das relações estabelecidas nas duas redes serão abordadas tanto no método da tese, quanto como material do *corpus* analítico.

HIV/AIDS”. Esta inclusão gerou a mudança temporária da denominação da rede, que passou de REAJVHA-RJ para REAJVCHA, com o “C”, representando as pessoas “convivendo”.

²³ Disponível em:

https://prosas.com.br/system/arquivos/arquivos/000/023/848/original/ESTATUTO_SOCIAL_RJR_20160918.pdf?1491415296

1.3 CONFIGURAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA AIDS

Para falar sobre possíveis alterações no panorama da Aids no Brasil – além das já conhecidas mudanças no quadro epidemiológico, que também colocam em evidência as fragilidades do país com relação aos contextos de vulnerabilidade – partimos do pressuposto de que a discussão sobre a epidemia deixa de existir somente como um “problema médico” e passa a assumir contornos políticos que a colocam sob o foco de estratégias e políticas públicas necessárias ao seu enfrentamento e prevenção (Paicheler, 2002; Paiva, 2009). Neste sentido, a luta de movimentos que se apropriaram da temática e levantaram suas demandas tornou-se característica particular da Aids no Brasil, havendo um crescimento dos lugares de contestação política e fazendo com que a Aids fosse colocada na agenda de ações governamentais.

Assim, conforme fora abordado no início deste capítulo, forma-se uma conjuntura na qual o movimento de Aids tem atuação significativa frente as ações de prevenção e a atuação ativista se aproxima do saber especialista sobre a epidemia, principalmente no que diz respeito à experiência sobre viver com HIV. Nesta lógica, Landau (2011) argumenta sobre a constituição de um ativismo que ganhou força nas décadas de 80 e 90 e ficou amplamente reconhecido como modelo efetivo na busca pela garantia de direitos das pessoas vivendo com HIV/Aids. Tais debates, geraram o que Pelúcio (2007) chamou de uma “politização da Aids”, com ações de um ativismo baseado na experiência cotidiana que marca um engajamento pessoal na luta por direitos.

O ativismo proporcionou a construção e rearticulação de "identidades" por meio da experiência subjetiva da doença e da sua politização. Em contrapartida, foram instituídas uma série de práticas reguladoras das condutas daqueles indivíduos, que introjetaram, pela via da politização, dispositivos de controle não só da sexualidade como também de outros comportamentos regulados pelo próprio movimento de luta contra a AIDS. Os ativistas tornaram-se, assim, produtores de saberes sobre a AIDS e sobre o viver com AIDS: propondo práticas sexuais "seguras", discutindo questões relativas a adesão aos medicamentos, interferindo na formulação das políticas públicas como grupos de pressão (Pelúcio, 2007, p. 125).

Neste sentido, conforme ressalta Valle (2013), um conjunto de especialidades e saberes técnico-científicos se unem no enfrentamento das questões de saúde e doença levantadas e denunciadas pela Aids, trazendo como reflexo um compilado de estratégias e intervenções variadas que inferem um agenciamento de práticas e controle sobre o corpo. No bojo dos muitos embates dirigidos às discussões sobre a sexualidade e direitos sexuais e

reprodutivos que vieram a partir das questões relacionadas às formas de transmissão do HIV, a sexualidade, em seus diversos âmbitos, é colocada no foco das discussões a partir da Aids, sendo abordada por compreensões biomédicas, comportamentais, preventivas, culturais, políticas, entre outras (Paiva, 2002; 2009).

Esta discussão torna-se ampla e complexa, podendo caminhar em diferentes sentidos, de acordo com a perspectiva e o público sobre o qual são lançadas análises. Portanto, correspondendo aos objetivos desta tese, a problematização será direcionada para a posição da juventude neste âmbito, principalmente nos efeitos recíprocos perpetrados pela construção de uma certa lógica de prevenção do HIV/Aids.

Um dos pontos relevantes nesta relação, está vinculada ao que Cunha (2014) aponta sobre a necessidade de um reconhecimento da sexualidade por parte dos/as jovens, de forma que ela seja desmistificada. Ao mesmo tempo em que há um movimento de valorização de um corpo consciente de sua sexualidade, que se apropria de suas práticas, há também a normativa de um corpo constantemente controlado para a prevenção. Ou seja, a prevenção, mais do que produzir estratégias que evitem o adoecimento, torna-se também o processo de manter uma vigilância constante sobre as práticas, no sentido foucaultiano (Foucault, 2010) que se sustenta em uma linha tênue, podendo tender para a implementação de uma lógica de higienização de corpos e condutas.

Tais relações se aproximam do debate sobre a ideia de “*Prevenção Positiva*”, que se caracteriza como um movimento que desponta na terceira década da epidemia em um contexto no qual a prevenção foi historicamente pensada para a população de pessoas com sorologia negativa para o HIV, quase como mecanismo de proteção frente às pessoas identificadas como “soropositivos” (Paiva, 2009, p. 33). A prevenção *positiva* concentrava, então, ações voltadas para a população que vive com HIV/Aids e, segundo Paiva (2009) “mantém o sentido da resposta nacional comprometida com a proteção e a promoção dos direitos à vida, com o acesso universal à assistência integral à saúde e à não-discriminação” e, além disso, assume a relevância da participação das pessoas vivendo com HIV/Aids no processo de constituição dos avanços de políticas públicas no Brasil.

Contudo, é preciso exercitar o cuidado para que esta discussão não seja reduzida a critérios que justificam enunciações cada vez mais legitimadas acerca das práticas de vigilância sobre o corpo, sendo necessário traduzir tal temática para o contexto atual, no qual a exigência por uma qualificação técnica sobre a prevenção atua em detrimento das subjetividades envolvidas. Pois, quando associada à população jovem, essa constituição histórica ganha contornos ainda mais específicos, tendo em vista a ideia naturalizada de que a

juventude seria um período de (intensas) experiências sexuais (Paiva, 2002; Cunha, 2014). Nas cenas que unem, portanto, jovens, sexualidade e prevenção, constrói-se uma perspectiva de que estes devem assumir uma gestão de si, assim como a preocupação com o corpo do outro (Cunha, 2014).

Inseridas neste contexto, as tecnologias de prevenção surgem como dispositivos importantes de exercício deste controle, tanto sobre a epidemia, quanto sobre os corpos. O avanço tecnológico no âmbito da Aids trouxe impactos significativos para as pessoas vivendo com HIV e incorporou novas formas de tratamento e cuidados que, como consequência, também desenharam um novo tempo para a epidemia. Desde a universalização dos medicamentos antirretrovirais e o constante embate nas discussões sobre propriedade intelectual e quebra de patentes²⁴ (Galvão, 2002; Loyola, *et al.*, 2010), configurou-se um panorama diverso no que concerne aos dispositivos de prevenção e tratamento.

Neste sentido, entram em cena elementos como a testagem para o HIV, as metas de controle da epidemia por parte das agências governamentais, a inserção de outras tecnologias, além do preservativo, nos insumos relativos a formas de prevenção, entre outros. No caso da realização dos testes, como a juventude – principalmente jovens gays – localiza-se de forma evidenciada nos indicadores de novas infecções, esta torna-se público alvo de ações que incentivam a testagem precoce²⁵. Neste contexto, estratégias como campanhas e disponibilização de testes rápidos²⁶ aparecem no centro das ações. Como fortalecimento a esta prática, a lógica premente sobre a realização tanto do diagnóstico, quanto do tratamento precoce²⁷, direciona para uma ótica quantitativa que, muitas vezes, negligencia e neutraliza as vivências singulares que permeiam a revelação do diagnóstico.

²⁴ Há, no campo da Aids, uma batalha conhecida como “Guerra das patentes” no Brasil, que coloca em cena os laboratórios norte-americanos e a dependência brasileira para fabricação de medicamentos. Neste embate, a universalização e gratuidade da distribuição dos medicamentos antirretrovirais no Brasil, assim como a fabricação de medicamentos genéricos, inflama as discussões e constitui uma arena complexa de interesses e poder (Loyola, Villela & Guimarães, 2010).

²⁵ O programa “Viva melhor sabendo jovem” é um exemplo desta prática que visa aumentar o diagnóstico; ações de prevenção e assegurar vínculos com a sociedade. Maiores informações sobre o programa, contam no site: https://www.unicef.org/brazil/pt/media_33685.html

²⁶ De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2017b) “considerando que quanto mais cedo se inicia a profilaxia, maior sua eficácia, o uso de teste rápido (TR) para o diagnóstico da infecção pelo HIV na avaliação da indicação de PEP é fundamental. O TR é um dispositivo de uso único que não depende de infraestrutura laboratorial, e executado na presença do indivíduo e produz resultado em tempo igual ou inferior a 30 minutos” (p.26).

²⁷ Segundo o Manual Técnico para diagnóstico da infecção pelo HIV, “o emprego de fluxogramas com TR amplia o acesso ao diagnóstico e permite a antecipação do início do tratamento, preservando, dessa forma, o sistema imunológico do indivíduo infectado e reduzindo a transmissão, em concordância com a estratégia de tratamento como prevenção (TasP, do inglês, *treatment as prevention*), adotada como política nacional para o enfrentamento da epidemia pelo Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais (DDAHV)” (Brasil, 2016, p.50).

Mas se reconhecemos a importância crucial dos exames sorológicos como tecnologia biomédica nos processos de formação identitária, devemos saber também que a significação do teste e de seus resultados decorre, sobretudo, da sua apropriação social. Os resultados dos exames anti-HIV não deixam de ser ressignificados na prática social, sobretudo nos grupos de ajuda mútua, voltados a doenças específicas, e nas ONGs Aids (Valle, 2013, p. 34).

No desenho de tais articulações, as construções governamentais, de certa forma, dão o tom das ações contemporâneas frente ao HIV/Aids. Neste sentido, o Brasil assumiu a proposta denominada “Meta 90 90 90”, que faz parte dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio proposto junto a Organização das Nações Unidas (ONU), sendo uma das metas combater e reverter a tendência atual de propagação do HIV/Aids” (MS, 2017a, p. 39). Nesta meta, incluem-se os compromissos de alcançar índices que indiquem o controle da epidemia até 2020, atingindo 90% em diagnóstico das pessoas com HIV e, a partir desta ampliação, que 90% tenham acesso à TRAV e que 90% estejam com indicação de boa adesão ao tratamento através da carga viral indetectável (MS, 2017a).

Para a execução deste caminho que coloca em foco as inovações tecnológicas e um discurso científico que prioriza a realidade marcada pelos indicadores epidemiológicos, outras estratégias passam a compor um conjunto de ações denominado “Prevenção Combinada”, que tem como objetivo apresentar a junção de ações de prevenção a partir de intervenções biomédicas, comportamentais e estruturais²⁸, de âmbito coletivo e individual. Neste bojo, encontram-se estratégias que contemplam o Tratamento como Prevenção (TcP) e direcionam-se no sentido de minimizar as possibilidades de transmissão do HIV, tais como: a Profilaxia Pós-Exposição (PEP), que consiste na administração de medicação no período após a exposição ao vírus, e a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), com a administração preventiva de medicamentos, em período anterior à exposição sexual ao vírus²⁹ (MS, 2017b; 2017c).

Tais elementos ganham a cena nos debates atuais sobre prevenção e provocam posicionamentos divergentes entre pesquisadores/as, médicos/as, ativistas e usuários das tecnologias. Sem aprofundar nesse debate, interessa-nos o fato de que tais elementos tornam-

²⁸ “As intervenções biomédicas são aquelas cujo foco está na redução do risco a exposição dos indivíduos ao HIV, a partir de estratégias que impeçam sua transmissão direta, na interação entre uma ou mais pessoas infectadas pelo vírus e outras pessoas não infectadas. Por sua vez, as intervenções comportamentais constituem aquelas cujo foco está na abordagem dos diferentes graus de risco a que os indivíduos estão expostos. Por fim, as intervenções estruturais remetem às estratégias voltadas a interferir nos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que criam ou potencializam vulnerabilidades dos indivíduos ou segmentos sociais em relação ao HIV” (Brasil, 2017a, p. 43).

²⁹ O site do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais fornece maiores informações e atualizações, principalmente quanto às pesquisas em andamento sobre o uso da PrEP no Brasil: <http://www.aids.gov.br/pt-br/o-que-e-prep>

se significativamente presentes na vida de boa parte dos/as jovens³⁰ que vivem com HIV/Aids, que reconhecem nas inovações tecnológicas, uma alternativa mais próxima da realidade vivenciada por eles/as, especialmente no que se refere a um leque de possibilidades de prevenção que vai além do uso do preservativo. Nesta direção, a categoria “indetectável/intransmissível”³¹ – que indica a supressão da carga viral do HIV no organismo – também passa a fazer parte, tanto do conjunto de elementos para a prevenção, quanto da linguagem jovem, que se apropria desta “nova condição” como perspectiva de outras experiências na relação com a sexualidade.

Tal discussão sobre a categoria indetectável será retomada durante os tópicos de análise, pois indica questões particulares encontradas no campo de pesquisa. No entanto, vale aqui argumentar sobre a posição que tais articulações assumem na dinâmica de movimentos coletivos de jovens que vivem com HIV, construindo o que chamarei nesta tese de “Aids Tecnológica”. Ou seja, a linguagem técnico-científica, aliada ao incremento tecnológico de prevenção, produz um campo enunciativo do qual as pessoas vivendo com HIV/Aids, sobretudo a população jovem, se apropriam, produzindo efeitos que atravessam e constituem as subjetividades.

Neste campo, a tecnologia e a juventude como público que tem afinidade com seus mecanismos conformam um terreno fértil para intervenções que reproduzem uma configuração estética com base em discursos que racionalizam as práticas de prevenção. Carrano (2012), ao tratar sobre movimentações coletivas de jovens, aponta a ideia existente sobre a participação contemporânea da juventude permeada pelas redes sociais e pela *Internet*, o que de fato corresponde ao momento presente de boa parte dos jovens que têm acesso a esta realidade. Contudo, o autor lembra que esta conjuntura não exclui a possibilidade de participação política a partir de outros meios, ou mesmo não tem relação direta com um posicionamento mais ou menos crítico.

³⁰ Há de se considerar que, em um país marcado por contextos de vulnerabilidades e desigualdades históricas, o acesso à saúde, educação, assistência e outras áreas de atenção à população, ainda apresentam significativas fragilidades. Sobre os diferentes contextos de vulnerabilidade que permeiam a discussão do HIV/Aids no Brasil, José Ricardo Ayres e Vera Paiva, entre outros autores, desenvolveram estudos abordando as vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas (Ayres, 1996, 1997; Paiva, 2002; Paiva & Santos, 2007).

³¹ A nomenclatura “indetectável/intransmissível” passou a ser comumente utilizada para representar a supressão viral do HIV. Esta condição tornou-se possível mediante a aplicação de uma estratégia que ficou conhecida como “testar e tratar”, enfatizando o uso da terapia ARV para todas as pessoas diagnosticadas com o HIV. A estratégia teria como função reduzir a capacidade de replicação do vírus e, com isso, a possibilidade de transmissão do mesmo, tornando a carga viral indetectável (Maksud, Fernandes & Filgueiras, 2015). De acordo com o Ministério da Saúde, “a supressão máxima da CV-HIV não depende apenas da potência do esquema ARV utilizado, mas também da adesão do paciente à terapia prescrita.(...) Algumas condições devem ser atendidas e levadas em consideração ao informar os pacientes sobre a redução do risco de transmissão sexual do HIV: deve-se ter excelente adesão a TARV e monitorização da CV-HIV; A CV-HIV deve estar indetectável há pelo menos seis meses; Ausência de outras IST” (Brasil, 2017a, p.90).

O que se compreende neste momento, é que há uma aproximação entre uma “linguagem jovem” e uma “linguagem tecnológica”, que enseja novas configurações para o campo da prevenção à Aids que, de certa forma, responde e se afina com as diretrizes do governo para o controle da epidemia. Há, portanto, uma mudança de linguagem que produz efeitos no cotidiano, ou seja, a dinâmica inicial de um ativismo que se dá especialmente pelo compartilhamento de experiências pessoais e que tem como base a solidariedade (Santos, 2006; Pelúcio, 2007), divide espaço com a dinâmica científica, que coloca em foco um aparato técnico que, de certa forma, homogeniza as experiências. Uma lógica de racionalização ocupa significativo espaço no cenário, tendo como consequência, muitas vezes, um esvaziamento da política e a produção de mecanismos de controle que funcionam dentro do próprio movimento (Tommasi, 2014; Pelúcio, 2007).

Nesse caminho, a juventude aparece como população estratégica a partir de diferentes vetores que serão abordados no desenvolvimento da tese. Cunha (2014) lembra que as práticas destinadas aos jovens (sejam governamentais ou não), de alguma forma fazem parte de uma “engrenagem mais ampla de produção de sujeitos pretensamente politizados, mobilizados para o ‘ativismo’, ou de forma mais ampla, para a luta contra a Aids” (p.93). De acordo com o referencial teórico desta pesquisa, somam-se a este contexto as diferentes concepções sobre a juventude (que serão foco do próximo capítulo), além das complexas condições econômicas e políticas que afetam o país.

Inseridos em um outro contexto da Aids, os jovens e as jovens vivendo com HIV constituem, por meio das Redes, um coletivo múltiplo, cujo processo de construção será analisado a partir do recorte observado nesta pesquisa. Para tanto, os próximos capítulos serão dedicados à compreensão da juventude inserida na discussão de participação política, assim como a própria dimensão sobre a política.

CAPÍTULO 2 – JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO

2.1 CONTORNOS DE CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Para entender o enredo de composição das articulações apontadas no primeiro capítulo, que colocam no centro das argumentações os coletivos jovens que se agrupam no intuito de uma atuação política nas especificidades da Aids, é preciso compreender como essas relações se estabelecem em um quadro ampliado. Ou seja, torna-se significativo contextualizar e localizar as discussões sobre a participação política no âmbito nacional e com relevantes atravessamentos históricos que conduzem ao panorama contemporâneo.

Discorrer sobre as articulações coletivas e sua efetiva ação no comum compartilhado aponta para a necessidade de circunscrevermos a dimensão da participação política, no intuito de identificarmos os elementos que dão sentido às práticas sociais que intentam um efeito na dinâmica pública. A ideia de participação, muitas vezes, conforme destaca Carrano (2012), encontra-se diluída em entendimentos simplificados e imprecisos, que não condizem com a relevância de sua construção. Em alguns momentos, a participação é compreendida a partir de um sentido mais frágil, ligado a formas de envolvimento sem efeitos significantes na prática política. Contudo, o sentido apontado pelo autor, e com o qual procurarei trabalhar, denota uma apropriação fortalecida sobre os processos que conduzem a um envolvimento capaz de impactar as múltiplas relações sociais nas esferas pública e privada.

No entanto, falar de participação política implica, necessariamente, reconhecer a herança histórica que inclui os mais de 20 anos em que o Brasil viveu sob o regime militar, com a participação da sociedade cerceada e, muitas vezes, punida. Apesar da dominação – e também por ela, partindo do referencial de Foucault (1987) de que a resistência existe no exercício do poder – espaços de pensamento libertador se faziam presentes ainda com o país sob o controle militar, muito pautados nas ideias de Paulo Freire sobre Educação Popular e nos referenciais marxistas que sustentavam a importância da consciência das estruturas de desigualdade permanentes na sociedade. No campo associativo, fortalecem-se, impulsionadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as associações de defesa dos direitos e os sindicatos (Décadas de 70 e 80). Crescem também as ONGs, conforme fora abordado no capítulo anterior, como efeito de algumas falhas de resposta do Estado à sociedade, instaurando novas formas de sociabilidade na esfera pública brasileira (Ciconello, 2008).

Inserida neste panorama, a participação política ganha espaço mais significativo ao longo das décadas, principalmente a partir das mudanças advindas do processo de elaboração

e consolidação do SUS na década de 90, como fruto da Reforma Sanitária (Ciconello, 2008; Guizardi & Pinheiro, 2006; Oliveira, Ianni & Dallari, 2013). O impacto na abertura de espaços de participação torna-se relevante e cria condições para diferentes formas de organização e participação da sociedade no processo político, correspondendo, em sua maioria, às demandas coletivas (Ciconello, 2008; Pereira & Nichiata, 2011).

Através desta conjuntura, a cidadania e a participação aparecem como elementos fundamentais para o exercício da gestão democrática, sendo estes assegurados em lei e entendidos enquanto princípio constitucional (Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990³²). Os ganhos relacionados a este processo que institucionalizou a existência dos conselhos como espaços legitimados de participação política são notáveis, pois conduziram a uma aproximação da população na busca pela viabilização e garantia de direitos. Inicialmente, este contexto encontra-se em relação estreita com o campo da saúde, mas ao longo do tempo alcança outros setores de atenção à população e coloca o controle social em posição estratégica junto às políticas públicas (Guizardi & Pinheiro, 2006).

No que concerne às políticas públicas, estas encontram-se reconhecidas como um conjunto de respostas às demandas levantadas pela população, constituídas em um caminho de mão dupla nos tensionamentos gerados entre a sociedade e o Estado, em suas complexas relações (Sampaio & Araújo, 2006). Contudo, a elaboração das políticas públicas está sujeita às conformações históricas e a critérios que balizam sua execução, tais como o impacto econômico das demandas, a prevalência do problema instalado, a disponibilização de fundos para a execução das ações, entre outros aspectos (González & Saforcada, 2006). Isto aponta para um arranjo não linear, que, de acordo com Guareschi, Lara e Adegas (2010), também coloca as políticas públicas como ações que designam um investimento (de poder) direcionado à vida da população.

A noção de controle social se insere neste contexto com bases nas Ciências Sociais, marcada por uma concepção de limitação das ações dos indivíduos a partir dos valores e normas dos grupos aos quais se associam, ganha novo desenho a partir da redemocratização e da inscrição da Constituição Federal de 1988 (Oliveira, *et al.*, 2013). Nesta perspectiva, o controle social assume formas ligadas às práticas da sociedade que se destinam ao exercício do acompanhamento e controle sobre as ações do Estado, sendo a participação da população na elaboração e desenvolvimento das políticas públicas, legitimada através deste conceito.

³² A Lei Federal no 8.142, de 1990, regulamenta a participação da comunidade através dos Conselhos e Conferências de Saúde.

No entanto, vale considerar que esta estruturação acontece atravessada por dinâmicas históricas e culturais do contexto brasileiro, envolvido em situações de desigualdade, precariedade e vulnerabilidades. Neste sentido, o exercício da participação política mediado pelo controle social está além das regulamentações formais que garantem sua existência e tem sua execução pautada por práticas sociais (re)produzidas cotidianamente (Guizardi & Pinheiro, 2006). Sabe-se que a complexidade da máquina pública, inclui a diversidade de interesses e pactuações e fazem funcionar (in)visibilidades que operam neste contexto e, por isso, apesar das conquistas, é válido problematizar em que medida os espaços de controle social condizem efetivamente com os objetivos de sua criação e, até que ponto as demandas da sociedade civil alcançam, de fato, eco nas decisões políticas.

Talvez o ponto premente seja a forma como se concretiza a participação, posto que a presença quantitativa assegurada com o requisito jurídico da paridade, mesmo quando cumprida, não significa uma correspondência direta com a capacidade de intervenção nesse espaço, principalmente se considerados os representantes dos usuários (Guizardi & Pinheiro, 2006, p.800).

Esta situação se dá, portanto, na relação entre a sociedade civil e o Estado, compreendido não somente em uma dimensão de mediação de interesses a favor de um ordenamento da sociedade, ou por sua composição organizacional e administrativa, mas sim na sua relação entre sociedade, economia e política. Ou seja, para além dos aparatos governamentais que podem reduzir o político à sua institucionalização (Prado, 2001), é preciso considerar a pluralidade e a configuração dissensual do Estado, que conforme argumentam Batista e Mattos (2011), é compreendido “também como a expressão da cultura, dos hábitos, das práticas e dos costumes de uma sociedade. O Estado se modifica e também mantém processos a partir dos diferentes movimentos que se estabelecem nos grupos sociais” (p.63), superando um modelo universal.

Ao longo da tese, serão abordadas relações de apropriação, assimilação e dependência construídas entre Estado e sociedade civil, principalmente no caso da epidemia Aids, que tem seu histórico marcado por enfrentamentos e negociações, com intensa participação da população. No entanto, essa relação se faz complexa e composta por nuances que dinamizam os processos e escapam de uma visão negativada em si, mas problematizada em seus meios. Sobre essa aproximação, Machado (2013b) aponta que, a partir da década de 90, há uma assimilação de personagens vindos dos movimentos sociais para junto das instituições

governamentais, construindo uma ideia de parceria entre as instâncias envolvidas no processo político.

Percebe-se, portanto, a construção de uma realidade na qual pessoas que tinham posição de liderança em movimentos, ou eram referência em áreas de atuação junto a grupos específicos, passam a ser incluídos na composição estatal, ocupando cargos e posições governamentais e com poder institucional demarcado. Esta realidade, de certa forma, altera os trâmites de negociações entre Estado e sociedade, já que a presença nas duas instâncias reduzia a capacidade de questionamento ou crítica ao governo. Este movimento, como consequência, constrói uma normativa sobre as relações democráticas (Oliveira *et al.*, 2013; Machado, 2013 b).

Tal panorama é incrementado diante dos incentivos e financiamentos ofertados pelo governo aos grupos e movimentos, assim como pela ocupação de lugares no interior dos processos decisórios. A assimilação como processo de aproximação entre Estado e sociedade civil ganha contornos mais específicos e as disputas por meio de editais ou corridas para pleitear financiamentos para projetos, tornam-se práticas comuns e reconhecidas como necessárias para a manutenção das ações das instituições e movimentos da sociedade (Prado, Machado & Carmona, 2009).

Assim, forma-se um processo de institucionalização da participação social que acabou por fabricar uma participação que, muitas vezes, deve estar de acordo com as normas determinadas pelas instituições que compõem o aparato estatal. Como desdobramentos, acumulam-se lucros e prejuízos associados a esta realidade, como descreve Gohn:

Os resultados das ações de grupos e movimentos sob a égide de políticas participativas institucionalizadas por instâncias governamentais, também denominada de participação institucionalizada, são contraditórios. De um lado, as demandas sociais são postas como direitos, abrindo espaço à participação via ações cidadãs. De outro, há perdas, principalmente de autonomia dos movimentos, e o estabelecimento de estruturas de controle social de cima para baixo, das políticas governamentais para os movimentos sociais. O controle social se instaura, mas com sentido dado pelas políticas públicas, ainda que haja participação cidadã no estabelecimento das normativas (Gohn, 2014, p. 54).

Nesta onda, os movimentos que antes prezavam pela autonomia e independência de suas ações, passam a responder, de alguma forma, às vinculações governamentais a partir das quais sustentam suas práticas. Desta forma, passam “a ser cada vez mais comumente identificados com atuações mais assimilacionistas e diálogos mais cordiais, programáticos e propositivos” (Machado, 2013b, p.27), dificultando acepções com teor crítico ou reivindicatório que contradizem as práticas de governo.

As parcerias com agências de cooperação internacional também se tornaram ação estratégica para a manutenção das organizações e movimentos da sociedade civil, ponto que, como fora abordado no capítulo anterior, marcou significativamente as políticas públicas no âmbito do HIV/Aids. Vale ressaltar que esta não é uma realidade única e outros aspectos e olhares podem atravessar esta história, porém, torna-se relevante compreender tais pontos quando se discute a participação política, tendo em vista que as articulações afetam as potencialidades de transformação à medida que criam lógicas de dependência e subordinação.

Neste momento, sem o objetivo de analisar os efeitos mais aprofundados sobre o exercício do controle social³³, circunscrevemos a atenção às críticas quanto às lógicas construídas em função da aproximação entre Estado e sociedade civil. Ou seja, é válido para esta tese escapar de um entendimento unicamente consultivo sobre a participação, compreendendo-a como um modelo participativo complexo e enfatizando sua função e composição política, em um sentido deste conceito que ultrapassa as relações político-administrativas vinculadas ao aparato estatal e alcança as dimensões de conflitos existentes nas relações. Neste sentido, a discussão sobre o conceito de política torna-se fundamental e, por este motivo, terá o terceiro capítulo dedicado a apresentar o arcabouço teórico a partir do qual compreendemos sua reflexão.

Como o objetivo da discussão levantada neste estudo sobre os mecanismos em torno da participação política direcionam-se ao entendimento da inserção da juventude nesta arena – especialmente na articulação com o panorama do HIV/Aids – a partir deste momento, destinaremos atenção aos contornos sócio-históricos que possibilitam esta entrada. Isto, pois a apropriação política sobre a juventude passa, também, pela forma como Estado e sociedade constroem tal posição.

A apreensão da juventude pode aparecer, assim, como produto da sociedade, estritamente relacionado às contingências sociais, culturais, econômicas e políticas que constituem a situação juvenil como alvo de intervenção e controle (Kehl, 2007). Cassab (2007) ressalta ainda que questões como a crise urbana, a pauperização, a precarização do mundo do trabalho, a fragilidade dos serviços públicos e das lutas sociais, também aparecem como fatores que afetam o panorama da juventude e constroem um contexto múltiplo que demanda análises específicas.

Neste sentido, antes de dar continuidade às problematizações concernentes às formas de gestão instauradas pelas lógicas governamentais e de políticas públicas, será dedicada

³³ Para uma leitura mais específica sobre os impactos do conceito de controle social, ver: Oliveira, Ianni, Dallari (2013); Guizardi e Pinheiro (2006).

atenção à constituição da juventude como categoria social, mas principalmente, como campo de intervenção de saber e fazer – no sentido foucaultiano (Foucault, 2010). Esta contextualização se faz necessária para que as dinâmicas que engendram a participação política da juventude sejam compreendidas de forma crítica, escapando de visões naturalizantes.

2.2 SOBRE JUVENTUDE(S) E ATRAVESSAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS

O fato de abordar a juventude nas discussões sobre participação política e, mais especificamente, na zona de convergência com o movimento de Aids, traz alguns desafios que se colocam prementes. O primeiro deles trata-se do reconhecimento sobre a existência de juventudes, com a pluralidade de experiências que precisa ser compreendida. O segundo se dá frente ao entendimento das distintas vias de concepção das juventudes constituídas historicamente e que reverberam no contexto contemporâneo.

Desta forma, serão esclarecidos alguns pontos que fazem sentido para a perspectiva desta tese, buscando desenhar sobre quais juventudes estamos falando e quais olhares dão forma às análises empreendidas na pesquisa. Em uma perspectiva que coaduna com as concepções deste estudo, Tommasi (2012, p. 101) aborda a juventude não como uma “categoria analítica, um sujeito ou ator social, mas como um campo de intervenção que tem despertado interesse e recebido investimentos públicos e privados”. Neste sentido, a juventude torna-se também foco de trabalho da ciência e de suas áreas de saber, entre visões biológicas, pedagógicas, psicológicas, entre outras.

Assim, no reconhecimento da pluralidade de modos da juventude, uma compreensão histórica permeada por condições culturais dá sustentação para as discussões, lembrando que as juventudes são atravessadas por uma heterogeneidade de marcadores sociais, que pluralizam as vivências e produzem subjetividades (Mattos & Castro, 2009; Sposito & Carrano, 2003). Ou seja, marcadores de raça/etnia, classe, geração, gênero, orientação sexual, território, escolaridade, entre outros, vão compor uma complexa teia de relações que precisa ser considerada quando se pretende lançar análises sobre as juventudes.

Faz-se preciso considerar que múltiplas contingências constituem diferentes possibilidades de acesso e existência das juventudes, principalmente na realidade concernente ao Brasil, que tem expressões históricas de desigualdade nas raízes de sua composição. Por isso, como lembra Tommasi (2014) devemos estar atentos/as aos mecanismos de construção dos discursos que operam concepções e agenciamentos sobre a juventude, pois deve-se

caminhar no sentido de superar, ou escapar de uma visão que sirva a inventariar diversidades e produzir uma aproximação que cumpra critérios de entendimento da juventude, mas não necessariamente reconhece como legítimas as múltiplas formas de ser jovem. Para Tommasi (2014), essa aproximação pautada em critérios de atenção se desdobra em mecanismos, muitas vezes, tomados pelo governo como forma de responder à demanda da diversidade.

Assim, assumir a posição de pluralidade da juventude precisa estar relacionado ao entendimento dos processos de subjetivação frente às condições de existência, procurando afastar uma lógica de aproximação da diversidade como retórica, ou seja, escapar das apropriações que forjam uma atenção às demandas e alimentam um certo diferencialismo entre segmentos populacionais. A partir de então, serão abordados alguns elementos relevantes para o entendimento das visões históricas que produzem as concepções das juventudes e seus efeitos no contexto contemporâneo. Como já fora destacado, a juventude, como campo de intervenção de áreas de saber e fazer, ganha certo destaque no cenário das políticas públicas ao longo dos anos, sempre relacionada ao cenário político e econômico e aos processos de gestão da sociedade.

Tal destaque para esta categoria também vem como produto de um importante movimento social, a partir da década de 90, em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, que ganhou fôlego na sociedade brasileira e fez emergir uma identidade centrada na ideia da adolescência³⁴ como fase especial do desenvolvimento humano, que exigiria cuidados e proteção específicos. As lutas por direitos apoiadas pela mobilização social ganham expressão, culminando em documentos normativos de relevância para a proteção e garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens, materializando-se no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Mattos & Castro, 2009).

A ideia de proteção integral às crianças e adolescentes, mesmo que ainda no nível ideal, abre uma nova perspectiva de direitos que rompe com a lógica da “situação irregular” e controle repressivo desta população que foi perpetrada ao longo da história. Instituições e programas passam a ser estrategicamente pensados e organizados a fim de responder a política de direitos da infância e da adolescência, o que constrói um momento relevante, mas que, nem por isso, garante a efetividade das ações (Tommasi, 2014). Sobre tais ações, Cassab (2007) ressalta que estas são guiadas e formuladas segundo um universo de imagens que

³⁴ Durante o desenvolvimento teórico, metodológico e analítico da tese, a dimensão de juventude será adotada como referencial. Tal demarcação, conforme fora explicado na introdução deste estudo, corresponde não somente a uma divisão etária, mas a uma leitura histórico-social que diferencia a juventude da noção de adolescência. Conforme aponta Carrano (2012), a noção de adolescência teve sua trajetória marcada por entendimentos de cunho biológico, pedagógicos e psicológicos que, muitas vezes, reproduzem uma ideia naturalizada e universalizada que não correspondem às concepções adotadas nesta pesquisa.

produzem e são produzidas no/pelo contexto social e, por isso, são atravessadas por dimensões econômicas, políticas, culturais e pela relação com o Estado.

No entanto, as discussões e as conseqüentes estratégias no sentido de atenção e cuidado, centralizaram-se na infância e na adolescência, caracterizadas por uma marcação etária que colocava à margem das ações os/as jovens que, ao atingirem 18 anos de idade, deixavam de ser alvo dos programas e projetos que foram elaborados com o objetivo de proteção. Surge, portanto, uma lacuna de atenção voltada para a juventude, que posteriormente transforma-se em demanda por políticas públicas específicas para esta população.

Como lentes importantes para a leitura da condição de vida da população, os indicadores estatísticos corroboram esta demanda, apontando a faixa entre 15 a 24 anos como a mais “problemática” no/para o contexto social (Tommasi, 2014). Neste sentido, na segunda metade dos anos 90, a juventude é incorporada ao rol das “questões sociais” que merecem atenção no Brasil, já bastante vinculada a uma ideia de problema a ser resolvido que – conforme ressaltado anteriormente – tem significativas diferenças quando compreendidas a partir de marcadores de raça e classe, por exemplo.

Porém, diferentes concepções sobre os sujeitos jovens passam a fazer parte da cena, ainda sendo frequentemente reproduzida uma noção pautada em referenciais etários e delimitadas por categorias universalizantes que homogenizam as experiências³⁵. A imagem do “adolescente” com uma identidade comum, inerente à determinada fase do desenvolvimento é perpetrada desconsiderando, de certa forma, o caráter polissêmico do termo e a pluralidade de experiências possíveis de serem significadas nesse universo (Ozella, 2002).

Diferentes concepções são então constituídas no sentido de apreensão tanto da adolescência (significativamente marcada pelos saberes pedagógicos e psicológicos), quanto das juventudes (compreendida em sua dimensão histórico-social). Diante da complexidade e amplitude da temática, torna-se necessário criar linhas de delimitação para as compreensões aqui abordadas, tendo em vista que não há pretensão de abarcar a totalidade das discussões produzidas. Sendo assim, serão concentradas interpretações e análises sobre a juventude como categoria, mas principalmente como arena de intervenções e problematizações de referencial político.

³⁵ A noção de “experiência” será também discutida no capítulo de análise, principalmente na perspectiva pontual da constituição de diferenciações entre a juventude e a vida adulta. Sob este aspecto, a leitura de Walter Benjamin sobre a experiência contribui no sentido de compreendermos uma relação entre linguagem e história que questiona – a partir de um processo crítico sobre o conceito – uma visão previsível e mensurável, tendo em vista que a experiência se faz na interseção entre linguagem e conhecimento (Pires, 2004; Lima & Batista, 2013).

Neste sentido, Feroni e Bloss (1991) constroem uma perspectiva na qual consideram que a juventude pode ser vista como “objeto político” e como “objeto biográfico”. Como objeto político, a juventude é entendida sob uma ótica ideológica na qual é definida cotidianamente a partir de um critério etário, mas também por uma compreensão institucional. Nesta definição, surgem critérios de identificação social dos jovens, os quais idade, nível de escolaridade e pertencimento a um território de residência são fatores definitivos para a entrada do jovem na “vida ativa” e, conseqüentemente, de uma categorização institucional da juventude. Já quando definida a partir de um referencial de objeto biográfico, a juventude adquire um caráter de passagem para a vida adulta, com a noção de idade constituindo um operador ideológico de categorização.

Castro e Aquino (2008) apontam que a juventude enquanto objeto das políticas públicas tradicionalmente foi vista a partir de duas óticas. A primeira seria a ótica do “problema”, tomada como uma parcela da população que demanda medidas de enfrentamento e ações de controle e repressão por remeter à desordem social. Já a segunda ótica estaria vinculada à ideia de “fase de transição” do ser jovem para o ser adulto, com uma concepção de que este precisaria ser preparado para a vida em sociedade.

Há, portanto, lógicas que ora colocam os jovens em uma posição de foco de atenção, com atributos positivos de mudança social – especialmente levantados pelos movimentos de luta pelos direitos da infância e da juventude – ora em uma posição de “problema social”, com atributos de desvio e marginalidade. Nesta onda, as políticas públicas também assumem contornos ora participativos e democráticos, ora de tutela e controle da juventude (Sposito & Carrano, 2003).

Na história, o lugar de problema social, muito vinculado à perspectiva de delinquência e de desvio da norma, atravessados por condições de classe, raça, gênero, território (entre outros), conduzia a imagens sobre a juventude que justificavam ações de controle e vigilância. Mesmo quando ainda não era compreendida enquanto categoria social de estudo e de políticas públicas, a juventude já estava inserida na lógica normativa de governo das cidades através da imagem problemática e desviante, sendo tal ótica enfatizada em uma juventude marcada pela pobreza e pela complexidade das questões de desigualdade de classe em nosso país³⁶ (Tommasi, 2014).

³⁶ Livia de Tommasi (2014) cita como exemplo os jovens dos estudos de Foracchi (1972), que protagonizaram o movimento estudantil e as lutas da ditadura militar (jovens cuja militância pode transformar a cena social), mas que estavam inseridos nas universidades e, muitas vezes, advindos de famílias de classes favorecidas. Em contraponto, os jovens vindos de classes pobres, são colocados como categoria que constitui “o problema” e a desordem social, engendrando a lógica de controle e repressão e, negligenciado o fato de, boa parte das vezes,

Toda essa configuração se reflete no cenário das políticas que se destinam à juventude, principalmente a partir da década de 90, com a emergência do discurso de um Estado que posiciona estrategicamente o jovem como ator social importante para a governabilidade e garantia de direitos (Castro & Aquino, 2008; Mattos & Castro, 2009). A juventude desponta, portanto, como um grupo social potencial para a revitalização da participação, em um momento no qual a sociedade civil é convocada para um resgate e (re)construção de uma cidadania participativa.

2.2.1 O campo das políticas públicas para a juventude

Nas últimas décadas, a população jovem entrou para o rol das populações com intervenções públicas e privadas específicas, incluindo ações do governo federal e programas que tem como produção políticas públicas voltadas para esta parcela da população. Também em estudos acadêmicos, a juventude ganhou espaço nos últimos 20 anos, caracterizando uma área que recebe investimentos técnico-científicos (Tommasi, 2014).

No plano dos indicadores que conduzem as ações em políticas públicas e desenham uma parte do cenário que se relaciona à juventude contemporânea, o Fundo de População das Nações Unidas [UNFPA] (2014)³⁷ aponta que a geração atual está próxima da marca de 1,8 bilhão de jovens, em uma população mundial de 7,3 bilhões de pessoas. Tal configuração traz particularidades e desafios para as ações que, de alguma maneira, destinam-se a esta parcela da população.

Segundo Sposito e Carrano (2003) e Cassab (2007), no rol das ações que começam a se dedicar à temática da juventude, as primeiras especificamente destinadas à população jovem (anteriormente os jovens eram alcançados – ou não – pelas políticas para a população geral) vieram da área da saúde, principalmente pelo foco na prevenção das DST/HIV/Aids, uso de álcool e outras drogas e gravidez precoce. Já a partir da década de 90, a temática da criminalidade chega até a agenda das políticas públicas relacionadas à juventude, dado o crescimento do número de mortes de jovens, ou por eles protagonizadas.

não terem acesso à educação, trabalho e até mesmo de circulação entre as demarcadas hierarquias de composição das cidades.

³⁷ A publicação da UNFPA intitulada “O Poder de 1,8 bilhão – adolescentes, jovens e a transformação do futuro” enfoca as possíveis formas de se tratar este fenômeno de crescimento da juventude que, segundo a agência da Organização das Nações Unidas (ONU), assume características importantes como a maior concentração em países pobres, com desigualdades que, muitas vezes, inviabilizam a garantia de direitos, desenvolvimento e cidadania. Para a UNFPA (2014), os governos podem encarar o crescimento da população jovem como um grupo que demanda recursos e que existe em sociedade de forma passiva, ou podem compreender a juventude enquanto agente ativo, com potencial para, segundo o documento, produzir respostas e alternativas aos problemas sociais, tornando os jovens, agentes de mudança e possíveis empreendedores.

Ao traçarem uma trajetória das políticas públicas voltadas para a juventude, Sposito e Carrano (2003) inserem elementos sobre a apropriação de tais políticas pelo Estado. Quatro distintos modelos teriam então ganhado ênfase nesta perspectiva: o primeiro (de 1950 a 1980) seria a lógica de ampliação da educação e uso do tempo livre; o segundo (de 1970 a 1985) se atém ao controle social dos setores juvenis mobilizados; o terceiro (de 1985 a 2000) está relacionado ao enfrentamento da pobreza e prevenção do delito; e o quarto (de 1990 a 2000), sobre a inserção laboral dos jovens excluídos.

Na América Latina, a preocupação com os jovens e com políticas orientadas para a juventude ganhou representatividade a partir da década de 70, estimulada por alguns organismos latino-americanos e mundiais (tais como a CEPAL e ONU) e governos europeus (como o da Espanha, que promoveu iniciativas de cooperação regional e ibero-americana). (...) Pesquisas realizadas mostraram que esta preocupação começou antes, na década de 50, considerada como o momento de inclusão dos jovens aos processos de modernização, por meio de políticas educativas (Kerbaux, 2005, p. 197).

Portanto, da sistematização destas preocupações que já vinham ocupando a cena das estratégias pensadas para a população jovem, surgem os programas governamentais que se dedicam à temática da juventude e que reconhecem os/as jovens, principalmente a partir da década de 90, como atores sociais relevantes para a transformação e construção de uma cidadania participativa. Como produções deste momento advêm o Plano Nacional de Juventude, de 2004, a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e da Secretaria Nacional de Juventude, em 2005³⁸. Tais resultados surgem a partir da reflexão sobre a relação entre indivíduo e sociedade e, mais especificamente, sobre a necessária abordagem das temáticas relacionadas a este campo (Mayorga, *et al.*, 2012; Tommasi, 2012).

Uma nova conjuntura se apresenta, portanto, instaurando o campo denominado como políticas públicas de juventude que, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (2004), incorporam um conjunto de estratégias com um recorte geracional que colocam os jovens como sujeitos de direitos e como alvo de atenção e atuação. Tais ações têm como prerrogativa inicial articular propostas voltadas especificamente para o público jovem; possibilitar a participação na formulação de políticas; e ter impacto na condição de vida destes/as (Castro & Aquino, 2008).

Neste sentido, a juventude ora tomada como desviante, adquire contornos de revitalização social, ou seja, o/a jovem passa a ser visto como possível solução, por conta de

³⁸ Links para acesso e maiores informações:

www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=253927 (Plano Nacional de Juventude); <http://juventude.gov.br/conjuve> (CONJUVE); <http://www.juventude.gov.br/juventude/sobre-a-secretaria> (Secretaria Nacional de Juventude).

seu potencial criador e renovador, assumindo lugar relevante como possibilidade de transformação e desenvolvimento social (Tommasi, 2014). No entanto, esta noção que inscreve a juventude em um nível positivo e revitalizador está, muitas vezes, condicionada a uma parcela elitizada, ou encontra limitações quando se depara com as complexidades impostas pela situação de pobreza, construindo a ideia de que existiria uma juventude capaz de contribuir para o desenvolvimento social e outra tomada como alvo de controle e cerceamento, por ocupar uma posição marginalizada.

Inseridas neste panorama, as agências que se dedicam à temática juvenil começam a despontar e, de certa forma, se responsabilizar pelas ações estratégicas de promoção da qualidade de vida e garantia de direitos da juventude. Tommasi (2014) destaca que, enquanto para a infância e adolescência o UNICEF teve importante papel no campo político, destinando financiamentos e produção acadêmica; no que concerne à juventude, a UNESCO aparece como agência de destaque, com publicações que se tornam referência para as discussões sobre esta temática. Na maioria das publicações da UNESCO, a juventude é tomada como objeto tendo como base os fatores estatísticos, considerando indicadores que legitimam o impacto numérico da população jovem atualmente, assim como os fatores que colocam esta população como “vulnerável” considerando contingências que envolvem o ser jovem em sua dimensão social tais como, a violência, as dificuldades de acesso à educação, trabalho, cultura, entre outros.

Contudo, Kerbauy (2005) chama a atenção para o fato de a elaboração de ações e estratégias voltadas para demandas do público jovem não estabelecer relação direta com a criação de políticas públicas, tendo em vista que inicialmente se configura mais como um “conjunto de programas geralmente desconexos, focalizando grupos de jovens que compartilham determinada condição, tratados quase sempre de forma estereotipada” (p. 193). Além disso, vale lembrar novamente o alerta feito por Tommasi (2014), sobre a possível apropriação da diversidade da juventude mais como aproximação enquanto modos de governo, do que propriamente como reconhecimento das múltiplas experiências.

Assim, as práticas de setorização das políticas de juventude, segundo Kerbauy (2005), muitas vezes, estão mais a serviço de criar políticas de governo, do que efetivamente políticas públicas. Ou seja, destinam-se a funções “reparatórias e compensatórias” (p.194) que podem operar lógicas utilitaristas sobre a condição juvenil. Neste sentido, por mais que os avanços na organização de um campo de políticas públicas com temáticas específicas concernentes à população jovem brasileira sejam significativos, ainda há uma fragilidade na

institucionalização dessas políticas, principalmente no que concerne à participação ativa dos jovens e das jovens na construção das mesmas.

No caso das políticas públicas destinadas aos jovens na última década, nota-se que elas se destinaram muito mais a oferecer aquilo que se intuiu ser as necessidades dos jovens e muito menos a se ocupar em indagar ou provocar processos que abrissem espaços e tempos de diálogo para que os próprios jovens apontassem caminhos e demandas. Os jovens precisam de espaços e tempos não apenas para receber projetos pré-concebidos por lógicas adultas; eles e elas querem dizer o que precisam e sinalizar para o que podem fazer individual e coletivamente (Carrano, 2012, p. 89-90).

Além da dimensão de participação da juventude – que será discutida no próximo tópico deste capítulo – é preciso compreender que há uma diversidade de perspectivas e orientações no campo das políticas de juventude, que está também sujeita às lógicas de financiamento e prioridades em meio às políticas para outros segmentos populacionais. Pois as políticas públicas não são um “retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil” (Sposito & Carrano, 2003, p.18), mas sim (re)produtoras de uma certa realidade social.

Toda essa conformação transforma a maneira com que as políticas públicas passam a se apropriar da juventude, instaurando um olhar mais expressivo sobre a categoria. Contudo, torna-se relevante refletir sobre as posições construídas nesta arena de relações, tendo em vista que a possibilidade de participação pode operar tanto no sentido de alterar o cenário posto, quanto de manter e legitimar hierarquias.

2.3 CENAS DE PROTAGONISTA COM ROTEIROS DE TUTELA: JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O contexto abordado até o momento possibilita o reconhecimento de demandas específicas que, de certa forma, rompem com a noção de incompletude ou de desvio social atrelada à juventude, mas também revelam certa apropriação estratégica deste público. Para além dos programas governamentais, as políticas sobre a juventude também são constituídas por meio da participação política, mas vale lembrar que a reflexão sobre a dimensão do que seria efetivamente participar e quais as condições de realização desta participação, também deve ser incluída no bojo das discussões.

No princípio deste capítulo, foram levantados alguns pontos relevantes para se pensar a participação enquanto regulamentação assegurada pela legislação e como parte integrante da

estrutura que sustenta a organização dos sistemas de atenção à população. Porém, neste entremeio e, especialmente no que concerne à participação da juventude, algumas linhas críticas ainda precisam ser traçadas, pois a construção desta argumentação dará suporte para as análises realizadas na segunda parte da tese.

O funcionamento das lógicas que sustentam as dinâmicas de participação e os efeitos destas na construção de posicionamentos para a política, muitas vezes, podem operar mecanismos de (in)visibilidade para o discurso da experiência juvenil (Mayorga, *et al.*, 2012). A este fato, parte das vezes, é atribuída causalidade que busca nas questões individuais, em uma visão naturalizante sobre o desenvolvimento dos/as jovens, ou em uma existência a-política em sociedade, as justificativas para a continuidade dos silenciamentos sobre a juventude.

Neste sentido, autores e autoras abordam este nó entre as concepções construídas sobre a juventude e as (im)possibilidades de participação política desta. Tais compreensões discorrem entre perspectivas que apontam a dificuldade em apropriar-se da política, ancorada a uma ideia socialmente construída, marcada por um entendimento que relaciona juventude à efemeridade e à naturalização no ciclo de vida (Augusto, 2008); a um sentido de que há uma ideia negativa sobre a política que reduz caminhos de consciência crítica dos/as jovens sobre sua posição política (Mische, 1997; Cunha, 2013), entre outras.

Tais argumentações levantam a necessidade de encontrar e/ou fomentar caminhos de participação que questionem o lugar de “efemeridade” e inconsequência da juventude, possibilitando irromper uma real condição política de jovens neste cenário. Mayorga, Castro e Prado (2012) questionam a apropriação das temáticas de juventude e política, no nível da experiência e da participação vistas a partir de um único sentido. A complexidade e dinâmica da vida política, dos processos democráticos e de seus sentidos não deveriam permitir que as concepções da participação fossem engessadas em esquemas que, ora abordam a juventude como esperança e renovação, ora a incutem o peso da decepção pela apatia frente à política.

Conforme assinala Carrano (2012, p. 91), “a tensão não se equaciona analiticamente tão somente no plano do relacionamento entre as gerações, uma vez que a juventude se impõe como categoria histórica e social, mas se constituiria como um produto histórico: o movimento de juventude”. Assim, torna-se necessário fazer o exercício de escapar das justificativas que centralizam-se na ausência de participação política, a fim de questionarmos as formas possíveis de atuação em um sistema com tensões constantes entre o reconhecimento dos dissensos na arena política e a manutenção de um regime consensual que neutraliza os conflitos.

2.3.1 O protagonismo em cena

A partir da segunda parte da tese, utilizarei a metáfora com o teatro para explicar os caminhos metodológicos do campo de pesquisa, aproximando minha inserção como pesquisadora nos contextos, à atuação nos cenários; as observações investigativas, às dinâmicas entre espectadores/as e a peça; entre outras relações estabelecidas nesta analogia. Por isso, o termo “protagonismo” aparece no título deste tópico provocando dois sentidos importantes para este trabalho: um, que denota a posição da figura do protagonista como personagem principal ao redor do qual os acontecimentos e tramas se desenvolvem que, neste caso, seria possivelmente a juventude; e outro, que aparece no domínio das políticas públicas voltadas para o público jovem como concepção que forja a participação política a partir de uma dimensão de incentivo e incremento governamental.

Portanto, cabe aqui problematizar os meios pelos quais o protagonismo passou a ser compreendido mais como elemento técnico que pode operacionalizar mecanismos de gestão, do que como a concepção original de uma posição de destaque no cenário político. Esta construção será relevante para as argumentações analíticas da segunda parte da tese, onde tais discussões serão também ampliadas a partir das observações realizadas junto às Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids.

De acordo com Carrano (2012), a expressão protagonismo juvenil “durante toda a última década assumiu um caráter mobilizador e operacional orientando a elaboração de documentos e a narrativa de técnicos de instituições governamentais e da sociedade civil orientadas para o trabalho com jovens” (p. 88). Neste sentido, Tommasi (2014) ressalta que a noção de protagonismo traz, em geral, um foco voltado para a promoção de capacidades, construindo o que pode ser visto como uma “boa cidadania” (p. 297), onde compromisso e solidariedade são considerados pilares.

No contexto contemporâneo, a dimensão de protagonismo e, mais especificamente o que diz respeito ao protagonismo juvenil, encontra-se atravessada por uma ideia pedagogizante sobre os sujeitos conduzindo, muitas vezes, a práticas esvaziadas de conteúdo político e que localizam a juventude como pseudo protagonista (Carrano, 2012). Esta condição também acontece como reflexo da organização política do Brasil que, apesar de ter em seus princípios a participação e controle social como bases para a sua gestão, tem significativas fragilidades na condução e efetivação deste direito (Mayorga, *et al.*, 2012).

Assim, há a produção do que Mayorga e Nascimento (2009) chamam de “retórica da participação”. Ou seja, cria-se uma situação na qual, muitas vezes, o chamado para a

participação política, ao invés de atuar no sentido de garantir o direito e a cidadania, assumindo sua forma crítica, se encontra “camuflado” por uma sedução ou mesmo manipulação por conta da obrigação legal para execução da política pública. Nestes casos, algumas vezes o que está em jogo são interesses institucionais ou lógicas de conformação que engendram silenciamentos, fazendo funcionar uma estratégia de regulação da participação que pode se modificar de acordo com os interesses governamentais (Mayorga, *et al.*, 2012).

Em se tratando da participação da juventude no processo político, alguns fatores atuam como agravantes. As noções de protagonismo juvenil e de risco social são frequentes nos documentos governamentais e não governamentais de programas destinados a este segmento populacional. No entanto, conforme destacam Sposito e Carrano (2003), é preciso considerar que “essas ideias foram marcadas mais por apelo social do que conceitos ancorados em diagnósticos sociais e reflexões analíticas sobre o tema da juventude” (p.31), ou seja, tais enunciações sobre a juventude acabaram se tornando modos de simplificação de realidades complexas, ou mesmo funcionando como mecanismos de tradução da realidade juvenil para acesso a financiamentos de projetos. A utilização desta noção pode parecer auto-explicativa e produzir um pseudo aprofundamento na discussão, até o momento em que nos colocamos a refletir sobre o compromisso de seu significado (Sposito & Carrano, 2003).

Sob tais construções, situam-se justificativas que legitimam processos de gestão sobre a juventude. Concepções que compreendem o crescimento populacional da juventude, visto como um “bônus demográfico”, por exemplo, contribuem para que haja uma mudança estratégica na visão sobre a população jovem, passando de um aspecto negativo e como alvo de controle, para uma dimensão que destaca o potencial para a transformação da realidade social.

De acordo com a UNFPA (2014), para que se efetivem as características da juventude como potencial, é preciso que os governos assumam a criação de um ambiente político positivo, elaborando e implementando políticas que promovam a participação juvenil nas decisões pessoais e políticas, pois aí estaria a “diferença entre uma tendência demográfica que puxa as economias para baixo e uma que as faz deslanchar – através do bônus demográfico” (p. 14). Essa mudança estratégica na visão sobre a juventude desencadeia, como consequência, algumas atribuições políticas como a necessidade de investimento em educação; a delimitação geracional nas políticas públicas; e o incentivo a participação desses jovens na esfera política, alimentando a noção de protagonismo juvenil (Castro & Aquino, 2008).

Percebe-se, portanto, que a capacidade de agência do Estado sobre a atuação da juventude começa a despontar como potencial para a gestão de uma população economicamente ativa – e interessante para o governo – cujas práticas de participação política que possam emergir, devem ser objeto de governo. Nesse sentido, a inquietação vista como própria da juventude pode ser tomada como positiva, quando bem gerida e conduzida³⁹ por representações, governamentais ou não, que assumem a voz sobre esta parcela da população.

Porém, as contingências e transformações sociais vêm denunciando as limitações destes modos de perceber a juventude. Tommasi (2014) propõe uma reflexão crítica sobre a necessidade de entender o protagonismo forjado pelas agências que se dedicam à questão juvenil, onde os jovens passam a ser parte da solução, mas como aliados do Estado. Nesta direção, Mayorga, Castro e Prado (2012) ponderam:

Aqui, as lógicas institucionais impelem suas dinâmicas participativas a partir de capacidades específicas para a política, exigindo praticamente um processo de iniciação, o qual deslegitima a experiência juvenil como discurso válido, exigindo níveis de capacitação e tutoria que regulam as formas participativas de tal forma que indicam, na maioria das experiências, que a fala da juventude não pode ser validada a não ser como uma moratória. Caberia ao jovem, nesse contexto, portanto, o lugar exclusivo do aprendiz? (p. 264).

Reproduz-se, portanto, uma participação que é incentivada, desde que ajustada por modos já hierarquizados. Assim, autoriza-se uma dimensão de tutela sobre a juventude que encontra terreno fértil na concepção de protagonismo, que legitima lógicas de pedagogia sobre condutas e incidem práticas de aprendizado para a atuação pública. Esta dimensão também será discutida nos tópicos de análise da tese, abordando as formas de relação entre Estado e sociedade, principalmente nas particularidades relacionadas à arena política da Aids.

Portanto, é necessário compreender que somente reproduzir modelos de se fazer política pautados na lógica adultocêntrica, pode negar as possibilidades de invenção provenientes de experiências outras. Isso se torna ainda mais potente quando assumimos uma posição de que as relações sociais não se produzem de forma asséptica, mas sim marcada pela conjuntura histórica, política, cultural e econômica de seu contexto. Conforme lembram Mayorga, Castro e Prado (2012), vale a atenção para a relevância de se capturar as formas de ação política que se produzem no cotidiano que, muitas vezes, podem reinventar a política.

³⁹ Esta discussão produz elementos importantes para a constituição do “regime policial”, que será abordado no terceiro capítulo, sob a perspectiva de Jacques Rancière.

À guisa de conclusão deste capítulo, contrariando ações que incidem uma pedagogização de condutas e formas de controle e regulação da participação juvenil, emergem posicionamentos que questionam a normatização consensual e oportunizam processos de subjetivação que têm, justamente na possibilidade de ação política, seu potencial de reconfiguração sensível. Neste sentido, esta subjetivação está relacionada às possibilidades de participação na arena sócio-política (Mattos & Castro, 2009).

Através deste caminho, as ações coletivas encontram sustentação interessante no sentido de pautar sua atuação e promover a participação política de forma crítica e consciente. Ou seja, a participação que vem como efeito do processo de subjetivação política⁴⁰, abre espaço para a elaboração de estratégias para mobilização de recursos e o reconhecimento do caráter marcadamente histórico e opressivo de determinadas relações, muitas vezes, denunciando a própria organização social que lhe vê como problema (Prado, 2001; Mayorga, et al., 2012).

Uma boa medida para aferir a qualidade de um processo de participação juvenil não se encontra em saber se os jovens podem ou não participar deste ou daquele processo ou espaço político, mas sim em buscar perceber até onde esses como indivíduos ou coletivos podem chegar com sua participação no sentido de influenciar decisões (Carrano, 2012, p.88).

Neste sentido, Mattos e Castro (2009) apontam que a política pode se constituir enquanto um campo de práticas e discursos que transformam modos de ser e fazer política(o). Compreendendo-se que as dificuldades para associar-se à política em nosso tempo não é característica exclusiva da juventude, a ação desta categoria pode aparecer pela recusa em ser invisível, como aposta Cassab (2007), como uma luta pela voz, pelas mudanças na realidade e ao mesmo tempo transformação de si.

Sendo assim, as redes de articulação coletiva, tal como as Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids apresentadas no primeiro capítulo, tem relevante potencial no sentido de fomentar a participação política. Isto pois, operam fissuras na composição hegemônica das hierarquias, fazendo emergir os dissensos que assumem posição de questionamento de modelos e denunciam invisibilidades.

⁴⁰ O conceito de subjetivação política é central para este estudo e será discutido sob o referencial teórico de Jacques Rancière, tanto no terceiro capítulo, quanto no *corpus* analítico da pesquisa.

CAPÍTULO 3 – DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL AO SUJEITO POLÍTICO

Nos fios de condução teórica apresentados até o momento, foram abordados desde os pontos relacionados mais especificamente ao campo do HIV/Aids, até as articulações referentes às juventudes em tempos contemporâneos. Contudo, é válido perceber que entre as diferentes teorizações que compõem a trama de reflexões deste estudo, as dimensões sócio-políticas de constituição das relações em sociedade são as linhas de amarração existentes. Portanto, este terceiro capítulo abre caminhos para uma construção mais cuidadosa sobre os conceitos que dão base para as discussões políticas levantadas no desenvolvimento da tese.

Ao longo da história de construção social da Aids, as mobilizações e relações de enfrentamento pronunciadas deram visibilidade às demandas sobre o viver com HIV/Aids, fazendo com que estas fossem tomadas como objeto das políticas públicas. Inseridas no contexto macropolítico de redemocratização do Brasil na década de 80, a Aids e seus movimentos entram no jogo de reformulações da saúde, provocando discussões e denunciando falhas do sistema.

Assim, as construções realizadas neste capítulo partem justamente deste panorama, tendo como marco o período de redemocratização e as transformações da participação dos cidadãos nos espaços decisórios do Estado. Conforme fora abordado, o Brasil tem hoje canais legitimados de participação política, com espaços formais que indicariam noções de uma gestão democrática (Ciconello, 2008).

No entanto, Mayorga, Castro e Prado (2012), corroborando os estudos de Fatinel (2011), lembram que a própria forma com que o Estado se constitui ao longo da história produziu (e produz) uma noção de não aproximação, desmobilização e inércia frente à política. Sobre este fato os/as autores/as argumentam:

nos deparamos com uma perspectiva em relação à política bastante cristalizada, em que o conflito é tomado como algo que deve ser evitado e neutralizado, restando, portanto, uma perspectiva da política que privilegia o consenso – seja por meio de alianças políticas baseadas em interesses não públicos, seja pela assimilação das bandeiras e formas de atuação dos movimentos sociais que acabam, contraditoriamente, criando consentimentos em relação à transformação de suas demandas em espaços regulados de participação (Mayorga, *et al.*, 2012, p.266).

Sendo assim, seguiremos em uma linha de pensamento que contraria as versões que localizam a política de forma cristalizada e demarcada em um arcabouço administrativo, lançando luz justamente sobre as relações que oportunizam os conflitos e posicionando a política em uma arena não consensual. Tal direcionamento terá como principal sustentação

teórica as elaborações de Jacques Rancière, que aponta para o resgate dos sentidos da política, questionando as bases racionais e formas totalizantes de sua ação. Ao longo do capítulo, também serão realizados diálogos com outros/as autores/as como Laclau e Mouffe (1985; Mouffe, 2003; 2005), que contribuem para as argumentações pretendidas no sentido de evidenciar o conflito como elemento central, guardadas as diferenças na compreensão sobre a constituição política.

Iniciando este diálogo, quando localizamos as concepções democráticas que permeiam o campo da participação da comunidade nos processos políticos, a leitura de Mouffe (2003) torna-se interessante já no intuito de questionar certas lógicas tradicionais de pensamento. A autora apresenta uma forma de organização e entendimento da democracia que rompe com a lógica dominante da teoria democrática liberal que, a partir de uma visão racionalista e individualista, nega a natureza agonística do político e a existência central dos antagonismos. No pensamento liberal, o político estaria relacionado a uma ótica que o reduz ao campo econômico e ético, pouco absorvendo a relevância dos conflitos engendrados na composição da comunidade.

Nesta perspectiva, o que chamamos de "sociedade democrática", por exemplo, passa a ser questionado, pois compreende-se a sociedade como dinâmica, atravessada e constituída por conflitos e, não necessariamente uma sociedade harmônica. Os antagonismos, como denomina Mouffe (2003), vão existir e, seria "um equívoco acreditar que uma 'boa sociedade' é aquela na qual os antagonismos foram erradicados" (p.11). Assim, a autora defende um modelo agonístico⁴¹ de democracia como uma alternativa ao quadro racionalista que prioriza o consenso. Ao compreender que o poder é constitutivo das relações sociais, o modelo agonístico assume o caráter inerradicável do antagonismo, visto a pluralidade de valores e posições de poder nas relações (Laclau e Mouffe, 1985).

A questão central da democracia deixa de ser então a eliminação das relações de poder, passando para o sentido de construir formas de poder mais aproximadas das contingências sociais e valores democráticos (Mouffe, 2005). O ponto de convergência para o diálogo entre as argumentações da autora e as concepções de Jacques Rancière a serem tratadas na tese, encontram-se portanto, na dimensão de existência da política como antagonista e dissensual. Ou seja, na compreensão da oposição conflituosa que se faz presente

⁴¹ Considerando tais ideias, Mouffe (2005) destaca duas noções diferentes assumidas pelo antagonismo. A primeira, o antagonismo propriamente dito, seria a luta entre inimigos. Já a segunda, chamada pela autora de "agonismo", seria a luta entre adversários, que assumem o conflito como parte das relações. O propósito da política democrática seria transformar antagonismo em agonismo. É neste sentido que a prática política não pode ser compreendida somente como relação entre identidades pré-estabelecidas ou padronizadas, mas sim sujeita às fragilidades do território político.

no pensamento tensionado dos autores sobre a política, que de certo modo, colocam em questão a relação entre igualdade e liberdade (Machado, 2013).

Abordamos então, neste momento, o sentido de democracia perpetrado por Rancière (1996), colocando-a como desvinculada ao regime social, entre individualismos e massas, ou mesmo a um regime parlamentar ou estado de direito, mas sim atrelada ao modo de subjetivação da política enquanto oposição às normatizações e naturalizações operadas por determinados regimes.

A democracia provocou inicialmente a filosofia política porque ela não é um conjunto de instituições ou um tipo de regime entre outros, mas uma maneira de ser do político. (...) A democracia é, em geral, o modo de subjetivação da política — se por política entende-se coisa diferente da organização dos corpos em comunidade e da gestão dos lugares, poderes e funções. Mais precisamente, democracia é o nome de uma interrupção singular dessa ordem da distribuição dos corpos em comunidade que nos propusemos conceituar sob o conceito ampliado de polícia. É o nome daquilo que vem interromper o bom funcionamento dessa ordem por um dispositivo singular de subjetivação (Rancière, 1996, p. 102).

A democracia passa a ser, então, um movimento constante de inconformidade e dissenso (Pellejero, 2009). A fim de localizar tais discussões, levantaremos alguns pontos sobre o estudo de Rancière, dando ênfase para os conceitos que contribuem para as problematizações da pesquisa no que diz respeito às questões contemporâneas da política — especialmente as noções de política, polícia, igualdade, dissenso e dano, subjetivação política e sujeito político — compreendendo sua perspectiva a partir de uma certa radicalidade sobre o projeto político democrático.

Neste sentido, Rancière (1996) se desafia a compreender a existência da “filosofia política”⁴² construindo uma referência crítica desde Platão até Althusser, apontando a manutenção da dominação sob justificativa de uma ordem. Desta forma, ultrapassa compreensões que lançam mão de mecanismos administrativos e governamentais para circunscrever a política e os processos de transformação da comunidade (Etchegaray, 2014).

O caminho aponta para a noção de que a filosofia se torna política quando assume a dificuldade de se obter repostas, ou as impossibilidades objetivas da própria política⁴³. Nas palavras de Rancière (1996, p.13) “o que se chama ‘filosofia política’ poderia muito bem ser o conjunto das operações de pensamento pelas quais a filosofia tenta acabar com a política,

⁴² O autor ressalta que trabalha para além das discussões marxistas que colocam a filosofia política no âmbito da expressão das relações sociais, indicando a reflexão sobre os princípios e formas de uma política que, a partir do recuo do social, se faz restituída. Nas palavras do autor: “Estudei a emancipação dos trabalhadores no século XIX para repensar certa tradição, conhecida como tradição marxista” (Rancière, 2010a, p. 81).

⁴³ Para construir evidências, o autor resgata as acepções perpetradas em Platão, Sócrates e Aristóteles.

suprimir um escândalo de pensamento adequado ao exercício da política”. Neste sentido, a filosofia se torna política, pois tem como condição a regulação dessa situação de racionalidade da política (Rancière, 1996).

No entanto, esse retorno da política traz em si algumas elucubrações históricas que, necessariamente, demandam uma filosofia política que rompa os limites de textos que contem sua história e que superem o entendimento da política a partir da lógica de Estado e do Estado de direito; e as articulações entre a democracia e a lei. Intentando uma restauração, Rancière parte de uma crítica da política que aparece somente no seio de doutrinas clássicas, ou sob a forma legitimada dos Estados democráticos liberais.

A restauração do entendimento da política, para o autor, precisa compreender a multiplicidade de modos e lugares nos quais a política se instalou nas teorizações que a ela se dedicam, ora contestada em nome do social, ora localizada nas negociações sobre o bem comum, legislações e posturas decisórias do Estado. Porém, o que é produzido sobre a política a coloca na esfera das decisões que se impõem sobre si mesmas, sendo que a ela resta a adaptação às lógicas de mercado e do capital, construindo um cenário onde a manifestação e a ausência da política aparecem concomitantemente (Rancière, 1996).

Em uma construção que ocasiona em primeira análise uma contradição que propõe o estudo da política através do entendimento do desentendimento, o teórico aponta os casos nos quais a racionalidade sobre as palavras está instaurada nas disputas sobre o que se quer dizer. Neste sentido, o desentendimento, estaria relacionado à situação de fala na qual, no diálogo entre interlocutores, um ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. Mas esse desentendimento, para Rancière (1996), não diz respeito somente às palavras, mas sim às construções sobre a própria situação dos que falam.

Ao resgatar Aristóteles, no Livro I da Política, inicia-se o pensamento ao fundamentar a origem da *pólis* e o caráter político do “animal humano”, visto como o homem que, de posse da palavra, do *logos*, manifesta e se expressa em comunidade, marcando sua diferença nas formas de participar do sensível, atribuindo valor às ações humanas. O homem, que possui a fala, noções de justo e injusto, bem e mal, utiliza os recursos da natureza humana e faz existir a *pólis* e a família, em uma existência lógico-política (Rancière, 1996).

Ao abordar Platão, as argumentações versam sobre a compreensão da política em sua radicalidade, com a divisão e compreensão do/pelo sensível – *aisthesis* – a explicação para a relação obscura do que é nocivo, que precisa ser sentido para ser comunicado. Relação obscura, pois, segundo Rancière (1996), a divisão do sensível não se faz evidente, ao contrário, abre espaço para o questionamento sobre a fronteira entre o sentir algo em si e a

expressão da sensação deste mesmo feito. Ou seja, a sensação de dor, precisa ser sentida, mas também pode ser compreendida pelo sentido de nocividade que ela produz. Sabe-se que determinado ato violento, por exemplo, provoca efeitos nocivos a alguém, mesmo sem sentir em si a dor pelo ato (Rancière, 1996).

Já na relação com Althusser, o autor discorda de seu mestre principalmente a partir do ponto que este pressupõe uma divisão entre as massas e a parcela intelectual, dando a esta última, a dimensão da organização do pensamento intelectual da história. A crítica ao marxismo a partir de Althusser questiona a afirmação da política como disputa pelo poder, apontando para a existência de uma partilha, na qual aqueles que não tinham parte na comunidade, passam a tê-la, reorganizando a distribuição do espaço sensível (Pellejero, 2009).

Entra em cena, portanto, a lógica da “partilha”, que ocupa relevante posição nas elaborações de Rancière sobre as divisões que se estabelecem no compartilhamento do comum. A partilha, para o autor, relaciona-se à composição das parcelas deste comum, ou seja, envolve a participação e compartilhamento no espaço, mas, sobretudo a forma como são distribuídas essas partes, produzindo uma partilha do sensível (Rancière, 2005).

Das movimentações sobre a divisão das partes – lógica que será explicada posteriormente, ao abordar os regimes entre a política e a polícia – desdobram-se efeitos de transformação e/ou manutenção das distribuições dos espaços, de ausência ou aparecimento da política na organização sensível. Nesta relação, começam a ser levantadas as possibilidades de emancipação enquanto produção da política, retomando as discussões anteriormente pautadas sobre a democracia.

Considerando este contexto, há uma aproximação da democracia à prática da política, entendendo-a como possibilidade emancipatória apoiada no princípio da igualdade. Segundo Pellejero (2009), através da emancipação, vê-se a possibilidade de mediar a igualdade numa sociedade desigual. Porém, para compreender o modo como tais processos podem ocasionar uma reconfiguração na partilha do sensível, é preciso primeiro entender a lógica que instala a política.

3.1 SOBRE A POLÍTICA (E A POLÍCIA)

Para reconhecermos a prática da política, é preciso antes compreender sobre qual política estamos lançando olhar e, mais especificamente, sob quais sustentações teórico-conceituais construímos nossas concepções sobre política no domínio da sociedade. Em meio

às produções de sociabilidades, por vezes, a política se encontra engessada a mecanismos que circunscrevem essa ação em um cômputo restrito e vinculado a um aparato formal ou técnico que pressupõe, muitas vezes, formas hierarquizadas e naturalizadas de gestão do comum. Nesta pesquisa, corrobora-se com a perspectiva de Mayorga, Castro e Prado (2012), buscando não reduzir a experiência da política aos seus meios participativos, ou a práticas tuteladas e delimitadas às ações de governo.

Por este motivo, o posicionamento sobre as dimensões que compreendem o político e suas relações torna-se relevante, tendo em vista ser a partir deste posicionamento que as análises ganham materialidade sob uma perspectiva específica. Intentando situar as dimensões da política que serão abordadas na tese, será realizada uma breve passagem por algumas concepções, a fim de posteriormente situar a concepção de política enquanto movimento de ruptura que enseja subjetivações e transformações, que dará sustentação para as análises do campo pesquisado.

De acordo com Machado (2013), desde Aristóteles, até as produções contemporâneas, seja em atribuições que colocam a política como bem da comunidade, ou como parte de uma lógica liberal de relações de poder, dizer sobre suas ações implica em posicionar-se frente à (in)definição dessa noção. Junto a isso, acrescenta-se a discussão sobre o problema da ordem social, que atravessa a história e se configura como um dos eixos do pensamento filosófico político contemporâneo. Desde Platão e Aristóteles, as formas de organização e de governo da sociedade traduzem-se em pensamentos que questionam a ordem sócio-política (Benitez, 2009).

Machado (2013; 2013b) desenvolve um importante estudo que contribui para a localização das concepções sobre a política, especialmente entre autores e autoras que exercitam a crítica no resgate do conceito. Segundo o autor, os estudos de Schmitt (1992) delimitam, em caráter inicial, um campo de investigação, abrindo espaço para o entendimento do conflito como elemento de composição da política, questionando o pensamento liberal que insere a política nas disputas por poder e como passível de solução técnica.

Nesta arena, há os pensadores que defendem uma dimensão ontológica da política, amparados em uma perspectiva deleuziana, críticos ao pós-estruturalismo de caráter antifundacionalista às formas de concepção de sujeito, que têm como ponto de encontro a reação às tendências totalitárias que afetaram a modernidade (Bueno, 2015; Machado, 2013). Outra aproximação relevante para esta tese trata-se da problematização de autores que constroem diferenciações sobre o político e compreendem sua constituição a partir dos desacordos, antagonismos e dissensos, tais como Mouffe, Laclau e Rancière. Contudo, é

imprescindível guardar as diferenciações que se instalam no debate, tanto em termos conceituais – como a organização de Laclau e Mouffe (1985) a partir da noção de hegemonia e, de Rancière em torno da dimensão de igualdade, por exemplo – quanto em termos teóricos, compreendendo os atravessamentos psicanalíticos que compõem a leitura de Mouffe e Laclau, assim como a marcada confrontação de Rancière ao marxismo.

No que concerne à aproximação entre as perspectivas, a diferenciação na constituição do político e a argumentação sobre a centralidade do conflito, contribuem com reflexões relevantes para complexificar a composição da arena política. De forma pontual, podemos apresentar a proposta de Chantal Mouffe (2005) acerca de um modelo agonístico de democracia, que designa a necessária distinção entre o que a autora entende pelo domínio do "político" e da "política". A arena da política, de acordo com Mouffe (2005), é caracterizada pelas instituições, discursos e práticas responsáveis pela ordem social, a partir de um conjunto de práticas que produzem regulações e normatizações. Já na dimensão do político, concentram-se as diferentes formas de antagonismos presentes nas relações em sociedade, que se destinam a definir a objetividade social. Neste jogo, a política se dedicaria a conter antagonismos tentando criar certa unidade dos processos, porém, estaria sempre exposta ao conflito.

Na política, a oposição é alimentada pela relação nós – eles, sendo ambas as partes vistas, conforme destaca Mouffe (2005), como inimigos. O desafio para uma democracia que assuma antagonismos em seu interior, seria compreender o combate de ideias a partir da legitimidade adversária – que foge da noção liberal de competidor – onde há princípios ético-políticos que são base, mas que não são realizados a partir da lógica racional.

Seguindo esta lógica, Rancière (2005) problematiza as formas de expressão do político e escapa de uma noção apoiada na abstração, na qual toda relação social se faz enquanto relação política. Tal posicionamento esvaziaria a possibilidade de analisar processos sociais específicos com implicações políticas e seus efeitos de transformação (Machado, 2013). Outra contradição inicial que se faz pertinente aqui é o entendimento de que, para Rancière, a política também é mais do que tomada de consciência⁴⁴, pois as ações políticas estão mais relacionadas à partilha do sensível, do que ao poder⁴⁵ e ao direito em processos de disputa

⁴⁴ O que aponta novamente a crítica ao marxismo, principalmente a partir de Althusser.

⁴⁵ No que se relaciona à concepção de poder, erigem-se diferenças também entre Rancière e Michel Foucault, pois o primeiro estabelece uma crítica a esta categoria e a forma como ela é compreendida na perspectiva foucaultiana. De acordo com Tassin (2012), Rancière coloca uma crítica sobre Foucault argumentando que seu interesse teórico se deu sobre as relações de poder e o domínio sobre a vida, mas não sobre a subjetivação política e seus processos. Apesar da possível aproximação dos efeitos do regime policial, em Rancière, com os efeitos de gestão e vigilância sobre a vida e sobre os corpos, em Foucault (1987), apresentam-se diferenças

(Pellejero, 2009). Neste ensejo, situo que é a partir dos conceitos de Jacques Rancière, que as bases desta pesquisa serão erigidas, encontrando em suas argumentações teóricas a sustentação para discussão de processos que se dão, principalmente, a partir da ideia de subjetivação política.

Sabe-se que os dois grandes modelos clássicos da razão política repousam sobre uma ficção de origem na qual a política é uma reunião de indivíduos ligados entre si, seja por sociabilidade natural, seja por necessidade de superar sua insociabilidade natural a fim de assegurar sua conversão. (...) A política não é em primeiro lugar a maneira como indivíduos e grupos em geral combinam seus interesses e seus sentimentos. É antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível (Rancière, 1996b, p. 368, tradução nossa).

Rancière (1996b) questiona a racionalidade da política vista sob os ângulos citados acima, argumentando que estes modelos estão vinculados a ideias ou de fundamentação aristotélica baseado no animal político, ou no estabelecimento da luta entre partes e tendo o contrato como resolução. Para basear esta argumentação, o autor parte da discussão de Aristóteles sobre a natureza política do homem.

Nesta concepção, torna-se necessário esclarecer a divisão entre as percepções consideradas nocivas e úteis, que circulam na composição do comum. Etchegaray (2014) contribui para esta leitura, apontando que o nocivo, ou prejudicial, seria um fato que resulta prejuízo para alguém ou grupo, ou também um dano infligido a outro (em uma relação implicada) e, o útil, ou vantajoso, se refere a uma ação que traz como resultado o benefício a um grupo ou alguém.

Neste jogo de valor entre o justo e o injusto, entre o nocivo e o benéfico, os termos *Blaberon* e *Sympheron*, utilizados por Aristóteles, concentram o seio do problema político e de seus efeitos no pensamento filosófico. *Blaberon* está relacionado ao nocivo, ao desagrado, ao retorno negativo de uma ação perpetrada pelo homem ou por outros. Já *Sympheron* relaciona-se ao útil, da relação em si, que prescinde de relação com outro e que designa o resultado positivo esperado de uma ação do homem ou de uma coletividade. A confluência entre tais concepções faz a passagem da ordem do útil ao justo, na qual o desvantajoso

pontuais na existência de ambos. Rancière discute o regime policial e as possibilidades de poder exercidas neste, no entanto, difere de Foucault ao colocar em questão a existência do poder em todas as relações. Para ele, se todas as relações são de poder, tudo estaria sob seu domínio e restaria uma visão restrita de um poder onipresente, ou heróica, de uma possibilidade de enfrentamento. Se tudo é poder, ele recai sobre a mesma verdade, ou seja, também nada o é. Neste sentido, Rancière ressalta que o político não existe em si mesmo, ou seja, não está inscrito em todas as relações de poder (Etchegaray, 2014). Na continuidade das diferenciações, Tassin (2012), aponta que Rancière toma a política como disruptiva, como divisão (partilha) da política e da polícia. Para Foucault, a política se preocupa com as lutas e com as organizações, assim como por indivíduos movidos pelo cuidado de si e um cuidado pela verdade.

(*blaberon*) e o vantajoso (*sympheron*) servem de base para o acontecimento da justiça (Rancière, 1996).

No entanto, isso não garante a definição da política, pois para Rancière (1996, p. 21) “para que a comunidade política seja mais do que um contrato entre quem troca bens ou serviços, é preciso que a igualdade que nela reina seja radicalmente diferente daquela segundo a qual as mercadorias se trocam e os danos se reparam”. Neste sentido, a política ocorre justamente na repartição das parcelas do comum e não no equilíbrio entre lucros e perdas, vantagens e desvantagens.

O trabalho concentra-se então na tentativa de descrever a especificidade da política, separando a mesma do que comumente se determina sobre ela. Esse caminho passa, portanto, pelas formas históricas de filosofia política e pelo que o autor circunscreve na compreensão da lógica do desentendimento, do desacordo. Neste pensamento, Rancière (1996, 1996b) faz a separação da política e do que ele chama de polícia, separação esta que será referenciada neste capítulo e que servirá de base para as análises que seguem na segunda parte da tese.

Ao descrever as especificidades deste campo, estabelece-se a crítica às leituras de Platão e Aristóteles sobre a política, pois na leitura de Rancière, a justiça e a política para estes autores, fariam o trabalho de anular o dano entre os que convivem em comunidade, equilibrando prejuízos e vantagens, construindo, principalmente para Aristóteles, uma distribuição equivalente das partes do comum, como num arranjo entre as partes da *pólis*. Neste sentido, na teoria clássica, a política estaria relacionada a uma repartição. Já para Rancière, há sempre um desacordo nesta partilha (Etchegaray, 2014).

O jogo político estaria definido, a partir da leitura rancieriana, pelas formas de agenciamento do comum que, no sentido da partilha do sensível, geram uma fissura entre a totalidade e a igualdade. Porém, para compreender as relações que compõem essa partilha, operam reconfigurações no sensível e promovem a política, é preciso entender os caminhos de diferenciação entre o que se estabelece para Rancière, como “polícia” e como “política”.

A articulação entre as concepções acima citadas produz um encontro, ou mais especificamente na linguagem de Rancière (1996), uma divisão entre o regime policial e a política. Nessa produção, dá-se a existência de um espaço político, ou seja:

o enquadramento de uma esfera específica da experiência, de objetos comuns, e de sujeitos de reconhecida capacidade para designar esses objetos e discutir sobre os mesmos. O político é o conflito sobre a própria existência dessa esfera, a realidade desses objetos comuns e a capacidade desses sujeitos (Rancière, 2000b, s/p, tradução nossa).

Segundo o autor, existem duas concepções que se referem a esse universo: uma delas seria a polícia que, em primeira instância, poderíamos dizer que designa as estratégias de manutenção de lógicas e domínio sobre a distribuição das funções na comunidade. Esta dimensão organiza a divisão das partes da composição comum, sendo marcada por hierarquias e não se restringindo exclusivamente aos aparelhos do Estado. Já a política é compreendida a partir de sua constituição dissensual, como movimento que opera fissuras na ordem instaurada pela polícia (Rancière, 1996b). Comumente, esta divisão não é reconhecida pelas concepções que restringem a política aos processos governamentais ou ao maquinário político de conformação de uma ordem social.

Neste sentido, a racionalidade própria da política é a racionalidade do dissenso, do desacordo que produz brechas e abala as estruturas pré-estabelecidas e normatizadas na ordem social. No âmbito da polícia, está o domínio da partilha que designa os modos de organização da comunidade que, segundo Pellejero (2009), a partir da leitura de Rancière, introduz um específico sensório espaço-tempo que define formas de estar junto ou separado, define quem está fora, ou quem está dentro no compartilhamento do comum. Já na política, encontram-se as possibilidades de igualdade justamente a partir da ruptura com o regime policial.

A partir deste espectro, quando os espaços e tempos encontram-se previamente delimitados, quando a naturalização das formas e processos encontra-se instalada, não há política, mas sim polícia. Porém o entendimento de Rancière sobre a polícia concerne à dimensão de um regime, a partir do qual se dá a distribuição das partes da comunidade e, não à relação direta que se costuma estabelecer da polícia com o arsenal bélico, ou as forças policiais de manutenção da ordem⁴⁶, que instalam lógicas de vigilância e repressão (Etchegaray, 2014).

A polícia é, na sua essência, a lei, geralmente implícita, que define a parcela ou a ausência de parcela das partes. Mas, para definir isso, é preciso antes definir a configuração do sensível na qual se inscrevem umas e outras. A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído (Rancière, 1996, p.42).

A definição dos lugares e das partes torna-se, portanto, responsabilidade do regime policial que orchestra as condições de (in)visibilidade e de dizibilidade, ou seja, organiza a

⁴⁶ Nas palavras de Rancière (1996, p. 41) “a palavra *polícia* evoca comumente o que chamamos baixa polícia, os golpes de cassetete das forças da ordem e as inquisições das polícias secretas. Mas essa identificação restritiva pode ser considerada contingente”.

configuração sensível e a circulação possível em meio a este. Como destacado acima pelo próprio autor, é este ordenamento que faz com que determinada enunciação seja tomada como discurso e outra como barulho, onde uma ganha inteligibilidade e outra, é renegada à categoria do incompreensível. Está aí, portanto, a lógica que faz funcionar o desentendimento, ou seja, onde por mais que se pronuncie um discurso, é a composição dos contextos a partir dos quais se fala, que torna compreensível seu pleito.

No encontro entre esses dois processos heterogêneos, conforme destaca Machado (2013), engendram-se lógicas distintas, que ora prezam pela manutenção de uma ordem consensual e pela hierarquização das funções e lugares – aproximando-se da noção de hegemonia⁴⁷ em Laclau e Mouffe (1985) – ora produz o litígio gerando uma reconfiguração do sensível. Contudo, a culminância da perspectiva de Rancière se encontra no ponto em que o autor situa a política como ruptura a essa ordem, na medida em que esta “existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela” (Rancière, 1996, p. 26). Assim, a política assume efeito desnaturalizador, denunciando as cenas polêmicas da divisão.

Desta forma, a política caminha no sentido de estabelecer a “igualdade de qualquer um com qualquer um” (Etchegaray, 2014, p.38), subvertendo a premissa do regime policial de apresentação do “próprio” da comunidade, à serviço da naturalização dos processos de governo. Para Rancière (2000):

a ‘política do povo’ gera um dano na distribuição policial das posições e das funções, porque o povo é sempre mais ou menos que ele mesmo. É o poder de um a um que confunde a ordem da polícia. O atual impasse da reflexão e a ação política se deve, segundo creio, à identificação da política com a manifestação do próprio da comunidade (p. 01, tradução nossa).

Nessa ideia de manifestação do próprio da comunidade, ou das relações estabelecidas em si, a política emerge como um litígio, como a produção de uma fissura na ordem legitimada sobre a distribuição sensível (Etchegaray, 2014). Assim, é compreendida enquanto movimento ou, como ressaltam Blanco e Martin (2003, p. 09), “como verbo, como ação” e por isso não está delimitada como um lugar ou como algo dado e inerente.

O entendimento sobre o sensível, em Rancière, se liga à dimensão estética de constituição dos espaços e tempos. Na perspectiva do autor, a estética é abordada a partir de

⁴⁷ Muñoz (2006) estabelece em seu estudo uma comparação entre Laclau e Rancière. Segundo a autora, esta aproximação compreende a ideia de que a política se sobrepõe à ordem hegemônica, na visão de Rancière e, para Laclau, de que vincula-se ao deslocamento da hegemonia. Para Laclau, a hegemonia é categoria fundamental do político. Machado (2013) lembra também que a hegemonia, na perspectiva de Laclau, opera uma relação entre as identidades, organiza as relações e se configura além do plano estatal.

leituras do pensamento Kantiano, no qual esta se relaciona com um sistema que determina o que se faz sentir, à medida que incide um recorte no espaço e dá ordem ao visível e ao invisível. Esta lógica definiria, portanto, os lugares e os jogos da política como experiência. A política, assim, retrata o que é visto e o que se diz sobre o que é visto, mas também sobre quem tem as qualidades necessárias para ver e dizer no espaço, demarcando a estreita relação entre estética e política. Nesta relação, conforme fora anteriormente citado, aponta-se e autoriza-se quem é contado, quem tem voz, quem tem parte sobre o espaço e, como consequência, aponta os que não têm voz ou não possuem propriedades sobre espaço e tempo (Rancière, 2009).

A estética assim autonomizada é em primeiro lugar a emancipação das normas da representação, em segundo lugar a constituição de um tipo de comunidade do sensível que funciona sob o modo da presunção, do *como se* que inclui aqueles que não estão incluídos, ao fazer ver um modo de existência do sensível subtraído à repartição das partes e das parcelas (Rancière, 1996, p.68).

Desta relação, reconhece-se, portanto, a condição de contingência do regime policial, tendo em vista a denúncia ocasionada pela política acerca da dimensão não consensual da partilha. Assim, Rancière (1996) argumenta que não houve uma “estetização da política”⁴⁸ (p. 68), pois esta já se faz estética em sua constituição inicial. Ou seja, o que há na configuração moderna da política é um reconhecimento de que a estética representa uma amarração na distribuição das partes do sensível.

Tal compreensão se desdobra no que Rancière (2009) denomina em suas publicações mais recentes de “revolução estética”, que a seu ver “produziu uma nova ideia da revolução política, como realização sensível de uma humanidade comum existindo ainda somente enquanto ideia” (p.40). Neste caminho, torna-se possível conjecturar que a partir da política e de seu movimento disruptivo, oportuniza-se uma verificação sobre a contagem das partes do comum, sobre a igualdade e constatação da lógica desigual. Pauta-se, portanto, a relação da política com a verificação da igualdade entre qualquer um ou, conforme lembra Machado

⁴⁸ Rancière (2009) estabelece uma diferenciação entre o que ele compreende por estética e o que ele chama de “estetização da política”, relacionado ao pensamento de Benjamin sobre a era das massas. “Essa estética não deve ser entendida no sentido de uma captura perversa da política por uma vontade de arte, pelo pensamento do povo como obra de arte” (p.16). Neste sentido, ele relaciona mais sua concepção de estética à leitura kantiana e até mesmo foucaultiana. Rancière (2009) faz a crítica a Benjamin na relação estabelecida entre o que Benjamin chama de “a era das massas” e a estetização da política. Nas palavras do autor: “A explicação benjaminiana pela estetização pela estatização fatal da política na ‘era das massas’ esquece-se talvez da ligação muito antiga entre o unanimismo cidadão e a exaltação do livre movimento dos corpos” (Rancière, 2009, p. 25). Porém, não pretendemos aqui aprofundar nas diferenças que se colocam entre o entendimento dos autores, mas sim situar a noção de estética em Rancière, a fim de dar subsídios para a compreensão sobre a existência da política.

(2013), ao que Rancière entende como o único universal político existente, tomando como mote a contingência do regime policial.

A partir desta conjuntura, torna-se possível a existência de processos de subjetivação política, que irrompem a cena e convocam outros modos de compreensão sobre as relações estabelecidas. A noção de subjetivação passa a funcionar como elo entre as condições de existência no encontro político e, desta forma, se torna também central para os objetivos desta tese.

3.2 DAS POSSIBILIDADES DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA

As construções que se apresentam neste tópico têm como objetivo nomear e delimitar alguns conceitos que são fundamentais para a compreensão do processo de subjetivação política e de constituição do sujeito político. Isto pois, o referencial teórico sobre esses conceitos será retomado na segunda parte da tese, no capítulo dedicado à análise do material empírico, a partir da materialidade das cenas observadas no campo etnográfico. Conforme apontado na introdução deste estudo, assumir a dimensão processual da metodologia de pesquisa possibilitou um campo amplo e fértil. De acordo com esse posicionamento, as análises sobre as relações cotidianas no interior da constituição coletiva de jovens no contexto do HIV/Aids, se fizeram ainda mais ricas a partir da amarração direta com o arcabouço teórico.

No entanto, na continuidade do pensamento de Rancière, que identifica a verificação da igualdade como produção da política, alguns elementos aparecem como relevantes para este cenário. Quando se fala do funcionamento da ordem social, por exemplo, inclui-se nessa arena, o conflito, cuja dimensão da ordem busca abafar através das normatizações e organizações sociais (Benitez, 2009).

Em meio às contradições postas entre a polícia e a política, o conflito aparece como representante do desacordo. Nesta lógica, a palavra dita é entendida, mas não necessariamente com o mesmo significado para os interlocutores presentes na cena. Para Rancière (1996), no desentendimento “os interlocutores então entendem e não entendem aí a mesma coisa nas mesmas palavras” (p.12). O desacordo, portanto, não se restringe ao mal entendido pelo desconhecimento ou imprecisão da palavra – pois não há má compreensão entre o que se fala e o que se escuta – mas sim sobre quem pode e quem tem direito de falar (Etchegaray, 2014).

Nos processos anteriormente explicados e, ocasionados pela política, há uma inversão gerada pelo desacordo, que aponta a distribuição das vantagens e desvantagens na estética do

sensível (Etchegaray, 2014). Neste sentido, abre-se espaço para que o conflito irrompa no cenário político na forma de dissenso, que nas palavras de Rancière:

A escolha desse termo não busca simplesmente valorizar a diferença e o conflito sob suas diversas formas: antagonismo social, conflito de opiniões ou multiplicidade das culturas. O dissenso não é a diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar. É a divisão no núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e a sua racionalidade própria. Minha hipótese é portanto a seguinte: a racionalidade da política é a de um mundo comum instituído, tornando comum, pela própria divisão (Rancière, 1996, p. 368).

Neste sentido, o dissenso que se coloca em cena enquanto ação, questiona e desordena a composição determinada das relações, operando deslocamentos nos lugares e nomeações cristalizados e gerando uma ruptura na configuração dada. Portanto, a política não é em si, ou *a priori*, mas pode tornar-se política à medida que estabelece tensões ao que está instituído (Pallamin, 2010).

Neste contexto, o regime policial, como lembra Machado (2013), opera no sentido de manter “associados uma função e seu *status*, a posição social de uma função em relação às outras funções que se organizam na vida em comunidade” (p.267), fazendo funcionar assim, mecanismos que intentam anular os conflitos insurgentes executando um agenciamento sobre a vida em sociedade. Contudo, a partir do litígio operado pela política, assume-se a forma do tratamento de um dano, ao redor do qual são questionadas as divisões sobre os espaços e funções. Assim, cria-se a oportunidade para processos de subjetivação que reconhecem outros modos de identificação da existência.

A prática política torna-se, portanto, “prática de ruptura no funcionamento da desigualdade” (Pellejero, 2009, p.23) e também por isso, o conceito de igualdade torna-se central nas análises de Rancière sobre as condições da subjetivação. A noção de igualdade na divisão entre polícia e política, como alerta Machado (2013), não está atrelada a um projeto político, ou mesmo a um movimento que demanda mudanças ou garantias; relaciona-se ao universal político possível entre as partes e qualquer um na existência do comum e, que é utilizado para questionar, como apontou Pellejero (2009), a configuração desigual nesta contagem.

Neste sentido, a já anunciada relevância da verificação da igualdade entre as partes na partilha do sensível, aqui adquire ainda maior ênfase, pois coloca em análise as contradições entre igualdade e diferença e, neste caminho, aponta para processos de identificação e desidentificação que dão base para a subjetivação política.

Ora, é dessa simples identidade com aqueles que, por outro lado, lhes são em tudo superiores que eles tiram um título específico. O *demos* atribui-se, como sua parcela própria, a igualdade que pertence a todos os cidadãos. E, com isso, essa parte que não é parte identifica sua propriedade imprópria com o princípio exclusivo da comunidade, e identifica seu nome — o nome da massa indistinta dos homens sem qualidade — com o nome da própria comunidade (Rancière, 1996, p.25).

A política é então, promotora dessa relação de igualdade entre todos e qualquer um, desde que seja conferida enquanto um processo de verificação que emerge na fissura causada por um dano que se instala com o dissenso. Verificação, pois não se trata de uma demanda por ser reconhecido/a como igual, mas uma contabilidade que desvela a organização dada pela partilha na gestão da ordem policial, ou seja, revela a contingência da polícia.

O conceito de dano não se liga pois a nenhuma dramaturgia de "vitimização". Faz parte da estrutura original de toda política. O dano é simplesmente o modo de subjetivação no qual a verificação da igualdade assume figura política. Há política por causa apenas de um universal, a igualdade, a qual assume a figura específica do dano. O dano institui um universal singular, um universal polêmico, vinculando a apresentação da igualdade, como parte dos sem-parte, ao conflito das partes sociais (Rancière, 1996, p.51).

A produção operada por este processo se desdobra em subjetivação que, na perspectiva de Rancière (1996b), não é qualquer subjetivação, mas sim a que se faz política, em sua forma disruptiva. O autor não acredita que se possa dizer sobre a subjetivação política através de uma ontologia da individuação, ou seja, a subjetivação política não se refere às práticas de cuidado de si, no nível individual, nem mesmo estritamente ligado ao que se diria coletivo. A subjetivação denota a partilha, a lacuna com relação à identidade (Rancière, 2009).

A subjetivação política deriva, portanto, da condição de reconhecimento da igualdade, que gera uma desidentificação, mais do que uma identificação sustentada pela garantia da diferença. Portanto, na perspectiva de Rancière (1996), é preciso que a igualdade seja mais do que uma troca de materiais ou a reparação dos danos da desigualdade. É preciso que ela não se dê somente pela afirmação positiva da identidade pautada nas diferenças (Machado, 2013).

Nas palavras do autor: “a igualdade é fundamental e ausente, é atual e intempestiva, sempre remetida à iniciativa dos indivíduos e dos grupos que, contra o curso ordinário das coisas, assumem o risco de verificá-la, de inverter as formas, individuais e coletivas, da sua verificação” (Rancière, 2002, p.14). Nesta discussão, a diferença aparece também como necessidade para a existência do dissenso, no entanto, é na verificação da igualdade que se estabelece a política. Questiona-se as identidades legitimadas e reconhecidas e subverte-se as categorizações demarcadas, operando igualações entre parcelas (Machado, 2013).

Assim, na comunidade política, o homem, está inserido em uma literalidade que engendra a organização da comunidade e oportuniza a subjetivação política (Rancière, 1996). Pois através das brechas geradas pelo dano, reconhece-se as hierarquias da partilha e, justamente pela diferença entre uma identificação e uma subjetivação⁴⁹, registra um nome que difere de tudo o que já está identificado ou dado como natural na comunidade.

Neste sentido, a subjetivação política acontece a partir de um processo, de uma série de atos que apresentam uma capacidade de enunciação que não era anteriormente possível, ou seja, aponta a identificação de uma capacidade que reconfigura o campo da experiência dado, “reconfigura o espaço onde as partes, as parcelas e as ausências de parcelas se definiam” (Rancière, 1996, p.47). Sendo assim, a dimensão da subjetivação política traz três determinações: a primeira trata da não simplificação da subjetivação enquanto uma afirmação de identidade, mas a negação sobre a identidade cuja regra do aparecimento é operada pelo regime policial; a segunda é a afirmação da existência de um outro ao qual a política se dirige, em um lugar polêmico e comum no qual se trata o dano; e a terceira que se refere à identificação impossível da subjetivação, pois se encontra justamente no intervalo entre as identidades (Rancière, 2000).

A subjetivação, desta forma, contraria a polícia, que demanda por nomes exatos, que assinalem a existência das pessoas e suas posições nas hierarquias. Enquanto a polícia quer nomes que identifiquem as categorias dadas e suas posições, a política representa o impróprio das nomeações, ou seja, que revelam a falha e o dano (Rancière, 2000). Estabelece-se, portanto, uma reconfiguração da partilha do sensível, possibilitando existências de visibilidade e de voz para parcelas que antes eram invisíveis e silenciosas (Pellejero, 2009).

A partir deste ponto, dá-se a oportunidade de uma nova forma de reconhecer o mundo, que, nas palavras de Rancière (2000b), “conhece os *artifícios* da igualdade, as suas formas de reconfiguração do ‘mundo dado’ do comum, efetuadas pelos sujeitos políticos” (s/p). Pois a

⁴⁹ Sobre esta relação, Rancière (1996) oferece um exemplo interessante que contribui para a compreensão da diferença estabelecida entre a identificação e a subjetivação no contexto das discussões sobre o proletariado: “Esse ponto pode ser ilustrado por um episódio histórico, uma cena de palavra que é uma das primeiras ocorrências políticas do sujeito proletário moderno. Trata-se de um diálogo exemplar, ocasionado pelo processo movido em 1832 contra o revolucionário Auguste Blanqui. Instado pelo presidente do tribunal a declinar sua profissão, ele responde simplesmente: “proletário”. A essa resposta o presidente objeta de pronto: “Isso não é profissão”, para logo ouvir o acusado replicar: “É a profissão de trinta milhões de franceses que vivem de seu trabalho e que são privados de seus direitos políticos”. O que faz o presidente permitir que o escrivão anote essa nova “profissão”. Nessas duas réplicas pode-se resumir todo o conflito entre a política e a polícia. Tudo aí se liga à dupla acepção de uma mesma palavra, *profissão*. Para o promotor, encarnando a lógica policial, profissão significa ofício: a atividade que situa um corpo em seu lugar e em sua função. Ora, está claro que proletário não designa nenhum ofício, quando muito um estado vagamente definido de trabalhador braçal miserável que, de qualquer forma, não se ajusta ao acusado. Mas, como político revolucionário, Blanqui dá à mesma palavra uma acepção diferente: uma profissão é uma confissão, uma declaração de pertencimento a um coletivo” (p. 49).

atividade política desloca, reconfigura, questiona ocupações e produz intervalos que criam condições para o aparecimento de sujeitos político.

3.3 DAS CONDIÇÕES DE SUJEITO POLÍTICO

Até o momento, nos preocupamos com os atos que ensejam uma nova compreensão, uma capacidade de enunciação que reorganiza (ou desordena) a distribuição operada pelo regime policial. Que estabelece processos de visibilidade e de dizibilidade para o que antes não era ouvido ou visto como parte.

Tais relações abordadas ao longo do capítulo criariam, portanto, um território com condições de aparecimento do sujeito político, no qual se instaura a partir do litígio, a possibilidade de se “computar a parcela dos sem-parcela”⁵⁰ (Rancière, 1996, p. 97). Neste ato que redireciona a contabilidade das partes distribuídas no sensível, o dano ocupa a cena como um comum, que origina a verificação da igualdade. Porém, a causa do sujeito político se fazer raro é justamente porque os processos de anulação das subjetivações políticas engendram-se de forma legitimada na sociedade.

Mas, na prática, uma outra coisa é muito menos clara: como se reconhece exatamente como um discurso aquele ruído que o animal diante de nós faz com sua boca? Esse reconhecimento não é, justamente, natural. Ele próprio supõe uma subversão da ordem normal das coisas. Aquele que recusamos contar como pertencente à comunidade política, recusamos primeiramente ouvi-lo como ser falante. Ouvimos apenas ruído no que ele diz (Rancière, 1996b, p. 373).

Neste sentido, a subjetivação política se dá a partir do litígio, porém o litígio político está além das disputas por propriedades ou conflitos de interesses, mas se dá na indagação sobre a própria disposição estética das interlocuções, ou seja, precisa assumir o dissenso enquanto prática de sua existência (Rancière, 1996). Contudo, no rompimento das autorizações determinadas sobre quem pode e quem não pode falar, as capturas e silenciamentos que convocam para a manutenção da ordem e neutralização dos conflitos se fazem frequentes. Nas palavras de Rancière (1996, p. 97) “toda política trabalha também à beira de seu perigo radical, que é a incorporação policial, a realização do sujeito político como

⁵⁰ Rancière retoma Marx, apontando que este apresentou argumentação relevante para o entendimento do sujeito político, ao dizer que determinada classe da sociedade não se configurava enquanto classe da sociedade. Rancière (1996b) complementa esse pensamento sugerindo uma ampliação positiva e aponta o sujeito político como “operador de desclassificação” ou uma classe “em luta como sujeito político” (p.377), ou seja, uma classe com potencial de gerar ruptura no regime policial, de abalar a ordem que organiza os corpos e espaços.

corpo social”. A chamada em nome da lógica consensual despotencializa as condições de desidentificação e, boa parte das vezes, mantém invisível a naturalização das desigualdades.

Assim, conforme argumenta Machado (2013), muitas vezes, os processos participativos instaurados nas dinâmicas da esfera pública estão mais voltados a reforçar identidades com sua nomeação dada pela diferença, operando a serviço de uma lógica policial. Desta forma, aumenta-se a distância entre o discurso e a organização dos corpos na distribuição dos espaços e minimiza-se as possibilidades de verificação da igualdade, com o fortalecimento da identificação e fragilização da desidentificação.

Por esse motivo, o entendimento do funcionamento das lógicas que instauram a partilha do sensível torna-se fundamental para que as polêmicas que abalam o ordenamento estético possam ser reconhecidas como tal e não como incômodas relações que precisam ser neutralizadas. Neste caminho, Tassin (2013) levanta algumas atribuições do sujeito político, a partir da leitura de Rancière, que podem vislumbrar uma possibilidade de reinvenção da política: primeiro, a capacidade de operar um dissenso em meio às lógicas de ordem consensual; segundo, a dimensão de ruptura sobre a distribuição policial ocasionada pela visibilização da partilha desigual das partes; e terceiro, a afirmação da igualdade de qualquer com qualquer um no comum (Rancière, 2010a).

Neste sentido, como sugere Benitez (2009), analisar aos modos pelos quais se dão os mecanismos de conformação de uma ordem que se faz desigual na contagem das partes é relevante, assim como também, jogar luz sobre os movimentos e formas que transformam-se em possibilidade de existências outras. Neste intuito, investigar cenas de formações coletivas que ensejam deslocamentos, como é o caso desta tese, contribui no sentido de expor as contingências e produzir intervalos, espaços “entre” nos quais o sujeito político se estabelece.

Pois, para Rancière (1996), é preciso que existam agentes que não estejam a serviço do funcionamento do Estado e nem como partes dadas da sociedade, para assim a democracia existir como possibilidade⁵¹. Nessa condição, havendo coletivos que “movam as

⁵¹ Para Rancière (1996) “Toda política é democrática nesse sentido preciso: não o sentido de um conjunto de instituições, mas o de formas de manifestação que confrontam a lógica da igualdade com a da ordem policial. É a partir daí que entenderemos aqui a noção de pós-democracia. Não entenderemos por esse termo o estado de uma democracia que se desiludiu tristemente de suas esperanças ou que aboliu felizmente suas ilusões. Não procuraremos aí um conceito da democracia na idade pós-moderna. Esse termo nos servirá apenas para designar a prática consensual do apagamento das formas do agir democrático. A pós-democracia é a prática governamental e a legitimação conceitual de uma democracia de *depois* do *demos*, de uma democracia que liquidou a aparência, o erro na conta e o litígio do povo, redutível portanto ao jogo único dos dispositivos de Estado e das composições de energias e de interesses sociais. A pós-democracia não é uma democracia que encontrou no jogo das energias sociais a verdade das formas institucionais. É um modo de identificação entre os dispositivos institucionais e a disposição das partes e das parcelas da sociedade apta a fazer desaparecer o sujeito

identificações em termos de partes do estado ou da sociedade” (p. 103), o litígio ganha forma e manifestação.

Contudo, vale lembrar que a contextualização dos tempos e dos espaços nos quais se dão as relações se faz sempre necessária⁵², pois as conjunturas políticas, econômicas, históricas e culturais conformam-se em cenários diversos que criam (ou não) condições também distintas para as ações aqui argumentadas. Pensar a subjetivação política, por exemplo, considerando a centralização da *práxis* política no plano da segmentação dos processos técnico-administrativos de governo, da monopolização do espaço público pelos conglomerados de comunicação e do atual cenário de privatismo civil, leva à compreensão necessária sobre como tais configurações tendem a afetar o potencial político da sociedade civil e de seus movimentos.

Assim, o desafio se encontra posto, ao retomarmos o objetivo de investigar as possibilidades de subjetivação política das Redes de Jovens Vivendo com HIV e as condições de sua emergência enquanto sujeito político no cenário da Aids no Brasil. Pois os caminhos que seguem a partir da finalização desta primeira parte da tese, tratam-se de construções e análises que não se dão em um terreno estável, ao contrário, apresentam-se diante de uma complexidade de atravessamentos que se enfeixam em uma dinâmica plural e, parte das vezes, contraditória.

O que se intenta, portanto, é pensar uma produção analítica que se posicione investigativamente com as interpretações voltadas para os espaços nos quais as possibilidades de ruptura emergem. Desta forma, pretende-se ampliar a compreensão sobre os atos que denunciam invisibilidades, que exigem a recontagem das partes e, com isso, criam condições que, se reconhecidas, podem produzir sujeitos políticos que operam para a reconfiguração social.

e o agir próprio da democracia. É a prática e o pensamento de uma adequação, sem resto, entre as formas do Estado e o estado das relações sociais” (p. 104).

⁵² Etchegaray (2014) lembra que Rancière dedicou parte de seus estudos à história do movimento proletário, culminando na publicação de “A noite dos proletários” em 1981 e “O mestre ignorante: cinco lições sobre emancipação intelectual”, em 1987, que aponta a emancipação social e intelectual em suas investigações. Somente após este período, sua obra apresenta um “giro estético”, pautando o regime estético a partir da arte. Sobre a classe dos proletários, ainda na relação com Marx, o autor ressalta que o proletariado não seria a classe dos trabalhadores, mas a classe dos não contados, que somente pautam existência através das manifestações que irrompem o sensível e os fazem contados (Etchegaray, 2014).

SEGUNDA PARTE
CAMINHOS METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS

CAPÍTULO 4 – NOS BASTIDORES DO CAMPO: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Como continuidade às discussões articuladas na primeira parte da tese – cujos capítulos constituíram um arcabouço teórico e conceitual – nos tópicos a seguir serão apresentados os elementos que sustentaram os caminhos metodológicos da pesquisa. Para tanto, procurei construir uma linha de pensamento que possa guiar a leitura através dos trajetos percorridos pelo método e das escolhas que determinaram o reconhecimento deste enquanto processo. Lembrando que “falar de metodologia é considerar todo o conjunto de procedimentos que funcionam como opções teóricas e éticas no encaminhamento do processo de construção do conhecimento” (Aragão, Barros & Oliveira, 2005, p. 21). Desta forma, serão abordados os desafios de uma pesquisa que se faz em ato e tem como objetivo investigar as condições de existência da subjetivação política nas Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids e as possibilidades de emergência do sujeito político.

Em resumo, serão abordados os pontos que me aproximaram tanto das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids, quanto da Etnografia como delineamento metodológico; as alterações que aconteceram durante o processo investigativo e que se constituíram em fatos fundamentais para a apropriação e para o entendimento do campo; a composição das Redes enquanto *locus* de observação e análise; a organização do campo em cenários que representam os recortes acessados; as ferramentas que possibilitaram a apreensão de informações e o entendimento dos meandros das relações existentes nas Redes; o reconhecimento dos jovens e das jovens que fizeram parte da tese; e, os aspectos éticos e políticos envolvidos na construção do estudo.

4.1 A APROXIMAÇÃO DAS REDES E A ESCOLHA PELA ETNOGRAFIA

Os contornos que delineiam o trabalho metodológico da presente pesquisa, de certa forma, refletem a trajetória do meu contato enquanto pesquisadora com a temática da Aids e das políticas públicas. Ou seja, pensar a metodologia é pensar a aproximação, a expressão do cotidiano de práticas e experiências, a partir do olhar investigativo. Digo isto, pois, conforme já mencionado na introdução deste estudo, a empatia com o movimento e “barulho” que os/as jovens causavam nos eventos sobre a temática da Aids pelos quais eu circulava, já trazia elementos que despertavam uma curiosidade científica, mas que ainda precisavam alcançar um desenho que possibilitasse a investigação. Neste sentido, trarei aqui o relato de como o

campo determinou o método adotado – assumindo uma dimensão que, *a priori*, parece subverter a lógica de construção do trabalho acadêmico – traduzindo-se em efeito da inserção no campo e legitimando os objetivos da investigação.

Desde as primeiras aproximações com a Rede Nacional de Adolescentes e Jovens que Vivem com HIV/Aids – mesmo ainda não com caráter investigativo, posto que desde muito cedo as discussões sobre a temática de HIV/Aids estão presentes em minha trajetória acadêmica – a forma itinerante e fluida como o movimento se processava se configurou como uma característica marcante. Como espectadora de uma peça, acompanhava as ações divulgadas em redes sociais, assim como as mesas de debates em congressos dos quais participei – tendo em vista minhas pesquisas anteriores de graduação e mestrado sobre a temática da Aids na infância – que me permitiram acessar o processo de construção de uma luta jovem no âmbito de luta da Aids.

Para esclarecimento inicial, durante o desenvolvimento da tese as Redes pesquisadas serão enunciadas de diferentes formas⁵³, todas elas, respeitando o modo como os jovens e as jovens representantes se referiram ao movimento durante as atividades de campo. Neste sentido, sempre que me referir aos movimentos coletivos de jovens que vivem com HIV/Aids, utilizarei as seguintes nomenclaturas:

- a) Para me referir ao movimento nacional: Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids, RNAJVHA, Rede Nacional de Jovens e Rede Nacional.
- b) Para me referir ao movimento local do Rio de Janeiro: Rede Jovem Rio+ (leia-se “mais”), RJR+ e Rede local.
- c) Para me referir a ambos os movimentos: Redes, Redes de Jovens, Rede de Jovens Vivendo com HIV/Aids e Redes de Jovens Vivendo⁵⁴.

Tais nomeações passam a fazer sentido quando a formação em rede dos/as jovens que vivem com HIV/Aids constitui-se como foco central de minhas análises. Para que o pesquisador ou a pesquisadora possam (re)conhecer e possibilitar conclusões de seu material

⁵³ Pensar a forma de enunciação da Rede fez parte da reflexividade sobre a tese, na medida em que o possível entendimento da mesma, enquanto sujeito político, a coloca na posição de um “nós”, ganhando certa identidade que merece ser destacada pelo estudo. Por isso, também, a escolha da escrita em letra maiúscula da palavra “Rede”, posicionando-a como um nome próprio.

⁵⁴ A nomenclatura “Rede de Jovens Vivendo”, assim como “jovens vivendo”, foi frequentemente utilizada pelos/as jovens nos momentos em campo. Segundo Cunha (2014), trata-se de uma “expressão êmica, através da supressão do ‘com HIV/Aids’” (p.103), que traduz a cultura de determinado grupo e, neste caso, aponta para a necessidade de “livrar-se de algumas marcas negativas da ‘história da Aids’, em um movimento contínuo e intenso de positivação deste sujeito” (Cunha, 2014, p. 103). Ao suprimir o “HIV/Aids” também podemos compreender o sentido de uma não identificação direta, ou de preservação do sigilo.

ou campo, é necessário situar os sujeitos em seu contexto histórico e social (Fonseca, 1999). Neste sentido, o funcionamento da organização em rede, dos/as jovens e, mais especificamente da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens vivendo com HIV/Aids, a RNAJVHA, e sua inserção no movimento social de enfrentamento à Aids despertaram minha curiosidade da observação *in loco*. Foi necessário, portanto, que eu encontrasse uma sustentação metodológica que me possibilitasse viver e conviver com as pessoas das Redes e ser afetada pelo movimento, para compreender as construções que produzem suas formas de existência.

Os desafios éticos desta empreitada se colocaram presentes de forma bastante clara. Uma análise das implicações⁵⁵ seria necessária, assumindo a dimensão reflexiva acerca das relações entre a pesquisadora e o campo de pesquisa. Começa então a ganhar forma um delineamento investigativo que compreendesse a circulação dos jovens nos espaços coletivos, atravessados pela dinâmica de rede, no cenário político da Aids. Neste sentido, foi necessário assumir o caráter processual da tese e da metodologia proposta, sendo este posicionamento possível à medida que, conforme elaboram Schimidt e Toniette (2008):

O método apresenta-se como um horizonte ideal afrontado, sistematicamente, pelas vicissitudes e pelos imprevistos das relações concretas estabelecidas no campo. O projeto e seus procedimentos são intenções que permitem pôr a pesquisa em movimento, numa disposição, contudo, aberta, à própria invenção de dispositivos metodológicos capazes de acompanhar o que se apresenta no campo (p.103).

Deste modo, a Etnografia e seus procedimentos metodológicos aparecem como ferramentas possíveis e eficazes de serem utilizadas para contextualizar o universo empírico pesquisado. Este universo é aqui entendido como um conjunto de contextos de constante interação social, nem sempre mediados por consensos, mas sim caracterizados por antagonismos e negociações de poder (Langdon, Maluf & Tornquist, 2008).

A aproximação dos espaços pelos quais os jovens e as jovens vivendo com HIV/Aids circulam e se constituem enquanto grupo me levou a investigar inicialmente em maior profundidade a Rede Nacional de Adolescentes e Jovens que Vivem com HIV/Aids como *locus* de operação das ações políticas dos “jovens vivendo”. A aproximação exigiu um exercício de minha parte, principalmente pela fluidez de organização da Rede, que circula por

⁵⁵Parte-se do princípio da noção de análise da implicação perpetrada por Lourau (1975), que tem origem na Análise Institucional e também das bases fenomenológicas de Merleau-Ponty que questionam a neutralidade científica positivista e apontam que, para se compreender/investigar o social, é preciso saber como ele se processa em si (Lourau, 1975, p.38 como citado em Coimbra & Nascimento, 2008, p.2). Neste sentido, o/a pesquisador/a coloca-se em análise na produção do estudo, levantando suas implicações e afetamentos diante do contexto investigado.

diferentes espaços físicos e virtuais e existe em diferentes níveis de inteligibilidade. Sua regulamentação opera como movimento socialmente legitimado, mas não formalizada enquanto pessoa jurídica e, por isso, a aproximação através dos meios de comunicação e identificação das pessoas de referência (representantes locais, estaduais e nacionais), se constituiu como o primeiro caminho de acesso ao campo.

Acessar os/as jovens representaria, neste sentido, adentrar o universo de existência da Rede e abrir caminhos para compreender os cenários que forjam a materialidade da(s) Rede(s)⁵⁶ de Jovens. Nesta etapa, a entrada pelas mídias e redes sociais apareceu como estratégica, tendo em vista que uma das formas mais ativa de funcionamento da mesma se dá através dos grupos de *facebook*, *site* e *blogs* (dentre os que são abertos ao público) e grupos fechados, somente para membros, também no *facebook* e no *whatsapp*.

Contornos de uma aproximação a este complexo contexto mediada pelo desenho etnográfico começam então a tomar forma. Para isso, precisei compreender o universo pesquisado com cuidado ético e rigoroso aporte metodológico e teórico-conceitual; desbravando os mecanismos que engendram certa lógica de operacionalização da(s) Rede(s). Neste sentido, o exercício da reflexividade, ponto relevante do trabalho etnográfico (Fonseca, 1999), exige problematizar as dimensões de espaço e tempo que configuram as possibilidades de produção de uma investigação científica. Espaço, pois o “objeto”⁵⁷ que a presente pesquisa se propõe a investigar existe em diferentes níveis de inteligibilidade e enseja contornos estéticos que ora se materializam em encontros presenciais, ora forjam sua visibilidade mediados pela tecnologia. Tempo, pois mesmo lançando mão de delineamentos participativos e que questionam o enrijecimento dos procedimentos científicos, a construção de uma tese exige um tempo de produção que se alinhe com o campo de investigação; tempo, também, no sentido de que o campo no trabalho etnográfico é imperativo, ou seja, tem suas lógicas de funcionamento, que devem ser respeitadas.

No caso da RNAJVHA, alguns elementos sobre o tempo, trazem desafios para a investigação: o tempo de acontecimento dos encontros presenciais, o tempo de reconhecimento do campo e de reconhecimento da pesquisadora como parte do cenário, o tempo e sua interface com o espaço, produzindo elementos complicadores no que concerne ao deslocamento para as inserções em diferentes regiões territoriais do país, sendo uma

⁵⁶ Optei por usar o plural de “Rede” entre parênteses, pois ainda tratarei neste capítulo, como se deu uma mudança significativa na trajetória do campo de pesquisa, passando da análise da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids, para a análise de Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids.

⁵⁷ Utilizo “objeto” como referência à existência de um domínio sobre o qual serão destinadas interpretações e análises. Contudo, o referencial metodológico utilizado pretende escapar de uma dimensão naturalizada de objeto, que hierarquiza a relação pesquisador/pesquisado (Minayo & Gomes, 2012).

pesquisadora mineira, que realizou um estudo sem apoio financeiro de bolsa de incentivo à produção científica, o que me exigiu custear os gastos dessa pesquisa de doutoramento com recursos próprios.

De posse de todos esses cuidados e reflexões sobre a compreensão do campo e, considerando a amplitude teórica e técnica, conforme bem destacado por Fonseca (1999), sobre os cuidados e critérios da prática etnográfica, essa postura ético-política-metodológica e seu instrumental técnico aparecem como inspiração para a realização dessa tese. O trabalho etnográfico viabiliza, ao mesmo tempo, a aproximação da realidade investigada, assim como a análise das relações que (r)existem nas teias de acontecimentos que fabricam as Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids. Conforme assinala Angrosino (2009), a etnografia torna-se metodologia legítima quando o pesquisador ou a pesquisadora intenta compreender os meandros ainda desconhecidos de determinadas situações, configurando, de acordo com a leitura de Rocha e Eckert (2008), relevante contribuição para o conhecimento do nível das relações humanas e sociais.

A escolha se fez, portanto, em um processo recíproco de “afetação” entre a pesquisadora e o campo. Ou seja, como pesquisadora, me entrego à curiosidade científica de capturar os (des)caminhos que compõem os processos de subjetivação política de jovens que tecem sua participação em rede; ao mesmo tempo em que me deparo com um cenário que somente se mostra a quem se faz integrante dele. Insiro-me, portanto, em um processo etnográfico que corresponde a um trabalho entre pesquisadora e cenário social, lançando mão de ferramentas que facilitam o trânsito entre os universos de pesquisa. Tais ferramentas serão mais especificamente tratadas em tópico posterior, assim como uma maior explanação dos caminhos percorridos no trabalho etnográfico.

4.2 ENTRE CENÁRIOS E ALTERAÇÕES DE ROTEIROS

Considerando que o trabalho etnográfico assume a forma processual de sua construção, ou seja, legítima uma metodologia que desenha seu caminho no próprio caminhar, foi na experiência dos encontros com o campo, que as alterações de rotas e roteiros começaram a ser traçadas. Assim, neste subtópico explicarei o caminho percorrido durante o período de campo da pesquisa, fazendo com que, quem leia essa tese, acompanhe os meandros do trabalho etnográfico realizado e as justificadas alterações que sucedem ao momento de entrada no contexto investigado.

Como nas peças teatrais, em que diferentes cenários compõem diferentes cenas nas tramas na história contada no palco, o campo aqui descrito também assume tal configuração. Quem está sentado/a na plateia, os/as espectadores/as, assistem o desenrolar das cenas e a movimentação das personagens. Desta posição, espectadores/as não conseguem ver a dinâmica dos bastidores, não participam das experiências vividas na coxia. O que chega aos olhos e análise do/a espectador/a é a trama vivida, as cenas montadas e ensaiadas. A cortina, com efeito, cobre a parte que não deve ser vista do espetáculo. Os conflitos de papéis, discordâncias entre quem atua e quem dirige, a montagem dos cenários, tudo o que acontece “por detrás” da cena, não é passível de ser acessado por quem está na plateia.

Ao articular o desenho metodológico da tese, a metáfora com o teatro coube aqui pontualmente para meus questionamentos iniciais sobre minha posição frente ao universo pesquisado e, também contribuiu para a compreensão das necessárias alterações a serem realizadas no caminho etnográfico. Neste sentido, me questionei: qual a realidade apresentada e qual a realidade vivida? O lugar de onde olhamos a cena nos dá diferentes possibilidades de visibilidade das performances? Quais elementos me fariam circular pelos bastidores? Estaria eu autorizada a adentrar nesse “palco”? Sobre a relação com o teatro e a posição de espectador/a de uma cena, o pensamento de Rancière (2010b) contribui no sentido de responder a alguns destes questionamentos:

Ele demanda espectadores que são interpretadores ativos, que oferecem suas próprias traduções, que se apropriam da história para eles mesmos e que, finalmente, fazem a sua própria história a partir daquela. Uma comunidade emancipada é, na verdade, uma comunidade de contadores de história e tradutores (Rancière, 2010b, p. 18).

Como quem ensaia para entrar em cena, saindo da posição de espectadora, para a de parte integrante do cenário, os primeiros passos para a realização do campo etnográfico foram traçados. Neste caminho, foi necessário criar estratégias de acesso que me possibilitassem acompanhar as cenas do cotidiano do movimento, acessar os meandros de formação e compreender os cenários através dos quais é construída a atuação política. Contudo, os desafios se apresentaram significativos quando em contato direto com o campo.

Iniciei minha busca pelas informações que me ajudassem a caracterizar a formação de um coletivo de jovens, mais especificamente sobre a RNAJVHA – Rede Nacional de Adolescentes e Jovens que vivem com HIV/Aids. Considerando que os movimentos de rede de jovens têm significativa atuação por meio de redes sociais, os primeiros contatos se iniciaram então por essa via, com leituras dos *posts*, notícias e eventos divulgados. As

informações públicas sobre a Rede Nacional encontravam-se divididas entre a página oficial no *Facebook* – com vídeos, notícias e fotos de participação da Rede em eventos – e o *Blog*⁵⁸ da mesma, com maiores informações sobre a história, carta de princípios e notícias dos encontros presenciais. Algumas notícias sobre a Rede Nacional também são veiculadas no site do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais e das agências nacionais, como UNICEF e UNESCO, assim como nos sites de Organizações Não Governamentais.

Em uma dessas leituras, me deparei com o texto de um integrante que me chamou atenção pelo teor crítico sobre os próprios processos de constituição da Rede. O contato com este integrante foi realizado em Agosto de 2014 e o acesso aos informantes através de conversas informais, como possibilidade em referenciais metodológicos participativos (Langdon, *et al.*, 2008), foi o primeiro movimento em direção ao campo. O informante, que será aqui tratado pelo nome fictício de Pedro⁵⁹, tornou-se, inicialmente, o principal interlocutor da pesquisa, mediando articulações para minha entrada definitiva em campo. Foi ele quem viabilizou a execução da pesquisa para fins de formalização no Comitê de Ética em Pesquisa, assinou o documento de autorização e facilitou minha inserção no VII Encontro Nacional de Adolescentes e Jovens vivendo com HIV/Aids, realizado em julho de 2015, na cidade de Recife/PE. Retomando a metáfora, neste momento, com a interlocução de Pedro, ensaiava os primeiros passos para sair da plateia e adentrar os bastidores do campo.

Neste sentido, acompanhar as ações da Rede Nacional parecia, num primeiro momento, a estratégia mais promissora para a compreensão da teia de relações que compõe os cenários da constituição coletiva de jovens que vivem com HIV/Aids. Considerando tais elementos, me organizei para acompanhar os encontros presenciais da Rede Nacional, ou seja, preparei-me para “entrar em cena”. Este movimento em direção ao campo provocou novos desafios e questionamentos. Interpelava-me: estar junto aos jovens no encontro nacional, por si só, me faria compreender os meandros das negociações que ali aconteciam? Bastava-me “estar em cena”? E se eu não conseguisse circular pelos “bastidores” das articulações da Rede? Como reconhecer as diferentes posições que passava a ocupar no cenário? Questões que se colocavam no caminho.

Na tentativa de responder ou, pelo menos me localizar em meio aos questionamentos, buscar sustentação no referencial metodológico foi o caminho encontrado. Em etnografia, a

⁵⁸O blog pode ser acessado no seguinte sítio: <http://redenacionaldejovens.blogspot.com.br/p/o-que-e-rnajtcha.html>

⁵⁹Todos os nomes utilizados nesta tese são fictícios, visando preservar o anonimato dos/as participantes.

lógica processual de construção do método é assumida – o que condiz com os caminhos que a presente tese percorreu. Isso não significa, em nenhum momento, abrir mão das condições de formação do método, mas sim compreender que o estranhamento e a reflexividade (Fonseca, 1999) tornam-se bússolas de condução da investigação. Neste sentido, acompanhar a Rede Nacional de Jovens, em seus diferentes níveis de inteligibilidade, possibilitou estranhar minhas posições e, mais profundamente, compreender que minha inserção se fazia limitada no sentido de apreensão da complexidade das relações e negociações existentes. Portanto, foi a partir de tais problematizações que a pesquisa teve seu roteiro transformado, assumindo o deslocamento provocado pela produção do conhecimento que se faz no cotidiano (Spink, 2008).

Inspirando-me em Foucault (2009), quando questiona “de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?” (p.13), entreguei-me aos deslocamentos provocados pela tese e compreendi que o estudo em si, também faz parte das possibilidades de subjetivação forjadas na cena da participação política. Assim, funcionando como produto das articulações que pretende investigar, a pesquisa se localiza no emaranhado dos jogos de formação da(s) Rede(s) de Jovens que vivem com HIV/Aids. Na intenção de tornar o mais claro possível os caminhos percorridos, sumário algumas alterações de forma descritiva, mas também analítica, na medida em que as mudanças no processo, em metodologias participativas, traduzem também os efeitos de poder da/sobre a tese.

A) Dos Encontros (nacionais e regionais) como *locus* de observação:

De início, como fora abordado anteriormente, estar “em campo” na presente pesquisa traduziu-se na necessidade de acompanhar os encontros presenciais da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens vivendo com HIV/Aids. Neste sentido, os primeiros movimentos em direção ao campo acompanharam este objetivo e as articulações com membros da Rede a fim de viabilizar a entrada neste cenário, começaram a ganhar forma.

Estar no VII Encontro Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids, que ocorreu em 2015, me colocou frente a um universo amplo e plural, marcado por suas diversidades e especificidades regionais; pelas experiências dos/as jovens que há tempo fazem parte da Rede e se diziam “veteranos” ou “prestes a sair da Rede”; assim como pelas experiências dos/as jovens recém chegados, sobre os quais a expectativa de “futuro e renovação” recaía fortemente; pelas negociações e jogos de poder que faziam funcionar as

dinâmicas de participação política, entre outras tantas tramas que contavam a história deste movimento e que serão analisadas nos capítulos de análise desta tese.

No entanto, presenciar o VII Encontro Nacional também me trouxe indagações relevantes sobre as reais possibilidades de desenvolvimento da pesquisa. Estar e acompanhar a dinâmica do encontro me fazia compreender a importância de situar a Rede como um conjunto complexo – atravessado por dimensões históricas, institucionais e políticas – e não como um domínio em si, representado pela unicidade. Ou seja, presenciar o sétimo encontro me apresentava uma visão e experiência parcial que precisava ser contextualizada e localizada no tempo e no espaço.

Outro ponto sobre o qual precisei refletir foram as questões territoriais, tanto no que diz respeito aos jovens, quanto no que tange à minha participação enquanto pesquisadora. Quanto aos jovens, no VII Encontro Nacional, as territorialidades que constituem as Redes Regionais de Jovens vivendo com HIV/Aids se destacavam como marca das relações e estabelecimento de vínculos, assim como das demandas e discussões políticas que atravessavam o encontro. O Encontro Nacional, que inicialmente – e enquanto espectadora – me parecia um cenário único, a partir da minha vivência em campo, desmembrou-se em cenários diversos, marcados por regionalidades que diferenciavam o movimento. O que me fez entender que, por mais que me dedicasse a compreender a Rede a partir de sua dimensão nacional, a base de sua estrutura se fazia também cotidianamente nos Estados e nas redes locais. Esse entendimento me levou a um segundo momento, que dizia respeito, portanto, à minha capacidade e possibilidade real de acompanhar a RNAJVHA e do entendimento desta também como a produção das Redes – discussão que será abordada a seguir.

Conforme ressaltam Passos, Kastrup e Escóssia (2010), no contexto de metodologias participativas, “o trabalho do pesquisador é agir com os diferentes acontecimentos, atentos às suas singularidades (...) ao invés de ir a campo atento ao que se propôs procurar, guiado por toda uma estrutura de perguntas e questões prévias” (p.144). Neste sentido, os desafios que se colocam presentes ao pesquisador ou pesquisadora que se dedica ao campo a partir do referencial de metodologias participativas tomam forma, exigindo que a reflexão sobre seus saberes e práticas seja ferramenta e bússola do caminho de construção da tese.

A partir deste ponto, um importante posicionamento precisou ser tomado em direção à exequibilidade – entre o ideal e o possível – da investigação: precisaria ser feito um recorte metodológico e, portanto, também ético-político. Para acessar os meandros da formação coletiva e os processos que dão forma aos modos de subjetivação política, não adiantaria

circular nos encontros nacionais e continuar “alheia” ao processo como um todo. Era preciso me aproximar, ser/fazer parte.

B) A Rede ou as Redes:

A Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids, conforme já fora abordado, se configurou como alvo inicial das construções investigativas desta pesquisa, considerando, sobretudo, seus aspectos políticos. O foco da pesquisa se concentrou sobre o cenário presencial da Rede – não deixando de compreender a relevância do cenário virtual, mas estabelecendo um limite de ação para a investigação. Neste sentido, os “Encontros Nacionais”, apareceram inicialmente como *locus* de observação e análise, fazendo emergir a proposição do sujeito “Rede” como “objeto” inicial sobre o qual a pesquisa se ocuparia em (re)conhecer.

No entanto, lançar-se em uma pesquisa que se propõe a “pesquisar com” as pessoas, como lembram Bicalho, Rossotti e Reishoffer (2016), exigiu-me estar constantemente atento/a ao processo de acontecimento das experiências, habitar o território e reconhecer os diferentes modos de subjetivação, sem dinâmicas pré-moldadas ou engessamentos metodológicos que suprimam as singularidades do campo. Neste sentido, considerando sua pluralidade e fluidez, o que era por mim tomado como “a Rede”, na construção do estudo, sofreu transformações à medida que segui as pistas dadas pelo campo.

O estranhamento que, conforme destaca Fonseca (1999), aparece como etapa relevante da etnografia, me levou a compreender que considerar “a Rede” como um único sujeito, me faria incorrer no equívoco de apreender a formação coletiva como uma entidade “em si”. Ou seja, foi necessário compreender que a formação da Rede se dava de maneira plural, com as complexidades de um movimento que se dedica ao acolhimento de jovens, mas que também assume lutas políticas no contexto da Aids. Assim, no desenvolvimento da etnografia, o que era tomado como Rede, assumiu novos contornos, transformando-se em “Redes”, determinando mudanças importantes no âmbito da análise.

Bicalho, Rossotti e Reishoffer (2016) apontam que, para realizar o trabalho de campo, é necessário reconhecer a incidência constante do novo, assumir a posição de busca, sem saber *a priori* o que se procura. Neste sentido, é também problematizar os discursos que se ocupam da temática pesquisada, entendendo a pesquisa como mais um elemento do cenário e que, portanto, estará sujeita às nuances próprias às experiências do cotidiano.

Em campo, em meio aos diálogos com os jovens e as jovens, a própria forma de nomear o movimento já indicava a diversidade de identificações possíveis. A “Rede” é

também enunciada por eles e elas, conforme tratamos no início deste capítulo, como “Rede Nacional”, “Rede de Jovens [Vivendo]”, ou “Rede Nacional de Jovens Vivendo”, constituindo expressões êmicas que traduzem a cultura do grupo acessado. Assim como o nome da Rede, a posição dos/as mesmos também é identificada ora como “membro”, ora como “ativista” ou “militante”, ora como “jovem vivendo”. Posições essas que se atravessam e constituem, mas que designam concepções históricas e diferentes modos de operação frente às demandas da Rede. Outro ponto que consolida a pluralidade e complexidade do coletivo está nas marcações relacionadas às regionalidades, ou seja, como enunciado várias vezes pelos/as jovens, o trabalho “de base” da Rede é feito nos Estados e nos municípios, caracterizando as especificidades territoriais e produzindo singularidades ao movimento.

Considerando tais cenários, assumi definitivamente a ideia de que o campo etnográfico constrói processualmente seu objeto, o que exigiu de mim uma flexibilidade e clareza em desenhar novas formas para o estudo sem, no entanto, incorrer na descaracterização do mesmo. Deparei-me com a captura que me propus a pesquisar, ou seja, compreender a produção do sujeito político e estar “em cena” para produzir tal compreensão, é também ser capturada pelas articulações que fazem funcionar a engrenagem. Pesquisar “a” Rede não me garantiria acessar os processos de subjetivação política da mesma. Foi necessário pesquisar “na” Rede, para conseguir compreender que existiam múltiplas formas de ser rede, ou melhor, que existiam “Redes”.

Passos, Kastrup e Escóssia (2010) ressaltam a complexidade do trabalho do pesquisador que se dedica à vida do contexto pesquisado, lembrando que esta posição se dá sempre pelo “compartilhamento de um território existencial no qual sujeito e objeto da pesquisa se relacionam e se codeterminam” (p.131). Assim, “sujeito e objeto, pesquisador e campo de pesquisa, teoria e prática se conectam para a composição de um campo problemático” (Passos, *et al.*, 2010, p.137). Neste sentido, as mudanças na trajetória de pesquisa passam a ser entendidas aqui, como produtos da própria dinâmica do campo, ou seja, compreende-se que a metodologia adotada se assume também sob os efeitos de poder das relações que se estabelecem nas Redes.

No entanto, estar nesta posição não foi tarefa simples. Novamente me inspiro em Foucault (2009b), ao compreender a formação dos caminhos de pesquisa e suas ferramentas, ou nas palavras do autor: “Não tenho teoria geral e tampouco tenho um instrumento certo. Eu tateio, fabrico, como posso, instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos” (p. 229). Em campo de pesquisa, por alguns momentos, me sentia à deriva e questionava sobre minhas posições. Estava em cena, mas não acessava os bastidores; havia saído da posição de

espectadora na plateia, mas minha capacidade de compreender os meandros da trama ainda era frágil. E foi justamente nesse momento que compreendi, de fato, que a construção processual do método, conforme destacou Foucault, fazia aparecer objetos. Que não seria necessariamente eu a capturar o campo, mas, ao contrário, talvez eu fosse capturada por ele.

O caminho fabricado no desenrolar do campo aponta, portanto, para uma mudança do direcionamento do foco de luz que, inicialmente, se sustentava sobre a Rede Nacional. Este foco passa a estar voltado para a composição das Redes de Jovens Vivendo, entendendo-as como um processo complexo atravessado por diferentes configurações estéticas e políticas. Foi neste entremeio que a Rede Jovem Rio + (RJR+) apareceu também como *locus* da pesquisa, caracterizando-se como um coletivo composto por jovens vivendo e convivendo com HIV/Aids do estado do Rio de Janeiro. Conforme já fora abordado no primeiro capítulo da tese, a RJR+ estabelece-se como um movimento paralelo à RNAJVHA, porém, com contornos específicos e autônomos no que diz respeito à gestão e execução de suas ações.

Na aproximação com a RJR+, comecei a refletir sobre a relevância de se compreender o movimento em rede de forma mais complexa e atravessada por dissonâncias, mesmo em um campo que poderia parecer similar no que se refere à sua composição temática. Desta forma, tracei como uma de minhas rotas a aproximação dos encontros nomeados pelos/as jovens das Redes como “políticos” que tinham como mote a discussão de demandas mais associadas às temáticas políticas do que às de experiências pessoais, o que resultou nas inserções apontadas no quadro que se encontra no próximo tópico.

Nesse complexo território existencial, com diferentes modos de ser e estar, enumero alguns pontos estratégicos para a aproximação com o campo, tomando os elencados a seguir como argumentos para tal compreensão: 1) Desde a inserção no cenário 1 (VII ENAJVHA), fui acolhida pelos jovens da RNAJVHA que eram representantes da região do Rio de Janeiro – sendo que as conversas e brincadeiras que diziam sobre as diferenças regionais tornaram-se elos de aproximação iniciais; 2) As diferenças regionais que, num primeiro momento pareciam poder afastar, funcionaram como pontos de relação, principalmente pela questão geográfica que deixa o município de Juiz de Fora mais próximo ao Rio de Janeiro do que da própria capital mineira, Belo Horizonte; 3) A continuidade do contato com os/as jovens do Rio de Janeiro, após o retorno do VII Encontro Nacional, viabilizou minha inserção de forma facilitada na RJR+, o que se tornava estratégico para o reconhecimento de um outra forma de organização em rede, assim como para a compreensão do problema de pesquisa a partir de outra perspectiva; 4) Naquele momento – ano de 2015 – a organização da RJR+ se fortalecia, enquanto que em Minas Gerais, o movimento estava em processo de organização; 5) Entender

o campo como “as Redes” me possibilitava um acompanhamento, além de mais ampliado, mais próximo do cotidiano das discussões.

Portanto, alguns ajustes foram feitos no desenvolvimento da pesquisa a fim de melhor circunscrever o problema e responder ao objetivo de análise dos processos de subjetivação política de jovens que se reúnem coletivamente no âmbito do HIV/Aids. Neste fluxo, senti-me efetivamente tomada pela etnografia, ao ver o campo tornar-se imperativo, me apresentando os caminhos que me fariam compreender as complexidades e me direcionando no sentido de aproximação do cotidiano. Desta forma, conseguiria chegar “ao palco” sobre o qual as cenas se desenrolavam e, quem sabe, com entrada para os bastidores.

Assim, finalizo este tópico me posicionando no cenário e, conseqüentemente, posicionando a investigação. Compreendo que os sujeitos Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids (RNAJVHA) e Rede Jovem Rio + (RJR+) são os campos principais de observação e análise. Contudo, situo a pesquisa junto aos cenários da subjetivação política no processo de formação coletiva e múltipla de Redes de Jovens no panorama da Aids.

4.2.1 A composição descritiva dos cenários

Estar em campo na pesquisa etnográfica constitui-se em um desafio constante de traduzir a realidade observada, vivida e sentida. A complexidade do campo desenha caminhos para a investigação e produz singularidades quanto aos modos de existência da realidade pesquisada. Assim, ao tentar traduzir o que vivi como pesquisadora no/com o campo, assumi a tarefa de recriar as realidades e espaços que dão vida ao universo observado. Neste tópico, convido então quem lê esta tese a acompanhar, através do meu olhar, as formações estéticas que emergiram durante o trabalho de campo da pesquisa.

Para tanto, a analogia com o teatro e todo o contexto que o envolve – como já fora abordado em momentos anteriores – surgiu como estratégia de construção do campo. Desta forma, procurei posicionar cada inserção ao campo como a entrada em cenários diversos, traduzindo através da escrita os espaços pelos quais circulei e que, de certa forma, sustentavam as relações observadas.

A metáfora espacial, e mais precisamente teatral, de um ‘cenário comum’ é importante, pois a política será essencialmente o conflito sobre que classe de atores são suscetíveis a ingressar nesse cenário público. Na verdade, se trata dos limites mesmos do cenário. A política, segundo Rancière, se definirá pela ampliação do cenário em virtude da entrada de novos atores (Blanco & Martin, 2003, p. 06, tradução nossa).

A relação com os cenários, como espaços de fazer arte, ou composições que de certa forma organizam a estética dos espaços, torna-se possível para, metaforicamente, compreender o campo etnográfico. O espaço de encenação, garante certa distribuição espacial, articula posições e forja modos de ser e estar que produzem uma estética da vida. Rancière (2009) enfatiza esse potencial de distribuição do espaço através da arte, dizendo que a mesma é política, pois insere um recorte no tempo e no espaço, que configura formas específicas de visibilidade.

Adentrar os cenários⁶⁰ sobre os quais as Redes se estabelecem passa a ser, portanto, potencial forma de compreensão sobre o sensível e sobre como se operam determinadas lógicas (Rancière, 2009). Compreender os cenários faz também compreender os desenhos do desenrolar político, das formas de ocupação comuns, para conhecer as posições e os sujeitos que fazem ou não parte da cena.

Neste sentido, descrever os cenários desdobra-se em um exercício de articulação entre práticas estéticas e práticas políticas, compreendendo as configurações da ordem do sensível na cena comum compartilhada. Sobre esta ordem, Rancière (2009, p. 15) ressalta que a partilha do sensível trata-se de, nas palavras do autor, um “sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas”. A partilha do sensível aponta para o comum e para o exclusivo, para o compartilhado e para a experiência singular.

Assim, os cenários de existência das Redes de Jovens são aqui entendidos como espaços que sustentam relações e operam certas lógicas hierarquizadas de (in)visibilidade. A partilha desenha o que há de comum, ao mesmo tempo em que designa aqueles e aquelas que têm parte nessa divisão (Rancière, 2009). Ao dividir espaços, tempos e atividades, operam-se distribuições sensíveis pautadas, grande parte das vezes, em lógicas desiguais.

Seguindo o trabalho etnográfico, estar em campo e adentrar os cenários, é também, se aproximar a ponto de acompanhar a partilha dos espaços, observar os meandros da distribuição das autorizações sobre enunciações e posições e compreender os processos a partir dos quais alguns tomam posse das partes. Como salienta Rancière (2009, p.16), “a partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade exerce. Assim, ter esta ou aquela ‘ocupação’ define competências ou incompetências para o comum”. Neste sentido, engendra as possibilidades de ação e atuação no espaço comum.

⁶⁰ As inserções no campo etnográfico foram caracterizadas como “cenários”, que estão descritos no quadro que se encontra como apêndice, para posteriormente serem analisados nos demais capítulos da tese.

Para a presente tese, a política se revela através de uma distribuição sensível que dá voz, imagem e lugar ao que anteriormente não tinha. Portanto, de forma sumarizada, o quadro abaixo organiza os seis cenários nos quais estive presente durante o trabalho etnográfico, buscando desenhar os contornos de composição do campo, assim como das Redes. Contudo, a descrição mais detalhada de cada cenário, a fim de não comprometer a fluidez do texto, encontra-se como apêndice, em um quadro descritivo.

Quadro II – Identificação dos cenários observados em pesquisa de campo

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
Nome do encontro	VII Encontro da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/AIDS	10º Congresso de HIV/Aids e 3º Congresso de Hepatites Virais.	III Encontro de Incidência Política da RJR+	Encontro de Janeiro da RJR+.	Reunião Política Aberta da RJR+.	VIII Encontro da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/AIDS
Data	09 a 12 de julho de 2015	17 a 20 de novembro de 2015	17 e 18 de setembro de 2016	15 de janeiro de 2017	04 de junho de 2017	22 a 24 de novembro de 2017
Local	Vela Branca Praia Hotel, no bairro de Boa Viagem, em Recife/PE.	Centro de Convenções de João Pessoa/PB	Abrigo Cristo Redentor – Rio de Janeiro/RJ	Jardins do MAM – Rio de Janeiro/RJ	Jardins do MAM – Rio de Janeiro/RJ	Hotel Kubischek Plaza – Brasília/DF

Fonte: ELABORADO PELA PRÓPRIA AUTORA

Nessa intrincada relação entre estética e política, a descrição do campo materializa os espaços sobre os quais se dão os acontecimentos que compõem as Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids. Os cenários observados são, neste sentido, efeitos de relações históricas que, segundo Coimbra e Nascimento (2008), fabricam a vida “enquanto acontecimento ético-político que permita potencializar o caráter heterogêneo e múltiplo dos diferentes modos de existência que se encontram no mundo” (s/p). Assim, observar e descrever os cenários torna-se estratégico no sentido de compreender a vida e as possibilidades de existência e resistência nesses espaços.

Pelo exposto, as análises que seguem no próximo capítulo têm como base a organização aqui esclarecida, enfatizando relações que engendram diferentes formas de ser e estar no espaço comum. Para tanto, considerou-se as mudanças estéticas, o trânsito da

organização do espaço entre a formalidade e a informalidade, as lógicas que engendram relações existentes, entre outros aspectos.

Vale lembrar que toda a disposição aqui relatada está frequentemente ordenada, na perspectiva de Rancière (1996), pelo regime policial, que normatiza e hierarquiza processos e, conforme ressaltam Blanco e Martin (2003, p. 07, tradução nossa) “os atores, com seus respectivos papéis, e o marco no qual atuam, já estão prévia e devidamente identificados graças ao aparato policial”. Portanto, a dimensão analítica buscará compreender, também, em que medida as reconfigurações no sensível possibilitam fissuras que dão lugar aos processos de subjetivação política a partir da desidentificação com os lugares (pré)estabelecidos.

4.3 AS FERRAMENTAS QUE AJUDARAM A CONSTRUIR O CAMINHO

O caminho de reconhecimento do campo etnográfico é um processo constante de descobertas. Em um primeiro momento, sabemos que importa se aproximar, importa querer saber sobre o outro da forma mais genuína e, importa encontrar formas de se fazer isso sem, no entanto, invadir a realidade ou tomá-la como dada. Ao longo do caminho, atalhos são descobertos e rotas são alteradas. Constrói-se um roteiro, mas aprende-se que ele precisa funcionar como bússola e não como gesso para as experiências em campo.

Das descobertas que fiz ao longo do tempo de inserção em campo, compreendi que precisava encontrar ferramentas que sustentassem minhas observações e vivências, principalmente considerando as singularidades dos sujeitos. Precisava encontrar meios de traduzir o que via e refletir o que sentia, ao mesmo tempo em que conseguisse representar, de forma mais aproximada, a voz dos/das jovens, mais do que falar por eles/as. Neste sentido, para sustentar a visão, a observação participante foi a ferramenta encontrada. Para traduzir o que via e sentia, o diário de campo tornou-se companhia constante. Para ouvir e, de certa forma, conseguir representar a voz dos/as jovens, lancei mão de conversas atentas e interessadas com informantes, assim como da gravação em áudio sobre minhas percepções.

Além de tais ferramentas, dediquei-me à leitura sobre a história das Redes de Jovens contada através dos documentos existentes e disponíveis *online*. Para tanto, acessei documentos como: os Relatórios dos Encontros Nacionais da RNAJVHA; Boletins e programação de alguns encontros nacionais; Cartas convite para os eventos; Cartas públicas com informações das Redes; Carta de Princípios; Estatutos; documentos com registros sobre a história das Redes; e notícias que pudessem complementar as informações obtidas. Este movimento possibilitou ampliar a compreensão do campo, além de compor a história das

Redes, tendo em vista que a etnografia, apesar de sempre considerar a história, observa a realidade a partir de um recorte espaço-temporal.

Assim, serão descritas e problematizadas a partir deste ponto, as três principais ferramentas utilizadas durante a investigação, apostando na triangulação, para uma aproximação mais fiel à complexidade das experiências do campo, tentando escapar de compreender as Redes por sua exterioridade, ou de uma dimensão linear. Neste sentido, faço aqui o exercício de recriar os caminhos que conduziram a composição do território de investigação e a tradução da experiência etnográfica.

4.3.1 Observação Participante: a história vivida

A inserção no contexto pesquisado, quando pautada na ideia de investigação da realidade – sempre parcial e localizada – de determinados grupos, coletivos ou instituições, demanda meios de compreensão das relações estabelecidas histórica e cotidianamente. Sendo assim, a Observação Participante torna-se ferramenta relevante de construção do campo e de produção das informações a serem analisadas, além de ser processo fundamental para a etnografia.

Para Cardona, Cordeiro e Brasilino (2014), a observação se constitui em um processo dialógico envolvendo as particularidades e tensionamentos do campo e a colaboração entre pesquisador/a e grupos/pessoas, funcionando como um produto de relações complexas, principalmente quando ela se opera no cotidiano. Portanto, a observação participante, como herança da tradição etnográfica, traz o selo do rompimento com tradições positivistas de pesquisa permeadas pela ideia de neutralidade científica e aceita a perspectiva de que a participação no cotidiano pesquisado enseja diferentes formas de ver o mundo e modos de subjetivação da vida.

Observar, além de ser ação prática e diária, passa a ser entendida enquanto ferramenta metodológica que parte do pressuposto de colaboração mútua entre as pessoas envolvidas no processo, bem como abarca a teia de acontecimentos que atravessa o contexto pesquisado. A observação passa a ser, como ressaltam Cardona, Cordeiro e Brasilino (2014, p. 123), “produto de negociações complexas” no/com o campo pesquisado.

É no encontro com as pessoas, na materialidade das existências, que a pesquisa mediada pela observação se desenvolve. No caso da presente pesquisa, a observação se traduziu de fato em participação e o “conviver-para-observar” (Cardona, *et al.*, 2014, p. 127) possibilitou a construção do cenário social no qual estava me inserindo, como uma ação

arqueológica de (re)construir o universo pesquisado a partir da postura dialógica (Rocha & Eckert, 2008; Foucault, 2009b).

No caso da etnografia, a observação passa a ser ferramenta primeira, que sustenta o estudo mediante a instabilidade existente quando se abre mão de roteiros pré-estabelecidos (Batista, Bernardes & Menegon, 2014). Portanto, “estar no campo em busca de informações que levem à construção de uma pesquisa exige uma postura flexível, porém vigilante, sob pena de dele sairmos com muitas informações, mas sem nenhuma pesquisa” (Sato & Souza, 2011, p. 42). Nesta lógica, observar e participar implica em envolvimento com a situação e, como consequência, um contínuo exercício reflexivo e questionamento sobre o nosso saber/fazer.

O princípio da observação aponta para a necessidade de familiarização com o campo investigado como ponto fundamental, adentrando um complexo e amplo processo de negociações entre os atores pertencentes ao campo/cena. Neste caso, observar as Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids implicaria, necessariamente, em deslocamento e inserção em uma realidade singular que diz respeito ao universo jovem e, mais especificamente, de jovens que vivem com HIV/Aids.

Desta forma, os encontros presenciais – os quais foram foco de análise desta tese, porém, sem negligenciar a existência da dimensão virtual das Redes – tornaram-se o âmbito sobre o qual as observações ganharam forma. Segundo Angrosino (2009), no interior do processo etnográfico, a observação participante aponta para a necessidade de compreendermos os elementos disponíveis, ou seja, a rede de contatos, o tempo disponível, os recursos necessários, as decisões a serem tomadas, entre outros.

No que diz respeito à Rede Nacional de Jovens, a primeira autorização para realização das observações foi dada em 2015, pelo jovem Pedro e, posteriormente, os contatos foram estabelecidos com o representante que havia sido eleito para a gestão de 2016/2017. Já na RJR+, os convites para participação dos encontros surgiram na ocasião do VII ENAJVHA (2015) e através dos contatos contínuos pelas redes sociais. Neste sentido, as autorizações para que eu pudesse acompanhar os encontros foram elementos decisórios para o caminho percorrido, pois observar um contexto onde as pessoas reconhecem a pesquisadora como “bem-vinda”, facilita o processo de aproximação e entendimento das singularidades.

Em campo, mais do que sentir a receptividade dos/as participantes, havia uma concepção de importância sobre a realização da pesquisa. Não foram raros os momentos em que os/as jovens agradeceram afetosamente minha presença, como se o fato de estar realizando um estudo sobre as Redes, valorizasse suas ações – o que, de certa forma,

aumentou minha responsabilidade sobre o que produzo. Especialmente no VIII ENAJVHA (cenário 6), muitos jovens vieram conversar comigo interessados pela pesquisa e dizendo de suas trajetórias acadêmicas, com possibilidade de estudo sobre a temática do HIV/Aids. Os contatos posteriores ao encontro também foram realizados, com a solicitação de material, textos ou construções advindas da pesquisa.

Como observadora e, considerando a forma como fui apresentada, estava autorizada a vivenciar e registrar os processos e acontecimentos que se apresentam no cotidiano. Contudo, ao longo das inserções para observação, de certa forma, também comecei a fazer parte da cena e, como consequência, passei a ser tomada pelos atravessamos que a compunham. Neste sentido, foi necessário refletir sobre os limites de apreensão do que eu via e sentia, assim como sobre a responsabilidade ética e política de dar voz ao que presenciei. Portanto:

A acuidade de observar as formas dos fenômenos sociais implica na disposição do(a) pesquisador(a) a permitir-se experimentar uma sensibilidade emocional para penetrar nas espessas camadas dos motivos e intenções que conformam as interações humanas, ultrapassando a noção ingênua de que a realidade é mensurável ou visível, em uma atitude individual (Rocha & Eckert, 2008, s/p).

A despeito de uma busca pela verdade ou mesmo de um conhecimento sobre o todo, a observação traz à tona os sentidos produzidos, os discursos de saber/poder que sustentam posições, as fissuras que irrompem tensionamentos, os dissensos que fazem emergir a política sobre a vida. Conforme ressaltam Cardona, Cordeiro e Brasilino (2014), em diálogo com Spink (2008), a prática da observação deve ser permeada por “posturas críticas que dêem visibilidade às iniquidades, desigualdades ou mesmo a construção de propostas conjuntas de ação” (p. 129). Portanto, para a presente pesquisa, torna-se fundamental compreender os jogos que sustentam determinados lugares de fala e de visibilidade, os sentidos produzidos nas relações e, principalmente, as condições de possibilidade de existência da política na arena comum.

Por último, vale lembrar que observar também implica em um registro honesto e sistemático da experiência, pois é nesta atividade que se assume a co-construção das situações presenciadas. Este exercício demanda ferramentas que organizem tal prática e que serão abordadas no tópico abaixo.

4.3.2 Diário de Campo: “*Você está escrevendo um livro sobre nós?*”

Registrar o universo de histórias, enredos, relações e acontecimentos existentes nos espaços pelos quais circulei como pesquisadora foi, talvez, a tarefa mais desafiadora, mas

também a mais acertada que tive durante os anos de pesquisa de campo. Desafiadora, pois traduzir a multiplicidade dos fatos observados e a riqueza de situações advindas da relação com os cenários tornou-se uma das minhas maiores responsabilidades. Ao mesmo tempo, considero ter sido o caminho mais acertado, pois foi no exercício contínuo de tentar transcrever a realidade, que compreendi o desenho da pesquisa, decidi sobre os direcionamentos metodológicos a serem tomados e me mantive constantemente em reflexão sobre a prática de produção de conhecimento. O exercício da escrita do diário de campo produz, portanto, uma constante vigilância epistemológica por parte do/a pesquisador/a (Rocha & Eckert, 2008).

Considerando a relevância da observação, já destacada no tópico anterior, o diário de campo apresentou-se então como ferramenta valiosa de apreensão e construção do campo, assim como das trocas dialógicas estabelecidas. A prática do diário possibilita recriar formas e realidades e construir uma estrutura narrativa que dá vida ao universo observado a partir das anotações de compartilhamentos da vida cotidiana. Esta ferramenta se transforma no espaço para a organização de ideias, onde são feitas as amarrações de pensamentos e ações em campo (Rocha & Eckert, 2008).

Na perspectiva de metodologias qualitativas “temos que refletir sobre a realidade que queremos contribuir para criar, manter ou transformar através de nossas práticas” (Cordeiro, Freitas, Conejo e De Luiz, 2014, p. 40). Nesta concepção, a pesquisa é vista enquanto prática que produz efeitos sobre práticas e, assim, o/a pesquisador/a precisa assumir responsabilidade sobre a exploração do campo e sua descrição.

Neste sentido, o registro contínuo e rigoroso sobre os acontecimentos do campo pode apontar para questões estratégicas no desenrolar da investigação, como a necessidade de mudanças de panorama, de novas observações ou mesmo de pensamentos que afetam o pesquisador ou a pesquisadora no curso do trabalho. Ao longo do tempo, as anotações sobre os acontecimentos observados tornam-se mais fluentes e específicas, fazendo fluir concepções cada vez mais próximas do universo observado (Batista, *et al.*, 2014).

No caso da pesquisa em questão, considero que o diário de campo teve papel fundamental em minha construção enquanto pesquisadora, pois em diversos momentos, era sobre ele que colocava minhas principais indagações, inseguranças e reflexões. De acordo com Batista, Bernardes e Menegon (2014), a insegurança torna-se compromisso com o que se produz, pois, ao assumi-la, o/a pesquisador/a a coloca em questão, assim como os efeitos de sua ação no campo. Além disso, o diário passou a funcionar também como base, como “local” para o qual eu retornava nos momentos em que precisava me situar em campo. Logo, o

caderno de registros⁶¹ acabou adquirindo para mim, dimensão simbólica importante sendo, muitas vezes, companhia em momentos solitários do campo e, em outros, representação sobre a razão de minha existência naquele contexto.

Observar e registrar sistematicamente passam a ser, portanto, um exercício de relação entre a objetividade e a subjetividade existentes nas cenas. Uma desafiante e solitária trajetória de compreender o visível, o dizível e tentar acessar o que se coloca no “entre” dessa relação. Neste sentido, a reflexividade aparece como noção central e duplamente importante, pensando os impactos tanto sobre as interpretações, quanto sobre os efeitos da presença do/a pesquisador/a no campo pesquisado (Cordeiro, *et al.*, 2014).

A relação com o diário de campo, em alguns momentos, também foi apontada pelos/as próprios/as jovens. Situações como a que deu nome a este tópico, quando um jovem me perguntou “*Você está escrevendo um livro sobre nós?*”, ou quando outro jovem se voltou para mim e disse: “*Anota aí que isso é importante!*”, apontando para o meu caderno, demonstram a posição ocupada pelo registro das informações e representada pelo diário. Em outro momento, um jovem disse: “*Ela é pesquisadora, está fazendo uma pesquisa sobre nós*”, também apontando para minhas anotações, denotando um lugar diferenciado para minha participação no contexto. Diante de tais fatos, precisei refletir sobre em quais momentos as anotações eram possíveis e, em quais elas poderiam me afastar ou diferenciar no contexto de pesquisa. Ciente desta condição, realizar gravações em áudio, com minhas impressões sobre o campo, tornou-se uma estratégia importante. Passei a registrar com gravador de voz, de forma descritiva, as observações realizadas nos cenários. Também foram feitos registros de pensamentos, sensações e afetações causadas pelo campo. Tais gravações eram realizadas logo após as observações e acontecimentos – assim que tinha oportunidade – e transcritas para o diário.

Fato importante foi que ao realizar os contatos para inserção no VIII ENAJVHA (cenário 6), fui convidada para participar do mesmo como relatora do evento, o que, de certa forma legitimou minha entrada em todos os espaços e afirmou uma relação de confiança construída ao longo do tempo de pesquisa. Do lugar de relatora, pude acompanhar momentos significativos para o encontro nacional, além de acessar a cena de um lugar diferenciado, podendo questionar nomes, confirmar falas e realizar anotações enquanto tarefa que fazia parte das atividades.

Por ter adquirido tamanha centralidade no desenvolvimento da pesquisa, as anotações tornaram-se material empírico de análise propriamente dita, cuja metodologia e organização

⁶¹ O diário foi escrito em caderno especificamente separado para este fim, ou em computador, de acordo com o que a logística de funcionamento dos encontros possibilitava.

será explicada no início do capítulo de análise (Capítulo V). Com isso, a produção de informações transcritas no diário de campo foram os principais insumos sobre os quais me debrucei com o arsenal analítico da etnografia. No decorrer da análise, alguns trechos literais do diário de campo serão trazidos ao longo do texto (através de caixa de texto) a fim de complementar as elaborações e possibilitar o acesso a recortes importantes do campo de pesquisa.

4.3.3 Conversas e relatos: (in)formalidades das narrativas

Entre caminhos de observação e tantos registros sobre o campo, existiram conversas, que deram sentido ao que eu buscava entender no contexto das Redes. Considero-as enquanto conversas e não como entrevistas, pois tais diálogos não foram guiados por roteiros, nem mesmo, forjadas *a priori* enquanto ferramenta para a produção de material analítico. Trataram-se de conversas que aconteciam nas cenas vivenciadas, ora relatos espontâneos, ora diálogos nos quais eu me colocava como interlocutora interessada na trajetória dos/as jovens com quem obtive maior proximidade.

Desprovida de roteiros, mas com a vigilância constante de uma observação acurada e registro sistematizado, bem como amparada por minha linha metodológica, vi-me mais livre para acessar e vivenciar os meandros do campo. Fiz questão de, sempre que possível, chegar antes do horário previsto para início dos encontros e sair somente quando a atividade fosse finalizada. Em alguns momentos, cheguei a ficar aproximadamente 12 horas ininterruptas acompanhando as atividades realizadas, incluindo almoços, lanches e jantares. Isto porque a própria organização dos encontros me possibilitou tal inserção, tendo em vista que, em sua maioria, eram eventos de dois dias ou mais, nos quais ficávamos todos e todas reunidos a maior parte do tempo.

Considerando que a interação e os encontros estabelecidos na relação com o campo tornam-se condição para a pesquisa, que lança mão da inspiração etnográfica como delineamento metodológico e analítico, vivenciar os momentos, formais e informais, era de relevância significativa para a produção da tese. Como argumenta Spink (2008), fatos como os (des)encontros, o que é dito e o que é silenciado, os acasos e as linhas pré-moldadas de ação, são também momentos de produção do cotidiano. Neste sentido, os lugares nos quais essas relações acontecem podem ser variados, não obedecendo a uma lógica de formatação previamente estabelecida. Em campo de pesquisa, muitas vezes os momentos em que as conversas pareciam mais soltas foram os reservados para lanches, cafés, almoços, ou mesmo os momentos anteriores e posteriores às atividades programadas.

Foi neste sentido, também, que abri mão de qualquer instrumento que me afastasse da rotina e do fluxo intenso de trabalho e de acontecimentos dos cenários. Ou seja, decidi reconhecer os fluxos de relações e a multiplicidade dos espaços (Batista, *et al.*, 2014) para poder, assim, compreender as formações estéticas de distribuição dos lugares transitados.

Autores/as como Batista, Bernardes e Menegon (2014) reafirmam a credibilidade dos processos e instrumentos que mediam o levantamento de informações. No entanto, ressaltam a necessidade de se refletir sobre as estratégias utilizadas e como estas são feitas. Para estes autores, “a conversa, normalmente, é aprisionada e cristalizada sob a égide de um script materializado por nomes diversos: entrevista, questionário, grupo focal, testes, dinâmicas e correlatos” (p.100). Neste sentido, compreender a conversa fora dos moldes legitimados de instrumentalização da ciência, é compreender que as relações que se dão no cotidiano informal das práticas discursivas também compõem o contexto analisado.

É necessário valorizar os encontros e reencontros permeados pelas socialidades e materialidades específicas de cada lugar. Em síntese, há de se adotar uma postura dialógica, articulada à ética e à política, buscando romper com determinadas epistemologias clássicas (Batista, *et al.*, 2014, p. 104).

Nesta perspectiva, assume-se que as concepções críticas, éticas e metodológicas se articulam na compreensão da realidade, numa relação dialógica que possibilita a aproximação entre o/a pesquisador/a e as pessoas que compõem o universo do campo (Cardona, *et al.*, 2014). Estar em cena/campo é, portanto, uma experiência situada, demarcada, atravessada de sentidos produzidos na relação com o outro.

Além dos sentidos produzidos sobre o que se vê e se diz no campo, há também que se problematizar as posições que ocupamos diante destes cenários. Em meio à dinâmica dos encontros, compreendi que ocupava diferentes posições, sendo que duas se mantiveram em destaque: a de observadora-pesquisadora e a de psicóloga. Como observadora e pesquisadora, maneira como fui apresentada nos cenários, estava autorizada a vivenciar e registrar os processos e acontecimentos que se apresentavam no cotidiano; como psicóloga, senti a importância dada a esta categoria profissional nas questões relacionadas ao diagnóstico e ao apoio necessário neste momento, o que, muitas vezes, facilitava a abertura para conversas que contavam situações particulares, ou mesmo sigilosas sobre a vida dos/as jovens. Ambas as posições, me abriam possibilidades para a compreensão das teias de relações estéticas e políticas que ensejam o movimento de jovens vivendo com HIV/Aids enquanto rede, no cenário da Aids.

Outro ponto relevante a ser destacado sobre as conversas, trata-se das singularidades relacionadas à linguagem do universo jovem, atrelado ao conjunto de expressões características à discussão da Aids. Por já estudar a temática do HIV/Aids há aproximadamente doze anos e, por boa parte dos trabalhos de minha prática na docência se dedicarem ao público jovem, não encontrei grandes barreiras em equalizar os discursos que compunham as experiências apresentadas em campo. Contudo, foi necessário manter a crítica constante acerca de minhas concepções – a fim de evitar relações diretas ou visões pré-determinadas – assim como o exercício de relacionar os conhecimentos existentes, valorizando a cultura da população estudada e compreendendo os sentidos atribuídos às expressões.

A linguagem sustenta as relações sociais e assumir as conversas como elemento fundamental “implica em posicionar as pessoas participantes como protagonistas na construção do conhecimento” (Batista, *et al.*, 2014, p. 101). Outra preocupação proeminente ao assumir as conversas em suas informalidades é o fato de conseguir alcançar os jogos de poder, as disputas, as oposições e delimitações estabelecidas, assim como superar os jogos de sedução no que se refere à escuta da pesquisadora sobre as diferentes realidades observadas. Em algumas situações, senti-me sendo convidada a assumir lados frente às disputas estabelecidas em campo, sendo tais momentos contornados por mim de forma a preservar a circulação da pesquisa em diferentes espaços. Contudo, este fato também trazia impactos interessantes ao estudo no sentido de contribuir para escapar de uma compreensão sobre as Redes, limpa e romantizada.

Assim como os trechos do diário de campo encontram-se transcritos no desenvolvimento do texto de análise, também serão trabalhados alguns excertos de falas⁶² e conversas que emergiram no campo de pesquisa e contribuem para ilustrar e dar vida ao *corpus* analítico. As conversas transcritas no diário tomaram a forma de relatos e, mais especificamente, de narrativas sobre o campo.

Considerando a multiplicidade de fontes e informações levantadas, assim como a metodologia e análise a partir da etnografia, a dimensão das narrativas será abordada neste estudo em concordância com a forma como os/as autores Galindo, Martins e Rodrigues (2014, p. 296) as concebem: “enquanto dispositivos de escrita que mobilizam expressões verbais, carregam mundos de práticas, reordenam espacialidades, temporalidades e são engajamentos ativos na constituição de modos de viver”. Na concepção dos/as autores/as:

⁶² Os relatos literais dos/as jovens serão sinalizados em fonte itálica, a fim de diferenciá-los no corpo do texto.

As narrativas não têm de espelhar qualquer realidade, pois não são conjuntos de assertivas e, sim, como vimos argumentando, histórias que se interseccionam e se interconectam; mundos compostos e recompostos. (...) O caráter performativo da narrativa nos remete a pensar nos modos pelos quais interferimos em diferentes redes por meio de nossas produções. Por essa razão propomos entender as narrativas como uma escrita que medeia a existência de realidades e sua ligação com outras realidades em redes infindáveis: qualquer narrativa está sempre por continuar, podendo abrir a novas redes (Galindo, et al., 2014, p.299-300).

Neste sentido, as narrativas contribuem para a organização dos relatos obtidos em contexto de pesquisa, sem necessariamente estabelecer direcionamentos formais para o compartilhamento das informações. Para Galindo, Martins e Rodrigues (2014, p. 297) “narrar é diferir da impessoalidade no endereçamento da escrita”, é possibilitar leituras de mundo mais horizontais e questionadoras de uma hierarquia estática de saber.

Articulando as três formas de apreensão do campo, pretendi situar a realidade observada e construir caminhos para analisar os múltiplos contornos do movimento de jovens articulados em redes no âmbito da Aids no Brasil. Entretanto, é preciso reconhecer que a tese se dedica a um contexto plural, marcado pela complexidade de movimentos e relações históricas. Por esta razão, não há pretensão em produzir verdades absolutas sobre a realidade investigada, ao contrário, assume-se os limites das argumentações.

4.4 QUEM SÃO ESSES E ESSAS JOVENS?

Este tópico é dedicado a reconhecer os/as jovens que fazem parte das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids e, mais especificamente, aqueles/as que pude acessar através da pesquisa etnográfica. Em meio aos caminhos de discussão sobre os possíveis fios de constituição das Redes enquanto sujeito político, dar singularidade a(s) juventude(s) presentes nessas Redes tornou-se também significativo.

A temática da juventude fora trabalhada na primeira parte da tese no sentido de compreender esta categoria como formação múltipla, histórica, cultural e atravessada por dimensões econômicas e políticas. Portanto, este espaço é dedicado a reconhecer quais aspectos se apresentaram no campo como possíveis fios de compreensão das juventudes que compõem um movimento coletivo na arena da Aids. Vale lembrar, que é preciso ter ciência sobre os limites do recorte estudado, a fim de não produzir uma visão equivocada sobre a totalidade das Redes. Para tanto, destacarei abaixo algumas características que compõem a pluralidade das juventudes envolvidas nos contextos observados:

a) Sobre serem jovens vivendo ou convivendo com HIV e a participação de adultos:

O elemento geracional encontra-se como atravessamento constante tanto no referencial teórico da tese, quanto no campo de pesquisa. No que se refere aos jovens e às jovens acessados/as em campo, a maioria concentrava idade entre 16 e 29 anos, baseado em um recorde etário proposto pelo Estatuto da Juventude. No entanto, sabe-se que a complexidade de composição da juventude vai além do que alcança a limitação etária⁶³, compreendendo conjunturas históricas, culturais, políticas, econômicas, entre outras que conformam uma teia de situações condicionantes dos contextos de vulnerabilidade.

No caso dos dois Encontros Nacionais da RNAJVHA que pude acompanhar, o fato de serem jovens e viverem com HIV/Aids caracterizou-se como elemento fundamental, pois os/as presentes haviam sido selecionados/as como representantes do movimento em seus estados e, por isso, o ser “jovem vivendo com HIV/Aids” passou a ser um critério de representatividade. No entanto, este não é um critério que normatiza a aproximação com as Redes em todas as esferas, que ao longo de sua constituição enquanto movimento, contou com a participação de pessoas de diferentes idades e inserções no movimento de luta contra a Aids. No contexto da RJR+, a pluralidade com relação ao referencial etário se fez maior, contando com a participação de pessoas adultas⁶⁴ e também com a sorologia negativa para o HIV revelada (inclusive na gestão da Rede).

A maioria das pessoas acessadas nos cenários eram “pessoas vivendo com HIV/Aids”, no entanto, as “pessoas convivendo” também estão presentes nas Redes e estiveram presentes nos cenários, incluindo familiares, amigos/as, parceiros/as, militantes da Aids, pessoas interessadas no movimento, pesquisadores/as, entre outros. A revelação quanto à sorologia não se faz como uma exigência no âmbito das Redes, o que coaduna com a perspectiva tanto do sigilo, quanto da não reprodução de uma lógica de identificação necessária com o HIV. Contudo, como boa parte dos diálogos que compõem os cenários versam sobre a Aids, a revelação do diagnóstico acaba sendo uma constante.

b) Sobre a transmissão sexual e a Transmissão Vertical (TV):

Dentre as formas de transmissão do HIV, a principal encontrada entre os/as jovens é a transmissão sexual. Este fato, além de ser apontado pelos indicadores de casos de infecção

⁶³ Lima e Baptista (2013) lembram também, a partir de Walter Benjamin, a possibilidade de compreensão da juventude, enquanto *ethos* (como “atitude espiritual”), que oportuniza uma outra qualidade de experiência.

⁶⁴ As pessoas com idade maior do que a identificada como critério etário para a juventude junto às Redes, serão referenciadas no corpo do texto como “adultas”, “não jovens”, ou “facilitadoras da Rede”. A indicação da idade não era uma questão arbitrária durante o desenvolvimento da pesquisa, sendo que as identificações eram feitas de maneira informal, a maior parte das vezes sendo colocada pelos/as próprios/as participantes.

pelo HIV no Brasil (MS, 2017), também reflete a realidade das Redes de Jovens. Além dos aspectos epidemiológicos demonstrados pelos índices, esta realidade também é relatada pelos/as jovens em narrativas que contam experiências de vida com a infecção pelo vírus, a revelação do diagnóstico e a adesão ao tratamento.

Conforme abordado no primeiro capítulo da tese, esta realidade representa uma transformação ocorrida no panorama das Redes, que inicialmente tinham sua formação marcadamente representada por jovens de Transmissão Vertical do HIV, como reflexo tanto da feminização da epidemia nos anos 80 e 90, quanto da institucionalização de crianças, adolescentes e jovens que viviam em ONGs, ou participavam de seus projetos. Nos cenários observados, foi recorrente a demanda de que as questões relacionadas à singularidade da TV ganhassem maior visibilidade nas temáticas discutidas.

c) Sobre as questões de interseccionalidade:

Além dos aspectos já levantados, outros contribuem no sentido de compreendermos a complexidade das Redes, principalmente no que concerne aos marcadores sociais. Estes engendram-se em uma teia de composição e produzem contextos diversos de participação, formação, circulação, entre outros.

Uma relevante característica, principalmente na realidade da RNAJVHA, está relacionada à participação de jovens de diferentes regiões do país, o que ocasiona uma multiplicidade de culturas, bem como de demandas regionais e locais. Em alguns momentos do campo, as diferenças regionais também apareceram como delimitações entre grupos, criando situações em que os/as jovens presentes relatavam o incômodo causado pelas divisões de grupos fechados entre cada região.

No tocante à RJR+, a maioria dos/as jovens era do estado do Rio de Janeiro, porém, as diferenças territoriais também apareceram de forma recorrente. Foi comum, nos encontros da Rede local, encontrar situações nas quais a demarcação territorial dentro da própria cidade do Rio de Janeiro e redondezas encontrava-se apontada nos diálogos, como por exemplo, as brincadeiras relativas a bairros periféricos ou com relação a municípios vizinhos. A RJR+ também realiza reuniões itinerantes, visando alcançar os/as jovens de outras localidades do estado.

Outros atravessamentos referentes à gênero, orientação sexual, classe, raça, e escolaridade, também são constituintes da realidade das Redes, produzindo conjunturas objetivas e subjetivas. Tais elementos serão aqui sumarizados sem maiores problematizações analíticas, porém, vale registrar que não é a intenção reduzir as discussões, ou inferir

posicionamentos naturalizados – que não correspondem à ótica desta pesquisa – mas sim, criar apontamentos que possam contribuir no sentido de visualizar as Redes a partir de sua pluralidade. Desta forma, considero relevante ressaltar que análises voltadas à compreensão dos efeitos de tais marcadores na formação das Redes podem ser realizadas em outros estudos.

Durante o trabalho de campo, foi possível a constatação de uma maioria masculina nos encontros e na gestão das Redes. Nos encontros nacionais da RNAJVHA, a quantidade de meninas jovens era significativamente menor do que a de meninos jovens. Tal composição, de certa forma, reflete o cenário mais amplo da Aids e dos índices epidemiológicos, porém, também inclui determinadas lógicas de segmentação no interior de movimentos e coletivos. Quanto aos aspectos relativos à orientação sexual, como a pesquisa não contou com um roteiro de entrevistas com questões de identificação, estas foram observadas e relatadas informalmente, apontando uma maioria de jovens homossexuais. No caso de jovens transexuais e travestis, a participação nos encontros também foi significativamente baixa, sendo que as demandas e temáticas relacionadas a este público, na maioria das vezes, foram representadas de forma individual.

Por fim, pude notar que uma boa parte dos/as jovens participantes tinham ensino superior completo ou em curso, no entanto, as dificuldades de acesso à educação também estiveram presentes nas observações. Já as discussões de raça se fizeram presentes em alguns momentos do campo, quase sempre pautadas por jovens negros/as que têm participação em movimentos sociais paralelos às Redes.

4.4 POSICIONAMENTOS E DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS

A ética, no âmbito científico, como afirmam Cardona, Cordeiro e Brasilino (2014), muitas vezes fica restrita ao seu sentido prescritivo, sendo traduzida como normatizações que regulamentam condutas no âmbito acadêmico. No entanto, seguir diretrizes e normas não necessariamente garante uma pesquisa ética. Relativizar esta ideia não significa, também, abrir mão de procedimentos que organizem os processos investigativos, ou mesmo o chamado “rigor científico” (p.44). Trata-se de um posicionamento a favor da dialogicidade, que abrange as possibilidades de negociação, reflexividade e o envolvimento das partes do estudo.

Ainda neste sentido, Schimidt e Toniette (2008) ressaltam que assumir esta reflexão é assumir também que a ética está no processo de pesquisa, nas relações estabelecidas e nas produções que delas advém. Para os autores, nos posicionaríamos assim, em um referencial

qualitativo das ciências sociais e humanas, a partir da noção da pesquisa ética e não somente na concepção da ética na pesquisa, que muitas vezes está atrelada diretamente aos processos de normatização de condutas e procedimentos que regulam a produção científica. Neste sentido, abordarei aqui alguns critérios e pontos que foram adotados no desenvolvimento da pesquisa e serviram como exercício de reflexão, a fim de manter um posicionamento ético e político frente ao universo investigado.

O primeiro aspecto a ser levantado diz respeito à autorização para minha presença como pesquisadora nos cenários de observação. Para além da liberação formal realizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora (CEP/UFJF), com a apresentação da carta de autorização assinada por um representante da Coordenação da RNAJVHA, também considerei necessário que a autorização em cada evento fosse concedida pelos representantes das Redes envolvidas. Para tanto, em todos os cenários pelos quais circulei, pedia ao/à mediador/a do evento/reunião que me apresentasse aos/as presentes, ou para que eu mesma pudesse fazê-lo. Em geral, a receptividade foi extremamente positiva gerando, inclusive, a aproximação de alguns/mas jovens após a apresentação, interessados/as em saber sobre a pesquisa e contar suas experiências acadêmicas.

Outro ponto relevante foi o fato de observar os diálogos existentes e, ao mesmo tempo, me inserir como interlocutora em alguns deles sem, no entanto, ferir os limites de aproximação e intimidade existentes, principalmente no início das observações. Neste sentido, torna-se relevante a reflexão de Fonseca (1999) ao problematizar a estranheza inicial de ambas as partes envolvidas no processo, assim como o exercício de me familiarizar com as realidades, porém, mantendo a estranheza com relação ao que seria muito familiar.

Para além da tentativa de formalizar o processo metodológico, me deparar com o campo e com as afetações que este produzia na experiência de observar (tanto em mim, como observadora, como nos/as jovens, enquanto observados/as), implicou necessariamente a reflexão sobre os desdobramentos desta relação. Fine, Weis, Weseen, & Wong (2006) trazem análises importantes quanto a esta questão, apontando que há uma linha tênue entre o que representam as “boas histórias” (p.125) para o/a pesquisador/a e o que são as falas e momentos observados – muitas vezes produtos de violências e processos históricos de discriminação – em campo.

Considerando a reflexão acima, dois critérios foram utilizados para ponderar os limites éticos: o primeiro diz respeito ao sigilo quanto à identificação dos/as informantes; e o segundo quanto aos limites do que via e do poderia dizer sobre o que observava. Com relação ao primeiro ponto, a fim de manter o sigilo sobre a identidade das pessoas envolvidas na

pesquisa, todos os nomes foram alterados para nomes fictícios, assim como uma abordagem mais genérica sobre os/as jovens foi necessária, não apontando características específicas destes/as. Isto, pois o sigilo nesta pesquisa é duplamente significativo, tendo em vista tanto a produção acadêmica, quanto a não revelação do diagnóstico para o HIV/Aids. No que tange ao segundo critério e aos limites de publicização sobre as cenas observadas, foi necessária uma constante vigilância por minha parte. Neste sentido, optei em alguns momentos por não explorar determinadas cenas ocorridas, haja vista que estas poderiam ferir a ética das relações estabelecidas; e em outros, tentei traduzir da forma mais fiel possível o que via, a partir de minhas palavras, sempre considerando o fato de ser uma interpretação parcial sobre a realidade.

Conforme ressaltam Cardona, Cordeiro e Brasilino (2014, p.143), “o exercício de compartilhar os caminhos e as escolhas metodológicas tomados na pesquisa é uma tarefa difícil, desafiadora, inviável se não fosse ela considerada uma nova experiência”. Considerando a trajetória apresentada e um exercício constante de reflexividade sobre a ética e a estética na pesquisa, fizeram-se possíveis os caminhos da análise, que serão discutidos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5 – ANÁLISES SOBRE OS POSSÍVEIS (DES)CAMINHOS DE SE FAZER REDES

Os caminhos trabalhados no capítulo metodológico, de certa forma, constroem o terreno sobre o qual se deu a análise que será apresentada nos tópicos seguintes. No entanto, vale ressaltar que nas pesquisas etnográficas, há um posicionamento particular no sentido de não criar separações entre os processos que envolvem a esfera teórica-descritiva e a esfera analítica, assim como o de compreender a etnografia como um conjunto que integra também a análise do material (Sato & Souza, 2001; Rockwell, 1987), não sendo unicamente tomada a partir da perspectiva de uma técnica de observação.

Portanto, há na etnografia um direcionamento no sentido da necessária ampliação do olhar e compreensão da observação como meio para traduzir os acontecimentos da realidade de campo, através dos registros que produzirão material de análise. Vale lembrar que os acontecimentos, situações e relações investigadas existem independente da pesquisa e se fazem múltiplos, contraditórios e envolvidos em uma rede de diferentes olhares, sempre localizados e atravessados por concepções morais, históricas, culturais, políticas, entre outras (Sato & Souza, 2001).

Desta forma, tanto a composição do campo de pesquisa, quanto a interpretação inicial que se faz neste processo, também estão envolvidos em uma leitura analítica, considerando o referencial de pesquisas qualitativas que compreendem a construção do conhecimento também como ação no contexto investigado (Sato & Souza, 2001; Coimbra & Nascimento, 2008; Spink, Brigadão, Nascimento & Cordeiro, 2014). Assim, intenta-se uma constante relação entre a objetividade e a subjetividade nos contextos, entre as dinâmicas particulares das microrrelações e o panorama macropolítico existente.

Na perspectiva etnográfica, a análise se dá como elaboração de novas relações e conexões que colocam em diálogo os campos e acontecimentos, sendo que conforme destaca Rockwell (1987, p. 14), esta apresenta a “construção de relações particulares que definem as formas materiais, locais do fenômeno estudado”. Este torna-se, portanto, um ponto singular e relevante, tendo em vista que o processo analítico relaciona os diferentes cenários pelos quais o/a pesquisador/a circula, construindo um movimento particular feito pela pesquisa.

Partindo de tais posicionamentos, o processo de análise inicia-se já com os elementos que foram descritos no capítulo metodológico e desdobram-se em um trabalho de articulação entre o material produzido e o referencial teórico de base da pesquisa. No entanto, este

processo tem meandros complexos que demandam um rigoroso trabalho de organização do “mosaico de acontecimentos” de campo (Sato & Souza, 2001, p. 44).

Neste sentido, um primeiro momento de esquematização do material produzido a partir dos registros de diário de campo e das gravações de áudio sobre minhas impressões e observações foi realizado. De acordo com Rockwell (1987), o campo etnográfico é processual, sendo por isso relevante respeitar o tempo necessário para compreender e ligar os acontecimentos observados e descritos, para então produzir linhas de condução para a leitura e análise dos contextos e situações.

Portanto, ao longo do caminho, entre observações, transcrições e organização do material de campo, foram elaborados eixos de sentido que agrupavam os acontecimentos e começavam a desenhar os contornos da análise. A medida que tais eixos ganhavam forma, as inserções em campo tornavam-se ainda mais acuradas, com atenção voltada para questões relevantes dos eixos, no entanto, mantendo um posicionamento de constante abertura para as demais informações. Assim, os eixos principais que reuniam sentidos fundamentais para o objetivo da tese, foram: a estética dos espaços; as dimensões do “ser jovem vivendo com HIV/Aids” e a articulação em redes; as instituições e negociações envolvidas nas relações; os processos ligados a participação e a subjetivação política; e a possível constituição do sujeito político. A separação dos eixos foi realizada por cores, sendo cada um deles representado por uma cor no diário de campo, o que facilitou a esquematização do material de análise.

A partir deste ponto, com a distribuição esquemática dos principais eixos de sentido, foram elaboradas matrizes analíticas, que serão aqui denominadas de sínteses, que segundo Rockwell (1987, p.16) são “ricas, compreensíveis em função de múltiplas informações prévias (de contexto, momento, sujeito, etc.), que permitem articular uma grande quantidade de dados ao redor de certas relações”. Coadunando com o referencial etnográfico, as sínteses analíticas foram elaboradas em um processo constante de volta ao material e ao campo (Rockwell, 1987), intercalando períodos de apropriação do referencial teórico, definição de caminhos metodológicos e transcrição e análise do material. Tais sínteses não são permanentes, pois trabalhamos em um campo do espaço político que é imprevisível e com fissuras constantes.

Considerando tal organização, os resultados do trabalho analítico realizado no sentido de compreender as possibilidades de subjetivação política das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids e suas formações enquanto sujeito político, foram distribuídos em cinco tópicos de sínteses. As discussões serão apresentadas da seguinte forma:

A primeira síntese, “Encontros, Espaços e Relações”, aborda a composição estética dos espaços sobre os quais os coletivos de jovens se fazem Redes. Neste sentido, são apresentados no tópico, as análises acerca da constituição da partilha do sensível, no sentido trabalhado por Rancière (2009), que engendra lógicas de visibilidade e invisibilidade no compartilhamento do espaço comum. Também serão destacadas as divisões do campo, reconhecidas a partir da observação etnográfica e os efeitos da organização destas na formação das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids. Outro ponto tratado são as discussões sobre minha inserção no campo como pesquisadora e as relações estabelecidas em decorrência desta.

O segundo tópico de síntese, “(Sobre)viver com HIV/Aids e fazer/ser Redes” diz respeito a algumas das relações interpessoais constituintes das Redes de Jovens, assim como possíveis produções advindas destas. Nesse sentido, serão trabalhadas as questões relativas à identificação de jovens com (e a partir do) HIV/Aids. Para tanto, serão levantadas argumentações acerca das particularidades relacionadas ao “viver com HIV/Aids” no contexto contemporâneo, especialmente no que concerne aos discursos de inovação tecnológica e seus desdobramentos.

A terceira síntese, “Instituições e pactuações das Redes” dedica-se ao reconhecimento das diferentes negociações envolvidas no âmbito político da Aids, principalmente as estabelecidas entre movimentos coletivos e Estado. Assim, baseadas nas concepções de polícia e política de Rancière (1996), serão abordadas temáticas como o ativismo, o protagonismo, as assimilações e cooptações realizadas pelo governo e as possibilidades de voz, visibilidade e emancipação mediante as negociações estabelecidas.

Já a quarta e quinta sínteses encontram-se intimamente relacionadas, sendo que o tópico quatro, intitulado “Da participação social à subjetivação política” reúne análises referentes à composição da gestão das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids e as dimensões de acolhimento e política, envolvendo os processos participativos. Além disso, as problematizações referentes às condições da subjetivação política também serão abordadas, tomando como elemento significativo a verificação da igualdade que possibilita a existência da política, na perspectiva de Rancière (1996). No quinto e último tópico, “Entre “ser rede”, “ser jovem” e ser “sujeito político”, as análises dedicam-se às discussões acerca da possível existência das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids enquanto sujeito político, principalmente a partir da identificação de regimes e lógicas que funcionam no sentido de manter ou oportunizar esta existência.

Tais discussões serão exploradas e ampliadas a partir da articulação entre o referencial teórico de base para a pesquisa – principalmente considerando dimensão de política de Jacques Rancière – e os recortes da realidade investigada. Neste sentido, para fins de ilustração e aproximação com o campo de pesquisa, serão apresentados no corpo do texto alguns trechos do diário de campo, com objetivo de localizar as discussões em meio aos cenários observados e enriquecer a produção. Portanto, sem a pretensão de apreender uma totalidade sobre a temática, seguem-se análises críticas que questionam lugares cristalizados e objetivam problematizar os possíveis (des)caminhos de se fazer Redes.

5.1 ENCONTROS, ESPAÇOS E RELAÇÕES

Como primeiro tópico da análise, esta seção tem o objetivo de apresentar o campo e suas divisões sensíveis a partir do meu olhar como pesquisadora, em constante relação com os indivíduos e coletividades que compuseram os cenários observados. Neste sentido, como apresentação da peça e da trama, adentraremos o campo no intuito de compreender a distribuição dos espaços, as nuances, os modos de existência das relações e, os efeitos dos encontros, nos recortes de cenas acessados.

Vale ressaltar que as análises realizadas partem de referenciais teóricos e analíticos que compreendem o conhecimento enquanto situado, como nos lembra Haraway (1995), ou seja, é organizado como uma narrativa sobre imagens e situações, implicando em responsabilidade sobre nossas práticas e posicionamentos. Este é um ponto a ser destacado, no sentido de que esta pesquisa tentou escapar de qualquer forma de apropriação e codificação da “produção acadêmica” ou do “conhecimento” através de categorias analíticas particulares sobre a juventude que participou da pesquisa. Essas categorias, muitas vezes utilizadas em debates específicos sobre o assunto, tomam como referência discursos oficiais de instituições ou do Estado e o que se procurou fazer aqui foi exatamente outra coisa, articulando saberes localizados e reflexões teóricas. Assim, tomaremos como bússola para o entendimento das articulações espaço-temporais dos cenários e relações, a leitura de Rancière e seus debatedores, especialmente no que diz respeito à (re)configuração estética das relações sensíveis operada pela política.

Contudo, tal reconfiguração no sensível não se dá sem antes colocar em análise as normatizações das relações e as regulações que instauram processos de gestão da vida e das comunidades. Neste sentido, o objetivo deste tópico, além de apresentar o campo e seus jogos a partir de um referencial analítico, é também se localizar em meio aos trâmites da formação

política, pois estes abrem oportunidade para a investigação de um ser que irrompe a estética dos cenários e da subjetivação que desloca o comum.

5.1.1 Entre cenários e encontros

Em seu texto “O espectador emancipado”, Rancière (2010b), ao debater sobre o teatro e suas concepções, aponta para o “paradoxo do espectador” (p.108), argumentando sobre esta posição como uma condição necessária para o teatro, mas, ao mesmo tempo, compreendida de forma negativa, imbuída de uma passividade frente à cena. Em um primeiro momento, o autor analisa a posição do espectador como um olhar que é contraposto ao conhecer, ou seja, como um olhar que somente acessa a aparência dos acontecimentos, sem possibilidades de produção ou compreensão das condições que sustentaram a situação encenada.

Nesta argumentação, aquele que olha para o espetáculo permanece imóvel na sua cadeira, desprovido de qualquer poder de intervenção. Ser um espectador significaria ser passivo. Portanto, nesta primeira concepção sobre o espectador, ele estaria separado da capacidade de conhecer, assim como separado da possibilidade de agir (Rancière, 2010b).

As argumentações de Rancière (2010b) acerca do espectador e de suas possibilidades de relação com a cena traduzem, de certo modo, a metáfora com o teatro que me serviu de base para analisar as diferentes posições que encontrei nas observações realizadas no campo etnográfico, conforme problematizado no método da tese. Dentre essas posições, a reflexão sobre a minha inserção como pesquisadora nos cenários das Redes aparece como ponto relevante, tendo em vista que suscita justamente o questionamento sobre o lugar de espectadora/observadora e as possibilidades de atuação.

No mesmo texto, Rancière (2010b) contrapõe a visão passiva do espectador, com a oportunidade de tornar-se ativo em ações coletivas, diminuindo as distâncias existentes entre a platéia e o palco. Desta forma, o espectador se aproximaria da emancipação, partindo do princípio da igualdade e compreendendo que a função de olhar também enseja mudanças e confirma situações. Do mesmo modo, olhar também constrói interpretações que reconfiguram a realidade.

Busco relacionar esta argumentação sobre a possibilidade de um/a espectador/a emancipado/a, com o trabalho de campo etnográfico pois, neste, o olhar sobre a vida se torna ativo, alcança a dimensão de uma observação que também produz a realidade a partir do momento que a interpreta. Como destacam Sato e Souza (2001), o trabalho do etnógrafo transita entre observar, registrar, descrever, interpretar e integrar os fatos para, paralelamente, estabelecer articulação com o campo teórico que sustenta a investigação. Rockwell (1987, p.

13) destaca que “a toda descrição antecede uma conceituação, algum nível de interpretação” e, assim, a posição de espectador/a entra em cena com função de traduzir a organização particular observada.

Neste sentido, descrevo no presente tópico alguns dos momentos que me interpelaram e fizeram refletir sobre minhas posições enquanto pesquisadora, mas também procuro compreender analiticamente as formas e condições de participação das diferentes posições presentes nos contextos. Ampliando os aspectos trabalhados no capítulo do método, as primeiras inserções em campo traduzem a relação entre pesquisadora e campo de pesquisa, entre o estar fora e o estar entre a realidade observada.

O momento de chegada ou de entrada nos cenários observados, em uma análise geral, transita entre o estranhamento com a presença de uma pessoa desconhecida e a acolhida amigável e calorosa. Em todos os cenários, fui interpelada com perguntas ou gestos que, ora me colocavam em cena com possibilidades de participação ativa, ora mantinham certo distanciamento. Como nas análises de Rancière (2010), a posição inicial de espectadora me possibilitava compreender a cena na medida de minha distância. Ou seja, ora com delimitações que me deixavam ver mais as aparências, do que propriamente conhecer as nuances que compõem a realidade, ora me apresentava como um corpo vivo, com possibilidades de ação. Neste sentido, retomo a proposição de uma concepção de “espectatorialidade performativa”, posto que “a cena e a performance teatrais (...) se propõem a ensinar a seus espectadores os meios de deixar de serem espectadores e tornarem-se agentes de uma prática coletiva” (Rancière, 2010b, p.13), operando transformações nas cenas.

Em meu primeiro contato com o campo, no cenário 1, ao chegar no VII ENAJVHA, conhecia somente dois jovens entre os aproximadamente oitenta que participavam do encontro. Ao aguardar o início das atividades do primeiro dia no saguão do hotel, um jovem se aproxima de mim e pergunta: “*Você é da Rede?*”. Apesar de, no mesmo instante, já perceber que naquela pergunta continha uma série de outros questionamentos, respondi que era “parceira da Rede” e iniciamos uma conversa. Outras perguntas vieram a seguir e a curiosidade de saber de onde era, há quanto tempo estava na rede, quais as formas de participação, entre outras questões, eram recíprocas. Logo outra jovem se aproximou de nós e começamos um diálogo sobre as diferenças regionais do país, as histórias da viagem até Recife (cidade sede do encontro), as expectativas quanto ao encontro e as formas de participação na Rede Nacional.

A pergunta “*Você é da Rede?*” se repetiu em outros momentos deste encontro, assim como, em outros cenários nos quais estive presente. Compreendi, portanto, que além da

curiosidade sobre uma pessoa desconhecida na(s) cena(s), a necessidade de identificação também trazia uma primeira diferenciação, principalmente no que se refere à sorologia positiva para o HIV. Apesar de existirem pessoas soronegativas como integrantes das Redes, pude perceber e sentir através dos questionamentos, que havia uma necessidade de confirmação, uma busca por uma compreensão da experiência sobre o viver com HIV/Aids ou, como na nomenclatura mais frequentemente ouvida em campo, sobre a experiência de ser “*jovem vivendo*”.

Outras perguntas surgiam à medida que me aproximava e construía relações, como por exemplo: “*Você é gay?*”; “*Você é positivo também?*”; “*Você veio de Minas só para estar com a gente?*”. Os questionamentos com relação ao meu deslocamento entre estados para acompanhar as atividades das Redes também apareceram de forma recorrente nos momentos em campo. No Encontro de Incidência Política da RJR+, no Rio de Janeiro/RJ, em alguns momentos presenciei falas a esse respeito direcionadas a mim, tais como: “*Olha como você fala, a menina vem de Minas para ver a gente. Vai ficar assustada!* (risos)”, se referindo à minha presença ao ouvir as brincadeiras do grupo; e “*Vamos logo com isso, gente, a Lara tem que voltar para Minas*”, demonstrando a preocupação com o meu retorno após o término das atividades. Pude notar que o fato de constatarem que eu me deslocava de outro estado para observar e participar das ações gerava certa dimensão de importância ao movimento por eles realizado e de reconhecimento do trabalho, além de apontar para um cuidado com relação a mim e à minha presença.

Outro elemento que funcionou como identificação, mas também como forma de aproximação foi a relação com a Psicologia. De maneira geral, há uma ideia positiva acerca do saber/fazer psicológico entre os jovens das Redes, trazendo essa especialidade como importante no acolhimento frente à revelação do diagnóstico, como ponto de referência nos serviços especializados para tratamento e acompanhamento do HIV/Aids e também, para alguns/mas, como perspectiva de futura carreira profissional. Esta identificação, em vários momentos, me colocou em uma situação privilegiada de escuta.

A relação acolhedora que encontrei na maioria dos cenários me possibilitou certo conforto e facilitou o que possivelmente poderia tornar-se um empecilho para o momento inicial de observação. Vivenciei em quase todos os momentos do campo de pesquisa, uma relação de empatia que colocava a mim e ao meu estudo em uma posição valiosa, onde o interesse se fazia mútuo. Neste sentido:

Para as pessoas do local interessa saber quem somos, porque nos interessamos por conhecê-las, por conhecer seu dia-a-dia, os jeitos de se comportar e se relacionar; interessa também saber qual a utilidade – benéfica ou maléfica – que nossa pesquisa terá; qual nossa real intenção, não expressa (Sato & Souza, 2001, p.35).

A familiaridade no campo etnográfico é construída de forma recíproca, até que, com o tempo, o/a pesquisador/a passe a “fazer parte da paisagem” (Sato & Souza, 2001, p. 41). No cenário 1, mediante solicitação do jovem responsável pela gestão do VII ENAJVHA (2015), já havia sido acordado previamente que haveria momentos em que não seria possível minha participação como observadora/pesquisadora. A justificativa para este trato era a de que nestes momentos seriam abordadas questões relacionadas especificamente à experiência de se viver com HIV/Aids e que os/as participantes precisariam estar confortáveis para se expressar. No entanto, no momento de realização da atividade, quando eu me direcionava para fora do salão, fui chamada pelo mesmo jovem para fazer a relatoria de um dos grupos. Prontamente aceitei e acompanhei o desenrolar de toda a cena. Já no VIII ENAJVHA, em 2017, fui formalmente convidada pelo coordenador da RNAJVHA para participar como relatora do evento, tendo minha presença autorizada nos diferentes espaços de discussão.

As perguntas iniciais que de certa forma demonstravam curiosidade e necessidade de identificação perante um estranhamento com a minha presença, paulatinamente deram lugar para um reconhecimento e inclusão nos processos e acontecimentos das Redes. Especialmente com as inserções que seguiram a primeira entrada em campo, comecei a compreender que alguns significados já eram atribuídos a mim, o que, para a pesquisa etnográfica, torna-se um momento valioso, já que denota uma vinculação construída entre o/a pesquisador/a e o campo de pesquisa (Sato & Souza, 2001).

Cenário 4 (Dia 15/01/17) – No Encontro de janeiro da RJR+, uma ampla roda, com todos/as os/as presentes de pé, é formada ao final das atividades nos jardins do MAM. Alguns jovens disseram palavras de agradecimento e foi realizado um convite para que as pessoas que estivessem participando pela primeira vez ocupassem o centro da roda. Neste momento, fui convocada para o centro junto a outras pessoas e logo um “abraço coletivo” simbolizou a inclusão no grupo. Apesar de já ter participado de um momento junto à RJR+, essa era a minha primeira participação no encontro mensal, que é denominado de “acolhimento”. Para finalizar, um grito coletivo com a frase “Viva a vida!” fechou as atividades. Uma esfera de descontração e um clima amistoso tomaram conta do lugar, com abraços,

despedidas e convites para retorno no próximo mês.
--

Neste recorte, para além da descrição ou da expressão por palavras, fui afetada pela cena. Considerando que os significados não ditos são possíveis em um campo que tem a convivência entre as pessoas como estratégia de pesquisa (Sato & Souza, 2001) e, em meio às materialidades e imagens que constituem o campo, os recortes aqui apresentados contém também o entendimento de uma dimensão intersubjetiva, que possibilita os sentidos sobre o que foi vivenciado.

No entanto, o campo etnográfico é vivo e dinâmico e também proporcionou momentos de afastamento e de um acesso mais distanciado. No cenário 2, por se tratar de um congresso nacional realizado pelo Ministério da Saúde, o acesso aos jovens tornou-se mais difícil, especialmente pela configuração dos espaços, pela pluralidade do público participante e pelas funções relacionadas às atividades do evento. Neste cenário, a Rede Nacional de Jovens tinha um espaço reservado em formato de estande, que servia como ponto de encontro e distribuição de material informativo sobre a Rede. Porém, a circulação entre as outras atividades do evento era intensa, fazendo com que os jovens estivessem envolvidos em ações individuais ou coletivas específicas do congresso.

A própria configuração do espaço no cenário 2 – conforme descrito no quadro de cenários no apêndice da tese – não contribuía para a compreensão aproximada dos fatos. Nesta ocasião, pude acessar informações e leituras sobre o contexto, mas sem muitas possibilidades de análise. Alguns fatores contribuíram para esta situação: primeiro é a compreensão de que no campo etnográfico, acessamos de forma mais próxima os diálogos nos quais estamos presentes como interlocutores/as, muitas vezes, produzindo este lugar – o que a dinâmica deste cenário em específico dificultava; o segundo ponto é o fato de que os jovens que participavam deste evento como representantes da Rede Nacional não estavam ali para discutir assuntos pertinentes à Rede especificamente, mas sim para marcar a presença e a necessidade das pautas de jovens vivendo com HIV/Aids no cenário nacional; e o terceiro fator consistiu na forte relação de amizade (ou outros vínculos) existente entre os membros, o que, de certa forma, dificultava minha aproximação pois criava núcleos mais fechados entre os/as jovens. Porém, perceber a posição ocupada pela RNAJVHA no cenário macrossocial da discussão sobre a Aids, também foi uma leitura necessária para os próximos passos da análise.

Dos cenários observados e vivenciados, este foi o momento em que me senti mais afastada do cotidiano das relações do campo. Contudo, o fato de me sentir como um “membro estranho” ao redor dos jovens possibilitou também questionamentos importantes acerca da

minha posição e função em campo. Comecei a me indagar a respeito de minha aproximação, sobre os objetivos que me colocavam em campo, sobre como eu poderia diminuir a distância entre a “platéia” e o “palco”, sem ferir a relação com as pessoas, ou mesmo parecer forçada ou utilitarista. Tal postura interrogativa sobre nossa posição enquanto pesquisador/a é necessária no contexto etnográfico e pode operar transformações relevantes na condução de nossas práticas.

Precisei compreender as oposições que refletem o paradoxo do espectador, como pontua Rancière (2010) entre “olhar/saber; olhar/agir; aparência/realidade; atividade/passividade” (p. 115). O autor argumenta que, neste paradoxo, estamos constantemente entre “o ato de ver e a passividade, entre externalidade e separação, mediação e simulacro; a oposição entre coletivo e individual, imagem e realidade viva, atividade e passividade, consciência de si e alienação” (p. 111). Tais oposições configuram-se não somente como lógicas, mas sim como localização, que para este autor estão relacionadas à partilha do sensível, na distribuição estética dos espaços e posições ocupadas.

5.1.2 A estética dos espaços

Conhecer o campo enquanto materialidade, com suas relações, lógicas e dinâmicas próprias, passa a ser um dos principais objetivos, mas também um desafio da pesquisa etnográfica. Na metáfora com o teatro, as cenas ganham *status* de espaço público de visibilidade, ao mesmo tempo em que distribuem hierarquicamente identidades, funções e atividades.

Considerando que conhecer o regime ético das imagens⁶⁵ trata-se “de saber no que o modo de ser das imagens concerne ao *ethos*, à maneira de ser dos indivíduos e das coletividades” (Rancière, 2009, p. 29), então, optou-se por dividir o campo etnográfico em cenários – como fora explicado no capítulo metodológico – com a intenção de, além de facilitar o reconhecimento e tradução dos espaços que acessei durante a pesquisa, também, fazer uma articulação à distribuição dos espaços enquanto divisão sensível. Tal distribuição, segundo Rancière, orienta as construções sobre a estética e a política. Isto porque, para este autor, a política “se representa como relação entre a cena e a sala, significação do corpo do

⁶⁵ A relação entre estética e política, anteriormente abordada no capítulo 3, aparece a partir do que Pellejero (2009) chama de “viragem estética” na obra de Rancière. Portanto, a estética enquanto fundante da política tem uma construção mais recente na obra do autor e que ganhou ênfase quando relacionada ao campo das artes, principalmente do cinema. Após isso, a dimensão estética da política oferece referencial relevante no sentido de compreendermos os processos que instauram fissuras no sensível e reorganizam o real.

ator, jogos da proximidade ou da distância” (Rancière, 2009, p.24), que rompem lógicas de regulação e divisão no espaço e tempo da comunidade.

Neste sentido, serão aqui apresentados alguns caminhos percorridos e suas formatações, compreendendo, como ressaltam Blanco e Martin (2003), que o cenário comum compartilhado é atravessado por uma tarefa distributiva, que designa funções diferentes para grupos específicos. Vale lembrar, que a análise levantada por esta investigação trata-se de uma visão parcial da totalidade, ou seja, compreendemos a limitação da pesquisa enquanto possibilidade de acesso a um recorte da realidade vivenciada pelas Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids. Por isso, o trabalho realizado busca problematizar, a partir das cenas e cenários observados, os modos de operação que sustentam as condições de existência nas/das Redes de jovens positivos.

Pellejero (2009) argumenta que um mundo comum “não pode ser apenas o resultado da sedimentação de um certo número de atos entrelaçados. É sempre uma distribuição polêmica da forma de se ser e das ‘ocupações’ no espaço dos possíveis” (p. 26). Corroborando com o autor, analisamos que a forma de organização dos espaços por mim transitados para a realização desta pesquisa não são neutras e, pelo contrário, atribuem valores e engendram lógicas de (in)visibilidade que compõem a estética das relações.

Em meio a estes atravessamentos, diversas relações circundam os cenários e operam manutenção e transformação das posições. Dentre a riqueza de relações observadas em campo, diante de tantas possibilidades e lugares de enxergar a vida, algumas relações fizeram-se marcantes sob meu olhar de pesquisadora.

Nos tópicos de análise seguintes a este, tais relações aparecem como pontos distribuídos nas sínteses do corpo analítico da tese. Porém, o que se pretende neste momento, é destacar alguns modos de existência das relações nos cenários, buscando escapar do equívoco de tentar esquematizar a pluralidade, ou mesmo, de alimentar a pseudo compreensão sobre a totalidade das cenas.

Por ora, duas relações assumem posição de destaque como acontecimentos discursivos emergentes do campo, sendo elas: 1) as relações de virtualidade e; 2) as relações de cuidado. A ênfase a tais relações se dá a partir da verificação de que há uma repetição sobre as dimensões de virtualidade e de cuidado nos cenários observados, que se materializa nas narrativas dos/as participantes; além disso, tanto as relações virtuais, quanto as relações de cuidado, assumem condição simbólica relevante, assim como também funcionam no sentido de mediar a organização estética dos espaços.

As relações mediadas pela virtualidade aparecem com frequência na realidade das Redes de Jovens que Vivem com HIV/Aids. Como fora abordado no capítulo de método, boa parte das ações das Redes acontece pela via das redes sociais, ou seja, a existência das Redes de Jovens está atrelada a uma dimensão virtual que também opera agenciamentos nos cenários. Apesar de este não ser o foco da presente pesquisa – pois demandaria análise específica e cuidadosa sobre a realidade das Redes no âmbito virtual, principalmente nos grupos secretos do Facebook – é válido observar que as conexões estabelecidas em meio virtual também representam as possibilidades de existência das Redes.

Nas análises de Latour (2012) sobre os movimentos ator-rede, a tecnologia não seria apenas artefato ou incremento, mas sim elemento de transformação e agenciamento das relações. Neste sentido, a partir desta perspectiva, os implementos tecnológicos atuam como mediadores da vida, por vezes mais que os humanos, pois modificam relações de forças e produzem significados outros. Efetivamente, relações mediadas pela tecnologia são produto de uma rede complexa e heterogênea de atores, tanto humanos quanto não-humanos. Torna-se pertinente entender como algumas associações permanecem estáveis ou assumem uma posição hegemônica, considerando também nessa análise os atores não-humanos.

Em campo, foi possível escutar e observar recortes que davam às redes sociais lugar relevante na constituição dos processos de construção das ações das Redes. Os discursos sobre o que acontece nas redes sociais sempre estiveram presentes, com discussões sobre o que deveria ser “postado” (ou não) nos grupos do *Facebook*, assim como os critérios de exclusão das postagens; sobre as votações que aconteceram antes ou depois da votação dos encontros presenciais; sobre os/as integrantes das Redes na virtualidade e no meio presencial; sobre a função de acolhimento de novos integrantes e de demandas urgentes realizadas pela via dos grupos do *Facebook*, entre outros aspectos.

Assim, importa compreender que as existências das Redes em diferentes âmbitos fabricam realidades que compõem os cenários. A partir de Latour (2012), a figura da rede apresenta a vinculação entre atores, com fios condutores pelos quais humanos e objetos se conectam. Atores esses que têm presença importante no entendimento sobre a esfera social, que não deve estar limitada aos humanos, mas sim como uma associação de elementos heterogêneos.

Entre presença e virtualidade, as Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids constroem uma arena de relações imbricadas, que não devem ser compreendidas como em si, mas como uma rede complexa e plural. Nessa rede, outra forma de relação bastante presente em minhas observações e análises do campo foram as relações de cuidado. Por se tratarem de Redes

compostas em sua maioria por jovens – o que caracteriza esse movimento no interior dos movimentos sociais de Aids no Brasil – desdobramentos relacionados a esta singularidade se fazem presentes. Durante a continuidade da análise, trataremos em alguns momentos sobre tais desdobramentos, no entanto, neste tópico de síntese lançaremos olhar sobre a relação de cuidado, pois esta apareceu nos cenários como elemento de agenciamento sobre os lugares e posições nos espaços.

Em alguns momentos do campo etnográfico, pude perceber que a relação de cuidado para com a juventude versava sobre uma proximidade com a ideia de que os jovens dependem de uma certa orientação adulta para conseguirem alcançar uma organização enquanto coletivo. Especialmente nos cenários da RJR+, as ações de alguns membros não jovens traduziam-se quase em uma postura maternal, com atos que demonstravam zelo para com os/as integrantes. Estes atos eram representados principalmente: pela preocupação com a alimentação e rotina dos encontros (com a distribuição de lanches e a logística para almoços); com a organização e limpeza dos espaços; com o reconhecimento fraternal de cada um/a dos/as jovens que passaram pelas redes ao longo dos anos; com as demonstrações de afeto através dos abraços e choros quando em contato com os relatos da experiência dos/as jovens; e até mesmo na representação dos/as jovens na luta em busca da garantia de direitos no âmbito do HIV/Aids, como porta-voz da temática da juventude em espaços ainda não alcançados pelos mesmos.

No contexto dos Encontros Nacionais de Jovens Vivendo com HIV/Aids (cenários 1 e 6), a posição dos adultos também apareceu a partir da produção de uma relação de cuidado-confiança. Ou seja, nos encontros, era possível perceber que os adultos eram convidados para – além dos momentos de fala em formato de palestras ou rodas de conversa – mediar atividades envolvidas nos processos decisórios dos encontros. Como exemplo, nos dois últimos encontros VII e VIII, os momentos de votação das cadeiras junto às agências e dos candidatos a assumir a nova gestão foram organizados e mediados por adultos que (supostamente) teriam uma participação neutra nas eleições. A relação de confiança também se desdobrava em uma autorizada gestão dos processos, incluindo intervenções que, organizavam e ordenavam as práticas e condutas.

Contudo, tal postura também engendra, no interior de seu exercício, lógicas de manutenção de uma posição tutelada, na qual se alimenta a ideia de que deve sempre haver uma figura cuidadora junto aos/as jovens para o “bom desempenho” de suas ações. Instala-se, portanto, o questionamento sobre quais os efeitos da participação dos jovens “em espaços-tempos culturais de matriz tradicional cuja liderança esperada é a dos mais velhos” (Carrano,

2012, p. 93). Neste sentido, ao mesmo tempo em que se instalam lógicas de cuidado, reproduzem-se relações de poder e hierarquização de posições, muitas vezes sustentada por um discurso sobre a forma “correta” de se conduzir os trabalhos acadêmicos e políticos.

Rancière (2009) aponta para as formas que compõem a estética dos espaços e relações, quando pensada em seu significado político⁶⁶. Neste sentido, a compreensão sobre a estética convoca, portanto, a pensá-la como um processo que rompe com a lógica da desigualdade imposta à constituição do mundo sensível. Conforme destaca Machado (2013), esta divisão e partilha do mundo sensível opera no sentido de hierarquizar a distribuição das partes de uma comunidade, atribuindo valor a estas existências e à ocupação de lugares. Sendo assim, os espaços visitados para a realização da pesquisa transformam-se em cenários de atividade estética que designam os modos como a realidade é percebida.

Nos caminhos do campo etnográfico me deparei com diferentes formações de espaços que se apresentavam de acordo com a proposta do encontro realizado pelas Redes. Dos cenários visitados, três foram junto à Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids (RNAJVHA) e outros três foram junto à Rede Jovem Rio+ (RJR+). Nos cenários 1 e 2, que referem-se à Rede Nacional, encontrei espaços estruturados para a reunião dos jovens e participantes em geral⁶⁷. Nestes locais (hotel em Recife/PE, Centro de Convenções em João Pessoa/PB e hotel em Brasília/DF, consecutivamente), a estrutura de organização demonstrava certa qualidade técnica e configuração acadêmica que conduzia as atividades e relações existentes. Além disso, por se tratar da Rede Nacional, também foi observado maior nível de investimento financeiro arrecadado por meio de parcerias com agências governamentais nacionais e internacionais, fato este que será mais amplamente discutido no tópico 5.3. Já os locais da RJR+, apresentaram-se com um maior nível de informalidade, sendo o cenário 3 instalado em um abrigo para idosos no Rio de Janeiro/RJ e os outros dois cenários (4 e 5) nos jardins do Museu de Arte Moderna (MAM) também do Rio de Janeiro/RJ.

Cenário 1 (Dia 15/01/17) – Ao chegar ao hotel onde seria realizado o VII ENAJVHA, me surpreendi com a estrutura. Identifiquei-me na recepção e os funcionários questionaram se eu estava junto com o “grupo do evento”.

⁶⁶ Para tanto, Rancière (2010) retoma ao significado tradicional, do final do século XVIII, que atribui à estética uma dimensão de experiência, na qual as obras de arte desconstróem um sistema hierárquico e apontam para a dimensão da sensação. Desta forma, opera uma “redistribuição da experiência” (p.87), ao passo que questiona a distribuição tradicional que sustenta diferentes sentidos da arte para diferentes camadas da sociedade, em uma lógica hierárquica.

⁶⁷ Vide quadro descritivo dos cenários no apêndice da tese.

Disse que sim e fui direcionada ao meu quarto. Como havia feito a reserva por meios próprios, fiquei em um quarto individual. No entanto, os jovens participantes encontravam-se divididos em quartos compartilhados com duas ou três pessoas. Durante todo o evento, circulamos pelos corredores e elevadores para acessar as áreas destinadas às ações coletivas, principalmente o salão de eventos e o refeitório.

Cenário 2 (Dia 17/11/15) – O 10º Congresso Brasileiro de HIV/Aids e Hepatites Virais aconteceu no suntuoso Centro de Convenções de João Pessoa (PB). Logo na chegada, os participantes do evento eram recebidos com a distribuição de água de coco e um farto coquetel. Desta vez, não me hospedei no mesmo hotel que os jovens, mas buscava circular pelas atividades do encontro mediadas pelos integrantes da Rede Nacional, ou mesmo me aproximar dos locais de encontro coletivo, como o estande da RNAJVHA.

Cenário 3 (Dia 17/09/16) – O Abrigo Cristo Redentor, onde aconteceria o III Encontro de Incidência Política da RJR+ é situado na Zona Norte do Rio de Janeiro. Da rodoviária até o local, me desloquei de taxi e, durante o caminho, fui alertada pelo taxista sobre o perigo de ficar perdida naquela região. Ao chegar ao abrigo para idosos, fui alegremente recepcionada por dois jovens que ainda não me conheciam pessoalmente, mas que haviam autorizado minha participação. Os dois me entregaram o material informativo que constava em uma pasta e me ofereceram um café da manhã, pois sabiam que eu havia me deslocado de outra cidade.

Cenários 4 e 5 (Dias 15/01 e 04/06/17) – Ambos os encontros aconteceram nos Jardins do MAM. Minha chegada ao campo foi semelhante nos dois momentos. Caminhei pelos jardins até avistar o grupo de jovens da RJR+ (dentre tantos outros grupos que ali se encontravam). Nas duas ocasiões reconheci um dos jovens da gestão e me juntei ao grupo. O formato de roda, os tecidos sobre a grama e o lanche compartilhado no centro da reunião davam um tom informal e descontraído para o cenário.

Cenário 6 (Dia 22/11/17) – O VIII ENAJVHA foi novamente realizado em um hotel, nesta ocasião, na cidade de Brasília/DF. As impressões sobre a organização são aproximadas às do último encontro nacional, com estrutura e equipamentos de notável qualidade disponíveis para a realização do evento. A maioria das atividades acontecia na cobertura do hotel, em um salão de dimensões amplas, com carpete no chão, ar condicionado e com

água e café disponíveis durante toda a programação. Os lanches intermitentes às atividades também eram bem organizados pelo serviço do hotel e com farta variedade de opções.

Em meio a esses cenários, circulei em diferentes espaços, entre salões, refeitórios, salas, cozinhas e jardins, que guardavam diferentes funções, entre assembleias⁶⁸, plenárias, palestras, dinâmicas, oficinas, almoços, lanches e piquenique. A divisão dos espaços e do tempo ocasionava, conseqüentemente, a divisão estética das práticas e posições. Assim, no nível do recorte sensível sobre o que é comum na comunidade, estabelece-se a relação entre estética e política e, através da distribuição e disposição de lugares, se formam as possibilidades de ser visível e ter voz na comunidade da partilha (Rancière, 2009).

Ancorando-nos nos aportes teóricos desta pesquisa, pode-se conjecturar que a comunidade ocupa o tempo e o espaço, sendo formada por um conjunto de movimentos dinâmicos que superam instituições políticas. Há funcionalidades comunitárias, pelas quais se constrói alguns espaços específicos, formas ou modalidades variadas, inéditas ou não, de partilha do mundo comum, nas quais se constitui um tecido de inscrições sensíveis que podem, inclusive, muitas vezes, estar em divergência com as instituições onde é tecido.

Neste sentido, as divisões dos espaços apresentam desde delimitações geográficas, até concepções simbólicas que instauram diferentes modos de ver e existir nos cenários. Aqui, entendemos espaço a partir da noção de Certeau (1998), como um cruzamento de movimentos, que indicam vetores de direção. Espaço seria então, nas palavras do autor, “um lugar praticado” (p.102), à medida que é construído pelos movimentos que o constitui.

No que diz respeito ao espaço geográfico – que não deixa de ser simbólico e produzido pelos discursos – em alguns momentos do campo as delimitações se fizeram bastante explicitadas, adquirindo inclusive certa materialidade. No cenário 2, por exemplo, a divisão entre dois grandes pavilhões destinados a atividades distintas demarcava a separação entre a dimensão acadêmica (com salas, recursos de mídia, ar condicionado e outros equipamentos), composta por atividades de palestras, rodas de conversa e conferências; e a dimensão de movimento social/participação da sociedade civil, denominada “Vila Social” (em um galpão de amplas dimensões), onde se instalavam os estandes das agências, os/as produtores de artesanato, os movimentos sociais e, dentre esses, o estante da RNAJVHA. Esta divisão, para além de uma organização funcional do espaço e de uma composição que facilitasse o

⁶⁸As assembleias e plenárias são momentos coletivos nos quais os/as integrantes das Redes se reúnem com o objetivo de discutir e deliberar sobre questões concernentes ao movimento.

aglomerado de atividades do congresso, marcava também, de forma subliminar, a dicotomia entre conhecimento acadêmico e conhecimento prático, discurso técnico-científico e discurso da sociedade civil, a Aids sob a perspectiva tecnológica e a Aids dos movimentos sociais.

Tais divisões sensíveis dos espaços ganharam maior visibilidade diante do meu olhar analítico, conforme transitava nos cenários. Considerando que o campo etnográfico é perpassado pela construção do olhar de quem pesquisa e no exercício constante de reflexão e compreensão sobre a realidade pesquisada, debruçar-se reflexivamente e esquematizar as compreensões advindas do campo tornam-se uma exigência prática para a passagem do estranhamento sobre a problemática, para as construções analíticas que dão corpo ao campo etnográfico (Fonseca, 1999). Sendo assim, identifiquei enquadres dos espaços que se tornaram relevantes para os objetivos desta tese.

Tais enquadres não reduzem a complexidade das relações estabelecidas nas Redes, nem mesmo estratificam o campo observado. O objetivo da descrição desses enquadres é tentar sintetizar a dinâmica espacial de modo a melhor compreender as nuances de formação dos espaços e seus efeitos na produção de diferentes modos de existência, no âmbito dos objetivos da pesquisa. Neste sentido, denominei as divisões do espaço da seguinte forma:

- a) Os “espaços políticos”: destinados a processos decisórios e de discussão de demandas específicas das Redes, envolvendo questões operacionais, de gestão, de elaboração de propostas e de normatização das práticas. As atividades que caracterizam esse espaço são: assembleias, plenárias, eleições, reuniões, discussão de projetos, financiamento de propostas, entre outras.
- b) Os “espaços acadêmicos”: têm como ponto central de sua constituição as especialidades do saber e o discurso técnico-científico. As atividades que caracterizam este espaço são: palestras, conferências, cursos de capacitação, apresentação de dados de pesquisas e indicadores, entre outras.
- c) Os “espaços afetivos”: envolvem uma constituição simbólica, com sentido de união entre os/as participantes e uma circulação mais livre das demonstrações afetivas. Estes não necessariamente são demarcados por uma materialidade no espaço e tempo. As atividades deste espaço têm caráter de acolhimento, dinâmicas e rodas de apresentação dos/as participantes, além das ações sem determinação prévia ou marcada, que compunham as práticas afetivas e relações interpessoais.

Essas divisões não se fizeram estanques, separadas, ou mesmo harmônicas, pois como lembra Rancière (2010), a comunidade seria um “corpo performático” (p.110) e não somente

uma organização gerida por normas e regras. Já que na configuração moderna da política, a estética apareceria, a partir da perspectiva do autor, como o novo nó que liga a ordem da comunidade e a divisão do sensível, nos interessa compreender os efeitos da partilha do sensível. Ou seja, “uma forma de mapeamento do visível, uma cartografia do visível, do inteligível e também do possível” (Rancière, 2010b, p. 87), perpetrada pelo regime estético.

Neste sentido, compreender a forma de existência dos espaços, em suas dimensões mais ou menos materiais, assim como os efeitos de produção de hierarquias e posições, torna-se significativa para esta pesquisa. Portanto, trabalharei abaixo composições que representam os espaços interpretados e analisados a partir da etnografia, a fim de, em alguma medida, tentar traduzir o desenho observado. No entanto, neste momento os mesmos ainda serão apresentados de forma descritiva, para posteriormente serem analisados teoricamente, conforme os caminhos oferecidos pela etnografia⁶⁹.

a) Composição dos “Espaços políticos”

Os espaços aqui denominados “políticos” quase sempre trazem configurações delimitadas no espaço e no tempo que de certa forma localizam as discussões levantadas nos mesmos. Estes espaços são nomeados por títulos que designam funções específicas, que buscam determinar o *locus* legitimado para tais ações. Em outras palavras, nos cenários pelos quais circulei, havia locais e momentos especificamente nomeados para o “fazer político(a)”. Como exemplo, a programação do VII ENAJVHA (Cenário 1) trazia em sua organização os momentos denominados por títulos como “Controle Social e Protagonismo”, “Oportunidades, Espaços, Representações e Protagonismo”, “Reestruturação – Grupos de Trabalho”, “Devolutivas, construções e definições das novas linhas de trabalho da RNAJVHA”, “Plenária Final e encaminhamentos”, “Construção da Carta Política do VII ENAJVHA”. Já nos cenários 3 e 5, o próprio título dos encontros já marcava o objetivo: “III Encontro de Incidência Política da RJR+” e “Reunião Política da RJR+”. Tais denominações guardam a semelhança de serem compostas por enunciados que dão a ideia de um trabalho coletivo voltado para a ação política e trazem para a cena sentidos como o de protagonismo, representações, política, entre outros que serão abordados do decorrer desta análise.

Complementando este panorama, as atividades de assembleias, plenárias e reuniões davam contornos aos espaços políticos, assim como as ações de elaboração de projetos, negociações de parcerias, eleições, votações e discussões sobre gestão e funcionamento das

⁶⁹ Como os espaços identificados coexistem nos cenários, as cenas serão descritas e analisadas não somente neste tópico, mas ao longo de todo o trabalho de análise.

Redes e das ofertas dos serviços governamentais. Parte significativa das ações que eram designadas com uma função política, mantinha em seu bojo a noção de gestão dos processos ou dos corpos como materialização do fazer político. A própria divisão do espaço de certa forma traduzia esta relação, sendo que, a concepção de ordenamento das situações e das práticas para a boa execução dos processos aparecia como representação da ação política. Ou seja, os processos organizativos e normativos sobre as Redes e sobre as práticas apareceram significativamente relacionados à dimensão do que seria a política.

Se considerarmos que “a política não é feita de relações de poder, é feita de relações de mundos” (Rancière, 1996, p.54) e que, desta forma, gera inscrições que operam visibilidade e abrem espaço para novas demonstrações, compreendemos que são essas relações, no encontro entre os regimes que o autor acima citado denomina de política e de polícia, que se faz a existência do político. Sendo assim, parece-me pertinente compreender a emergência de cenários ou mesmo cenas que possibilitam a existência da política como forma de subjetivação, como via para a (des)identificação e verificação da igualdade, rompendo com as lógicas de regulação próprias do regime policial.

Outra marca relevante observada nestes espaços, foi a existência do conflito como elemento significante nas relações coletivas. Ancorada em Rancière (2010), constatei como o aparecimento de cenas polêmicas esteve presente na quase totalidade dos encontros que tinham como designação certa função política. Os conflitos ocorreram sob forma de discordâncias, rejeições, discussões acaloradas, contraposição de ideias, contradições em meio às narrativas e subversões às regras. Como contrapartida, os comportamentos de neutralização, negação e regulação da ordem apareceram, boa parte das vezes, como resposta às cenas.

Neste sentido, se a cena conflituosa, muitas vezes, pode caracterizar o dissenso e, a partir deste, cumprem-se deslocamentos que abalam a ordem sensível e oportunizam a emergência da política (Rancière, 1996b); se nestas cenas abre-se espaço para o litígio em torno do objeto de discussão, lançaremos olhar atento a tais conflitos nos próximos tópicos de análise, considerando a possível existência de um dano enquanto elemento central dos processos de subjetivação política.

b) Composição dos “Espaços acadêmicos”

Os espaços aqui denominados “acadêmicos” também são, frequentemente, representados por uma delimitação temporal e espacial. No entanto, o que mais caracteriza esses espaços é o lugar privilegiado do discurso técnico-científico e de “especialismos” que

garantem voz e visibilidade para alguns personagens da cena. Vale ressaltar que o discurso biomédico e técnico-científico sempre se encontrou em posição de destaque na trajetória histórica da Aids, no entanto, atualmente tem sido ainda mais valorizado em função de uma década da epidemia fortemente marcada pelo incremento tecnológico. Esta atuação não se faz diferente no interior das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids, porém, adquire lugar ainda mais legitimado quando somada à ideia da juventude enquanto uma população que ocupa posição de “aprendiz no processo”. Tais discussões serão ampliadas nos tópicos seguintes da análise, abordando a configuração de uma posição da juventude como aprendiz e tutelada, o que se contrapõe à perspectiva de inscrever as políticas de juventude em uma pauta mais ampliada, referente a direitos públicos de caráter universalista. Essas orientações deveriam pressupor os jovens como sujeitos autônomos, interlocutores ativos na formulação, na execução e na avaliação das políticas a eles destinadas. Assim como, no que se refere à produção de conhecimento científico sobre a Aids.

Nos cenários observados, havia momentos de fala reservados para pessoas vinculadas a instituições ou a áreas de especialidade que tinham como função trabalhar temáticas específicas junto aos/as integrantes das Redes. As temáticas, quase sempre, estavam relacionadas a discussões sobre saúde, adesão ao tratamento, tecnologias de prevenção, políticas públicas, apresentação de indicadores ou resultados de pesquisas, entre outras. Essas posições na maioria das vezes eram ocupadas por adultos, com reconhecida trajetória de trabalho no âmbito da Aids. No cenário 1, por exemplo, os lugares de fala reservados para representantes de agências nacionais e internacionais, assim como do governo ou de organizações da sociedade civil, foram muitos.

As relações entre um “nós” com um “eles” retratam as cenas, assim como a cena política paradoxal que opera o litígio, não podendo “identificar-se com um modelo de comunicação entre parceiros constituídos sobre objetos ou fins pertencentes a uma linguagem comum” (Rancière, 1996, p. 61). Esta relação representa também uma “não-relação” (p. 65), à medida que instaura hierarquias e processos de negação de determinadas vozes e posições.

Voltando ao campo, o primeiro dia e boa parte do segundo dia do VII ENAJVHA (2015), foram ocupados por palestras com títulos como: “ONU e Juventude”, “Resposta integral e integrada para a epidemia da AIDS”, “População chave e metas 90/90/90” e “Populações chave e AIDS”. No cenário 2, a produção acadêmica compunha a maior parte do Congresso Nacional de HIV/Aids, com conferências internacionais (com tradução simultânea) e apresentação de tecnologias inovadoras como elementos da programação do evento. No cenário 3, mesmo sendo um encontro dedicado ao acolhimento de novos integrantes da RJR+,

com dimensões mais flexíveis em termos de organização, grande parte do tempo de fala foi dado a uma convidada da especialidade médica que apresentou informações sobre adesão ao tratamento e as singularidades relacionadas à Terapia Antirretroviral.

Novamente, a divisão do sensível define visibilidades em um espaço comum. Portanto, “a partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte do comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade exerce. Assim, ter essa ou aquela ‘ocupação’, define competências ou incompetências para o comum” (Rancière, 2009, p.16). Neste caso, revela-se a heterogeneidade dos jogos de linguagem que caracteriza as localizações sobre quem pode falar e quem deve ouvir (Rancière, 1996).

Considerando a configuração sensível, Blanco e Martin (2003) ressaltam que a ordem da polícia faz funcionar lógicas que configuram tarefas, funções e lugares para diferentes populações e ensejam regras que estipulam quem ou o quê deve aparecer. Nesta lógica, o espaço naturalizado do regime policial dificulta possibilidades de circulação ou negociações que convocam mudanças. A demanda só é ouvida como “ruído de corpos sofredores irritados” (Rancière, 1996b, p. 376) que devem ser silenciados pela ordem.

Ofuscadas por autorizações e legitimidades do discurso especialista e mediadas pela racionalidade técnica, existem e resistem narrativas duplamente negadas, tanto pelo silenciamento, quanto pela suposta compreensão de sua argumentação, mas com efeito de negação. Ou seja, as divisões do espaço sensível operam lógicas de (in)visibilidade que mesclam jogos de linguagem heterogêneos. Contudo, o problema, não estaria em compreender as diferentes linguagens ou os conflitos instalados, mas sim em entender se quem pleiteia o lugar de fala, produz uma linguagem comum ou um ruído que não é contado na comunidade. Desta forma, compreender as nuances que colocam em movimento as cenas dos espaços acadêmicos torna-se referência válida para as análises que se seguem.

c) Composição dos “Espaços afetivos”

A composição dos espaços permeados por uma dimensão afetiva adquire maior permeabilidade do que os espaços tratados anteriormente. Isto porque, além de serem compostos por uma maior flexibilidade no que diz respeito aos seus contornos físicos e temporais, se configuram significativamente por dimensões simbólicas e sensíveis que possibilitam outros modos de relação com o espaço. Por isso, não pretendemos aqui delimitá-lo, mas sim lançar certa compreensão sobre suas possíveis dimensões e, posteriormente, efeitos.

Nos cenários, em meio a demarcações geridas pela lógica policial de regulação e naturalização das práticas, os espaços afetivos ensejam trânsitos que fazem circular os afetos, as emoções, as paixões, as experiências da sexualidade e as experiências outras que confrontam o ordenamento comum. Desta forma, esses espaços são vivenciados como lugares de descontração e informalidade que existem paralelamente ou simultaneamente aos outros espaços.

A informalidade que caracteriza os espaços afetivos diz respeito a um relaxamento das normas que conduzem espaços políticos e acadêmicos, vivenciados pelos/as integrantes das Redes como momentos de acolhimento, brincadeiras, flertes, abraços e expressão das emoções. Em determinados momentos, as atividades também estavam voltadas para a criação de espaços que oportunizassem algumas dessas relações. No caso do cenário 1, por exemplo, na programação do encontro também havia momentos mediados por técnicas que ajudavam a produzir a atmosfera de reflexão e emoção. Os momentos denominados: “Meu corpo, meus direitos!”, “Vivência teatral e sua aplicabilidade social” e “Sarau – Tempo de Recomeçar” exemplificam essa distribuição.

Em outros cenários, os momentos de apresentação dos/as participantes, os intervalos para lanches, almoços e cafés, também representavam locais de menor controle sobre práticas e, conseqüentemente, maior intensidade de circulação das demonstrações afetivas. No campo etnográfico, tais espaços são entendidos como estratégicos no sentido que compreender o cotidiano, conforme lembra Spink (2008), sem tantas marcas de regras e normativas de conduta que podem, muitas vezes, abafar comportamentos que abalariam a ordem previamente estabelecida.

Para além destas localizações, os espaços afetivos são também aqueles que encontram maior abstração em sua constituição. Sendo assim, os momentos em que a emoção invade a cena também foram recorrentes, representados por choros, aplausos, saídas de locais após discussões ou brigas, relatos emocionados sobre a experiência da soropositividade, entre outros. Tais ações podem se fazer presentes em qualquer comunidade ou coletivo, no entanto, por se tratarem de movimentos protagonizados por jovens, as análises e argumentações lançadas sobre essas situações, muitas vezes, aportam críticas quanto à inexperiência ou mesmo imaturidade da juventude. Esta leitura se encontra associada a uma perspectiva naturalizante de sujeito, como fora tratado na primeira parte da tese e, também será abordado nos próximos tópicos da análise.

No entanto, outra forma possível encontrada nestes espaços é a performance de uma certa subversão assumida pela expressão dos afetos. Neste sentido, os espaços afetivos

também irrompem a cena, produzindo desconfortos e questionamentos sobre as normas que permeiam o governo dos corpos. Com função semelhante ao conflito e à cena polêmica, a circulação dos afetos gera abalos no sensível compartilhado e expõe a contingência da ordem policial.

O que eu considero ser a verdadeira emergência da liberdade de expressão ocorre exatamente nos locais que não deveriam ser lugares de liberdade de expressão. Isto sempre acontece sob a forma de transgressão. Política significa propriamente isto, você falar num momento e num lugar onde não é esperado que você fale (Rancière, 2010a, p.87).

Neste sentido, a transgressão, o inesperado, o que foge ao controle das regras, também pode funcionar como dispositivo de emergência da política e, possivelmente, acenar para caminhos de emancipação. Vale lembrar aqui que, na dinâmica entre a polícia e a política, uma certa perturbação no âmbito sensível é gerada pelas cenas que contestam as propriedades de um lugar e questionam o consenso (Rancière, 1996b).

Sendo assim, na partilha do sensível revela o sistema de evidências e os recortes que definem os que têm e os que não têm parte em um comum. Esta partilha se desdobra em divisões espaciais e temporais, assim como sobre as funções e atividades, que faz ver a forma como “uns e outros tomam parte nessa partilha” (Rancière, 2009, p.15). O que pode ser dito e visto está relacionado à ideia de igualdade universal, ou nas palavras do autor estudado: “o nome dos atores, do cenário e dos acessórios pode mudar. Mas a fórmula é a mesma. Ela consiste em criar, em torno de todo conflito singular, uma cena onde se põe em jogo a igualdade ou desigualdade dos parceiros do conflito enquanto seres falantes” (Rancière, 1996, p. 62). Neste sentido, a política opera na partilha do sensível de forma a redistribuir as partes, abalando a ordem policial e fazendo com que política e estética se encontrem, (re)distribuindo funções e lugares de visibilidade e dizibilidade.

Nos três espaços elencados, os processos de distribuição inauguram um regime estético que diz respeito ao modo de existência de seus sujeitos. Essa construção do sensível produz uma heterogeneidade que gera potência. Potência de um estranhamento dos lugares, representações e pensamentos, de um sensível “tornado estranho a si mesmo” (Rancière, 2010a, p.32). No entanto, esse estranhamento não se faz sem que haja uma situação conflituosa, uma cena polêmica que possibilite o questionamento da ordem e que irrompa a gestão dos espaços sensíveis.

Neste contexto é que a política emerge enquanto possibilidade de abalo do sensível. Considerando esta lógica, o caráter conflitivo da política gera uma fissura no cenário a partir

de uma série de atos que fazem ver as partes do espaço, possibilitam ao anônimo também ser considerado como belo e abrem espaço para a contagem dos que anteriormente não eram contados (Rancière, 1996). Por esta partilha, tomam forma as regras do aparecer, os jogos de (in)visibilidade e, como ressalta Rancière (2009, p.31), as “formas de normatividade que definem condições” das experiências sensíveis.

5.1.3 A lógica da polícia e da política na organização dos espaços

As condições de existência da política, no entanto, estão ligadas à ruptura com mecanismos que sustentam o regime policial. Na leitura de Rancière, que utilizamos como base para compreender as divisões sensíveis no espaço da comunidade, o político seria o encontro entre esses dois processos, ou seja, o encontro entre o regime policial e o regime da política. Desta forma, para compreender a distribuição dos cenários, precisamos buscar compreender as lógicas que edificam as existências no campo.

Enquanto normativa de organização dos espaços e funções, a lógica policial aparece com terreno fértil. Nos cenários observados, as regras de convivência, a higienização das práticas e a sobreposição do discurso tecnológico, aparecem como elementos substanciais para o policiamento e gestão dos espaços e corpos. Para Rancière (1996b) a boa distribuição dos espaços e funções se transforma em uma representação da lógica policial.

Cenário 1 (Dia 10/07/15) – A leitura e aprovação do regimento interno do encontro foi realizada. Em formato de slide, um texto prévio foi lido, com algumas poucas sugestões de alteração. Na programação, constava a realização de um “contrato de convivência”, que versava sobre questões relacionadas a condutas dentro do hotel, assim como atrasos e responsabilidades durante o encontro. Questões como bebidas alcoólicas e funcionamento do hotel também foram apontadas.

Cenário 3 (Dia 17/09/16) – No princípio do encontro houve a leitura das “Regras de Convivência da Rede”. As regras foram lidas de forma rápida, sob comentários de que todos os/as integrantes recebem estas regras ao entrarem no grupo e já deveriam conhecer. As regras apontam orientações sobre a convivência no grupo virtual e sobre nomenclaturas como “pessoas vivendo”, pessoas “convivendo”, “profissionais de saúde”; e também trazem questões sobre a participação na rede e o sigilo quanto à sorologia, entre outras questões.

Vale observar que as regras de convivência e as indicações para uma prática ordeira nos cenários aparecem de forma mais objetiva no que denominamos de “espaços políticos”. Ou seja, nos espaços destinados ao que os/as integrantes entendem como discussão política das Redes, as normativas da ordem policial acontecem de forma mais incisiva e com funções de organização para uma prática política ordenada. Em campo, foi comum perceber que recorria-se à regulamentação da ordem para evitar ou abafar as expressões que eram consideradas desviantes na condução das atividades. Frases como: “*Isso não está no Estatuto, não podemos alterar assim*”, ou “*O regulamento tá aí para isso!*”, ilustravam a convocação de elementos que legitimavam as condutas conformadas, em detrimento das práticas questionadoras.

Tomando tais configurações relativas aos recortes acessados por esta pesquisa, compreende-se que a ordem policial funciona como regulação prescritiva sobre a realidade, assim como sobre a sensibilidade. Portanto, atua de forma significativa na anulação de processos de subjetivação, que somente serão possibilitados pela emergência da política. Posto que, a ordem policial instaura uma implícita divisão que rege as possibilidades de dizer e ver, elaborando um conjunto de normas com certa permanência na sociedade, tal processo ganha legitimidade ao longo do tempo e decide os mecanismos de inclusão e exclusão no espaço da comunidade (Rancière, 2010a). Assim, ela distribui aquilo que é dado à experiência e institui lógicas sobre o que é autorizado ou não fazer.

Recorrendo a Aristóteles, Rancière (1996b) explica a diferença entre a ordem política e a ordem doméstica, que há tempos designa lugares distintos de voz e visibilidade na comunidade. Tais ordens funcionam a partir de leis que incidem diferentes possibilidades de existência. Na ordem doméstica, há uma naturalização de posições com menor potencial de ação política e, segundo Rancière (1996b):

Para recusar a uma categoria de seres, por exemplo os trabalhadores ou as mulheres, o estatuto de seres políticos, basta constatar que eles pertencem a esta ordem doméstica que é o contrário da política. E, para que as coisas mudem, não é suficiente que se passe da casa à fábrica e do escravo ao trabalhador juridicamente livre (p. 375).

Há, portanto, uma compreensão que designa lugares e ordens diferentes entre o domínio público e o privado no que concerne à legitimidade de determinadas discussões, assim como das posições ocupadas. Nos cenários das Redes, o “espaço político” estaria associado ao domínio público, supostamente com maior potencial político, mas com agenciamentos que configuram um entendimento de política ligado a uma certa

operacionalização dos processos de gestão. Nesta relação, os “espaços afetivos” aparecem como relacionados ao domínio privado, onde se permite uma maior flexibilidade e espontaneidade das práticas. Já os “espaços acadêmicos” estabelecem um trânsito entre domínios, ao traduzir, a partir de uma racionalidade técnica, as experiências do campo privado para o campo público. Vale lembrar que não pretendemos compreender, com isso, tais fluxos de forma linear ou mesmo sob uma configuração estática, pois estes são passíveis de transformação, principalmente quando em contato com uma cena polêmica, com um dano que abala a ordem sensível.

Nesta divisão, a perturbação do sensível se traduz no próprio efeito da polícia e da política (Rancière, 1996b). Ou seja, na distribuição dos espaços comuns, por exemplo, para a ordem da polícia, o comum é um espaço de circulação. Para a política, o comum é espaço público e que por isso pode ser ocupado para a discussão de assuntos da comunidade, como em manifestações sociais, por exemplo. Para a polícia, os assuntos públicos devem ser discutidos nos domínios públicos destinados às práticas de governo e aos cargos que deste ofício se ocupam. Assim, o dissenso configura um conflito sobre a organização sensível, que dá visibilidade à distribuição entre o privado e o público e do que deve ser falado ou não nestes espaços.

Desta forma, a existência da política se faz possível perante a também existência de um dano, de uma fissura que desloque a lógica policial de ordenamento da comunidade. Machado (2013) nos lembra, com base nas argumentações de Rancière, que “em toda vida social ocorre uma distorção, um dano produzido na distribuição hierárquica dos lugares e funções, e que gera relações de opressão e identidades subalternas” (p. 267). A política atuaria, portanto, no sentido de interromper e denunciar este processo que naturaliza a distribuição das partes de forma desigual.

A instalação de um dano revelaria a contingência do regime policial a partir de uma cena polêmica que questiona o sistema hierárquico da comunidade e anuncia a divisão do comum. Para Rancière (1996b, p.371) “a divisão do sensível pertence à definição mesma da política como modo específico da ação humana. O cômputo enquanto um todo dos que não são nada define uma comunidade que só pode ser uma comunidade do litígio”. Surge, assim, o que o autor chama de um “cômputo polêmico” que denuncia a parte dos que não tem parte.

Portanto, o que se configura nas articulações do campo de pesquisa com a constituição do regime da política é que este, assim como a existência dos jovens tanto nas Redes, quanto no âmbito dos movimentos de HIV/Aids, intenta uma ruptura na regulação, ou seja, uma interrupção da ordem naturalizada de divisão das partes. Com essa fissura na partilha do

espaço e tempo, instaura-se um regime estético da política, um regime que possibilita novos modos de existência.

Tal ato se faz possível mediante a entrada de uma nova identidade que, de acordo com Blanco e Martin (2003), aparece por meio de um processo de subjetivação e cria condições para a existência de um “nós” que abala o ordenamento sensível. Este processo será mais profundamente problematizado nos próximos tópicos de análise (5.4 e 5.5), abordando os recortes de campo que possibilitam a discussão das Redes enquanto sujeito político.

5.2 (SOBRE)VIVER COM HIV/AIDS E FAZER/SER REDES

A partir do entendimento dos espaços e de seus efeitos na constituição estética da distribuição de lugares e partes, compreendemos que as práticas observadas e analisadas nos cenários funcionam enquanto “práticas estéticas” que, nas palavras de Rancière (2009) estão relacionadas “ao lugar que ocupam, do que fazem no que diz respeito ao comum” (p.17). Tais práticas operam intervenções nas divisões dos espaços, mas também nos sentidos atribuídos às formas de ser e estar nas relações de (in)visibilidade existentes.

Assim, este tópico de síntese pretende trabalhar a articulação de algumas das relações que acontecem nos espaços das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids, compreendendo que as especificidades estabelecidas também compõem uma estética particular que constrói novas maneiras de subjetivar a vida e, a partir disso, (novas) identidades⁷⁰. Isto pois, como reconhecemos no tópico anterior, o regime estético da política insere conflitos nos espaços comuns, reposicionando a dinâmica dos atores em campo mediante os deslocamentos provocados.

Contudo, ao compreendermos as lógicas dos espaços, é preciso lembrar que estes não existem em um vácuo histórico, ao contrário, estão constantemente atravessados por composições de tempo que engendram relações específicas. Neste sentido, as construções aqui referidas encontram-se imersas no contexto histórico e político da epidemia da Aids no Brasil, que traz contornos singulares para a análise dos acontecimentos.

Caminhando nesta perspectiva, o título deste tópico já faz referência a uma questão relevante no cenário da Aids, que diz respeito à ideia de “sobreviver à epidemia”, ao mesmo

⁷⁰ O conceito de identidade será abordado nas análises da tese, também sob a perspectiva de Rancière, a partir do processo de subjetivação política que coloca em ação dinâmicas de identificação e desidentificação (processo que será explorado tanto neste, quanto nos outros tópicos). Contudo, tal delimitação se faz necessária, tendo em vista o vasto campo conceitual, principalmente na Psicologia, que aborda a identidade sob óticas desenvolvimentistas ou que se apóiam em lógicas naturais ou estruturantes do sujeito. Tais concepções não coadunam com a perspectiva teórico-conceitual desta tese e, por isso, não serão tomadas como referencial.

tempo que aponta a necessidade de reflexão sobre como é viver com HIV/Aids nos tempos atuais. Esta dupla consideração adveio das observações em campo de pesquisa, quando uma jovem integrante da Rede Nacional, em um relato emocionado, expressa: “*A gente não quer mais sobreviver, a gente tá cansado de sobreviver, cansado de ganhar dez anos de sobreviver, quinze anos de sobreviver, a gente quer vida e vida com qualidade e é pra ontem*”. É, portanto, a partir desta reflexão que as argumentações acerca das formas de subjetivação nas particularidades construídas pela Aids, tornam-se significativas.

No que concerne às identidades produzidas neste panorama, conforme aponta Cunha (2014), muitas vezes estas são criadas tendo como referência uma delimitação das populações mais atingidas pelo HIV, desdobrando-se na criação de verdadeiros “personagens da Aids” (p.72). Esses personagens passam a receber investimentos atravessados por diferentes dimensões, dentre elas, a epidemiológica, a dimensão política e a moral. Neste sentido, o discurso composto por indicadores que colocam os jovens no centro da arena das pessoas mais atingidas pelo HIV, ou como população-chave para a prevenção, é determinante para a visibilidade da juventude enquanto personagem alvo de intervenções técnicas e biomédicas. Já no tocante aos aspectos morais e políticos, que sempre circundaram a história da Aids, estes atravessam as leituras epidemiológicas e compõem as narrativas que apontam a juventude como alvo das tecnologias, tanto sob a ideia de risco, quanto sob a visão de uma população estratégica para a prevenção.

5.2.1 Singularidades do viver com HIV/Aids

Por mais que o foco desta tese esteja centrado na compreensão das dimensões políticas da constituição das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids, não há como tratar tal temática sem considerar a complexidade das relações interpessoais que atravessam a constituição das redes. Os relatos sobre experiência de viver com HIV/Aids e seus desdobramentos sempre compuseram a história de luta dos movimentos sociais e até mesmo as campanhas de prevenção. Entre os jovens, a história não é muito diferente e os relatos sobre a revelação do diagnóstico, as questões relacionadas à transmissão vertical, os questionamentos quanto ao sigilo nos relacionamentos afetivo-sexuais, as dúvidas quanto à maternidade, as experiências das sexualidades, entre outros tantos aspectos, assumem posição importante nos cenários.

No entanto, conforme fora abordado no tópico de análise anterior, os espaços distribuem-se em suas diferentes formas em meio aos cenários e compõem delimitações singulares para experiências plurais. Nos caminhos da pesquisa etnográfica, as análises acompanham o olhar do/a pesquisador/a sobre as cenas. Desta forma, diferentes caminhos

podem ser construídos em um mesmo espaço, de acordo com a forma como as cortinas da peça vão se abrindo, à medida de nossa aproximação.

No caso desta pesquisa, como meu olhar esteve voltado em grande parte para as articulações que diziam respeito às formações políticas e processos de subjetivação, boa parte das cenas observadas traduziam este interesse. No entanto, os relatos acerca da vida com o HIV/Aids fizeram-se presentes e se desdobraram, aqui, em uma análise que tenta compreender como a singularidade destas experiências, atrelada à participação política em rede, estabelece possibilidades de subjetivação.

Pires (2014) ressalta que o conceito de experiência na obra de Walter Benjamin é ressignificado, mediante uma preocupação com a apropriação burguesa sobre seu entendimento. A noção de experiência para Benjamin teria como base o conhecimento, passando desde a contestação ao suposto desinteresse e passividade dos jovens, em contraposição a experiência da figura do adulto – conforme trabalharemos no tópico 5.4 – até sua dimensão vinculada aos processos culturais e sociais. A experiência estaria, portanto, em uma relação contínua com o conhecimento (Lima & Baptista, 2013).

Assim, em meio a distribuição dos espaços abordados anteriormente citados (espaços políticos, acadêmicos e afetivos), as experiências sobre o viver com HIV/Aids estão em grande parte relacionadas aos espaços afetivos encontrados nos cenários. Ou seja, nos contextos de observação e análise do campo, pude presenciar momentos especificamente destinados a este fim, como os denominados de “Vivência” ou de “Acolhimento” que designavam delineamentos espaço-temporais para relatos pessoais, demonstrações afetivas, dinâmicas, momentos lúdicos entre outras atividades. Porém, sem demarcações lineares e correspondendo à fluidez e circulação dos afetos, relatos sobre a vida e sobre as singularidades atribuídas à soropositividade na juventude irrompiam as cenas em diferentes espaços, como nos mostra o trecho a seguir.

Cenário 1 (Dia 10/07/15) – Em um momento do encontro denominado de “Vivência” – mediado por duas pessoas adultas – os participantes são convidados a desenharem os corpos de alguns integrantes em folhas de papel distribuídas. Posteriormente, recebem a orientação para que preencham os desenhos com símbolos, muitos deles de gênero. Ao término das atividades, as folhas foram coladas nas paredes do salão, convidando os/as participantes a refletirem sobre as imagens produzidas. Após este momento, outra “vivência” foi realizada pelas mediadoras que disseram

utilizar técnicas do “Teatro do Oprimido”. Os jovens participantes foram divididos em três grupos e uma esquete de teatro foi montada, tendo como tema central o estigma. Foram encenadas situações de preconceito sobre o “viver com HIV/Aids” e a revelação do diagnóstico, havendo interação com a plateia. Posteriormente, os/as participantes dispuseram-se em uma grande roda e discutiram sobre suas impressões e experiências.

As discussões sobre preconceito e discriminação, tratadas na roda de conversa do cenário 1 como “estigmas”, foram permeadas por compreensões que, ora traziam perspectivas individualizantes, ora abordavam construções históricas e sociais. Um dos jovens que participou da apresentação teatral aponta que, em sua opinião, o preconceito precisa ser compreendido individualmente, de acordo com os processos cognitivos que o constituem: “*O estigma é uma marca a priori que existe como uma marca independente da nossa vontade... Às vezes, nós mesmos nos estigmatizamos, nós pré-julgamos o que a sociedade vai dizer*”. Já outro jovem contrapõe esta ideia, argumentando acerca da naturalização da discriminação na sociedade. Seu posicionamento foi corroborado pela fala de uma jovem que relatou um episódio de preconceito e de negligência sofrida no ambiente escolar, por conta da soropositividade.

Outro ponto singular que atravessa e constitui as cenas nos encontros coletivos das redes está relacionado à adesão ao tratamento e às discussões sobre os serviços de referência para o tratamento do HIV/Aids. Tais aspectos apareceram de forma paralela aos encontros das redes, ou seja, permeavam as conversas informais e relatos pessoais, apesar de não compor as pautas dos encontros. Alguns recortes de cenas ilustram tais discussões:

Cenário 1 – No momento da plenária, o adulto responsável pela apresentação, lembrou a história de luta contra a Aids e chamou o medicamento de “*uma bomba, uma pós vida*” – fala esta que incomodou alguns jovens que se encontravam próximos a mim e que, em resposta, mas em voz baixa, disseram “*Também não exagera, né?!?*”.

Cenário 3 – Em uma palestra, o representante (adulto) de uma importante organização nas discussões sobre HIV/Aids, fala sobre prevenção combinada e a co-responsabilidade das Redes de jovens na fragilidade da prevenção. Destaca a importância da decisão informada sobre as escolhas e práticas relacionadas à sexualidade.

Cenário 4 – Uma representante da Rede (adulta) começa a mostrar três

frascos de remédio durante uma roda informal que antecedia o encontro de acolhimento. A representante sacode em uma das mãos um dos frascos, enquanto dava o recado sobre não trocar o compartimento dos medicamentos, por conta do prazo de validade. A cena continuou por alguns instantes, com o anúncio feito em voz alta e o constante barulho dos frascos de medicação sendo sacudidos. Leandro e Ronaldo, que estavam ao meu lado, se entreolharam e disseram: “*Porque ela está fazendo isso? – Pois é, eu também não estou entendendo*”, com expressão de reprovação.

Cenário 5 – Antes de começar a Reunião Política da RJR+, os/as presentes conversavam sobre suas experiências com os medicamentos, sobre o funcionamento dos serviços de saúde e sobre como e onde poderiam recorrer para um melhor atendimento e acesso aos direitos.

Nos cenários, a dimensão afetiva se desdobrava em histórias de vida marcadas pela descoberta do diagnóstico, assim como pelo acompanhamento e tratamento posteriores. Em alguns relatos, a revelação da soropositividade aparece como um momento simbólico, atravessado por situações de discriminação vindas dos/as próprios profissionais de saúde que, sem formação específica, acabam por violar o sigilo quanto ao diagnóstico. Na história da Aids, essa lógica se fez comum, tendo em vista a necessária relação entre o sexo, enquanto prática do âmbito privado e o sexo enquanto objeto das intervenções tecnológicas e biomédicas para a prevenção. Tais diferenciações aparecem também nas compreensões sobre as juventudes e as diferentes formas de infecção que, mediadas pelo discurso moral sobre o sexo, imprimem juízo de valor e hierarquizam práticas entre a transmissão vertical do HIV⁷¹ e a transmissão pela via sexual.

Foram comuns os relatos como o de uma jovem transexual que recebeu o exame das mãos de uma profissional de saúde na sala de espera do serviço de referência, acompanhada da fala “*Deu positivo, tá!*”; Outro jovem conta que ao receber seus exames, foi encaminhado para o setor de doenças terminais, somente depois sendo encaminhado para o médico infectologista, fato que o deixou abalado, conforme relata: “*Fiquei perdido, estava sozinho e não sabia o que fazer*”. A revelação, no entanto, não se encontra atrelada somente ao momento de descoberta do diagnóstico, mas também perpassa as relações interpessoais e o receio quanto ao “revelar-se soropositivo” para familiares, amigos/as e parceiros/as. Muitos

⁷¹ Na história da Aids, a TV foi caracterizada por discursos de vitimização sobre a infância e culpabilização dos/as responsáveis familiares (Cruz, 2005). Em contrapartida, sobre a transmissão sexual do HIV pesaram os julgamentos morais acerca das práticas e condutas.

dos/as jovens que estavam no VII ENAJVHA não tinham sua sorologia positiva para o HIV revelada aos familiares, gerando a necessidade, por exemplo, de confecção de certificados que declaravam a participação em um evento sobre saúde da juventude, sem mencionar a especificidade da temática.

Nesta construção social e histórica da Aids, a revelação do diagnóstico sempre ocupou espaço relevante. Entre os mecanismos de confissão – partindo de uma perspectiva foucaultiana – e as estratégias que garantem o sigilo, revelar-se soropositivo tornou-se momento emblemático na vida das pessoas vivendo com HIV/Aids. Emblemático pois, ora está atrelado a uma ideia de reconhecimento de si e de sua condição, ora volta-se para a construção da possibilidade de revelação para a sociedade que traz em sua história marcas significativas de discriminação e preconceito para com a temática. Neste sentido, como afirma Michel Foucault (2010):

O indivíduo, durante muito tempo, foi autenticado pela referência dos outros e pela manifestação de seu vínculo com outrem (família, lealdade, proteção); posteriormente passou a ser autenticado pelo discurso de verdade que era capaz de (ou obrigado a) ter sobre si mesmo (p.67).

Em pesquisa anterior por mim realizada, acerca do discurso das políticas públicas sobre a infância que vive com HIV/Aids (Calais, 2012; Calais & Perucchi, 2015), foi problematizado o envolvimento de um discurso moral sobre o sexo operado pela censura sobre determinadas práticas. O estudo constatou que há uma censura em torno do sexo que determina o que deve ou não ser falado e “um discurso de responsabilidade em torno da sexualidade que a torna objeto de confissão e ao mesmo tempo, atribui-lhe um caráter moral, que no contexto da epidemia da Aids, acentua-se por conta da significativa relação com a transmissão sexual do vírus” (Calais, 2012, p.16). Assim, a revelação do diagnóstico aponta para sentidos e caminhos possíveis na experiência do viver com HIV/Aids que, de um lado forja existências ocultadas ou mesmo negadas e, de outro, possibilita construções identitárias que produzem diferentes modos de subjetivação. A linha tênue entre essas dimensões aparece no recorte de cena a seguir:

Cenário 1 (Dia 11/07/15) – Após a plenária final, houve um momento para a decisão sobre qual seria a próxima cidade sede do encontro próximo nacional. Na plateia, observei alguns movimentos de inquietação entre os presentes. Próximos a mim, dois participantes se entreolharam e um deles

disse: “*Pode ser Curitiba?*” e o outro, rindo, respondeu “*Nem fudendo!* (sic)”. Outro jovem disse para que a colega não apontasse sua cidade como possibilidade: “*Você tá louca?*”. Percebi uma preocupação com relação à visibilidade do HIV caso o encontro nacional acontecesse em suas cidades, demonstrando certo desconforto com a ideia de serem identificados/as pela presença na RNAJVHA. De certa forma, o fato de o encontro acontecer em cidades distantes das suas, garantiria uma proteção com relação ao sigilo do diagnóstico. Após algumas argumentações sobre qual seria a cidade de acesso mais facilitado, custeio de recursos para deslocamento e, uma possível maior neutralidade com relação à identificação do grupo, a escolha da cidade sede ficou para ser definida em momento posterior, pelas vias virtuais de existência da Rede Nacional.

Nesta lógica, é possível compreender que há uma relação entre (in)visibilidade e identidade que aparece em meio às discussões sobre “se mostrar” ou “se anunciar” enquanto pessoa vivendo com HIV/Aids e, no caso das redes, enquanto pertencente a um grupo que tem o HIV/Aids como elemento identificador de suas lutas. Nas Redes, não há uma obrigatoriedade sobre a revelação do diagnóstico e, por isso, alguns cuidados são tomados com relação à imagem dos/as participantes em fotos, redes sociais e anonimato dos grupos. No entanto, existe a necessidade de construção de uma dimensão de pertencimento ao coletivo que demanda um posicionamento por parte dos/as integrantes.

Em campo no cenário 3, ouço do jovem Gabriel: “*A minha família não sabe [da sorologia positiva para o HIV], eu me escondo atrás da minha profissão*”. Já no cenário 4, a jovem Jéssica, que participava pela primeira vez de um encontro da RJR+, demonstrou-se incomodada ao ver o pôster com a logomarca da rede identificando o grupo. Jéssica diz: “*Tem outros grupos reunidos aqui [jardins do MAM]. Porque o nosso tem que ser identificado? A sociedade já tem tanto preconceito. Se alguém joga isso no Google...*”. A questão entre querer ou não ser visto e identificado no grupo traduz a dinâmica entre visibilidade e invisibilidade na trama discursiva que compõe o “revelar-se”. Tratam-se aqui de questões complexas em torno da identificação social em relação à Aids, que têm papel importante na formação de grupos e para os modos nos quais saúde e doença tem sido experimentados no processo de construção identitária (Valle, 2002).

Nas tramas das cenas observadas, a pergunta “Quero ou não ser visto?” baliza tais posicionamentos no sentido de convocar para a reflexão sobre os processos de subjetivação e de formação de identidades (coletivas), presentes na constituição das Redes. O estudo de

Pelúcio (2007), por exemplo, aponta para a discussão de que a prática do ativismo no contexto da Aids pode desencadear novos modos de construção da subjetividade, supondo o “viver com Aids como mecanismo de subjetivação” (p.129). A partir de tais posicionamentos, outras reflexões emergem, fazendo-nos problematizar as condições de visibilidade existentes nas Redes e como tornam-se possíveis, em meio a uma relação tão próxima com o sigilo.

Refletir sobre tais posicionamentos descortina as contradições que atravessam a constituição de identidades coletivas e revelam a dimensão contingencial da objetividade, quase sempre atrelada aos processos de identificação de movimentos. Nesta perspectiva, as identidades coletivas podem funcionar tanto como elemento litigioso, como também estar a serviço da manutenção de uma ordem policial, que organiza e agencia mecanismos de anulação da política.

A noção de identidade, nesta perspectiva, só pode ser compreendida como constituída pela negatividade, o que nos leva a atribuir a toda objetividade um caráter contingente e precário. Assim a identidade, mesmo que ordenada por uma totalidade falida, limita as possibilidades de ser e existir em sociedade, condicionando um lugar social, a forma com que deve aparecer uma identidade, a um traço que lhe é constitutivo (Machado, 2013b, p. 50).

Neste sentido, o autor supracitado enfatiza o fato de que a identificação pelas diferenças denota certa divisão das partes e acaba por legitimar posições predeterminadas no cenário. Ou seja, “as diferenças tomadas como parte essencializadas, consolidam-se então a partir da partilha do sensível” (Machado, 2013b, p. 50), da distribuição das partes e dos modos de existência na comunidade. Portanto, a compreensão das formações identitárias a partir do HIV, não são vistas aqui por uma ótica essencialista ou de naturalização de categorias que se afirmam pela diferença. Ao contrário, buscamos compreender a complexidade das formações no que se relaciona especialmente à experiência da(s) juventude(s) que vive(m) com HIV/Aids e seus desdobramentos políticos.

Para tanto, é preciso problematizar o ponto de ligação que fomenta a formação de um “nós” nas identidades sem, no entanto, reificar diferenças que contribuam para uma divisão desigual das partes. Conforme argumenta Prado (2001), “este NÓS enquanto ações coletivas, pode ser compreendido, tanto pelo seu caráter diferenciador como afirmativo do próprio EU, visto que, em nossa visão, não há nas ações coletivas nenhum caráter emancipador que possa ser predeterminado antes do processo que se instaura na constituição da identidade coletiva” (p. 151). Neste sentido, a identificação de um elemento exterior que designa a relação nós-

eles, não deve determinar uma centralização ensimesmada no coletivo, mas sim operar para a verificação da igualdade⁷².

Pallamin (2010) traz para a cena a relevante lembrança de que “nada é em si mesmo político, mas pode tornar-se político à medida que opera sob a racionalidade dissensual” (p. 08). Esse elemento dissensual, portanto, precisa romper com o regime que opera a manutenção da ordem vigente para que enfim possibilite o desentendimento e enseje a existência da política.

No caso das ações coletivas de jovens no âmbito da Aids, encontrar o equilíbrio entre a formação da identidade enquanto elemento dissensual, ou como elemento mantenedor das lógicas hierárquicas, configura-se um grande desafio posto às Redes. Neste caminho, é preciso superar identidades clínicas ou biológicas, como denomina Valle (2013), que sempre marcaram fortemente a história da Aids. Para o autor, os aspectos concernentes à Aids e à reivindicação de direitos atravessam trajetórias individuais e coletivas e, “as dinâmicas societárias e as concepções identitárias acabam sendo afetadas por processos e experiências que não se resumem aos efeitos da normatividade biomédica” (Valle, 2013, p. 34). Assim, a compreensão das identidades construídas na relação com o HIV/Aids é também atravessada por lógicas coletivas que configuram processos outros de subjetivação.

Ainda neste campo de discussões, Blanco e Martin (2003) lembram que a identidade na visão de Rancière se estabelece enquanto um “operador identificador”, sendo a política, em primeira instância, uma questão de identidade, visto que corresponde ao conflito sobre a existência de um cenário comum. A identidade encontra-se circunscrita, portanto, pela “defesa de um sujeito coletivo que não se mantém pela unidade, mas sim pela fragmentação” (Prado, 2001, p. 165). Os sujeitos, nesse caso, não são um elemento único e centrado em si mesmo, mas sim plurais e efeitos de contingências. Os elementos de constituição de identidades coletivas, neste sentido, não estão necessariamente vinculados a uma percepção de elementos internos e externos de composição da identidade, ou que reproduzem as cisões entre objetividade e subjetividade. A ideia é justamente romper com tais dualidades e compreender a identidade coletiva enquanto processo que produz identificações e desidentificações.

Nesta perspectiva, questiona-se visões essencialistas que circunscrevem a existência das identidades coletivas e limitam suas significações. Rejeita-se visões que compreendam o sujeito enquanto capaz de em si reconhecer sua essência e apresentar-se de forma inteira,

⁷²A verificação da igualdade, conforme fora trabalhado no capítulo 3, é central no processo de subjetivação política e, por isso, será mais especificamente abordada nas sínteses de análise dos tópicos 5.4 e 5.5.

fazendo a gestão das decisões e posicionamentos. A constituição da identidade coletiva seria, então, um processo de significação, que se desdobra na constituição de um “NÓS” e é atravessada pelas relações de forças que compõem o comum (Prado, 2001; Machado, 2013b). Isto, acontece em meio às estratégias do regime policial, que persevera no sentido de administrar as operações de delimitação das identificações e lugares a serem ocupados no espaço comum.

Sem a intenção de resolver o impasse colocado às Redes acerca de sua identificação – pois a política, como aponta Rancière (1996), é verbo e se faz em processos dinâmicos de subjetivação – uma alternativa para a composição de identidades coletivas é a compreensão de que a enunciação política se dá mediante a verificação da igualdade, pois é isso o que fundamenta a política. Assim, esta deve operar no sentido de superar a lógica do direito à diferença nos debates políticos contemporâneos, evitando a forma essencialista de seu exercício.

Pois, conforme lembram Blanco e Martin (2003), a política não determina identidades, mas sim, desidentifica, rompe com identificações engessadas e com a ordem que as coloca em lugares predeterminados. Assim, em sua conceituação de subjetivação política, Jacques Rancière traz uma importante contribuição a esta pesquisa, pois discorre sobre esta relação entre liberdade e igualdade, refletindo sobre os processos de diferenciação e indiferenciação social, que colocam as identidades em questão e, que serão discutidos no último tópico da análise, que diz respeito às possibilidades do sujeito político.

5.2.2 Da soropositividade enquanto posicionamento político

O descolamento de identidades emolduradas pela normatização dos espaços e que funcionam dentro das lógicas de gestão e controle das práticas não deve, no entanto, minimizar a história de luta de movimentos que se engajam cotidianamente a descortinar relações de opressão e buscar por lugares, direitos e identidades específicas. Como ressalta Prado (2001):

O caráter emancipatório das ações coletivas não está anteriormente definido, ao contrário, ele dependerá, em muito, de como o processo de articulação de um NÓS irá localizar o elemento externo, os elementos identitários que homogenizam o NÓS, a transversalidade dos direitos interpretada pelo princípio de equivalência, como também as formas de ação social (p. 168).

Desta forma, é válido para as construções analíticas desta investigação, compreender em que medida o posicionamento mediado pela identidade com o/a partir do HIV/Aids – no

nível individual, mas principalmente no nível coletivo – possibilita fissuras no sensível que oportunizam a subjetivação política. Vale lembrar que das Redes não participam somente jovens soropositivos, mas também os/as jovens que convivem com o HIV/Aids, que atuam nas Redes com posicionamentos relevantes nas ações. Também precisamos reconhecer que não são sujeitos ligados somente pela condição de serem positivos, mas por uma pluralidade de experiências. Porém, nos debruçaremos aqui mais especificamente sobre a participação daqueles e daquelas que anunciam-se soropositivos, compreendendo os efeitos de poder na produção de subjetivações a partir desse acontecimento. Isto pois, entendemos que o diagnóstico positivo para o HIV funciona como dispositivo relevante nas regras do aparecer que compõem o comum e especialmente na arena da Aids. Como destaca Butler (2015):

O "direito" de aparecer é tácitamente apoiado por esquemas regulatórios que qualificam apenas certos assuntos como elegíveis para exercer esse direito. Para aqueles que são considerados "inelegíveis", a luta para formar alianças é primordial, e envolve um plural e performativo posicionamento da elegibilidade onde não existia antes (p.50).

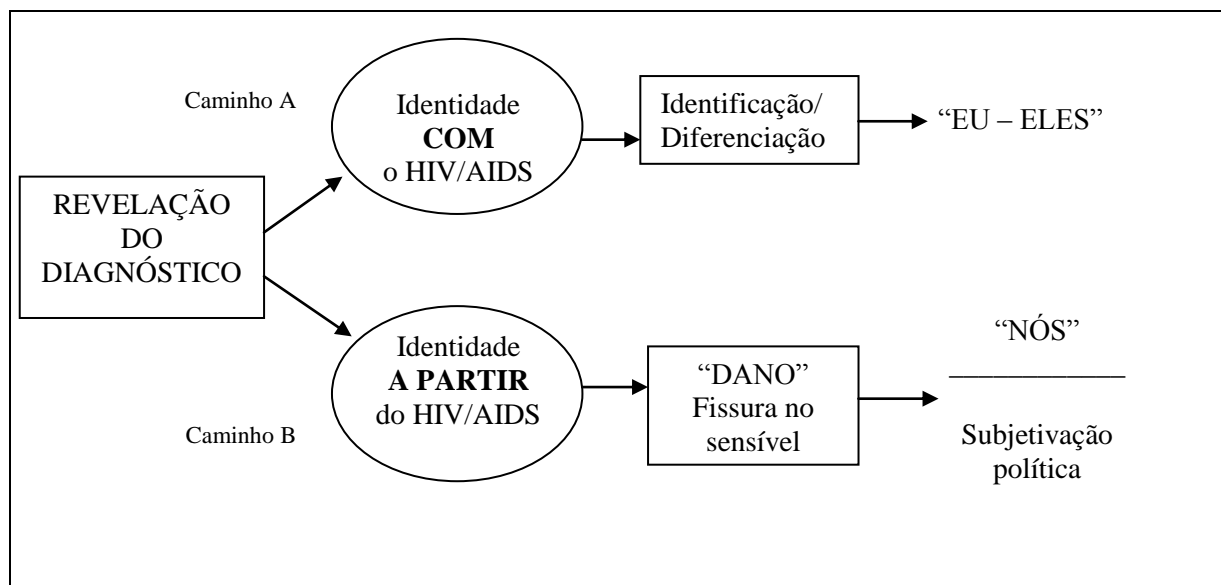
Assim, as reflexões até aqui desenvolvidas aproximam-se a esta ideia, se considerarmos que a partilha do sensível define não apenas quais as partes hierarquizadas das relações sociais e da própria sociedade – por meio de práticas regulatórias ou mesmo normativas, que operaram sob tais relações – mas, sobretudo, define também como e sob quais condições estas partes tornam-se hierarquizadas. Neste sentido, Machado (2013) destaca que a subjetivação política, como já fora discutido no capítulo teórico desta tese, tem efeitos de redimensionamento e reconfiguração dos espaços sensíveis, operando desidentificações com identidades anteriormente atribuídas e até mesmo naturalizadas.

Neste jogo de formação, há conflitos entre modelos identitários previamente estabelecidos pela ordem policial e as formas insurgentes da ação política; entre os modos tomados como corretos para a reivindicação de demandas dos coletivos e os modos de resistências que acontecem a partir da subjetivação. Assim, a constituição de identidades coletivas através do HIV/Aids envolve possibilidades de existência que podem ser compreendidas a partir de seu reconhecimento.

A questão que norteia as problematizações neste momento refere-se a se o reconhecimento da soropositividade, em âmbito individual e coletivo, pode operar no sentido de potencializar ações políticas e, possivelmente, sujeitos políticos. Contudo, neste tópico ainda nos detemos à compreensão das formas que se apresentam como caminhos para tal.

Neste sentido, tento sumarizar a organização das hipóteses que aparecem como possíveis caminhos no diagrama abaixo.

Diagrama 1 – Caminhos de identificação



Fonte: ELABORADO PELA PRÓPRIA AUTORA

Assim, no caminho A, a identificação se dá “com” o HIV/Aids, produzindo uma identidade de luta por igualdade de direitos, mas também criando mecanismos de diferenciação que operam lógicas de demarcação de lugares hierarquizados e a manutenção de certos essencialismos entre um “EU” e um “ELES”. Já no caminho B – que mais interessa a esta pesquisa – o processo identitário acontece “a partir” do HIV/Aids, sendo que este aparece como um elemento que emerge enquanto um dano, gerando uma fissura na ordem do sensível. Desta forma, possibilita a compreensão de um “NÓS” e, conseqüentemente, abre espaço para o processo de subjetivação política.

Neste sentido, buscamos compreender em que medida o reconhecimento da sorologia positiva para o HIV pode funcionar como um acontecimento que oportuniza ações e subjetivações políticas, em meio às capturas engendradas pelas regulações que diferenciam e hierarquizam identidades. Na leitura dos relatórios dos encontros nacionais da RNAJVHA, encontrei os documentos que organizaram a seleção dos/das jovens que participaram do I Encontro Nacional da RNAJVHA, em 2006. Dentre os critérios apontados na “Carta Convite” para participação dos/as jovens, aparece a sorologia positiva para o HIV, apontando que o jovem deve ter o *status* sorológico conhecido há pelo menos 6 meses; “ter disponibilidade

para falar sobre sua própria soropositividade com os pares” (p.05); e assumir compromisso com a multiplicação das informações para outros jovens.

Aparece, portanto, já neste primeiro momento de constituição de uma ação coletiva mais formalizada da Rede Nacional, um sentido sobre a soropositividade que intenta vincular revelação – identidade – posicionamento político. Em outro trecho, o relatório traz: “Lembramos que, a ideia do evento é de formação e incentivo a multiplicação e participação política e por isso sugerimos que as discussões locais considerem o perfil dos jovens indicados” (p.06), destacando como prioridade, o “perfil” de engajamento político e, não somente, de experiência do viver com HIV/Aids, o que denota contornos iniciais de uma politização das discussões.

Apesar dos encontros da área de HIV/Aids seguirem uma tradição de apoio mútuo e compartilhamento de experiências, os encontros nacionais da RNAJVHA (como destacado já em seu primeiro evento), trazem como pauta prioritária o engajamento e a mobilização social para a participação política. Este fato aponta, mesmo que ainda de forma embrionária, que a união dos/as jovens vivendo com HIV/Aids em rede, se faz tendo como fio condutor a dimensão da participação social e o necessário posicionamento político da juventude diante do panorama geral da Aids. Ou seja, já neste momento a participação no evento estaria vinculada à possibilidade de que, a partir da revelação do diagnóstico (mesmo que ainda entre os pares), o reconhecimento do HIV/Aids seja identificado enquanto elemento significativo no processo identitário, que pode, no entanto, seguir caminhos distintos em seus desdobramentos, como abordado no diagrama acima.

Nos cenários do campo investigado, a partir da observação e análise etnográfica, não foram poucos os relatos de que a vida “a partir do HIV” sofreu transformações significativas. Porém, as mudanças não estão somente relacionadas às imagens que comumente ouvimos ou construímos sobre a Aids, bastante atreladas a uma dimensão da epidemia enquanto um “evento viral”, como nomeia Paiva (2009), com impactos biológicos. As transformações relatadas versam sobre um outro olhar possível para si e para suas posições diante da vida, apontando para o reconhecimento de lugares alternativos no espaço comum.

Cenário 4 (Dia 15/01/17) – Enquanto aguardávamos o início das atividades do encontro de acolhimento da RJR+, nos jardins do MAM, iniciei uma conversa com dois participantes da Rede. Ronaldo e Leandro são jovens integrantes, um com ensino superior completo e o outro em curso, que demonstraram boa articulação sobre as temáticas ali discutidas. Em um

relato pessoal, Leandro conta que sempre lidou bem com a sua soropositividade. Disse participar da Rede há aproximadamente 3 anos, mas que por muitas vezes já se afastou dos encontros. Leandro diz que em poucos momentos vê uma vivência negativa do HIV e citou como exemplo as dificuldades que poderia ter ao sair do país – demanda relacionada ao seu curso de graduação – por conta da (des)continuidade da medicação. No entanto, ele enfatiza o fato de ter despertado para um maior e melhor cuidado de si, a partir do diagnóstico. Nas palavras dele: “*É como se eu me sentisse mais motivado para a vida, como se tivesse que viver melhor*”.

Relatos como o descrito acima apontam para sentidos que atribuem uma certa “positividade” para o HIV/Aids, pois demarcam ser o diagnóstico, um ponto de virada para uma outra compreensão de si e da vida. No cenário 6, o jovem Rodrigo relata episódios de depressão e diz: “*se não fosse o HIV, eu nem sei como estaria, pois resolvi lutar e conheci a Rede*”. Além disso, há também a abertura para outros caminhos antes não trilhados, principalmente no que concerne à participação social e política, à luta por direitos no âmbito da Aids e à representação de outros/as jovens que (ainda) não se reconhecem nesta posição.

Pelúcio (2007) argumenta que uma outra forma de subjetivação advém da apropriação do ativismo, pois esta prática fomenta uma passagem da condição vinculada à sorologia, para a identificação com uma dimensão política. De forma recorrente, foi possível escutar em campo que assumir o diagnóstico diante da sociedade era “*dar a cara a tapa*” para lutar por direitos, pois assim ganhavam maior visibilidade e voz enquanto personagens nos cenários da Aids. Valle (2013), ao relatar sobre uma pesquisa por ele realizada, também discute este ponto.

Quando ouvi uma ativista HIV+ de 70 anos reportar, em 2009, do “drama da visibilidade”, foi evidente que ela estava se referindo, por um lado, ao dilema da estigmatização, mas, por outro lado, reconhecia que ao se tornar um ativista de HIV/Aids (...) permitia que esse estigma fosse confrontado. Assim, afirmou em público que “para ser ativista, tem que aparecer”. De fato, uma das estratégias políticas de confrontação do estigma seria o deslocamento de seu sentido desacreditado para uma identidade que, sem deixar de expressar a significação da doença, requer a afirmação da positividade da sua experiência. Ela seria, assim, reavaliada em termos da dimensão pessoal e relacional que as pessoas HIV+ recriam através de suas trajetórias após a revelação do status sorológico (VALLE, 2002; 2010). Assim, a visibilidade da experiência de viver com HIV seria “dramática” exatamente por sua dupla face: a rejeição pública do estigma e a afirmação pública da “positividade” de se viver com HIV/Aids, o que daria sentido ao ativismo (Valle, 2013, p. 43).

Ou seja, entre as dimensões das mudanças advindas pela descoberta do HIV/Aids, coexistem sentidos sobre a experiência e as possíveis configurações decorrentes desta. No entanto, o entendimento de uma visão positiva sobre o HIV não deve funcionar no sentido de neutralizar a necessária negatividade para a formação de qualquer identidade. A negatividade da identidade revela aquilo que ela não pode ser, expõe a contingência da objetividade e possibilita a verificação da igualdade a partir da negação sobre a organização normativa do regime policial (Machado, 2013b; Rancière, 1996).

Assim, para a análise pertinente a esta tese, nos deteremos às vias coletivas de interpretação desta condição, pois compreendemos que o campo de formação das identidades coletivas configura-se como campo do político. Incluem-se, portanto, os tensionamentos entre a polícia e a política, os conflitos, as situações dissensuais e a emergência do dano, que abala a ordem sensível dos espaços e oportuniza a existência do processo de subjetivação política.

É em torno do dano, portanto, que se unem as tramas encenadas e ganham forma as possibilidades da identidade coletiva mediada pelo HIV/Aids. E, é neste sentido que a diferença entre a experiência da positividade ou não, no interior das Redes, vai operar. Os que não são contados na distribuição do sensível, na partilha das partes (Parra, 2008), reúnem-se em uma comunidade tendo o elemento HIV/Aids como operador identificante. Assim, o reconhecimento da soropositividade enquanto elemento disruptivo das normativas sobre a vida – e, mais especificamente enquanto jovem vivendo com HIV/Aids – pode se configurar como a novidade que desloca a estética e negocia com a ordem estabelecida.

Na subjetivação política, assume-se a necessidade de compreender o comum que une a comunidade sem, no entanto, negligenciar que não há uma identidade dada, mas sim identidades que emergem a partir da ruptura gerada pela subjetivação (Rancière, 2010a). Refletindo sob estes aspectos, Machado (2013b) propõe em suas argumentações a existência de um discurso diferencialista que vincula identidades já conhecidas como naturais e autorizadas pela lógica policial, reproduzindo iniquidades na partilha do sensível. Nas palavras do autor:

O diferencialismo identitário, nesta perspectiva, limita a argumentação política ao universo da vítima ou do oprimido e/ou da violação de direitos. O enfoque na vítima produz assim, não o reconhecimento do particular e universalização de princípios de equivalência entre diferenças, mas a multiplicação de universos cada vez mais atomizados em suas especificidades, que delimitam contextos de difícil articulação e exponencialmente fragmentáveis. Neste sentido, o diferencialismo sustenta que a experiência social se limita pela noção categorial e positiva de identidade social, impossibilitando a percepção de que está constituída, na verdade, a partir de sua negatividade, de um exterior constitutivo (Laclau, 1993). Diversos outros elementos de identificação podem ser inseridos nestes processos de (in)diferenciação, como apontado

anteriormente, e que também vão definir as possibilidades de afirmação de discursos sobre identidades que só serão visibilizadas em sua positividade (Machado, 2013b, p. 226).

Por isso, aqui precisamos ser cuidadosos/as no sentido de não atribuir relação direta entre o reconhecimento do HIV/Aids enquanto elemento de ligação para uma identidade coletiva – a partir de sua configuração enquanto luta por direitos e posicionamento diante das iniquidades que se instalam no âmbito das políticas públicas de Aids, por exemplo – e a ação da política como verificação da igualdade na esfera comum. Pois, conforme novamente nos lembra Pallamin (2010), os movimentos e lutas não são em si políticos, tendo em vista que podem operar a serviço de lógicas de manutenção, relações de dominação, ou mesmo do silenciamento de vozes que, supostamente, estariam sendo ouvidas.

5.2.3 “Novo movimento” para uma “nova Aids”?

Além das argumentações expostas acima, outros componentes que dizem respeito à dimensão “juventude vivendo com HIV/Aids” fizeram-se presentes em campo, inseridos em uma lógica sobre a prevenção da/na Aids no Brasil. Cunha (2014) nos alerta sobre a possível existência de uma produção de sujeitos modelados pelas práticas e políticas públicas, que determina certa “compreensão de si e de sua condição de jovem vivendo com HIV/Aids” (p. 95). Neste sentido, as convocações para engajamento e participação que convidam a falar de si a partir de uma identidade política equilibram-se, entre uma dimensão possivelmente emancipatória e outra de controle e gestão da/sobre a juventude.

Nos meandros das lógicas que atravessam tais posicionamentos, a figura do/a jovem ativista ascende pela via do protagonismo no exercício da gestão das vidas. A lógica do cuidado e, ao mesmo tempo, controle de si, leva a um entendimento da possibilidade de multiplicar os conhecimentos e compartilhar as estratégias de prevenção entre os pares. Contudo, o que se vê atualmente no movimento de prevenção ao HIV/Aids são iniciativas que têm como forte elemento a ênfase nas tecnologias, que por sua vez avançam cada vez mais no sentido de controle da epidemia e uma fragilização da atenção para as subjetividades envolvidas no processo.

Os discursos em direção à meta 90 90 90, por exemplo, traduzem a ênfase no tratamento e nas tecnologias envolvidas para tal. De acordo com a UNAIDS (2015), conforme fora abordado no primeiro capítulo da tese, a proposta produz objetivos a serem alcançados até 2020 no que se refere a diagnóstico, tratamento e supressão viral. A UNAIDS identifica esta meta como “definitiva e ambiciosa” (p. 02) e produto de um movimento que aponta uma

nova narrativa que deve acompanhar as políticas públicas de tratamento do HIV/Aids nos próximos anos.

A única maneira de se alcançar essa meta ambiciosa é por meio de estratégias alicerçadas em princípios de direitos humanos, respeito mútuo e inclusão. As estratégias coercivas não somente violam os direitos humanos fundamentais, como também prejudicam as expectativas quanto ao fim da epidemia da AIDS. Como a experiência no mundo inteiro tem demonstrado repetida e conclusivamente, as estratégias coercivas afastam as pessoas dos serviços que precisam. O tratamento do HIV é uma ferramenta crítica para acabar com a epidemia de AIDS, mas não é a única. (...) Acabar com a epidemia de AIDS exigirá acesso ininterrupto ao tratamento a vida toda para dezenas de milhões de pessoas, sistemas de saúde e sistemas comunitários fortes e flexíveis, a proteção e a promoção dos direitos humanos, bem como mecanismos autossustentáveis de financiamento capazes de manter programas de tratamento durante toda a vida das pessoas vivendo com HIV (UNAIDS, 2015, p. 02).

Contudo, torna-se necessário compreender os desdobramentos de tais indicadores em um cenário complexo, desigual e com um movimento de pauperização da epidemia. Ou seja, é preciso reconhecer os interesses envolvidos no estabelecimento de tais metas e, sobretudo, os impactos nas experiências singulares de jovens que vivem com o HIV/Aids. Neste sentido, no cenário 6, a jovem Sarah diz – sob gestos de concordância de outros jovens da plateia – “A meta 90 90 90 é você é diagnosticado, pega o medicamento e diz: Toma! Se vira! E não tem acolhimento dos jovens. A Rede é que faz esse acolhimento”. Em resposta ao posicionamento da jovem, o representante do UNICEF, que dirigia a palestra, pondera que compreende as críticas à meta 90 90 90, principalmente no tocante à medicalização da epidemia e a redução da discussão à prática de dispensar o medicamento.

Seguindo esta lógica, as novas tecnologias que garantem o Tratamento como Prevenção (TcP) avançam no sentido de responder às expectativas de controle da epidemia, incrementando a prevenção com insumos que ultrapassam o discurso centralizado no preservativo, principalmente para as pessoas já diagnosticadas como soropositivas. A Prevenção Combinada aparece neste cenário como um conjunto de estratégias alternativas que ampliam os recursos para a prevenção ao HIV, incluindo neste bojo, o TcP, a Profilaxia Pós-exposição (PEP) e a Profilaxia Pré-exposição (PrEP)⁷³, como já fora abordado na primeira parte da tese.

<p>Cenário 1 (Dia 10/07/15) – Na programação das atividades do VII ENAJVHA, vários momentos foram destinados às falas de agências</p>
--

⁷³ Informações com base no site da UNAIDS <https://unaid.org.br/prevencao-combinada/>

nacionais e internacionais no formato de “Painel”. Nestes momentos, os/as representantes das agências assumiam a fala e uma notável ênfase foi dada às discussões sobre prevenção a partir da apresentação dos impactos das novas tecnologias e da prevenção combinada. Tais discursos sustentavam um lugar de especialidade técnico-científica amparados em indicadores, boletins epidemiológicos e aparatos tecnológicos que desenhavam certa inteligibilidade científica sobre o viver com HIV.

Assim, as narrativas sobre as novas tecnologias aparecem como um campo sedutor, que possibilita alternativas de relação com o tratamento e com a vida junto ao HIV/Aids. A linguagem técnica que envolve as estratégias de prevenção se transforma em narrativa comum junto aos jovens, que se apropriam das tecnologias e transformam-se em multiplicadores das informações. Este fato corresponde ao que Cunha (2014) destaca quanto a uma passagem gradativa de um paciente passivo frente ao HIV, para um sujeito gestor de seu tratamento, que conhece as técnicas existentes e dialoga com os profissionais de referência para a área de forma horizontal.

Neste processo de moldar e modelar, também se esquadrinha e esmiúça as experiências dos jovens com AIDS, tipificando-se um conjunto de possibilidades exemplares para a composição de uma espécie de “acervo” que sirva aos *jovens* em seu trânsito social e de base para atuação dos mesmos junto a outros *jovens* em atividades de multiplicação, isto é, na atuação dos primeiros como *multiplicadores* (Cunha, 2014, p. 106).

Vê-se surgir, portanto, a configuração do que nesta tese chamo de uma “Aids tecnológica” – como fora argumentado no primeiro capítulo – com ações de prevenção (justificadas por indicadores epidemiológicos) que preocupam-se em prevenir e tratar mas, para isso, desenvolvem estratégias de controle e vigilância sobre os corpos, principalmente corpos jovens e (supostamente) em exercício pleno de sua vida sexual. Neste sentido, o arcabouço de recursos técnicos, tanto em material, quanto em linguagem, povoa as discussões dos “*jovens vivendo*” e responde à demanda governamental por uma Aids controlada, higienizada e, de certa forma, passiva.

Nesta lógica, a categoria “indetectável” aparece como elemento potencial para a condução das práticas de prevenção, ocupando a posição de “meta a ser alcançada”, a partir de uma “boa adesão” ao tratamento. Tanto nos momentos de observação do campo de pesquisa, quanto nas postagens nas redes sociais (secretas) das Redes que pude acompanhar, a chegada à condição de “indetectável” é comemorada e compartilhada como vitória, com

relatos como: “*Graças a Deus eu agora estou indetectável!* [referindo-se ao *status* sorológico]”; “*Foi uma luta até eu encontrar a medicação que meu organismo aceitasse. Com essa agora [medicação] cheguei a indetectável*”; “*No início eu não aderi muito bem ao tratamento. Aí isso dificulta a conseguir chegar à carga viral indetectável, né*”. Além disso, a categoria passa a representar também uma alternativa que remete à novidade, a uma possibilidade diante da vida com HIV que está mais próxima da juventude, que vivencia um momento atual das políticas públicas com disponibilização de testes e tratamento precoces, possibilitando a emergência de uma “nova Aids”.

No cenário 6, durante o VIII ENAJVHA, um dos jovens diz: “*Se falar em indetectável com os adultos, eles jogam cadeira em cima da gente, achando que a gente está fazendo apologia*”. A apologia, neste caso, seria à vivência da sexualidade e, mais especificamente, a uma prática sexual sem o uso do preservativo⁷⁴. Isso tem a ver com a relação entre discursos e compreensões dissonantes sobre as práticas de prevenção. Ou seja, por uma via, a visão de uma juventude que tem acesso às modernas tecnologias de prevenção e a concepção sobre o tratamento também como uma dessas possibilidades; e por outra, a concepção de décadas marcantes da epidemia, nas quais a centralização do preservativo como insumo de prevenção era massificada. Neste sentido, Landau (2011) aponta:

A exortação do uso da camisinha parece estar caindo em ouvidos saturados. Após décadas exaltando as virtudes do sexo com camisinha, a mensagem não é mais comovente ou efetiva para certas populações, especialmente aquelas mais informadas, tais como os homens gays (p.30).

Novas configurações se abrem então sobre a juventude envolvida no panorama do HIV/Aids como público alvo das ações, mas também como ator/atriz estratégico/a no sentido de gestão das práticas de prevenção. Assim, a figura do/a jovem colocado/a como “protagonista” do cuidado entra em cena nas políticas públicas nacionais e configura um cenário no qual o protagonismo da juventude no âmbito da Aids, além de estar atrelado a uma dimensão de investimento em uma participação ativa dos/as jovens e para os/as jovens, também vincula-se a gestão desses corpos e de suas experiências quanto à sexualidade.

⁷⁴ Sem querer aprofundar nesta discussão acerca dos aspectos que envolvem experiências sexuais com ou sem uso do preservativo, sabemos tratar-se de um tema complexo que merece atenção. O que vale destacar aqui, pontualmente, são alguns apontamentos que a literatura traz para o debate. Estudos destacam que comportamentos “preventivos” ou “de risco” em relação à possibilidade de infectar-se com HIV envolvem muitos elementos, para além das dimensões comportamentais e da conduta. Elementos como tipos e quantidades de experiências sexuais ocasionais, familiaridade e acesso ao preservativo e ao seu uso, além de aspectos interseccionais são fundamentais para o entendimento destas questões. Pois, por exemplo, a idade da iniciação sexual é um marcador de diferença importante frente a atividades sexuais sem preservativo com parceiros eventuais, entre os jovens que começaram a vida sexual antes dos 14 anos (Paiva, *et al.* 2000).

Gestão que neste sentido aparece pela via de um/a jovem responsável por suas práticas e, em certa medida, fiscalizador de seus próprios comportamentos (Cunha, 2014).

Desta forma, as histórias de vida, que no início do movimento de Aids protagonizavam as cenas de luta por direitos para as pessoas vivendo com HIV/Aids, dão lugar a uma dimensão tecnológica que centraliza as ações sobre o corpo a partir de um discurso biomédico historicamente legitimado. O relato do jovem Júnior, durante o VIII ENAJVHA (cenário 6) reflete tal realidade: *“Estão nos objetificando em números. Em uma visão sócio-histórica, não tem sobre a subjetividade dos sujeitos vivendo com o HIV. Não tem um estudo sobre quem somos”*. Tais articulações acenam, portanto, para os caminhos seguidos pelas instituições governamentais no âmbito da epidemia da Aids, que (re)produzem e privilegiam racionalidades técnicas⁷⁵ e acabam por gerir um apagamento das subjetividades e a neutralização das ações políticas (no sentido rancieriano).

Vale ressaltar que não intentamos com isso questionar a necessidade do avanço das tecnologias que se dedicam à prevenção do HIV, ou mesmo das pesquisas que apontam caminhos mais flexíveis e esperançosos quanto aos novos recursos além do preservativo. Contudo, pautamos aqui a necessária reflexão sobre a construção de um discurso que prioriza a instrumentalização da vida e, como consequência, opera no sentido de manutenção de lógicas que suprimem modos de subjetivação por meio do arsenal técnico. A racionalidade, como destaca Pires (2014), estaria a serviço da construção de uma identidade objetiva da realidade. Potencializam-se as noções de ordem e harmonia e minimizam-se processos de subjetivação, principalmente da ética e da política, que são inseridas na lógica determinista e universal do saber.

A linguagem tecnológica ganha espaço e legitima uma inteligibilidade científica sobre o viver com Aids comumente reproduzida por um discurso biomédico que responde à demanda de um esclarecimento biológico sobre as afetações do HIV. Nos espaços observados nos cenários de campo, em alguns momentos a posição de fala/voz foi ocupada por representantes da medicina que traziam informações e concepções imbuídas de efeito de verdade sobre a Aids, sobre as práticas e sobre os corpos. Corpos esses vistos,

⁷⁵ O discurso biomédico, instrumentalizado pelo referencial técnico sobre o HIV/Aids ficou claramente marcado, por exemplo, nas possibilidades de trabalhos acadêmicos a serem enviados para apresentação no 11º Congresso de HIV/Aids, em 2017. Entre os eixos temáticos disponíveis para submissão, trabalhos relacionados à experiência sobre o viver com HIV, às práticas de movimentos sociais, às discussões de participação social e política, entre outras, encontravam dificuldade em se “enquadrar” nos parâmetros propostos. Com tais critérios, um congresso mediado por um discurso técnico-científico, de certa forma, neutraliza possibilidades de resistência e produz uma perspectiva de saúde com práticas de cuidado tecnicistas, pautadas em um corpo biológico, higienizado e naturalizado.

frequentemente, sob uma ótica naturalizada e universal que, muitas vezes, invisibiliza a singularidade das experiências, principalmente as que dizem respeito às juventudes.

Nesta teia de linguagens, os antagonismos constituintes da política são substituídos ou abafados por discursos técnicos que simplificam a realidade, ou por burocratizações que garantem certa segurança aos gestores de políticas públicas. Porém, o que nos chama atenção neste momento e na relação com este tópico, é o fato de a racionalidade técnica sobre o HIV/Aids, de certa forma, obstaculizar ou mesmo enfraquecer as possibilidades de existência da política pois, na maioria das vezes, pactua com o regime policial no estabelecimento de normas e registros que higienizam performances e neutralizam dissensos.

Retomando Rancière (2009, p. 17), entre práticas políticas e práticas estéticas que compõem o espaço comum, a política “ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo”. Neste sentido, a juventude aparece na arena da Aids como uma parte que reivindica voz e lugar, como uma parte que traz a novidade, mas ao mesmo tempo deve ser controlada por isso, como Redes que organizam seu movimento equilibrando-se entre a emancipação e o tutelamento, entre assumir e representar o conflito, ou ceder aos trâmites que convidam a uma atuação ordenada e governada.

5.3 INSTITUIÇÕES E PACTUAÇÕES DAS REDES

As Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids, conforme abordamos em discussões anteriores nesta tese, estão inseridas em contextos macropolíticos que envolvem negociações, jogos de forças, estratégias de controle da epidemia, pactuações interinstitucionais (governamentais e não governamentais) para financiamentos; entre outras tramas que desenham as cenas da história da Aids no Brasil. Assim, compreender as Redes como parte deste complexo cenário exige pensá-las para além de um elemento em si e reconhecer os meandros de conformação das posições e relações estabelecidas ao longo dos anos, principalmente aquelas que exercem efeitos de poder na configuração hierárquica das lógicas de dependência ou de autonomia frente ao Estado.

Nesta arena de discussões, nos atentaremos neste tópico aos caminhos que apareceram nas cenas do campo de pesquisa, traduzidos pelo olhar etnográfico, sobre as articulações institucionais presentes no âmbito das Redes de Jovens Vivendo. Contudo, precisamos estar cientes, a partir da perspectiva de metodologias qualitativas e participativas, que toda realidade acessada pela observação é parcial e recortada, produto da relação da pesquisadora

com os possíveis das cenas vivenciadas. Ou seja, pretendemos aqui lançar certa inteligibilidade científica para os cenários acessados e suas composições, porém, sem dar contornos de verdade sobre o que foi observado, registrado e interpretado, principalmente, considerando-se a dinamicidade dos contextos e da temática investigada.

No percurso da epidemia de Aids no Brasil, muitas foram as fases que caracterizaram as articulações institucionais, permeadas por conjunturas políticas e econômicas que engendraram os cenários de recursos – de saúde, epidemiológicos, de mobilização social, entre outros – para enfrentamento ao crescente número de casos da infecção pelo HIV. Da década de 80 até os tempos atuais, um complexo arranjo de forças e investimentos se configurou em torno do HIV/Aids, dando abertura para variadas interpretações e especulações sobre os formatos e discursos proeminentes na condução das políticas públicas que, de certa forma, dariam conta da problemática.

De acordo com Mann, Taratola e Netter (1993), quatro fases caracterizaram a resposta inicial à epidemia, sendo elas: a primeira na década de 70 até início de 80, quando o vírus ainda era desconhecido, mas já mostrava sua força silenciosa; a segunda, com o reconhecimento da Aids entre 1981 e 1985, marcado por avanços científicos de identificação da epidemia; a terceira, que de meados da década de 80 até a década de 90 marca a mobilização social e a organização estratégica contra a epidemia; e a quarta, no decorrer da década de 90, com a resposta mais organizada, princípios de estabilidade e controle, porém, com força ainda significativa da expansão do vírus.

Diante desta trajetória, o Banco Mundial, conforme fora abordado na primeira parte da tese, representou o grande financiador das ações relacionadas à Aids no Brasil (Pereira & Nichiata, 2011). Inicialmente, os projetos financiados e a liberação de recursos eram destinados à prevenção e ao controle da epidemia, incluindo tratamento e desenvolvimento científico. Ou seja, o panorama da Aids passou a ser permeado por embates e parcerias entre Estado e sociedade civil (organizada), com uma história marcada pela mobilização social e participação ativista na luta por direitos e acesso aos recursos de prevenção e tratamento.

No que concerne aos trâmites de repasses que envolveram a história da Aids por décadas, autoras como Pereira e Nichiata (2011) discutem aspectos importantes ao estabelecerem relação entre as ações do Estado e da sociedade civil. Neste sentido, essas autoras delimitam o Estado a partir da concepção de duas partes: a primeira ligada ao que chamam da “sociedade política” (p. 3250), que envolve o Estado enquanto entidade coercitiva, com hegemonia de poder da classe dominante; e a segunda relacionada à sociedade civil com seus valores e organizações. Neste entendimento, o Estado aparece através de um

conjunto de mecanismos de gestão que pode “concentrar os interesses dos grupos econômico e politicamente dominantes” (p. 3250) e a sociedade civil como esfera que pode também apresentar lutas e interesses de grupos específicos, mediada por relações de forças e ideologias.

Nas dinâmicas entre Estado e sociedade, diferentes podem ser os caminhos de compreensão desta relação, tendo em vista o campo teórico utilizado para embasar as argumentações. Como a perspectiva de Rancière balizou a composição de todo este estudo, trazemos aqui sua perspectiva sobre a atuação do Estado como bússola para as discussões, colocando-o em diálogo com Laclau e Mouffe na concepção de uma dimensão de existência da política como antagonista e dissensual.

Como permite-nos afirmar a reflexão feita anteriormente e ancorada na leitura de Rancière (1996), a política não está restrita ao espaço do Estado. Suas instituições, organizações e departamentos se encontram inseridas na composição do regime policial e operam a gestão da partilha do sensível. Contudo, enquanto movimento conflitante, a política extrapola tal configuração e emerge justamente na fissura produzida pelo dissenso que, muitas vezes, pode ser representado pelos tensionamentos entre a comunidade – na luta pelo comum compartilhado – e o aparato que corresponde ao regime policial.

A política aparece então, como cena polêmica que instala o litígio “que não se confunde com técnicas de governo ou partes da sociedade” (Machado, 2013b, p.270). No entanto, a posição do Estado é significativa nesta perspectiva, pois não há política sem a ordem policial. É neste ponto que o pensamento de Jacques Rancière encontra um ponto de tensão pois, ao mesmo tempo que promove uma crítica à ordem policial, também conjectura a condição de existência da política à existência desta ordem (Machado, 2013b). A política, na perspectiva do autor, repositiva o Estado, assim como o espaço da comunidade. Isto se dá mediante uma compreensão radical da democracia, conforme abordamos no terceiro capítulo da primeira parte.

Perante tais articulações, o Estado aparece, por vezes, como o antagonista nas relações de resistência, ou mesmo das reivindicações de movimentos da sociedade civil que pleiteiam espaço e voz. Vale ressaltar que, na área de HIV/ Aids, comumente o Estado aparece representado pela figura do “Departamento”⁷⁶, como foi observado e escutado frequentemente durante a investigação. Neste sentido, a nomenclatura “Departamento” aparece como

⁷⁶Esta nomenclatura também, de certa forma, unifica as alterações que o nome do setor responsável pelas ações de HIV/Aids no Brasil sofreu ao longo das décadas. Atualmente, o Departamento funciona com o nome Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais (<http://www.aids.gov.br/>).

categoria êmica que emerge do campo de pesquisa e, de certa forma, desvela relações entre Estado e sociedade em um fluxo intrincado que produz um campo de posicionamentos e lutas. Os jovens das Redes, assim como os ativistas da Aids, posicionam-se na luta política e, muitas vezes, fazem frente ao Departamento como representante do Estado.

Esta relação com o Estado representado por um setor do Ministério da Saúde responsável pela política de HIV/Aids no Brasil, como vimos, é histórica e entremeada por vetores de forças que enfeixam-se na construção das estratégias de enfrentamento à epidemia no país. Forças essas que produzem as políticas públicas e que traduzem jogos de poder, índices de prevalência e impacto da problemática, interesses políticos e econômicos, entre outros aspectos vinculados às decisões e pactuações não lineares do funcionamento público (González & Saforcada, 2006).

Nos cenários do campo etnográfico, as lógicas desta relação faziam-se constantemente presentes, principalmente nos Encontros Nacionais da RNAJVHA, nos quais as negociações com o Estado – aqui fortemente representado pelo Departamento Nacional – ora apareciam de forma implícita nas relações e narrativas dos jovens, ora explicitavam-se nos lugares de fala ocupados pelas agências governamentais na programação dos Encontros. No cenário 6, durante o VIII ENAJVHA, uma cena observada traduz esta relação entre a Rede Nacional e o Estado, representado pelo Departamento e, mais especificamente, por um médico infectologista designado como representante do mesmo.

Cenário 6 (Dia 23/11/17) – O representante do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais, do Ministério da Saúde, apresenta um Painel, conforme constava na programação do evento. Neste, ele aborda a temática da transição da adolescência para a juventude, as especificidades relacionadas ao vínculo médico-paciente e os cuidados que devem ser tomados nesta etapa. Inicialmente, o representante orienta sua fala através de slides, no entanto, no decorrer de sua apresentação, os/as jovens começam a questioná-lo sobre a possibilidade de participação da platéia durante a sua fala. O representante diz que está aberto a perguntas e convida um dos jovens para compor a mesa, a fim de mediar a discussão. O primeiro questionamento referiu-se ao fato de o “Estado” terceirizar o trabalho de prevenção para as ONGs, principalmente no que concerne à saúde nas escolas. Outros questionamentos problematizaram a necessidade de um protocolo para atendimento nos níveis estaduais e locais, tendo em vista que existem

situações de violação de direitos e negligência sobre o acesso ao tratamento, como por exemplo, o fato de os médicos não dispensarem informações sobre a possibilidade de os jovens diagnosticados com HIV alcançarem o *status* sorológico de indetectável/intransmissível. O representante do Departamento respondeu à maioria das questões dizendo concordar com os/as jovens, no entanto, fazendo ponderações com relação às fragilidades da execução local dos programas e políticas públicas para o HIV/Aids.

Ao finalizar seu tempo de fala, o representante do Departamento Nacional, diz: “*Bom, acho que é isso. Foi mais um Painel ou foi chicotada que eu levei?*”. Em seguida, o jovem Heitor, representante da Rede Nacional explica: “*Foi bom sim... É assim mesmo, quando vem alguém do Departamento sempre tem esses questionamentos*”, seguido do comentário de outro jovem da plateia “*Ué, gente! Eu tenho que perguntar. Quando é que eu vou ter outra oportunidade de falar com o Departamento Nacional?*”.

Os/as jovens envolvidos com as redes, em seus níveis locais, regionais ou nacional, de certa forma, denunciam as contingências da ordem policial e, também por isso, tornam-se alvos das normativas que regulamentam e controlam as práticas de resistência. Ou seja, como efeitos da denúncia realizada, da cena polêmica instalada, estabelecem-se mecanismos de gestão e captura que anulam a resistência. Não quero dizer com isso que os efeitos da relação entre as Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids e o Estado, são lineares e sem vestígios das alianças estabelecidas com o governo; mas sim apontar que – muitas vezes, a despeito da inferência sobre a despolitização do movimento de Aids no Brasil – os jovens fazem emergir o dissenso na estética do sensível, na tentativa de legitimar suas lutas. Esse processo, que será aprofundado no tópico de síntese 5.4 desta análise, aparece como um caminho possível de subjetivação política.

Neste sentido, a revisão de literatura ajuda a problematizar o campo, sendo válido destacar aqui o estudo de Valle (2013), no qual o pesquisador relata que, ao iniciar as investigações no campo do ativismo da Aids, foi alertado de que o perfil combativo da década de 80 encontrava-se em período de mudança e possível declínio. Este autor reflete que, na quarta década da epidemia, a escassez de recursos e as mudanças relacionadas aos financiamentos, sustentaram um “sentido de crise” (p.30) – que teve efeito direto no trabalho das ONGs Aids – ao mesmo tempo que reproduzia-se a ideia de um controle sobre o HIV. Já na discussão feita por Caroline Landau (2011), esta autora argumenta que, “se é verdade que a Aids ‘mudou de cara’, o ativismo da Aids também teve que mudar” (p. 22) e, neste sentido,

uma certa idealização em torno de anos gloriosos do movimento social da Aids, de fato produz a imagem de um ativismo atual enfraquecido.

Atualmente, as demandas da Aids apresentam-se plurais, ainda demarcando a relevância da ação junto à sociedade civil (Pereira & Nichiata, 2011). Neste sentido, nos cenários que envolvem a juventude que vive com HIV/Aids, principalmente os/as jovens que se organizam em rede e pautam a luta por direitos que considerem a singularidade de suas experiências, renovam os contornos deste movimento. Em outras palavras, as Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids apresentam novas configurações para os tensionamentos entre sociedade civil e Estado, o que, nos cenários observados e analisados por esta pesquisa, aparece também representado pelas negociações junto a agências governamentais por apoio e financiamento aos encontros das redes.

No cenário 1, em conversa com um dos jovens responsáveis pela organização do VII ENAJVHA, o mesmo deixou explícitos os esforços empreendidos para que jovens representantes de diferentes Estados participassem pela primeira vez do encontro nacional. A viabilização dessas oportunidades envolve, em diferentes níveis, negociações com agências financiadoras e secretarias municipais e estaduais para custeamento do deslocamento dos/as jovens. Neste mesmo cenário, no momento da plenária, foram apontadas: a dificuldade de aquisição de recursos para a organização do evento e a frágil relação com as Secretarias de Saúde municipais e estaduais para apoio aos jovens vivendo com HIV. Houve inclusive uma moção de repúdio às secretarias de saúde que não contribuíram com passagens para deslocamento dos/as participantes.

Nesta teia de relações, as Redes de Jovens Vivendo dialogam com diferentes interlocutores e ocupam distintas posições a partir de onde suas práticas e enunciações reverberam e alcançam maior ou menor força. As configurações e contingências se enfeixam e produzem caminhos instáveis e atravessados por diferentes interesses que constituem a participação na arena do político. Para Blanco e Martin (2003), a aproximação com o plano administrativo pode trazer como consequência uma aproximação com o plano policial, que engendra mecanismos de controle e hierarquização em meio aos trâmites institucionais. Em contrapartida, as fissuras na ordem do sensível que possibilitam canais de ruptura e, por isso, aproximam-se da política, são constantemente capturadas pelos mecanismos de gestão que fortalecem o ordenamento das práticas.

Conforme defende Carrano (2012), a “participação não é um conceito pacífico” (p.86), nem mesmo se traduz enquanto sinônimo de processos democráticos de decisão. Portanto, vale analisar os meandros das formações políticas que constituem as negociações e

instituições envolvidas no processo, a fim de compreender os sentidos que ora potencializam lugares de voz e visibilidade, ora reproduzem uma certa apropriação da noção de participação que minimiza ou mesmo silencia, a partir de uma bem engendrada lógica de gestão das práticas.

5.3.1 Pactuações, negociações e parcerias

As negociações que estabelecem vias de relação entre os movimentos Aids e o Estado, tornam-se pontos a serem aqui abordados pois, se por um lado colocam em prática o controle social e consolidam, como lembram Pereira e Nichiata (2011) “políticas democráticas que fortaleceram novos espaços de participação da sociedade” (p. 3250); por outro podem instaurar mecanismos de controle e cooptação que operam gestão sobre as possibilidades de atuação política dos movimentos. No que se refere a este tópico de síntese, não analisaremos os repasses financeiros em si, mas sim, interessa-nos compreender os efeitos de poder dos mesmos sobre a existência de movimentos como o das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids que, em certa medida, pretendem ações de enfrentamento e de autonomia frente ao Estado.

Como fora abordado no capítulo teórico, sob a leitura de autores/as como Landau (2011), Valle (2013), Pereira e Nichiata (2011), a lógica de recursos voltados para as políticas de prevenção à epidemia da Aids, historicamente, conformaram as ações de ONG’s e movimentos sociais frente ao HIV. Neste sentido, Cunha (2016), durante explanação oral no III Encontro de Incidência Política (cenário 3) lembra que a trajetória dos Encontros Nacionais de Jovens Vivendo com HIV/Aids, reflete de alguma forma as nuances produzidas pelos repasses de recursos entre Estado e sociedade civil organizada.

Como exemplos desses reflexos, Cunha (2016) ressalta que a partir do IV ENAJVHA (2009), foi possível notar que uma certa “linguagem do Estado” passa a ocupar significativo espaço entre as narrativas que compõem os cenários das lutas de jovens no âmbito da Aids. Concomitante a este fato, surgem as aquisições de cadeiras junto às agências nacionais e internacionais que discutem e deliberam questões relativas ao HIV/Aids no Brasil. Atualmente, a RNAJVHA ocupa cadeiras nas seguintes instâncias: Comissão de Articulação com Movimentos Sociais (CAMS), Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais (CNAIDS) e Grupo Temático Ampliado das Nações Unidas sobre HIV/Aids (GT/UNAIDS).

No decorrer dos encontros nacionais, a abertura para apoio e financiamento advindo do Estado, representado pelo então Departamento Nacional de Prevenção ao HIV/Aids, fica mais explícita. Ainda de acordo com Cunha (2016), um certo tom investigativo e interesse

acadêmico pautam as novas configurações das discussões acerca da juventude que vive com HIV/Aids no Brasil. Além disso, a perspectiva tecnológica sobre a Aids, dominante na quarta década da epidemia, coloca em destaque as metas de prevenção e controle que incidem sobre os corpos, em detrimento de um reconhecimento subjetivo das experiências.

Neste sentido, nos interessa saber, em que medida, as pactuações e o “apoio do Ministério da Saúde” – como costumavam se referir os jovens durante os encontros presenciais acompanhados na pesquisa de campo – incidem sobre práticas de institucionalização das Redes, ou mesmo captura das possibilidades de autonomia dos movimentos. Estas parcerias e espaços de articulação passam pelo poder de instituições financeiras (nacionais e internacionais) e constroem lógicas de apoio que executam a gestão de processos e condições para ações advindas da sociedade civil (Pereira & Nichiata, 2011). Ou seja, nas palavras das autoras:

Se por um lado considera-se a possibilidade de incentivo à participação da sociedade civil por meio de financiamento do Banco Mundial, ao mesmo tempo não é possível descartar que este seria um mecanismo de cooptação e controle dos espaços de política pelas diretrizes financeiras (Pereira & Nichiata, 2011, p. 3254).

Retomando as argumentações de Rancière (1996b) sobre a relação entre a polícia e a política, pode-se conjecturar que, na lógica de Estado, há a “reabsorção total do político pelo estatal” (p.380). Ou seja, a função de gestão do Estado se concretiza na representação governamental que, no caso da Aids, esteve constantemente vinculada à imagem do Departamento Nacional e das agências nacionais e internacionais que se debruçaram sobre a epidemia ao longo das décadas.

Contudo, a história da epidemia de Aids, conforme já fora discutido, revela também a história de construção do controle social, com contornos de uma participação política – a partir do reconhecido “ativismo da Aids” (Landau, 2011) – que acessa instâncias antes não alcançadas pela população. Conforme relata uma palestrante no cenário 6, que participou da criação da RNAJVHA em sua juventude, “*A população que vive com Aids tem acesso a instâncias e a pessoas que decidem as políticas públicas*”, ressaltando a importância de a juventude pensar estratégias para seguir com a luta por direitos de forma consciente.

No cenário 6, durante o momento de fala de um representante do UNICEF, os jovens são questionados sobre sua responsabilidade no processo de construção das políticas públicas voltadas para o enfrentamento ao HIV/Aids: “*Como vocês se enxergam nesses espaços? Diante dessas instâncias, o que vocês acham que falta para ocuparem esses espaços? Para*

fazer uma ação mais qualificada?”. Percebe-se uma lógica que, de certa forma, individualiza as soluções para a problemática da participação e conforme advertem Boghossian e Minayo (2009) pode “transferir para adolescentes e jovens a responsabilidade exclusiva pela superação das adversidades, deslocando-se do campo político para o das ações individuais, ou até coletivas, mas de caráter pontual” (p. 417). Além disso, mantém a ideia de uma “participação qualificada” (Carrano, 2012, p.87), que justifica e autoriza a instrução da juventude em prol da existência de uma participação supostamente correta.

Carrano (2012) aponta, que neste jogo da participação, a categoria “protagonismo juvenil” aparece com considerável força, tanto entre as instâncias de gestão pública, quanto entre os/as jovens que buscam participação na esfera política. O protagonismo juvenil é, boa parte das vezes, orientado para “o ajustamento de condutas de jovens populares e que, em última instância, camufla contradições, naturaliza precariedades em territórios de pobreza e inibe conflitos relacionados com a busca de direitos da juventude” (p. 89).

Nas cenas vivenciadas junto às Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids, são frequentes as narrativas que designam espaço significativo ao “protagonismo” e ao “empoderamento” como alternativas estratégicas para o fortalecimento da juventude nos domínios da discussão política. Porém, vale compreender que a legitimação de tais categorias, reproduzidas repetidamente nos discursos que dizem sobre a(s) juventude(s) enquanto alvo das políticas públicas, por vezes pode ser encontrada como retórica, como artifício de resolução de uma problemática mais complexa do que a garantia de um uso de palavras pode acessar.

Como novamente ressalta Carrano (2012), “nem sempre essa assunção do termo se dá com a necessária consciência do sentido ideológico ou prático da ação protagonista. Há, dessa forma, uma naturalização do uso da referida expressão no campo das práticas juvenis” (p.88) que, a partir da análise da presente pesquisa pode, além de ocasionar um esvaziamento do discurso sobre a política, gerenciar silenciamentos e modelações amparados em um discurso sobre o modo correto de se fazer política.

Como efeitos de fabricação desta lógica, os próprios jovens reproduzem a ideia de “juventude empoderada”, muitas vezes formada e capacitada sob a chancela do governo. Comumente, em campo de pesquisa, escutei as expressões “*eu, enquanto jovem empoderado*”, ou “*é preciso empoderar os jovens!*”, que traduziam a experiência de formação como prática legitimada na área de HIV/Aids, através de estratégias de formação que forjam um ativismo aprendido.

O protagonismo juvenil, vinculado à noção de “empoderamento” dos jovens, foi ganhando importância no discurso dos organismos multilaterais e de cooperação internacional, sendo largamente desenvolvido por educadores que trabalham com jovens que vivem em espaços populares na América Latina (...). Para a Organização das Nações Unidas o “empoderamento” é o “mecanismo de combate à pobreza” e de “integração social”, como “remédios” receitados aos países pobres para saírem de seu endividamento externo (Boghossian & Minayo, 2009, p. 416).

Na esfera da ordem policial, tais mecanismos são engendrados justamente para operar manutenções, ou seja, torna-se interessante que se mantenham os lugares de quem pode falar e de quem deve ouvir, naturalmente hierarquizados, a fim de neutralizar processos dissensuais que possam abalar o ordenamento estético. Machado (2013b) aponta para a crescente ideia de uma militância profissionalizada e especialista, que pouco tem potencial no sentido de enfrentamento ao Estado, pois se encontra, de certa forma, dependente do mesmo. Nas palavras do autor:

Atualmente, muitos movimentos sociais se encontram numa relação de interdependência com o Estado, já que necessitam de fomentos e recursos estatais para exercerem suas atividades e dos espaços de participação para se legitimarem e terem reconhecidas suas identidades políticas. Embora muitos deles apresentem críticas ao Governo, muitas vezes estas críticas são minimizadas tanto por esta interdependência, como para evitar abrir espaço para grupos políticos de “direita”, que supostamente seriam menos favoráveis à sua pauta de reivindicações (Machado, 2013b, p. 34).

Esta relação fica ainda mais complexa quando os/as jovens, inseridos na discussão e na luta por direitos e voz em movimentos sociais e coletivos, assumem posições junto às instâncias governamentais. Ou seja, quando se inserem em instituições ou têm sua participação institucionalizada junto ao aparato estatal, o que pode ganhar roupagens de protagonismo juvenil, muitas vezes, está a serviço de obscurecer hierarquias de poder. Neste sentido, quando há uma assimilação em que os/as jovens ocupam lugares (ou cargos) e passam a representar as instituições governamentais, podemos compreender que esta seria uma possível forma de apropriação do movimento. Assim, à medida que as pactuações com o governo tornam-se mais presentes, os tensionamentos tornam-se mais brandos.

A fala de um jovem representante de uma agência governamental nacional, durante o VIII ENAJVHA (cenário 6), reflete tal situação: *“Quando a gente assume uma posição no governo, a gente tem que ser podado. Mas eu nunca posso esquecer de onde eu vim. Eu vim de movimento social”*. Em momento anterior, esse mesmo jovem se candidata para a eleição das comissões da RNAJVHA, no entanto, tem sua candidatura questionada, sob argumentos de que jovens que ocupam algum cargo junto ao governo não poderiam assumir comissões na

Rede e que esta seria “*uma posição da Rede Nacional, enquanto movimento*”. Este posicionamento reflete a discussão sobre as negociações, pactuações e parcerias realizadas com o Estado, vinculando uma certa visão crítica ao movimento de ocupação de posições que podem colocar em pauta interesses distintos.

Neste sentido, quando pessoas com participação em movimentos sociais posicionam-se de forma a também representar instituições governamentais, Machado (2013b, p. 33) argumenta que estes/as “serão levados a articularem discursos militantes e governamentais ao fazerem a ponte entre as demandas políticas das bases que representam (ou representaram) e as tensões políticas e processos administrativos da burocracia governamental”. Assim, os/as representantes passam a, boa parte das vezes, ter que assumir o exercício de diferenciação de funções desempenhadas em ambos os espaços, conforme lembra a fala do jovem Luciano no cenário 2: “*Não tem sido fácil não (...). Como a gente também ocupa esse lugar...ora eu falo de uma categoria profissional de trabalhador do SUS, mas também eu falo de juventude*”. A tarefa torna-se complexa diante da necessidade de transitar entre duas (ou mais) dimensões, articular demandas e interesses e reconduzir identidades, principalmente por tratarem-se, grande parte das vezes, de relações historicamente institucionalizadas com discursos, possivelmente, contrários.

Cenário 2 (Dia 19/11/15) – Durante uma das mesas de debate destinada à discussão da temática jovem no 10º Congresso Nacional de HIV/Aids, uma jovem trans, pesquisadora, que na ocasião ocupava a posição de assessora técnica do Departamento Nacional na articulação com a sociedade civil, se dirige a uma outra mulher trans sentada na plateia e diz “*Ela tá aí, ativista! E ela tá em parceria com o governo*”. Em sua apresentação, a jovem posiciona-se enquanto “governo”, sustentando uma diferenciação entre sua posição e a da colega, que não ocupava um cargo junto ao Departamento Nacional. O jovem Luciano, que também compunha a mesa, mesmo ocupando posições nas duas instâncias, estabelece certa crítica, apontando a necessidade de discussão de uma política não somente institucionalizada, nas suas palavras: “*Temos que ter movimentos de base e libertadores*”.

Tais lógicas de separação e diferenciação tornam-se ainda mais complexas tendo em vista que, na perspectiva de Rancière (1996), a aproximação com o aparato estatal pode configurar um fortalecimento da polícia. Assim, a dimensão de funcionamento a serviço da ordem, mesmo sob uma roupagem participacionista, sustenta a distribuição desigual das

partes do comum compartilhado. Ou seja, continuam estabelecidas as fronteiras que gestionam possibilidades de tornar-se visível e audível nos cenários políticos.

Ainda no contexto destas reflexões sobre as contingências das relações tensas entre sociedade civil organizada e Estado, Machado (2013b) ressalta que, por vezes, “estes sujeitos corporificam a tensão que se estabelece entre os anseios por mudanças provenientes da sociedade civil [...] e a necessidade de controle e categorização social que marca as lógicas de gestão desenvolvidas pelas organizações governamentais” (p.116). Neste caminho, frequentemente as discussões políticas encontram-se vinculadas a pessoas e não a ações ou discursos que têm efeitos de reconfiguração do sensível. Conecta-se a política ao aparato estatal, ou a indivíduos que representam tais funções. Culpabiliza-se o dissenso e as ações políticas que rompem com a naturalização da polícia, normatizando-as até sua força de transformação ser neutralizada. Tal processo é nomeado pelos jovens das Redes de “pessoalizar” as discussões, representando essa situação com falas como: “*Aqui tá todo mundo falando do seu umbigo. E tem jovem morrendo no meu Estado. Aqui não estamos brigando para depois termos emprego no Departamento [Aplausos].*”, já outra jovem convida os participantes a “*amadurecer politicamente*”, no sentido de não enfatizarem questões pessoais, mas sim coletivas.

Não pretendo aqui esgotar a complexa discussão sobre a relação entre Estado e sociedade civil. No entanto, vale destacar que esta relação tem consequências importantes no âmbito das Redes de Jovens Vivendo, enquanto movimento atravessado por aspectos econômicos, históricos e culturais. Neste sentido, alguns produtos advindos de tais discussões aparecem nos cenários das Redes e fortalecem questionamentos sobre a possível cooptação do Estado quando os jovens passam a assumir posições e cargos na máquina pública. Ao mesmo tempo, discute-se sobre a necessária ocupação desses lugares, a fim de representar a temática jovem em espaços nos quais, historicamente, houve um silenciamento da juventude. O exercício de reflexão se equilibra – tendo como base o entendimento de Rancière – entre pensar em que medida, as negociações e possíveis parcerias com o Estado neutralizam resistências e fortalecem a ordem policial, ou abrem espaço para a criação de fissuras no interior do sistema, que possibilitam a política.

<p>Cenário 2 (Dia 19/11/15) – Durante uma mesa de discussões que fazia parte da programação do 10º Congresso nacional de HIV/Aids e Hepatites Virais, o jovem Luciano, que se identifica como ativista e redutor de danos, novamente diz: “<i>Eu tenho ocupado alguns lugares para pensar e construir</i>”</p>

os movimentos. E tem sido muito difícil (...). Não tá explícito, mas se eu não sou empoderado, se eu não tenho conhecimento técnico, se eu estou em processo de construção ainda muito incipiente, muitas vezes, ocupar esses lugares é, talvez, se tornar vulnerável para uma omissão. É uma segunda voz”.

Portanto, problematizar os efeitos e produções resultantes dessa relação torna-se desafiador, pois descortina diferentes atravessamentos envolvidos. Em meio às narrativas que sustentam as lógicas de relação entre Estado e sociedade civil, algumas categorias são criadas, como, por exemplo, o enunciado “Aids Tour”.

A ideia do “Aids Tour” foi encontrada com certa frequência no discurso de alguns/mas participantes das Redes, sendo utilizada para fazer referência aos jovens que recebem financiamento de passagens ou ajuda de custo para viagens, ofertadas pelo Ministério da Saúde, ou pelas agências nacionais e internacionais que trabalham a questão da Aids. As narrativas que conduzem a esse pensamento apareceram da seguinte forma: “*Eu não quero ser Aids Tour. Eu não vou ficar viajando para fazer o que o governo quer que eu faça. Só querem ir a encontros que tem hotel cinco estrelas e passagem*” – frase dita por uma representante adulta. Outras vezes, a noção “Aids Tour” foi reproduzida sem uma reflexão sobre o sentido ou sobre os aspectos que compõem essa situação, sendo compreendida unicamente como uma questão de sedução por *status*.

Tal dimensão aparece como produção dos discursos de cooptação do Estado que fazem funcionar lógicas de visibilidade e fabricam identidades que acabam por se tornar fantasiosas e espetacularizadas. Essa aproximação das instituições governamentais oportuniza outras formas de relações e, neste sentido, em pesquisa realizada em 2007 sobre a militância LGBT, Machado (2013, p. 89) aponta que tais articulações trazem “novos pontos de politização e ampliação da visibilidade da militância, sobretudo nos espaços institucionais”. Contudo, o autor pondera que também há, a partir dessa assimilação, uma redução do potencial de ação e inovação frente ao Estado.

No entanto, nos cenários do campo, outros/as jovens problematizam a condição “Aids Tour” dizendo ser esta uma questão existente, mas que pode ser resolvida – levantam a sugestão de apresentação de relatório sobre a participação nos eventos – pontuando que este fato não deve representar a Rede. No cenário 3, o jovem Júlio diz: “*Eu compreendo o meu lugar de deslumbramento. Porque eu sou pobre, filho de empregada doméstica, que mora em periferia... Mas eu não fui para lá para aprender a ser ativista com o governo*”. Já no cenário

6, o jovem Heitor, representante da RNAJVHA diz: “*Eu acho que a gente é muito hipócrita de ficar dizendo que fulano viajou e tal...se tiver oportunidade de viajar, viaje mesmo!*”. Assim, entram em cena elementos que complexificam a questão e direcionam a uma compreensão mais ampla, que considere mais do que uma ideia reificada sobre uma juventude seduzida pelas ofertas do Estado; mas apontam para o desvencilhar-se de um protagonismo agenciado pelo governo com processos de gestão e captura que ensejam experiências geridas para um protagonismo tutelado.

Há também nesta trama alguns incômodos relacionados ao acesso a lugares de visibilidade e dizibilidade antes não alcançados. Se tomarmos a política enquanto prática que rompe com o regime estético policial, tal rompimento se fortalece quando populações que eram para ocupar espaços de invisibilidade começam a tornar-se co-participantes de um universo comum e, como consequência, fazem ver o que não se via e ouvir, o que não era ouvido, ou mesmo ouvido somente como ruído e não como linguagem (Rancière, 1996).

Nesta dimensão, o espaço político é relacional e plural, como argumenta Butler (2015), não precedendo a ação política ou a performance que engendra sua montagem. No modelo tradicional de comunicação política, a permanência das partes e do diálogo se estabelece, ou seja, há o confronto entre dois interlocutores que aponta para a “prova da contradição performativa” (p. 377) na qual, quando há contradição ou recusa de uma das partes sobre o discurso do outro, desestabiliza-se a racionalidade de sua posição de discutidor. No entanto, Rancière (1996b) duvida desta lógica, pois acredita que uma interlocução política forte parte do dissenso e, desta forma, não há um *a priori* das partes, mas sim uma construção que se dá, a partir do conflito, de um outro mundo sensível.

Desta forma, ao mesmo tempo em que situações como o “Aids Tour”, ou a assimilação de jovens das Redes para o trabalho junto ao governo, pode traduzir um processo de captura que alimenta a ordem policial – pois as instituições do Estado transformam-se em agentes da ordem – também desvela um abalo na estética do sensível, representado pelo incômodo com a imagem de jovens que ocupam lugares de fala antes não alcançados. Problematiza-se um dano que oportuniza o aparecimento do dissenso.

5.3.2 Entre recursos, voz e visibilidade

Retomamos, portanto, a dimensão da partilha do sensível abordada no tópico de análise 5.1, quando a distribuição dos espaços e tempos aponta para lógicas que delimitam autorizações de visibilidade e de voz na composição do comum. Na compreensão de Pellejero (2009), toda política diz sobre a verificação do trânsito entre espaços e visibilidades que se

dão na partilha do sensível. Partilha essa que, engendrada pela lógica policial, organiza as partes da comunidade e opera a distribuição de quem pode (ou não) tomar parte.

Neste sentido, as imagens e vozes que operam dissenso, de certa forma, funcionam no sentido de denunciar processos instalados e naturalizados, principalmente quando o discurso pode irromper uma cena de litígio. Rancière, (1996b) explica esta relação a partir do relato sobre a cena de operários que discutiam um objeto comum com uma parcela que não os reconhecia enquanto parte e nem como parceiros na discussão. Desta forma, faziam funcionar dois processos: um a partir do discurso igualitário que instaurava um campo comum no universo do trabalho e, outro que denunciava o não reconhecimento deste mundo comum.

Assim, no jogo de relações entre Estado e sociedade civil, forjam-se contextos de assimilação, sedução, cooptação, alianças, assim como de resistências, denúncias e oposições. Como Rancière (1996b) fala sobre os operários, que “construíam assim um mundo paradoxal em que faziam como se os patrões ou o Estado fossem seus parceiros numa discussão, ao mesmo tempo em que denunciavam o fato de que estes se recusavam a sê-lo” (p. 376); a relação das Redes de Jovens com o Estado, em análise que não esqueça seus diferentes modos, também faz funcionar dois processos. Um que se torna parte da gestão e se aproxima da lógica policial e outro que opera dissensos e verifica a distribuição das partes, aproximando-se da política.

Ao longo dos anos de formação das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids e, mais especificamente da história de consolidação da RNAJVHA, as articulações para organização dos Encontros Nacionais traduzem uma parte das negociações realizadas junto ao Departamento Nacional. Como pesquisadora, participei de dois encontros nacionais, o VII, que aconteceu em 2015 e o VIII, no ano de 2017. Contudo, já nos relatórios dos encontros anteriores é possível acessar as pactuações estabelecidas em termos de apoio financeiro, principalmente, com ajuda de custo para deslocamento e estadia para os/as jovens nas cidades sedes dos encontros.

No decorrer dos anos, de 2006 até os dias atuais, os encontros presenciais da RNAJVHA aparecem como a materialização das ações da Rede, que se desdobra em outras ações em suas bases locais. Inicialmente, o apoio das ONGs foi fundamental para dar suporte à realização dos encontros, principalmente porque muitos/as dos/as primeiros/as adolescentes a levantarem a discussão tinham um histórico de participação nas ONGs, considerando que os/as adolescentes com transmissão vertical do vírus foram protagonistas da formação da Rede. Além das ONGs, a relação com a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e Aids (RNP+) também era descrita nos primeiros encontros, ocorrendo um posterior afastamento

justamente no sentido de diferenciar as demandas entre jovens e adultos. Ao longo desta história, como descrito no primeiro capítulo da tese, a aproximação de agências governamentais nacionais e internacionais⁷⁷ se deu de forma crescente. Desde o princípio, os encontros foram acompanhados e apoiados por representações do UNICEF, que por dedicar-se à temática infantil, esteve sempre presente nas discussões. Posteriormente, agências como a UNFPA (que tem como foco a preocupação com a vida sexual e reprodutiva das populações), a UNESCO (principalmente na atuação sobre saúde nas escolas), além da articulação com o Ministério da Saúde, representado pelo Departamento Nacional de HIV/Aids e pelos programas locais.

Nos momentos presenciais das Redes que acompanhei como pesquisadora e cujos recortes estão descritos nestes tópicos de análise, alguns trâmites sobre os financiamentos também foram acessados – apesar de considerar que parte significativa de tais negociações não apareceu nas observações, que acabavam compreendendo um recorte de cena mais voltado para as relações interpessoais, conforme relatadas em tópicos anteriores. Na metáfora com o teatro, as negociações e pactuações estabelecidas entre instituições financiadoras e financiadas encontram-se nos bastidores da peça, nas conversas de corredores que, muitas vezes, somente quem faz oficialmente parte do elenco consegue acompanhar. Este fato estabelece certos limites para as composições analíticas da tese, contudo, os reflexos de tais relações acabam por aparecer nos lugares e papéis ocupados e como efeito no discurso de quem pode falar.

Em síntese, é possível observar que a incidência dos financiamentos governamentais para a realização dos encontros nacionais da RNAJVHA desdobra-se em consequente aumento do espaço de fala do governo, assim como de uma lógica acadêmico-científica que sustenta as problematizações sobre o HIV/Aids nos eventos (Cunha, 2016). A fala do jovem Igor (cenário 3) destaca esse fato: *“Falam que os jovens são isso e aquilo, mas não dão espaço para os jovens. O último evento de jovens que eu fui foi o governo que falou”*.

Como exemplo, os eventos organizados pela Rede Nacional de Jovens Vivendo e pela Rede local do Rio de Janeiro, elucidam as diferenças observadas em termos de financiamento, estrutura e espaços de fala. O cenário 3, que descreve um evento da RJR+, não contou com

⁷⁷ Para maiores informações, os sites das agências: UNICEF - https://secure.unicef.org.br/Default.aspx?origem=XM017&gclid=Cj0KCQiAyNjRBRCpARIsAPDBnn0yo_jFuAhffQRhbdLTYFPWQoxKpFV0hPV46WlvpGgJoxuSm9e5rtEaApjcEALw_wcB; UNFPA - <http://www.unfpa.org.br/novo/>; UNESCO - <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>; Departamento Nacional de Vigilância, Prevenção e controle das IST, do HIV/Aids e Hepatites Virais - <http://www.aids.gov.br/>. E da RNP+ - <http://www.rnpjva.org.br/>

financiamento governamental, sendo organizado a partir de uma “vaquinha virtual” realizada através dos grupos do *Facebook*. Este fato traz efeitos nas possibilidades de autonomia de gestão dos movimentos, sobretudo em comparação com os eventos da Rede Nacional que, em muitos momentos, propõe uma dinâmica estruturada para a aprendizagem mediada por uma racionalidade técnica.

Em termos de apropriação dos espaços e relações, que compreendem o foco deste tópico, foi observado que, nos Encontros Nacionais da RNAJVHA, a participação das instituições governamentais se deu de forma mais enfática, com momentos específicos mediados por representantes das agências e governo. Já nos encontros da RJR+, observou-se o espaço sem tantas intervenções governamentais. Tais configurações se desdobram em atravessamentos que engendram lógicas de (in)visibilidade e enunciação/silenciamento das posições ocupadas. Assim, conjecturamos análises sobre o efeito de poder operado pela oferta de financiamentos sobre a autonomia de gestão das Redes. Alguns recortes do diário de campo refletem tais situações:

Cenário 1 (Dia 10/07/15) – No momento de discussão das práticas da RNAJVHA, em formato de Grupos de Trabalho(GTs), alguns jovens buscam como alternativa para as ações propostas, uma maior presença do Ministério para apoio às ações. Já outros apostam no fortalecimento de base da Rede, apontando não poderem “*depende da burocracia do governo e das dificuldades de diálogo nos diferentes Estados*”. A relação de dependência ou não do Estado para as ações da Rede é problematizada.

Cenário 5 (Dia 04/06/16) – O jovem Ricardo, representante da RJR+, disse que pretendia solicitar apoio aos municípios (secretarias) para deslocamento dos jovens para a realização do encontro estadual. Também foi levantada a hipótese de conseguirem apoio junto aos laboratórios e se isso não “*pegaria mal*”, já que as ONG’s Aids estão em discussão constante com os laboratórios.

Cenário 6 (Dia 22/11/17) – No VIII ENAJVHA, a jovem Sarah relata que em sua região a Rede local não obteve sucesso com os projetos submetidos ao Departamento Nacional para realização de ações: “*A gente teve vários projetos negados pelo Departamento e por isso a gente tem mandado para fora [se referindo a parcerias com instituições internacionais]. Lá eles dão importância ao nosso trabalho e aqui eles não dão!*” [Aplausos].

A partir da perspectiva de Jacques Rancière podemos conjecturar que há a instituição de um comum litigioso de separação das partes, ou seja, existe uma diferença com o que seria o conflito de interesses, pois na política está em jogo o “princípio da contabilidade”, como ressalta Etchegaray (2014, p.35), e não somente as partes que são contáveis. Sendo assim, torna-se necessário para a condução das ações, compreender que as relações estabelecidas com o Estado trazem como consequência um jogo de vetores de força que ora podem potencializar a visibilidade, ora podem anular os efeitos da política. Além disso, refletir sobre em que medida os espaços forjados como participativos efetivamente possibilitam lugares de fala, ou engendram mecanismos de manutenção de silenciamentos, pode viabilizar a reconfiguração do sensível, a verificação da distribuição das partes de forma igualitária. Conforme nos lembra Rancière (1996):

Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo "entre" eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada (p. 40).

Assim, em um panorama no qual populações encontram-se em maiores ou menores contextos de vulnerabilidade, vale sustentarmos alguns posicionamentos que colocam em análise a existência da partilha do poder de decisão. Ou seja, vale problematizar se, em algum momento, rompem-se as lógicas hierárquicas que sustentam desigualdades entre quem pode falar e quem deve silenciar; se o fato de ocupar posições de poder para que seus discursos reverberem traz como consequência direta a captura dos processos de normatização da polícia; se é possível que no interior das lógicas de ordenamento, as fissuras provocadas pelo dissenso oportunizem a subjetivação política. E é nesse sentido que continuaremos as análises nos últimos tópicos de síntese da tese.

5.4 DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL À SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA

No decorrer das sínteses da análise, foram abordadas desde a dimensão espaço e tempo que organiza a estética sensível do campo de pesquisa; as relações interpessoais e a constituição de identidades mediante o HIV/Aids; e as relações institucionais que configuram cenários específicos na arena política da Aids. Neste sentido, os dois últimos tópicos de análise amparam-se nas discussões anteriormente levantadas, a fim de problematizar os

desdobramentos das argumentações sobre os caminhos de subjetivação e as possibilidades de existência do sujeito político.

Considerando esta trajetória e, correlacionando-a à trajetória da política de participação própria do Brasil e, mais especificamente do âmbito da Aids, pretendo aqui abordar alguns dos (des)caminhos possíveis entre o reconhecimento da participação política das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids acompanhadas no campo de pesquisa e o acontecimento do processo de subjetivação política.

No contexto atual, a distribuição das redes em níveis locais, estaduais, regionais e nacional, localiza as ações e cria diferentes modos de operação política. No cenário nacional, conforme fora tratado no tópico anterior, a RNAJVHA transita em articulações com o Departamento Nacional de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais e com as agências nacionais e internacionais que se apropriam da discussão da epidemia, assim como com outras redes e movimentos de enfrentamento. No cenário regional, as articulações aparecem com a especificidade ligada a cada região e, conseqüentemente, as ações relacionam-se com as temáticas e demandas encontradas em cada território, mas em constante vinculação com o panorama nacional. Já no nível local, as ações ganham contornos ainda mais específicos das localidades, muito relacionadas às demandas de acolhimento, ao atendimento nos serviços, às fragilidades no tratamento e às avaliações de gestão.

5.4.1 Composições de gestão e processos participativos

No campo etnográfico, em meio aos cenários pelos quais eu circulei, os contextos dos dois Encontros Nacionais de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids –VII (2015) e VIII (2017) – trouxeram observações relevantes no tocante à participação de jovens na arena política do HIV/Aids. No cenário 1 (VII ENAJVHA), a relação entre a história da trajetória de construção da RNAJVHA e a novidade representada pelo/as novos/as integrantes foi constantemente lembrada. Já no cenário 6 (VIII ENAJVHA), uma participação mais pautada na discussão de mudança estrutural da Rede esteve presente durante todo o encontro.

A temática proeminente no cenário 1 ocupava os meandros do desenvolvimento do encontro, já acenando para uma certa intenção de mudança nos processos de gestão da Rede. O tema “Tempo de Recomeçar” foi título do 7º Encontro Nacional e, segundo o Boletim informativo distribuído durante o evento, o objetivo deste recomeço considerava:

o fato de que nos últimos dois anos a rede passou por uma desarticulação e enfraquecimento, o objetivo desta edição é retomar o protagonismo dos jovens na luta contra a aids. O encontro também será fundamental para restabelecer a dinâmica dos trabalhos de base voltados para acolhimento, ajuda mútua e convivência, objetivando discutir o modelo organizacional da RNAJVHA com o intuito de estabelecer uma rede baseada na solidariedade e que consiga acolher os adolescentes e jovens vivendo com HIV/aids do Brasil (Boletim ENAJVHA, 2015, p.01).

A ideia de recomeço justificava a presença significativa de jovens que tiveram sua primeira experiência com a Rede, especificamente nesta ocasião. De certa forma, os/as novos/as jovens, representavam o objetivo de renovação que ocupava lugar central nas discussões e no lema do encontro. Assim, a sensação de “novidade” produzida por este discurso foi sentida pelos sujeitos e, de certa forma, se materializou no processo de inscrição de novos integrantes, processo este relevante para a manutenção da própria Rede. Os jovens que ali estavam ocupavam a posição de representantes de uma história, assim como de representantes de um futuro da/para a Rede Nacional. No entanto, os mesmos não necessariamente conheciam a história que estavam representando, nem mesmo receberam muitos recursos de informação para compreender a função que os estava sendo dada, sendo designados como o futuro da Rede e “a cara” da renovação. Seriam jovens que deveriam se apropriar de uma responsabilidade sobre o futuro, sem necessariamente essa apropriação ser pautada pela história passada.

No cenário 6, na ocasião do VIII ENAJVHA, passados dois anos do encontro apontado acima, os/as jovens presentes posicionavam-se de maneira mais crítica diante dos processos envolvidos no evento. Digo crítica, pois, os posicionamentos que interpelavam a condução dos painéis ou votações, os questionamentos sobre demandas locais e regionais de seus estados, as oposições ao que estava sendo dito e as solicitações para que a opinião da plateia fosse ouvida durante as apresentações, eram frequentes.

De certa forma, o momento de realização da plenária para votação das representações da RNAJVHA para as cadeiras⁷⁸ em instâncias de debate nos dois encontros, reflete tal situação. Os recortes de diário de campo a seguir traduzem este fato:

Cenário 1 (Dia 11/07/15) – No momento da plenária, na decisão acerca das posições políticas a serem ocupadas junto às entidades como Conselhos e Agências nacionais e internacionais, os/as jovens que assumiam as

⁷⁸ Estes lugares, no decorrer dos encontros nacionais, foram alcançados gradativamente junto a outras instâncias de participação e controle social, apontando o trabalho da RNAJVHA no sentido de pautar suas demandas e ocupação de cadeiras nos diferentes espaços de discussão pública.

representações se direcionavam até a frente do salão e faziam um breve discurso, alguns/mas dizendo sobre a novidade da tarefa, outros/as pontuando a vontade de gerar transformações através da participação e, houve ainda, outros/as jovens que argumentavam a necessidade de articulação e politização da Rede. Na votação das representações, as cadeiras ocupadas foram: Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais (CNAIDS); Rede Latinoamericana e Caribenha de Jovens Positivos; GT UNAIDS (Grupo Temático Ampliado das Nações Unidas sobre HIV/AIDS); Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE); Comissão de Articulação com os Movimentos Sociais (CAMS).

Foi possível perceber que a maioria dos/as jovens que foram votados/as, no ano de 2015, estavam assumindo funções e lugares que lhes eram desconhecidos. Nos momentos de votação das representações nas agências nacionais, internacionais e conselhos, não houve explicação prévia sobre as posições políticas e as funções executadas pelas pessoas que ocupariam as cadeiras. Na cena, eles/as eram chamados/as à frente da platéia e diziam frases curtas que representavam seus sentimentos ou perspectivas futuras quanto à posição que estavam assumindo. Disseram frases como: *“Quis tomar frente para aprender um pouco mais”*; *“Para mim é tudo muito novo, mas me senti muito acolhido pela Rede”* (ambos, em sua primeira vez em um encontro de Rede de Jovens). Vê-se que a novidade e o desconhecimento diante da posição assumida caracterizavam suas narrativas. O desconhecimento, neste caso, diz respeito tanto à não compreensão do cenário político antes de assumir as posições, quanto sobre os impactos e possibilidades de execução dessa participação. No entanto, ao assumirem um novo lugar, abrem possibilidades para a prática e oportunizam outro modo de compreensão sobre o exercício da participação política.

Algumas percepções rondaram minha observação e acabaram tornando-se argumentações hipotéticas para esta situação. A primeira é a de que havia uma intenção, por parte dos jovens representantes da gestão em exercício naquele momento, de que houvesse uma mudança significativa nos processos de execução da Rede. Isto demonstrou certa ansiedade no desenvolvimento das ações, ocasionando uma fragilidade na transmissão de informações necessárias para a compreensão do processo. Considerando a história do encontro nacional anterior (VI ENAJVHA, em 2013⁷⁹) – que repercutiu em redes sociais e

⁷⁹ A carta pública do jovem Eduardo da Amazônia, em 2016, já abordada no primeiro capítulo da tese, é uma representação das críticas à eleição ocorrida no VI ENAJVHA. Disponível em:

entre os/as participantes, com críticas quanto à legitimidade do processo de eleição da chapa vencedora – organizar um evento com mínimos prejuízos e o saldo de uma nova gestão responsável pelo “resgate da Rede” transformou-se em indicativo de sucesso.

Outra linha de observação que poderia forjar o cenário dado está relacionada aos efeitos da falta de informação e de um certo desconhecimento sobre os caminhos políticos assumidos pela RNAJVHA. Em alguma medida, a não informação ou a informação parcial, podem funcionar como manutenção de uma certa maleabilidade das práticas, discursos e corpos, assim como para a fragilização de posicionamentos críticos diante do panorama posto.

Já no cenário 6, o processo de votação para as representações se deu com a apresentação de propostas previamente elaboradas, que indicavam uma organização pautada em discussões anteriores sobre as posições a serem ocupadas. Segue abaixo um trecho do diário de campo que traduz esse momento:

Cenário 6 (Dia 24/11/17) – Dando seguimento ao processo de votação para as cadeiras e representações, os/as jovens se dirigiam à frente da platéia e diziam porque estavam se candidatando e os objetivos de seu possível trabalho como representante da RNAJVHA nos espaços políticos. Após os minutos de fala, a votação era realizada com os integrantes da platéia ficando de pé para votar no/a candidato/a por eles escolhido/a. As cadeiras ocupadas foram: Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais (CNAIDS); GT UNAIDS (Grupo Temático Ampliado das Nações Unidas sobre HIV/AIDS); Comissão de Articulação com os Movimentos Sociais (CAMS).

Considerando tais cenários, as discussões sobre a efetiva participação ou, se pudermos chamar de uma participação consciente sobre os processos políticos, tornam-se necessárias. As lógicas que envolvem este processo, como já fora discutido na primeira parte da tese, são complexas e atravessadas por dimensões simbólicas e interesses diversos (Boghossian & Minayo, 2009). Compreendendo a participação em um sentido ampliado, o desenvolvimento da consciência crítica e de uma propriedade sobre as condições do político aparecem como critérios importantes, pois, como ressaltam Boghossian e Minayo (2009), o processo participativo deve se dirigir à problematização de questões estruturais, escapando de visões adaptacionistas e assistencialistas.

No entanto, mesmo diante das complexas relações que estabelecem diferentes formas de subjetivação sobre a participação política, encontrei em campo uma juventude interessada com a possibilidade de fazer parte de um movimento de mudança do cenário político. No último dia de atividades formais do encontro nacional (cenário 1), durante a realização dos Grupos Temáticos, Plenária Final e construção da Carta Política da RNAJVHA, permanecemos no salão por aproximadamente 12 horas, vivenciamos momentos intensos, permeados por conflitos e afetos, mas com um notável desejo de transformação da realidade.

Cenário 1 (Dia 11/07/15) – Já são quase 20:00 horas quando iniciam-se as atividades de construção da carta política do encontro, após a organização das propostas discutidas nos Grupos de Trabalho (GTs) e da realização da plenária final e encaminhamentos. Até o momento, transcorrem-se aproximadamente 11 horas de trabalho e discussões, com dois intervalos que totalizaram duas horas ao longo do dia para almoço e lanche. É possível perceber que os/as participantes estão cansados/as e a concentração nas atividades fica comprometida. No entanto, me chama a atenção a diversão ainda presente nas brincadeiras e sorrisos trocados ao longo do dia dentro do salão, instaurando uma atmosfera de leveza e motivação, mesmo diante dos momentos de tensão existentes no processo decisório das eleições.

Portanto, mesmo com as questões sinalizadas acerca da fragilidade das informações, ou de uma experiência recente com relação à participação política, a existência da ação coletiva oportuniza canais de interlocução entre o domínio do político – entendido na dimensão rancieriana como o encontro da polícia e da política – e o movimento de uma juventude que vive com HIV/Aids e pauta a especificidade de suas demandas no panorama nacional. Conforme ressalta Carrano (2012):

A possibilidade de formação de uma dada consciência jovem seria a expressão de conflitos e tensões que se desenvolvem no âmbito do sistema e que encontrariam nos movimentos de juventude seus canais de extravasamento. Aos jovens caberia uma nova elaboração, não institucionalizada, da conjuntura crítica por intermédio de ações de enfrentamento à ordem estabelecida, tarefa de grande envergadura, especialmente se considerarmos a “incipiência histórica” do ser jovem e os constrangimentos típicos da condição juvenil (p. 91).

A cena de uma de minhas conversas com um jovem no momento dos grupos de trabalho do VII ENAJVHA (cenário 1), traduz de forma interessante a possibilidade de reconhecimento de si enquanto membro atuante na construção política da Rede. Gabriel é um

jovem de expressão singela, olhos curiosos e com ativa participação nas atividades do encontro. Sempre atento às falas, com seu caderno de anotações e caneta em mãos.

Cenário 1 (Dia 11/07/15) – Durante a realização dos GTs, sentei-me junto a um dos grupos, com aproximadamente 10 jovens que discutiam as temáticas elencadas. Após a problematização das demandas e levantamento de propostas, no tempo que restava para a finalização da atividade, iniciei uma conversa com o jovem Gabriel. Como a grande maioria, Gabriel foi extremamente receptivo à minha aproximação. No entanto, com ele senti uma característica peculiar relacionada à esperança, uma busca de que naquele evento encontraria respostas, ou, pelo menos, parcerias para a atuação que, ao mesmo tempo em que o encantava, o amedrontava diante do caminho a ser percorrido. Começamos a conversar e ele me contou sobre como havia chegado até o ENAJVHA. Disse que veio sozinho de seu Estado e que procurou a Rede após o diagnóstico, por se sentir muito perdido e com necessidade de conversar e de estabelecer diálogos. Em sua fala, demonstrava uma grande vontade de aprender e participar. Disse que sua família estava com receio de que ele fosse ao encontro, pois sentiam medo de que ele quisesse “*se tornar ativista*” e sofresse preconceitos em sua cidade, principalmente, no que se refere a conseguir um emprego.

O relato descrito aparece como uma cena embrionária da entrada de jovens vivendo com HIV/Aids na arena das discussões políticas. Gabriel, dizendo sentir-se sozinho e sem alternativas de diálogo, busca a Rede Nacional como meio para trocas de experiência e acolhimento. Nesse entremeio, Gabriel é eleito como representante de uma das cadeiras junto às instâncias de participação social e é, de certa forma, capturado pelo processo participativo que enseja a política. Este recorte – guardadas as singularidades das experiências – mostra o caminho percorrido desde a constatação do diagnóstico, até a participação na Rede. Ou seja, um caminho que começa com a revelação da sorologia positiva para o HIV e que, permeado pela necessidade de troca com outros/as jovens em situação semelhante, se desdobra em ação coletiva compartilhada.

Do diagnóstico à ação coletiva, participar está estreitamente relacionado a agir, ou seja, sair de uma posição de passividade mediante o diagnóstico, para uma posição ativa frente ao viver com HIV/Aids – com produções indetentárias decorrentes deste processo, conforme discutimos no tópico 5.2. Assim, o exercício do que poderíamos chamar de

“participAÇÃO” aparece como posicionamento frente o diagnóstico, como relata um jovem durante o VII ENAJVHA: *“De 2013 para cá, eu assumi uma vida mais ativista. Eu me mostro enquanto jovem que vive com HIV, sofro preconceito, mas as pessoas vão ver que existe vida após a Aids”*. A participação aparece no relato, representado pelo ativismo, que conforme vimos na primeira parte da tese, constituiu parte significativa dos movimentos Aids ao longo das décadas, por meio de uma atuação que pautou a existência de boa parte das políticas públicas de prevenção ao HIV/Aids no Brasil.

Desta forma, começa a ser delineado um lugar para o que é chamado de “político” nas Redes, muito permeado pela ideia de uma relação politizada, que se destine à discussão de questões coletivas (e não somente individuais ou da vivência com o HIV/Aids), ou à problematizações relacionadas às políticas públicas e a relação com o Estado. Algumas ações aparecem como potenciais para a politização das relações e dos encontros, neste sentido, discutiremos abaixo a articulação entre a dimensão de acolhimento e a dimensão política nos espaços coletivos das Redes, buscando compreender como tais dimensões funcionam no sentido de possibilitar a (in)existência da política.

5.4.2 Entre o acolhimento e a política

Os momentos coletivos das Redes têm, comumente, uma divisão, mais ou menos marcada, entre espaços de acolhimento e espaços políticos – considerando a forma de funcionamento nas esferas locais, regionais ou nacional. Tais diferenças aparecem tanto na dimensão física, quanto na condução das atividades, retomando a divisão e partilha dos espaços apresentada no tópico de análise 5.1. Neste sentido, os encontros presenciais, ou momentos de atividades das Redes destinados ao acolhimento, têm como característica primeira o fato de serem contextos designados, principalmente, para a acolhida de pessoas – principalmente jovens – que, a partir do diagnóstico ou de alguma situação que os/as aproxime do HIV/Aids, necessitem e/ou queiram participar de ações em grupo.

No caso da RJR+, esta divisão entre os encontros de acolhimento e os encontros designados como políticos, aparece de forma mais demarcada. Os encontros presenciais de acolhimento acontecem mensalmente, aos domingos e de forma itinerante, em locais que facilitem o acesso aos participantes. Paralelo a esses encontros, o grupo virtual no *Facebook*, também funciona como estratégia de acolhimento, tendo em vista a inclusão de jovens no mesmo, a recepção por mensagens e o convite para os encontros presenciais. Já no caso da RNAJVHA, os momentos denominados como de acolhimento nos encontros nacionais

acontecem como parte da programação geral do evento⁸⁰, sem deixar de considerar as práticas afetivas que permeiam as atividades a todo momento.

Cenário 1 (Dias 09 a 12/07/2015) – As demonstrações de afeto entre os/as participantes é uma constante nas relações. Gestos de carinho, sorrisos, abraços e beijos preenchem as cenas em todos os dias do encontro. Em contrapartida, havia uma orientação constante que designava a “hora de trabalhar sério” que normalmente aparecia nos momentos de discussão mais formatados.

Os encontros denominados como políticos acontecem também de acordo com o funcionamento das redes locais, regionais e nacional⁸¹. Além disso, existe uma diferença no que se relaciona aos encontros presenciais e os que acontecem de forma virtual, que assumem a forma de redes sociais ou plataformas (como o EGroups, que ganhou posição importante ao longo da história da Rede Nacional como espaço de decisão). No cenário da RNAJVHA, o Encontro Nacional (ENAJVHA) tornou-se o espaço de representação presencial da esfera política e, paralelo a ele, a atuação política da Rede é representada pela participação de seus/as integrantes em ações e discussões em âmbito nacional. Já no nível local, os encontros políticos presenciais acontecem de acordo com a demanda, como foi o caso de dois momentos acompanhados em campo de pesquisa, como o “Encontro de Incidência Política da RJR+” e a “Reunião Política Aberta da RJR+”. De forma geral, os encontros políticos no âmbito local têm como característica a discussão de projetos, financiamentos e o aspecto formativo da ação dos jovens.

Outra situação encontrada e que indica análises de adesão e mobilização, é a visível diferença quantitativa entre os encontros de acolhimento e os encontros políticos por mim acompanhados durante as observações. Como relato desta diferença, no encontro de Incidência Política da RJR+, em uma conversa informal na mesa da cozinha do local onde ocorria o encontro, foi levantado o assunto sobre o baixo número de participantes presentes. O jovem Júlio, representante da Rede local, de forma cuidadosa, explicou sua opinião sobre a baixa adesão, dizendo acreditar que os jovens se interessam mais por encontros “com festa”, do que por “encontros políticos”. Também ressaltou a fragilidade de alguns jovens que se

⁸⁰ Os momentos de acolhimento no caso da RNAJVHA também precisam ser considerados de acordo com a história de composição da Rede. Ou seja, ao longo de sua formação, de acordo com a perspectiva de gestão ou a ênfase de alguns discursos (como o técnico-científico, ou governamental, por exemplo), a prática dos momentos de acolhimento eram mais ou menos enfatizadas.

⁸¹ Em um ano acontecem os encontros regionais e em outro o nacional.

descobrem soropositivos e que, segundo ele, não conseguem ainda assimilar a discussão política, destacando que os jovens que discutem a “parte política” já têm algum tempo de sorologia.

No decorrer do encontro (cenário 3), esta temática foi abordada outras vezes, ressaltando ser um aspecto significativo na visão dos/as participantes. O jovem Júlio continua a argumentação dizendo que os eventos mensais da RJR+ têm uma média de 50 pessoas (já chegando a contar com a participação de 80 pessoas) e no encontro de incidência, que tem uma dimensão política, foram 28 inscritos, havendo 14 presentes. Dentre estes, nem todas as pessoas presentes eram jovens (5 jovens). A definição do número de jovens participantes aqui estaria relacionada ao corte etário de 29 anos⁸², contudo, a juventude enquanto categoria analítica considera este como um dos fatores, entre os atravessamentos culturais, econômicos, políticos e históricos que compõem a juventude. Neste sentido, Boghossian e Minayo (2009) apontam que:

A participação juvenil afirma-se assim como um referencial de análise para as políticas públicas da juventude no Brasil. A ideia da participação e distribuição de poder nas ações e políticas que envolvem a juventude tem representado, atualmente, o grande desafio trazido para a cena pública (p.415).

Nos cenários do campo de pesquisa, muitas vezes, a participação é compreendida a partir de uma dimensão quantitativa que passa, de algum modo, a representar a qualidade da participação de jovens quando as movimentações direcionam-se para a discussão sobre o que é denominado por eles de política. Em outras palavras, o número de jovens participantes em uma reunião política acaba servindo como medida para a qualidade do envolvimento com tais discussões, muitas vezes, sendo estabelecida uma relação direta entre a baixa adesão e o frágil engajamento da juventude frente às ações políticas.

Há, portanto, certa imagem participacionista no funcionamento das ações e movimentos coletivos, já apontada por Lourau (2004), em uma visão de análise institucional. No entanto, o autor pondera que abster-se ou ausentar-se não denota inexistência de implicação e complementa argumentando que “a deserção e a defecção são tão significativas quanto o ato de tomar a palavra participativamente, nele incluída a contestação participativa ou a participação contestatária” (p. 190). Para o autor, a participação quantitativa não representa um nível maior ou menor de implicação no processo ao qual o indivíduo está

⁸² De acordo com o Estatuto da Juventude, disponível em: <http://juventude.gov.br/estatuto#.WjfoWnlG3IU>

envolvido. A participação mais efetiva em número e intensidade pode estar relacionada a um comprometimento ou engajamento na proposta, mas não diz diretamente sobre a implicação.

Em conversa com outro jovem representante, ele relata que ao longo do ano foram abertas duas reuniões para discutir o estatuto da RJR+, mas somente duas ou três pessoas estiveram presentes. Tomaz, emocionado, ressalta o esvaziamento do encontro e se diz entristecido, em relação ao esforço e volume de trabalho que tiveram para que o mesmo acontecesse.

No cenário 5, também denominado um “encontro político” da RJR+, haviam 7 pessoas presentes além de mim, como observadora. Destes, três não eram jovens e um com sorologia negativa revelada. A diferença quantitativa entre os encontros denominados como “políticos” e os denominados como “acolhimento”, faz-se evidente na RJR+. Esta mesma diferença também aparece na condução das atividades do encontro, sendo que nos encontros de acolhimento preza-se pela leveza e afeto no que se referem às relações e atividades – principalmente com novos/as integrantes – já os momentos políticos ficam designados como espaços de discussão de gestão, de projetos e de reivindicações internas e externas da(s) rede(s).

Cenário 5 (Dia 04/06/2017) – A roda formada para a “Reunião Política” da RJR+ estava no mesmo local do último encontro de acolhimento que presenciei, nos Jardins do MAM, no Rio de Janeiro. Especialmente, nos encontrávamos em uma disposição diferente, sentados sobre pedras que faziam a vez de bancos. A diferença visual era contrastante. Dessa vez, uma roda pequena, com 7 pessoas; da outra (encontro de acolhimento), uma ampla roda, com aproximadamente 30 participantes. Ao iniciar a reunião, outras diferenças contextuais apresentam-se. Na reunião política, Ricardo, representante da RJR+ (não jovem), assumiu a posição de condução das discussões, norteando-se pelos pontos de pauta organizados. Nesta ocasião, aguardamos durante alguns minutos para que o computador fosse ligado e logo começamos a conversar sobre a elaboração de projetos da Rede local. Na reunião de acolhimento, a apresentação de cada integrante aparece como primeira ação.

Conforme aponta Etchegaray (2014), a política pode ser facilmente confundida com administração e divisão de recursos, ou com a noção liberalista de política, com uma ótica ligada à dominação e ao problema dos limites entre direitos, liberdades e lógicas de poder.

Segundo o autor, tanto nas respostas liberalistas, quanto nas bases marxistas, a política esteve atrelada à noção de organização de recursos e distribuição de produtos, como uma lógica entre as partes que compõem a cidade para determinar tal distribuição. Neste sentido, a política é confundida com uma perspectiva administrativa.

Esta relação aponta para o entendimento tradicional de política como organização dos poderes, da gestão e distribuição da população, dos sistemas de funcionamento e legitimidade dessa distribuição. A ideia comumente atrelada ao fazer político, denota uma distância entre a possibilidade de exercício da política e a população, que seria objeto da gestão. Porém, conforme posicionado ao longo da tese, Rancière (1996) sustenta uma visão diferente, na qual a política estabelece a fissura, instaura o desacordo presente no jogo das partes da sociedade e não está restrita à distribuição de recursos ou gestão de processos. Na dinâmica das partes, das parcelas da população, as visíveis e as invisíveis, se instaura a política, gerando uma ruptura na ordem estabelecida e consensual, pleiteando uma reestruturação.

Neste caminho, o deslocamento proposto por Rancière (1996b) na convergência entre o regime policial e a política, será pensado como base para as análises subsequentes. Ou seja, partimos do ponto em que particulariza-se uma ordem mais ampla de um regime policial de “distribuição sensível dos corpos em comunidade” (p.372), de um recorte que distribui os espaços e produz a divisão do sensível, sobre aspectos visíveis e dizíveis das funções. Em contraponto, a política, aparece como “um conjunto das atividades que vem perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea” (p.372), produzindo brechas na organização estética.

No caso da RJR+, a diferença quantitativa da presença dos/as jovens nos encontros que têm em sua organização uma dimensão política, compreende certa relação com a concepção sobre política reduzida ao movimento de gestão e operação dos sistemas de funcionamento da máquina pública. Esta visão, de certa forma, passa a justificar a menor adesão dos/as integrantes nos encontros denominados “políticos”. No tocante à Rede Nacional, como os/as participantes são anteriormente selecionados em diferentes regiões do país e tem o deslocamento financiado por agências governamentais, o critério quantitativo não infere análises significativas quanto à participação. Neste sentido, são as lógicas de distribuição policial dos espaços que operam a dinâmica de organização do comum e, grande parte das vezes, engendram regulações sobre os modos de existência e dificultam o entendimento da política enquanto fissura na organização dada e abalo no sensível que questiona a contingência da polícia.

Deste modo, como ressalta Machado (2013), a ordem policial caminha no sentido de fixar identidades, naturalizando o processo de organização e ordenamento da sociedade e neutralizando as heterogeneidades e danos existentes. As divisões de visibilidades e invisibilidades nos cenários aparece, muitas vezes, como dada, sem necessária problematização das hierarquias legitimadas que inviabilizam outros modos de compreensão da política.

No cenário 5, um representante da RJR+ (não jovem) reafirma que o encontro estadual, cuja elaboração e realização estava sendo discutida na ocasião, teria o acolhimento como dimensão principal. Por este motivo, o representante defende a ideia de que a metodologia do encontro deveria ser organizada de forma que as pessoas estivessem a maior parte do tempo em um mesmo espaço, facilitando a emergência de momentos afetivos e acolhedores. Nesse momento, o jovem Yago rebate esta concepção e argumenta: “*Mas acolhimento também é político! Tudo é político! Se eu pego na mão da pessoa e digo – Ei! Você não vai morrer! Vem cá!* [Fazendo gestos com as mãos], *isso também é político!*”. Yago ressalta a não concordância com a separação entre o campo político e o acolhimento, crítica que poucas vezes apareceu entre os jovens da RJR+, nos momentos em que estive em campo.

Entre os jovens e as jovens da RNAJVHA, foi mais frequente encontrar a argumentação de uma existência comum entre “fazer acolhimento” e “fazer política”. No cenário 6, durante o VIII ENAJVHA, a jovem Eduarda utiliza o termo “acolhimento político” para designar ações que ao mesmo tempo em que se preocupam com o bem-estar e segurança de jovens que recebem o diagnóstico positivo para o HIV, por exemplo, também executam ação política no sentido de promover a vida, garantir direitos e fortalecer a luta. “*A gente se pega muitas vezes falando que a rede não é um espaço político, que a rede é um espaço de acolhimento, sendo que fazer acolhimento neste momento é um ato político*”, argumenta a jovem.

As cenas vivenciadas novamente aparecem como tradução das possibilidades de existência (ou não) da política no funcionamento das Redes, principalmente a partir de uma cena polêmica que instaura a emergência do dissenso, neste caso, representado pela reconfiguração de sentido sobre o que significa acolher e, principalmente, sobre o que significa a política. Este fato aparece novamente na fala da jovem Eduarda: “*Entendendo a construção histórica de tudo isso, né. Nós somos uma geração que foi sendo educada para ter ranço dessa palavra política e delegando que isso seria algo de políticos, esquecendo que isso que nós estamos fazendo agora, de discutir qual o nosso lugar nesses espaços e quais são esses espaços, isso é fazer política*”. Apartada de uma concepção unicamente vinculada a

um aparato de regulação do Estado sobre a sociedade, o entendimento de política enquanto ato, conforme levantado em campo, oportuniza uma concepção ampliada e uma certa consciência sobre o lugar que ocupam na (re)produção desta ação.

5.4.3 As condições e possibilidades da subjetivação política

Se, como afirma Rancière (1996), “antes de ser um conflito de classes ou de partidos, a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos” (p.373), o dissenso pode ser responsável por denunciar a contradição das partes e deixar visível o dano. Neste jogo, a denúncia sobre a contingência da polícia abre possibilidades de subjetivação política, produzindo a necessidade de reorganização e redistribuição do comum compartilhado.

Novamente o pressuposto da igualdade entre as partes ganha condições de visibilidade. No entanto, essa igualdade tem sua manifestação a partir do reconhecimento do dissenso e, neste sentido, a lógica consensual, que engendra capturas sensíveis e convoca para o ordenamento das práticas, precisa ser questionada pela cena polêmica (Rancière, 1996). Assim, o que é visto como discordância, pode ganhar contornos de conflito ou de tratamento de um dano comum.

No entanto, as situações de anulação das cenas dissensuais – como a separação delimitada entre o que define-se como acolhimento e o que define-se como político – aparecem frequentemente na realidade analisada no campo de pesquisa, pois a ideia do consenso forja uma forma de política na qual o dissenso não tem espaço, propondo uma objetividade dos problemas. Esta perspectiva infere uma interpretação que coloca o dissenso em uma dimensão individualizada, como representante de brigas que refletem discordâncias pessoais. Neste sentido, operam-se estratégias de higienização dos conflitos nos encontros das Redes, em busca de um consenso e de uma pseudo harmonia, que funcionam como mantenedores do regime policial e neutralizadores da ação política no sentido rancieriano.

Nos momentos de observação junto às Redes, houve situações em que foram realizadas intervenções – a maior parte delas feitas por adultos que mediavam a cena – quando o diálogo indicava para um posicionamento discordante ou para discussões mais acaloradas. Como quando no cenário 6, uma moderadora adulta interveio na cena de votação de representações, ponderando o fato de aquele momento representar a realidade dos/as jovens que, ainda hoje, morrem por Aids no Brasil, e que, por isso, as discussões deveriam ser

para construir e não para desconstruir ações: “*Vocês estão aqui para discutir para um bem coletivo*”, ressalta ela.

Nas palavras de Rancière (1996b), “o consenso não é, portanto, simplesmente a opinião razoável de que é melhor discutir do que brigar, e a busca de um equilíbrio que distribua os papéis da melhor maneira – ou da menos má – de acordo com interesses de cada parte” (p.379). No consenso, valoriza-se a objetivação dos dados, reduz-se a população aos grupos etários e de interesses. Assim, a sobreposição do consenso se dá sobre os não contados, suprimindo o litígio e o conflito político à ordem dos problemas. Os conflitos presentes nos cenários analisados aparecem, em sua maioria, como problemas a serem sanados, apontando a objetivação destes e a sistematização das soluções, a partir dos discursos mais qualificados para tal.

Em um movimento constante, os conflitos que emergiram nas cenas analisadas, tanto oportunizam o dano enquanto condição para a existência da política, quanto colocam em funcionamento estratégias de anulação que sustentariam uma gestão harmônica – inalcançável – da política. Uma visão individualizada sobre os conflitos vincula as reivindicações a desentendimentos pessoais; as denúncias sobre as normatizações, a acusações personificadas. Este fato, dificulta ou mesmo impossibilita os processos de subjetivação política, fabricando posições que se ligam à dimensão individual do problema e identificando as relações como “brigas de ego”. Faz-se, portanto, a supressão da política através do consenso e anula-se o exercício do dissenso (Rancière, 1996).

No entanto, Rancière (1996b) argumenta acerca da afirmação do dissenso para a existência da política e seus processos de subjetivação. Pois o dissenso configura-se como “um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados” (p. 374). Neste sentido, esclarece que o dissenso não propõe ou sustenta a ideia de guerra entre partes, mas sim dá condições de existência para situações de conflito que pautam posições argumentativas e discursivas. Porém, tais argumentações encontram particularidades de uma não existência prévia em um contexto dado, ou seja, acontecem ao passo que criam novos espaços de existência.

Considerando esta discussão, a fala de uma jovem no cenário 6 traduz, de certo modo, esta condição necessária do conflito, mas sobretudo, inclui a ideia de unidade no compartilhamento do comum: “*A gente briga pra caralho(sic). E eu acho que faz parte de todo movimento brigar pra caralho (sic) e discutir linhas teóricas, linhas políticas, mas pra além de tudo isso, nós somos a única coisa que nos sobrou (...)* A gente [tem que] começar a

lembrar que a gente precisa muito brigar entre nós, mas a gente precisa, a partir do momento que fechou a porta, entender que a gente é o ponto forte de cada um". Uma alternativa se abre, portanto, à medida que a ideia de um dano em comum aparece junto aos dissensos, ou seja, caminhos de verificação da igualdade através da constatação de um regime desigual, sinalizam brechas para a subjetivação política como reinvenção da realidade posta.

Neste sentido, as situações que nas Redes são reconhecidas como “brigas” ou “desentendimentos” – sendo também reduzidos a uma característica natural da juventude – poderiam funcionar como emergência do dissenso, caso fosse empreendido o potencial político do conflito na criação de novos modos de existência, tanto como jovens, quanto como movimento juvenil de luta no cenário da Aids. Considerando o entendimento de Rancière (1996), de que o dissenso produziria a fissura na ordem policial e, assim, possibilitaria a emergência da política, o que é entendido como conflito, poderia ser ressignificado como possibilidade de ser, como a fabricação do novo que abre espaço para a subjetivação.

O deslocamento provocado pela atividade política é o que cria condições para subjetivação política, pois instala mecanismos de visibilidade para aqueles que não eram vistos, faz ouvir o que antes era tido somente como barulho (Rancière, 1996). Neste sentido, é preciso superar a ideia de que alguns elementos não seriam “bem-vindos” nas cenas coletivas, sob justificativa de que estes implicariam em desordem, pois é justamente no movimento de desordem que a política gera na organização policial, que se criam possibilidades para reconfiguração estética das partes envolvidas na comunidade.

Com isso, não se tem como objetivo fomentar a desordem em um sentido esvaziado de uma relação politizada, mas sim compreendendo-a, a partir da leitura de Rancière (1996), que projeta a possibilidade de “atualizar uma pressuposição que lhe é heterogênea por princípio, a de uma parcela dos sem-parcela que manifesta ela mesma, em última instância, a pura contingência da ordem, a igualdade de qualquer ser falante, com qualquer outro ser falante” (p.43). Retoma-se assim, conforme já discutido no tópico 5.1, os desdobramentos da partilha do sensível na produção de fissuras que abrem espaço para a emergência da política, principalmente a partir da inserção da igualdade entre as partes de determinada comunidade.

Outro ponto que já fora anteriormente abordado e que aqui aparece como mais um apontamento para as problematizações levantas, é a existência de uma leitura que, de certa forma, coloca em descrédito a participação política de jovens, principalmente em um cenário historicamente marcado por um ativismo adulto. Tal visão, muitas vezes vem acompanhada da justificativa de uma imaturidade política (Carrano, 2012), que circunscreve a juventude na

condição de uma voz sem os atributos de experiência⁸³ necessários para a participação política, autorizando a dinâmica de tutela.

Rancière (1996) aponta para a existência de diferentes categorias de seres falantes que operam lugares de quem tem poder de fala e quem não tem, nos espaços e na distribuição das parcelas. Segundo o autor, “esse performativo dá a entender àqueles a quem se dirige que existem pessoas que compreendem os problemas e pessoas que devem compreender as ordens que as primeiras lhes dão” (p.56). Esta prática operaria a divisão do sensível e a distribuição de lugares, naturalizados pela lógica policial.

O problema está em saber se os sujeitos que se fazem na interlocução “são” ou “não são”, se falam ou produzem ruído. Está em saber se cabe ver o objeto que eles designam como o objeto visível do conflito. Está em saber se a linguagem comum na qual expõem o dano é, realmente, uma linguagem comum (Rancière, 1996, p.61).

Desta forma, a análise da existência da política, no sentido rancieriano, nas ações das Redes está constantemente vinculada à força do regime policial para a manutenção das relações no nível da ordenação dos corpos, das individualidades e dos lugares de (in)visibilidade. Seja na relação com o Estado e suas atribuições normativas, seja na gestão do outro e na anulação do dissenso, o policiamento resulta em uma legitimação de modos de funcionamento e, em contrapartida, em julgamento de contingências que abalam a ordem.

Em oposição a tais lógicas, Rancière (1998) esclarece que o processo de subjetivação “é a formação de um ‘um’ que não é um si mesmo, mas a relação de um si mesmo com outro” (p. 118). Neste sentido, assume-se a condição de uma externalidade para a subjetivação política que, na leitura de Tassin (2012), envolve uma característica de estrangeirismo de si, ou seja, de ser estrangeiro em sua própria existência.

Assim, assume-se uma construção processual que evidencia as contingências e os conflitos e demanda a reinvenção de formas de identificação predeterminadas. Desta forma, as análises se direcionam no sentido de composição de um complexo de construções da experiência, pois como aponta Rancière (1996):

Uma subjetivação política torna a recortar o campo da experiência que conferia a cada um sua identidade com sua parcela. Ela desfaz e recompõe as relações entre os modos do fazer, os modos do ser e os modos do dizer que definem a organização sensível da comunidade, as relações entre os espaços onde se faz tal coisa e aqueles onde se faz outra, as capacidades ligadas a esse fazer e as que são requeridas para outro (p.52).

⁸³ Novamente a concepção de experiência se aproxima da relação estabelecida por Benjamin, que Pires (2014) traduz como uma marca que legitima certos silenciamentos sobre a juventude.

Neste processo, interpela-se a ordem policial para que a distribuição sensível das partes seja verificada, tendo como argumento a igualdade. A partir desta conjunção de atos, conforme aponta Machado (2013b), dá-se a emergência dos possíveis sobre a configuração da política como experiência, o que enseja condições de reidentificação. Esta ideia de externalidade da subjetivação faz com que ela deixe de ser entendida somente pela ótica da afirmação de uma identidade e passa a compreender uma negação sobre as identidades impostas e legitimadas pela lógica policial (Tassin, 2012).

Esta lógica nos remonta ao diagrama elaborado no tópico 5.2, quando questionamos a afirmação de identidades produzidas “com” o HIV/Aids, ou “a partir” do HIV/Aids, possibilitando existências outras que descortinam modos perante a desidentificação. Para Rancière (1996, p. 48), “toda subjetivação política é a manifestação de uma disjunção” e, como consequência, é também uma desidentificação, a abertura de um espaço, a partir das fissuras, que faz contar aqueles que não são contados, onde relacionam-se parte e a ausência de parte.

Este seria, segundo Blanco e Martin (2013), o choque que tem como efeito, a ação política ao romper uma identidade já dada e que, segundo os autores, representa dois sentidos que compreendem uma reidentificação, posterior à desidentificação. Neste sentido, se a igualdade, por meio da operação (des)identificatória, como ressaltam Blanco e Martin (2003), é a engrenagem da ação política, rompendo designações já dadas e naturalizadas, as concepções de identidade que homogenizam e mantêm a distribuição dos lugares e nomeações da lógica policial, não teriam impacto de subjetivação. Ou seja, a partir das análises empreendidas neste estudo, há que se compreender que a posição da identidade pode funcionar como marco regulatório, que sustenta divisões (desiguais) das partes, ou como marco de verificação da igualdade entre estas.

No entendimento de Blanco e Martin (2003), tais processos não constituem dois operadores diferentes, mas sim são produtos de um mesmo acontecimento. A subjetivação política produziria, portanto, desidentificação a partir da ruptura com a ordem constituída e reidentificação com a novidade proveniente deste processo. Nos meandros dos acontecimentos das Redes, as discussões sobre voz e silenciamento, visibilidade e invisibilidade, legitimidade e ilegitimidade engendram oportunidades para a nomeação da polêmica que insere a condição de contingência das relações e afeta a divisão do sensível. A fala da jovem Eduarda no cenário 6, direciona a esse entendimento: “*É preciso entender que [a Aids] é muito mais uma questão de violências estruturais que nos atravessam e que o outro não é o nosso inimigo, é o nosso igual. E do quanto a gente precisa tá unido, porque a gente*

está tudo(sic) no mesmo barco. Alguns podem afundar primeiro, mas da forma como vai a corrente, todos nós vamos nos afogar”.

Neste sentido, o processo de subjetivação política não encontra origens de inerência ao ser, mas sim a existência de condições exteriores pelas quais um ser assume o processo de reconhecer-se como outro de si, ou seja, compreender, de forma singular, quem é (Tassin, 2012). Portanto, as negociações identitárias produzem fissuras que colocam em movimento os entendimentos entre as dimensões de um “Nós” e um “Eles”, que instalam o conflito sobre os seres que são contados e os não contados. Nesta trama de discussão sobre as partes, o tensionamento sobre as relações de identidade podem fazer pensar sob outros olhares as ações políticas (Machado, 2013; Prado, 2002).

Toda subjetivação política é uma desidentificação, o arrancar à naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de uma contagem dos incontados, do relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela (Rancière, 1996, p.48).

Portanto, a pauta sobre a politização das ações precisa se dar mediante a compreensão do nível coletivo das ações políticas, pois caso contrário, práticas que se sustentam em condições individuais, ou de conformação de subjetividades, diminuirão as condições de existência da subjetivação política. Pois quando as lutas sociais e políticas apontam para um reordenamento do comum, conforme argumenta Machado (2013b), isso não se resume à revolução, ou a uma resposta ao chamado por regulamentação da vida pela ordem. Indicam também deslocamentos no sensível e transformações resultantes de uma outra atribuição de sentido às experiências.

Assim, abre-se caminhos para compreender que a política existe através da transformação de si e do mundo, através da politização das relações, mas sempre no nível coletivo, nas frestas produzidas pela fissura nas práticas consensuais. Tais frestas, criam condições favoráveis à produção de um “entre”, de um espaço no qual o reconhecimento sobre o dano se faz tensionado, oportunizando a existência do sujeito político.

5.5 ENTRE “SER REDE”, “SER JOVEM” E SER “SUJEITO POLÍTICO”

Os espaços e relações abordados nos tópicos anteriores fazem refletir sobre as organizações estéticas que, amparadas no regime policial, engendram práticas consensuais e lógicas de hierarquias e (in)visibilidades no campo das Redes de Jovens Vivendo com

HIV/Aids. Tais ordenamentos, quando legitimados sob a ótica de um modo correto ou de um “fazer político” que seja harmônico e com conflitos neutralizados – como vimos na síntese anterior – fabricam cenários com obstáculos à subjetivação política.

No entanto, em suas variadas dimensões, os espaços são vivos, dinâmicos e ensejam condições de existência no âmbito político, permeadas pela conjunção entre a ordem policial e a ruptura causada pela política (Rancière, 1996). Nessa relação com o espaço, nas observações em campo faziam-se presentes de modo paralelo, cenas que apontavam para a permanência do litígio e, de algum modo, sustentavam atos de ruptura.

Como numa trama de acontecimentos, negociações e tensionamentos, a existência das Redes se equilibra entre manutenções e transformações possíveis em meios às relações estabelecidas. Em campo de pesquisa, nos diferentes cenários que presenciei, existiram momentos emblemáticos de composição de conflitos que geraram deslocamentos em uma ordem dada.

Ainda que realizando as observações em momentos pontuais de encontros presenciais das Redes, algumas cenas funcionavam como dispositivos que faziam ver e falar as nuances e jogos das relações existentes no cotidiano mais ampliado destas. Como exemplo, os momentos de discussão sobre os formatos de gestão das Redes refletiram tal configuração, pois localizavam a discussão tanto sobre os modelos vigentes, quanto sobre a perspectiva futura dos coletivos. Além disso, também ocorreu nestas cenas, um resgate da história de formatos de gestão anteriores, assim como o questionamento sobre sua execução, pontuando fracassos e sucessos. Neste sentido, as cenas relatadas a seguir funcionaram, portanto, como estratégia para a compreensão e tradução dos meandros das Redes.

Assim sendo, serão aqui abordados alguns desses momentos, visando possibilitar material de análise sobre as formações políticas que atravessam o movimento coletivo de jovens no contexto da Aids. Primeiramente, serão considerados os cenários 1 e 6, que dizem respeito ao VII e ao VIII Encontro Nacional da RNAJVHA⁸⁴. Nestes contextos, na programação dos eventos existiam momentos específicos designados para as articulações referentes à gestão das Redes. Contudo, algumas diferenças apareceram nesses dois encontros e, provavelmente, também como reflexos da história dos encontros anteriores.

Tais diferenças aparecem também como produto das negociações, dos enfrentamentos políticos e das alianças formadas ao longo da história de composição da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids. Para fins dessa tese, aqui serão

⁸⁴ Pois os Encontros Nacionais da RNAJVHA constituem-se enquanto *locus* de discussão, votação e posse dos modelos e representantes da gestão da rede.

problematizados os dois últimos encontros (sétimo e oitavo ENAJVHA), os quais acompanhei presencialmente nos anos de 2015 e 2017. Nos recortes do diário de campo transcritos abaixo apresentam-se os dois formatos abordados nos encontros nacionais, para definição dos caminhos futuros de fortalecimento do coletivo de jovens.

Cenário 1 (Dia 11/07/15) – No VII ENAJVHA, ocorrido em Recife/PE, constava na programação o momento para a eleição do/a novo/a representante nacional da Rede, no último dia do evento. Não havia um espaço de tempo reservado para a votação de um novo modelo de gestão da RNAJVHA. Contudo, no dia 11/07/15, antes da realização dos GTs para discussão de temas específicos, o jovem Robson pediu para que pudesse apresentar sua proposta sobre um novo formato de gestão da rede, que havia pensado anteriormente ao encontro. A proposta nomeada pelo jovem integrante como o “*Projeto de uma nova Rede de Jovens*”, foi apresentada para todos/as os/as presentes e, para melhor entendimento desta, também fora apresentada a formação da atual gestão da RNAJVHA. Somente nesta ocasião houve uma explicação sobre o formato de gestão para os/as novos/as integrantes. A proposta de Robson alterava a gestão da Rede para o formato de colegiado, totalizando 56 pontos focais para funcionamento da rede. A organização apresentada altera o cenário do evento e provoca reações por parte de alguns/mas integrantes que diziam não terem sido avisados/as sobre a possibilidade de apresentação de propostas e que, por isso, não tiveram oportunidade de também se organizarem para tal.

Como desdobramento da situação relatada, instala-se um intenso debate sobre a legitimidade deste momento. As críticas ao modelo apresentado também se intensificaram, principalmente no tocante à dificuldade de execução e comunicação do formato sugerido. Duas outras propostas⁸⁵ foram levantadas por parte de alguns participantes que sentiram-se insatisfeitos/as com a condução do processo. Em meio à movimentação e sob contestações, foi realizada uma votação para eleição do novo modelo de gestão da RNAJVHA. Como resultado, o modelo apresentado por Robson (modelo 1) teve trinta e oito votos; a segunda proposta (modelo 2), nove votos; a terceira (modelo 3), zero votos; e um total de onze

⁸⁵ As propostas 2 e 3 não tiveram uma apresentação formatada, devido ao curto tempo para sua elaboração. Em síntese, o modelo 2, apresentado por Sarah propunha que os representantes das regionais compusessem o colegiado e o modelo 3, apresentado por Patrick, indicava a formação com três coordenadores/as nacionais divididos, segundo ele, “por gênero (homem, mulher, trans)”.

abstenções. A proposta apresentada por Robson definiria, então, o modelo de (re)estruturação da Rede.

Contudo, as discussões sobre a legitimidade da votação começaram a tomar forma no decorrer das atividades. Como a apresentação de propostas para uma reformulação no modelo de gestão da Rede não constava na programação e nem mesmo estava de acordo com o regulamento do evento aprovado no primeiro dia, a surpresa do momento desencadeou diferentes opiniões sobre o fato. Alguns/mas compreenderam a necessidade de repensar o modelo, uma vez que o mote no sétimo encontro era a “renovação”; outros/as justificaram o momento como inapropriado para tal discussão, outros/as ainda argumentaram sobre a necessidade de uma discussão prévia e a realização da mudança de forma democrática, em que todos/as pudessem apresentar suas propostas previamente estruturadas.

No entanto, este fato configurou-se como um nó que deixou explícitos os jogos de poder presentes na cena e que, de certa forma, traduziram algumas das relações estabelecidas nas Redes. Como resultado, a votação para o novo modelo de gestão não teve efeito de legitimidade, pois além de não constar no regimento interno do encontro, não considerava a participação coletiva na condução da ação. A alteração do formato não foi validada, porém, o conflito explicitou a existência de insatisfação com o modelo vigente e descortinou a presença de vetores de forças que parecem ter escapado do regime policial instalado. O encontro seguiu seu curso, as votações para as representações junto às instâncias políticas e para a próxima gestão da rede continuaram e, o conflito foi abafado em meio aos trâmites de organização e condução a partir do que estava previsto ou não, nas regras do evento.

Assim, o que foi colocado no sétimo encontro como “*uma bomba*”, que causaria uma mudança estrutural no formato de gestão da RNAJVHA, mesmo tendo sua legitimidade anulada, criou fissuras que revelaram insatisfações e abriram espaço para que tais transformações ocorressem no oitavo encontro nacional. Os trechos a seguir apresentam as cenas do VIII Encontro Nacional, ocorrido dois anos mais tarde, em 2017:

Cenário 6 (Dia 22/11/17) – No VIII ENAJVHA, ocorrido em Brasília/DF, constava no primeiro dia da programação, um espaço específico para apresentação e discussão de novos modelos de gestão, denominado “Apresentação e aprovação dos modelos de organização política da RNAJVHA”. Neste momento, duas propostas (modelo A e modelo B) previamente elaboradas foram apresentadas por seus/as representantes. As duas propostas se aproximavam no sentido de organização em formato de

composição coletiva (em Grupos de Trabalho) e não mais no modelo de representação única. As diferenças entre as propostas estavam relacionadas à condução das relações entre as bases da Rede e os grupos gestores. Durante a explanação das propostas, muitas dúvidas surgiram e foram colocadas pelos/as jovens da plateia. Pude observar que neste encontro, com o momento sendo avisado previamente por meio da programação e pelas notícias via *Facebook*, os/as participantes estavam mais atentos/as e conscientes do processo. Uma jovem participante disse: *“Eu preciso tirar minhas dúvidas. A gente precisa entender para não ficar só votando por afinidades!”*

Após um intenso momento de dúvidas, questionamentos e críticas aos modelos apresentados e, sob intervenções de ordem para a organização da eleição, a votação foi realizada, tendo como propostas⁸⁶ o modelo A, apresentado por Eduarda (como representante de um grupo de jovens que havia pensado o modelo); o modelo B, apresentado por Heitor; e o modelo atual da Rede. Como condução, os/as participantes deveriam entregar o crachá do evento para o representante e a representante das propostas. Em uma votação acirrada, o modelo A teve vinte votos, o modelo B, vinte e um votos, a permanência do modelo atual, zero votos e, seis abstenções.

Tal resultado ocasiona, em primeira instância, uma alteração significativa no formato da gestão realizada até o momento do oitavo encontro, tendo em vista que há uma distribuição das posições de decisão, no intuito de desmembrar a centralização do poder – anteriormente vinculada à figura do/a coordenador/a – para o fortalecimento das bases locais da RNAJVHA. Contudo, a eleição desta configuração não garante a efetiva realização da mesma no cotidiano das práticas, ou seja, apesar de apontar para a transformação no modo de compreensão dos processos de gestão, ainda precisam ser elaboradas estratégias de viabilização, assim como serem acompanhadas para entender seus efeitos.

Cenário 6 (Dia 22/11/17) – O modelo eleito (modelo B) tem como objetivo fazer com que as decisões sejam fortalecidas nas bases da Rede. Para tanto, a instância máxima de representação seriam as bases, que deverão indicar seus membros para as comissões. Este é composto por cinco Secretarias:

⁸⁶ Conforme fora abordado no trecho do diário de campo, os modelos tinham ideias aproximadas sobre o formato de gestão, no entanto, a diferença básica entre eles era: modelo A, composto por secretarias com representantes de cada região e com grupos de trabalho que atendessem às demandas das bases; modelo B, as bases indicariam representantes para comissões e são elas que detém o poder de decisão sobre as ações.

Eventos, Política, Comunicação, Acolhimento e Executiva. Além disso, preconiza a existência de quatro comissões permanentes: Comissão de Comunicação; Populações e Diversidade (temáticas específicas); Política; e Acolhimento. A proposta aponta ainda a possibilidade de criação de sub-grupos de trabalhos (GTs) específicos de acordo com as temáticas emergentes na Rede.

Considerando ambos os cenários (1 e 6) e suas respectivas articulações, foi possível observar que os trâmites relacionados à gestão dos processos políticos – aqui compreendidos como gestão administrativa, mas também enquanto participação política – apresentaram diferenças significativas. A demanda de transformação na estruturação da Rede, que já havia sido revelada no sétimo encontro nacional, se consolida no oitavo encontro através de uma votação com propostas previamente elaboradas e com caminhos legitimados pelo regulamento de organização do evento. A jovem representante do modelo que não fora eleito no oitavo ENAJVHA ponderou que, independentemente do resultado, a preocupação deveria seguir no sentido de *“elaborar mecanismos para a rede não tomar decisões de forma verticalizada. Fazer valer o colegiado”*. Ressaltou ainda que a atuação das bases deverá transcender o modelo, garantindo a autonomia de cada região e suas redes.

Situações correlatas no que concerne às votações de gestão, também aconteceram nos cenários referentes à RJR+, que em sua composição – conforme abordado no primeiro capítulo da tese – já apresenta um desenho formatado através de GTs. No cenário 4, em conversa com o jovem Julio, ao dizer sobre sua falta de motivação para a continuidade das ações junto à Rede local, o mesmo argumentou sobre a inconsistência das situações de votação no movimento. Neste sentido, fez pontuações sobre a votação ocorrida no cenário 3 (III Encontro de Incidência Política da RJR+), no qual estive presente, contando que, após aquele momento, algumas posições que haviam sido votadas foram alteradas em negociações paralelas (presenciais e via redes sociais).

Compreende-se, portanto, que tal funcionamento não está restrito ao âmbito nacional, mas também acontece no nível local. Uma leitura que coloca em descrédito as articulações realizadas nos encontros permanece latente, sendo que, para além da lógica normativa de organização e regulação dos espaços e formas de funcionamento, as vias paralelas de articulação compõem fortemente os cenários e instauram relações legitimadas e com efeitos de poder.

Essa visão de descrédito sobre os processos se fortalece ainda mais quando vem acompanhada de um discurso de que “*na Rede de Jovens é sempre assim*”, discurso esse proferido pelos/as próprios/as jovens que assumem uma posição de dúvida quanto à sua (in)capacidade de executarem as atribuições vinculadas ao que denominam de “momento político”. Ou seja, compreendem tais conflitos como algo que não coaduna com o “modo correto de se fazer política”, pois parece equivocado diante de modelos reconhecidos por sua atuação. Neste momento, não há um posicionamento sobre a possibilidade de, justamente esta forma de ação política, se configurar como um outro modo de ação, um modo que denuncia os agenciamentos e se recusa ao enquadramento.

Neste sentido, são frequentes os relatos como: “*Nós temos uma imaturidade política. Se a gente não entende as políticas públicas, não vamos conseguir avançar*”; “*Ainda estamos personificando o movimento*”; “*A gente tem que entender os espaços para poder ocupar*”. Tais relatos, demonstram a reflexão sobre a função e as posições ocupadas pelos jovens e pelas jovens que se articulam em rede em prol de uma luta coletiva no âmbito público e, neste caso, mais especificamente no contexto do HIV/Aids. Compreende-se, também, uma ponderação acerca da maturidade e do conhecimento sobre os processos envolvidos na participação política e no enfrentamento de questões que os/as afligem.

O relato da jovem Eduarda direciona para este sentido, ao abordar uma compreensão histórica, dizendo: “*E eu acho que é essa dificuldade histórica mesmo, de entender que lugar é esse que a gente ocupa na sociedade, para além de como a gente ocupa esses espaços que são consultivos, deliberativos, estritamente políticos, mas quem somos nós, né, que geração é essa, que momento histórico é este*”. Novamente, é pautada a necessidade de reconhecimento e de consciência sobre as posições ocupadas, porém, há uma contextualização dos aspectos que envolvem a participação.

Contudo, o que ressalto, a partir da perspectiva desta tese, é que a ideia de imaturidade e descrédito sobre a juventude pode servir como uma inversão ao instaurar a cena polêmica. Ao mesmo tempo em que habitam na excentricidade juvenil, as críticas sobre o modo como jovens fazem a política, também ali mesmo, habitam as possibilidades de instalação do dano que oportuniza brechas na configuração estética sensível. Gerando, assim, movimentos de denúncia, de verificação da distribuição de lugares e falas, de pauta para que sejam contados aqueles que não são contados no comum (Rancière, 1996).

Não entendemos aqui o dano como a apresentação simples de uma discordância de posicionamentos, como no caso das visões distintas sobre as propostas apresentadas na ocasião das votações para os modelos de gestão. Mas sim, como a possibilidade de

emergência de uma fissura no sensível que opera no sentido de denúncia das microinvisibilidades das relações que compõem as Redes.

Entretanto, se recordamos que a visibilidade em si não é garantia da política, o espaço no qual emergem os diferentes discursos da política, só serão políticos, no sentido de Rancière (1996), quando condicionados a uma forma de aparecer que enuncie polemicamente um dissenso que interpele litigiosamente a ordem policial (Machado, 2013b, p. 53).

O convite ao enquadramento é constantemente lembrado pela dinâmica do consenso que, segundo Rancière, (1996b) “não quer mais sujeitos divididos e divisores característicos da política. Em seu lugar, quer partes reais do corpo social, corpos e grupamentos de corpos claramente enumeráveis, claramente constituídos em sua identidade” (p. 379). No entanto, Machado (2013b) aponta que é a partir da nomeação de uma polêmica, na publicização de um conflito, em contraposição a uma ordem policial que funciona no sentido de normatizar e delimitar o sensível compartilhado, que a política vai desnaturalizar categorias já hierarquizadas. Na inversão proposta acima, no que se refere ao efeito da atuação da juventude, o aparecimento do dano tem potencial de abalar a ordem. Porém, logo é regulado pela lógica policial, que fixa identidades, neutraliza o dano e infere que as práticas da juventude seriam, de certa forma, equivocadas, dentro dos moldes de se fazer política.

Assim, aparecem pontuações relevantes para a investigação sobre os processos do contexto político como encontro entre a polícia e a política. Dito de outro modo, vale pensar como, no movimento das Redes de Jovens Vivendo, podem despontar outras possibilidades da política e como as dinâmicas entre formalidade e informalidade também configuram-se nos embates entre manutenção do regime policial e efervescência da ruptura. Nas cenas, o que escapa das regras de funcionamento previamente estabelecidas continua em posição periférica, até que retorne ao lugar de invisibilidade. Produz-se, portanto, uma situação na qual uma organização supostamente harmônica se sobrepõe e se impõe, mesmo quando as informalidades denunciam os caminhos paralelos que levam ao conflito.

Conforme ressalta Rancière (1996b), este movimento opera um funcionamento onde “o desvio político retorna à linha reta da distribuição policial das partes e dos papéis” (p. 381). Neste sentido, a manutenção da ordem consensual se estabelece nos processos decisórios envolvidos na constituição de coletivos e, no caso analisado nesta pesquisa, no interior das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids. De acordo com Rancière (1996b, p. 382), “as formas policiais do consenso prometem uma paz que não podem manter, pois jamais avaliaram a dimensão de seus problemas profundos”. Assim, a manutenção de um certo

ordenamento sobre o comum e sobre as partes que o compõem, muitas vezes, persiste nas dinâmicas coletivas, em detrimento do lugar dado ao dissenso.

Conforme abordado no tópico anterior, neste entremeio de forças possivelmente ocorre o processo de subjetivação, gerando uma ruptura no regime policial. Esta ruptura produz uma multiplicidade que desloca a comunidade de si mesma, ou seja, instaura-se um processo coletivo, com sujeitos de multiplicidades e não uma entidade em si, seja ela individual, ou coletiva (Tassin, 2012). Desta forma também aparecem as Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids e suas múltiplas formas de ser, que, em alguma medida, encontram aproximações pelo fato de serem jovens e por viverem com HIV/Aids.

Essa relação de tensão existente entre a modulação realizada pela polícia e o litígio ensejado pela política oportuniza caminhos para a verificação da igualdade na constituição das identidades em meio aos processos coletivos (Machado, 2013). É na emergência do conflito que se define a política e sustentam-se as relações de verificação entre liberdade e igualdade, tantas vezes demandadas por grupos e coletivos que se organizam em torno de determinadas temáticas. Diante dos engessamentos e capturas colocados pelo regime policial, é necessário manter uma posição tensionada, que desloca e transforma as divisões naturalizadas.

Cabe, portanto, analisarmos em que medida o dissenso, a partir das cenas polêmicas que se instalam nos cenários, pode trabalhar no sentido de produzir oportunidades para a subjetivação política no interior das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids. Em meio aos trâmites de gestão e emancipação, entrelaçamentos constituem as tramas teóricas e práticas imbricadas na experiência das Redes de Jovens Vivendo. Ao compreendermos as conjunções que formam as possibilidades de existência da política, foram circunscritos aqui alguns efeitos que puderam ser observados em campo e que tornaram-se elementos de análise, sem, no entanto, reduzir a tais aspectos a complexidade das formações coletivas. Neste intuito, a análise de alguns dos conflitos que apareceram nos cenários observados leva à compreensão, tanto das condições de existência da política, quanto dos elementos que sobrepujam a regulação e ordenamento das práticas.

Haja vista tais considerações, alguns elementos aparecem como significativos para este estudo, tendo em vista a problematização sobre a existência das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids a partir dos processos de subjetivação política que constituem um “entre” ser redes, ser jovem e ser sujeito político. Assim, serão discutidas a seguir questões relacionadas à emergência de uma posição que dá aos/às jovens uma condição de aprendiz na arena de participação política; o aspecto formativo do ativismo e seus desdobramentos enquanto gestão

de condutas; a cooptação do Estado sobre o protagonismo jovem; e a possibilidade de existência das Redes enquanto sujeito político.

5.5.1 A posição de “aprendiz”

No campo etnográfico, em meio à trama de relações observadas e vivenciadas, o jogo entre a potência de emergência do dano e a lógica de gestão das condutas e processos, se faz constantemente presente e demarca as probabilidades de composição do sujeito político. Isto pois, alguns elementos aparecem como retórica que, ao mesmo tempo sinalizam para possibilidades de participação e protagonismo – como ideia reproduzida em campo e nos documentos que versam sobre a juventude – mas também instalam mecanismos de gestão da existência da juventude na arena política. Tais elementos constituem um arranjo que engendra posições como as de “aprendiz” e a de “protagonista” que, muitas vezes, funcionam como máscaras para agenciamentos autorizados da experiência jovem. Contudo, na compreensão desta pesquisa, tais atravessamentos fazem ver e falar os processos de gestão que operam mecanismos de manutenção da lógica policial, em detrimento da emergência da política.

Em campo junto à RJR+, no cenário 3, durante a palestra de uma pesquisadora que também desenvolveu estudo sobre as articulações coletivas de jovens vivendo com HIV/Aids, foi desenvolvida uma retrospectiva dos encontros nacionais da RNAJVHA. Nesta ocasião da exposição oral, foram apontados elementos que designam uma certa preocupação e interpretação dos/as jovens para com a condução dos encontros, a fim de que não sejam cometidos os mesmos equívocos dos adultos, no movimento de luta contra a Aids. Nesta trajetória, instalam-se algumas tensões e críticas entre o “modo de se fazer política dos jovens” e a contradição com um “modelo adulto” já emblemático na história do ativismo da Aids. De acordo com a pesquisadora, na interpretação dos/as jovens, existiria a aposta em um movimento inovador, que não incorra em equívocos já cometidos pelo movimento adulto; na ótica dos adultos, há uma inocência nas ações da juventude que, muitas vezes, são amparadas nas relações afetivas. Durante a exposição da pesquisadora, um dos ouvintes da plateia se pronuncia e corrobora com a apresentação, pois em suas palavras: “*o jovem não tem voz na RNP+*”, destacando a invisibilidade da participação de jovens na Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids (RNP+).

Benjamin, no texto “Experiência”, de 1913, traz em suas discussões a opressão sobre a juventude criada por uma certa “máscara” que o uso da “experiência” oferece aos “adultos”. A experiência como máscara é impenetrável, ou seja, ela vai sempre se manter como justificativa do que já foi experienciado pelos adultos, em detrimento da experiência dos

jovens. No entanto, a crítica de Benjamin provoca no sentido de compreender que a experiência adulta constrói uma ilusão sobre o mundo, produzindo certa autoridade que intimida a juventude. Para o autor, essa máscara opressora da experiência adulta, limita as possibilidades de busca pelo novo da juventude (Lima & Baptista, 2013).

No caso das redes de jovens no movimento de Aids, a ideia da novidade acompanha boa parte das ações, compreendendo-as como um “novo movimento” inserido em um novo panorama da Aids. Nos diferentes cenários, a novidade aparece como possibilidade de reconfiguração das práticas, como aproveitamento do potencial da juventude para a existência do “novo” ou como uma certa denúncia de estratégias de controle e apropriação sobre o ativismo da Aids.

No entanto, o que se vê mais comumente nos recortes dos cenários são caminhos que apostam na possibilidade de mudança ou de construção da novidade operada pela juventude, mas que, ao mesmo tempo, fazem funcionar lógicas de gestão sobre tais processos, amparadas na necessidade de uma “boa condução” dos jovens e das jovens envolvidos/as. Ou seja, a novidade trazida pela juventude, muitas vezes, como lembra Carrano (2012), é naturalizada enquanto capacidade de mudança, construindo a relação direta entre o/a jovem e a ideia de renovação. Porém, como consequência a esse entendimento, legitima-se também a posição de aprendiz, que justifica formas de gestão da conduta autorizadas e legitimadas pela ótica de um sujeito em potencial, desde que “bem orientado”. Uma das cenas vivenciadas no cenário 1 traduz essa ideia sobre uma necessária orientação da conduta dos jovens:

Cenário 1 (Dia 10/07/15) – Em uma intervenção denominada “Mídias sociais e Ativismo”, a mediadora (adulta) falou sobre a visibilidade no universo das redes sociais. No salão principal, as cadeiras foram dispostas formando um grande círculo. A mediadora se posicionou no centro e os/as participantes sentados à sua volta. No desenvolvimento da atividade, foram abordadas as diferentes redes de sociabilidade e a forma como os jovens devem se apresentar neste contexto. Foi ensinado como o uso das *hashtags* pode potencializar a visibilidade das publicações nas redes sociais. Também foram abordados exemplos de palavras que poderiam, através do uso das *hashtags*, gerar um maior número de visualizações. Notei que a mediadora buscou utilizar uma “linguagem jovem” sobre as questões abordadas, no entanto, os próprios jovens tiveram pouco espaço de fala. Ou seja, tratava-se de uma atividade sobre a voz da juventude nas redes sociais, mas a porta-

voz dos mesmos era uma pessoa adulta que não abriu espaço de diálogo para os/as presentes.

Nesta cena, o que era tomado como uma “linguagem jovem” pareceu camuflar a ideia de necessidade de ter alguém que fale pelos jovens ou sobre os jovens, legitimando o *status* de detentor de verdade sobre a experiência. Ao mesmo tempo, o discurso naturaliza a posição de aprendiz e restringe a emancipação, ainda que a temática envolva situações frequentemente presentes no cotidiano dessa juventude, como as relações mediadas pelas redes sociais. O silenciamento opera travestido de “linguagem jovem”, mas a voz dos/as jovens sobre sua existência e resistência nas redes sociais não foi ouvida.

Além disso, a visibilidade foi abordada de forma técnica, demonstrando como “*estar mais visível*” no universo virtual através da utilização estratégica de algumas ferramentas como: *hashtag*, palavras-chave, frases de impacto, entre outras. Tal abordagem não parece tão sofisticada do ponto de vista metodológico, principalmente, considerando tratar-se de um público que é historicamente atravessado por lógicas de invisibilidade que delimitam acessos à direitos e cidadania. Abordar a “forma correta” de se fazer visível nas redes, a partir unicamente de um aparato técnico, reduz o potencial crítico sobre as realidades de opressão vivenciadas e negligencia a existência da juventude enquanto sujeito deste processo.

Neste sentido, Parra (2008) aponta para uma relação entre o processo de governar e o processo de emancipação, na qual as técnicas de governar são convertidas em leis naturais da ordem social. Sustenta-se a ordem policial sob aparência de uma comunidade que inclui a todas as partes e que “decide – controlada por retóricos que conduzem o trabalho de emancipação – quem explica as razões aos outros” (p, 32, tradução nossa). Muitas vezes, as possibilidades de emancipação encontram-se, portanto, submersas aos mecanismos que engendram a ordem policial e organizam a distribuição das partes do sensível. Ou seja, por mais que aparentemente haja uma autorização para a fala de alguns sujeitos, há uma gestão de processos que hierarquizam e mantêm as divisões sobre quem pode falar e quem deve silenciar-se, na circulação da literalidade que organiza a ordem das palavras e a ordem dos corpos (Rancière, 1996, p. 49).

A emancipação é discutida por Rancière como uma dimensão relacionada à política, ou seja, para que haja movimentos de emancipação, são necessários espaços de emergência de ações políticas. Segundo Pellejero (2009), Rancière aponta que a política ultrapassa a ideia de tomada de consciência sobre situações opressivas, principalmente quando lança uma leitura sobre a emancipação operária. Neste sentido, a luta por emancipação na relação operária

parece mais uma sinalização sobre uma outra forma de entender a política, uma forma que incide uma divisão sensível, uma reorganização estética, anterior aos aspectos do poder.

Assim, ao buscar a verificação da igualdade em uma sociedade desigual, busca-se a emancipação, através da ruptura com o funcionamento da desigualdade. Este jogo de verificação da igualdade entre qualquer um, conforme já fora abordado, segundo Rancière (2014), é o que traria a possibilidade da emancipação. O autor complementa apontando que “a política de emancipação é a política de um “próprio” impróprio. A lógica da emancipação é uma heterologia” (Rancière, 2000, p. 02, tradução nossa), lembrando a diferença que permanece entre o que pode, aparentemente, ser visto enquanto igualdade.

Esta relação é delicada e precisa ser cuidadosamente compreendida. No âmbito das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids, ao mesmo tempo em que o movimento instala um dano sobre o qual as relações criam fissuras de emergência da política, a identificação pelo “próprio” de uma categoria está fortemente presente nos processos das Redes, especialmente no tocante ao movimento de HIV/Aids e o lugar desta nomeação no jogo da igualdade, como já abordado no tópico de análise 5.2. Então, a diferenciação preconizada na luta pela igualdade, materializada por nomes que, de alguma forma, traduzem essa diferença – como no caso dos/as “jovens vivendo com HIV/Aids”, ou como o de mulheres, negros/as, homossexuais, entre outros – traz desdobramentos que precisam ser compreendidos, pois podem afetar as condições de existência da política.

A prática da verificação da igualdade não estaria, portanto, relacionada a uma busca por atributos que identifiquem o “próprio” de uma categoria ou de um coletivo, mas sim, um nome que emerge como anônimo, que invoca seus direitos a partir da relação com um dano. Retomando as análises feitas na síntese do tópico 5.2, é preciso averiguar se o processo de identificação se dá “com” o HIV/Aids, ou “a partir” dele, pois tais formas irão atravessar a constituição de subjetivações políticas. Vale lembrar que, como apontam as análises aqui desenvolvidas, a constituição da identidade “a partir” do HIV/Aids dá condições de emergência para o dano e cria fissuras no sensível que possibilitam a conformação de um NÓS que não anula as singularidades. Por isso, neste tópico, assumimos a desafiadora tarefa de compreender – escapando de essencialismos ou determinismos – alguns momentos de acontecimentos de verificação da igualdade, a partir dos recortes do campo etnográfico, que se instalam nos intervalos de um “ser entre”, que possibilita a localização do sujeito político.

Em meio a este processo, em contrapartida à constituição de uma identificação, também ocorre uma desidentificação. Ou seja, um erro na verificação da contagem das partes instala o litígio que permite a existência da política. Tal desidentificação, a partir do manejo

de um dano, é fruto de coletivos que se encontram no entremeio, que realizam essa verificação a partir de um processo de subjetivação política. Assim, Parra (2008) aponta que é “nesta brecha – surgida da comunidade dividida por um dano que provoca que uma parte da comunidade seja excluída e se converta na parte dos que não têm parte – onde atua o sujeito político” (p. 33, tradução nossa). Desta forma, em contraposição às lógicas de manutenção da ordem e às autorizações a outros para falar sobre e pela juventude, encontra-se o potencial de (des)identificação; que possibilita a criação de um intervalo, um espaço entre lógicas produzido pela subjetivação.

Esta tese afirma que é, portanto, na permanência deste intervalo que a existência das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids se configuraria enquanto sujeito político. Esta trama, entretanto, é complexa e exige constante reflexão sobre as contingências do regime policial e as fissuras geradas pela política e seus atos. No jogo de visibilidade, emancipação e voz das juventudes no âmbito da Aids, legitimam-se modos de funcionamento que autorizam a tutela por meio da reificação da posição de aprendiz. O protagonismo da juventude, tão exaltado nas narrativas de políticas públicas, pode ser forjado como processo de operação e agenciamento das práticas, exigindo uma reflexão crítica sob quais condições a emancipação torna-se possível.

Neste âmbito, no que concerne aos jovens e às jovens que vivem com HIV/Aids, os mecanismos de realização desta operação acontecem, frequentemente, sob orquestração do Estado – representado pelo Departamento Nacional de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais – que faz a gestão de metodologias teóricas e práticas que, supostamente potencializariam o lugar da juventude como sujeito do processo de participação social e política. Assim, como já abordado em momentos anteriores da tese, partimos da compreensão de que a tutela sobre os/as jovens, de certa forma, reproduz as hierarquias de um modelo – que os jovens devem se apropriar e seguir – centrado no adulto e na ideia da juventude enquanto uma fase de transição amparada em argumentações naturalizantes (Mayorga, *et al.*, 2012). Os processos de agenciamento da participação de jovens se fortalecem, portanto, apoiados em uma lógica de iniciação na política e que reproduz o lugar de tutelado e aprendiz.

Diante da complexidade de tais discussões, circunscrevemos aqui uma temática que apareceu de forma recorrente nos cenários do campo etnográfico, caracterizada como a capacitação de jovens para a execução do controle social e formação de lideranças. Essas capacitações são ofertadas por entidades governamentais nacionais e internacionais e,

conforme já fora abordado, podem produzir agenciamentos legitimados, com interesses políticos que, muitas vezes, podem ir além da retórica do protagonismo.

Em campo, encontrei relatos como: *“O Ministério [da Saúde] de uma forma geral, ele passa informação, mas... É uma informação restrita, é, eu passo, mas é mais ou menos... Então isso se torna um pouquinho complicado. Então, quando você sabe onde procurar e você sabe onde tem, fica muito mais fácil”*, fala do jovem Cristiano, que continua *“Os jovens têm espaços que muitas vezes a gente não sabe utilizar (...) Você, enquanto jovem empoderado, conhecendo a legislação, conhecendo o que as organizações internacionais tratam do assunto, quando você chega em determinado espaço, você vai poder debater o assunto de igual pra igual”*. Neste sentido, é bastante presente no relato deste e de outros/as jovens a constatação da necessidade de conhecer os meandros do processo político, para saber como e quando atuar. Aliada a isso – e a partir da reprodução desta ideia – a valorização de uma formação que dê sustentação para esta realidade, torna-se mote importante para o crescimento dos cursos que têm como objetivo capacitar e formar os jovens e as jovens para operar a “máquina pública”.

No cenário 3, durante a exposição da pesquisadora convidada que já fora citada anteriormente, foi apontado que, a partir de 2009, os cursos de formação de lideranças começaram a atuar no sentido de preparar os jovens para que os mesmos pudessem entender a “máquina governante”. No entanto, essa apropriação sobre o tema da juventude pode instaurar certa gestão do governo – embasado hoje, como ressaltou Tommasi (2014), em uma lógica técnica e administrativa – sobre os projetos sociais. Neste caso, a fabricação da participação agenciada dos nativos, da comunidade e das redes de ação coletiva, torna-se promissora do ponto de vista governamental.

Ainda no momento de campo citado, durante o III Encontro de Incidência Política da RJR+, uma representante adulta da rede levanta a discussão com sua visão sobre a forma como o Estado coopta lideranças. Neste momento, lembrou do fato de alguns jovens aderirem à lógica do governo e não retornarem com os conhecimentos adquiridos para suas bases, após a formação.

Cenário 6 (Dia 22/11/17) – Sobre a função da formação e compromisso com a atuação nas bases, o jovem Junior destaca: *“Eu acho que o que falta um pouco é mais essa formação política mesmo. Porque o que eu vejo, pelo menos dentro do meu Estado que hoje eu tenho experiência, é que as pessoas não estão interessadas muito na parte política da Rede e a gente*

tem que fazer essa formação, porque a gente ainda enxerga muito essa questão assistencialista, né, como se fosse ‘ah os coitadinhos, a gente tá recebendo essa esmola do governo, vamos aproveitar!’. Mas na verdade a gente tem muito poder de barganha com eles”.

Machado (2013b) destaca que, no jogo de negociações das relações, engendram-se dispositivos que organizam sistemas de hierarquização das formas de aparecimento, através da negação da partilha do sensível e manutenção da regulação pela ordem policial. Assim, é pertinente atentar aos meandros das articulações que, ao mesmo tempo em que convidam para a participação social e política, oferecendo recursos, inclusive, financeiros para isso, colocam-se como detentores do saber sobre os processos técnicos da política e justificam a regulação e governo das práticas em nome de uma forma correta sobre a ação.

Neste sentido, retomamos Rancière (2000) quando ele aponta que a universalidade da política está em sua execução prática e discursiva e não vinculada à pessoa ou ao cidadão. A existência do político está justamente no entrecruzamento do processo de governo, que dedica-se à gestão do consenso e à distribuição de funções e posições de forma hierarquizada; e o da igualdade, que reúne práticas de verificação desta entre as partes e enseja o processo de emancipação.

Nos embates sobre a verificação da igualdade e a nomeação de um grupo, entre universalidade e igualdade, Rancière (2000) diz que não há saída, pois, o único universal político é a igualdade. No entanto, esta igualdade não está inscrita em valores de imanência do ser. “A igualdade existe e tem um efeito universal enquanto ela se põe em prática. Não representa um valor que se invoque, mas uma universalidade que deve ser postulada, verificada e demonstrada em cada caso” (p.02, tradução nossa).

O autor aponta ainda que o modo de construção da universalidade se dá na prática discursiva que verifica uma cena polêmica. Assim, os processos destacados acima, que transitam entre governo e igualdade, consenso e dissenso, polícia e política, estão relacionados ao tratamento de um dano que, a partir da instalação do litígio, dá condições para a emergência da subjetivação política.

Ainda durante a explanação da palestrante pesquisadora no cenário 3, em meio às discussões acerca da formação de jovens para o exercício do ativismo, dois jovens se pronunciaram e abrem espaço para a cena polêmica: “*Essa é a forma do Estado ensinar o jovem a fazer política*”; “*Esse é o jovem que gosta de viajar*”. No âmbito de lutas, as frases que subvertem a lógica de categorias podem funcionar como elementos fortalecedores para o

processo de igualdade, já que, ao se colocarem como polêmicas, transformam o lugar lógico a partir do dissenso. É o caso de frases como a que cita Rancière (2000) sobre as militantes feministas francesas que questionam “É uma francesa um francês?”. Tal subversão da lógica naturalizada de organização das populações, segundo Rancière (2000), se desdobra em processos de subjetivação e não somente em atribuição de valores e características próprias de um grupo específico. Ou seja, quando os/as jovens inserem a provocação “*o Estado ensinando os jovens a enfrentar o Estado*”, questionam a função de tutela exercida pelo governo sobre suas práticas e ações políticas e, de certa forma, denunciam a naturalização de uma posição reificada da juventude como objeto de gestão.

Rancière (2000) questiona as manifestações e protestos que colocam em evidência o pertencimento a determinadas categorias, pois a universalidade não se restringe ao indivíduo, mas sim à execução prática da ação. Neste sentido, no que podemos relacionar com a realidade dos/as jovens nos movimentos de redes, os momentos em que apontam a falha e denunciam a desigualdade aproximam sua narrativa e prática do exercício de verificação da igualdade.

Neste sentido, a fala da jovem Eduarda, no cenário 6 (VIII ENAJVHA), ilustra alguns desses elementos: “*Então eu acho que essa falta de formação que nós temos, diz desse histórico da gente ter ido aprender a fazer militância a partir de uma necessidade, né, a partir de cortes muito severos, né. A Rede de jovens ela nasce para tentar retirar essa tutela que se tinha em cima de adolescentes e jovens vivendo com HIV até então... E a gente demorou muito para entender que a gente não precisava ser tutelado, mesmo depois da existência da Rede*”. Assim, as relações que transitam entre a manutenção de uma tutela governada e a possibilidade de uma existência emancipada atravessam os cenários e compõem a complexa arena de problematizações no contexto das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids.

No tocante às temáticas aqui trabalhadas, podemos levantar algumas hipóteses que apontam para os objetivos destas ações de gestão, que colocam em questão as possibilidades de autonomia dos coletivos frente aos trâmites de condução do governo. Primeiro, a existência da noção de uma forma “mais correta” e eficaz de se atuar no campo político; segundo, o entendimento de uma juventude com potencial natural para a renovação e ação no mundo; terceiro, a argumentação sobre uma necessária condução da experiência jovem para a execução das ações políticas; e quarto, a construção de uma lógica policial que parece emancipar, quando na verdade reproduz estratégias de governo sobre a vida. Portanto, a partir da discussão de tais hipóteses ao longo da tese, finalizo este tópico de análise com a pergunta

abaixo que, mais do que ser respondida, pretende abrir um espaço de fissura para reflexão e possível transformação.

5.5.2 É possível ser “sujeito político”?

Considerar esse emaranhado de aspectos que constituem as ações políticas, a partir de uma perspectiva que nega a concepção de política vinculada a um aparato técnico-administrativo, torna as análises sobre as condições de existência do sujeito político no cenário contemporâneo ainda mais complexas, revelando a responsabilidade sobre o que se produz. Desta forma, ao indagar sobre a possibilidade das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids se configurarem enquanto sujeito político, coloco-me na posição de dúvida, tentando escapar de uma visão ensimesmada dos processos coletivos e lançando análise sobre seus potenciais de (des)identificação a partir da verificação da igualdade.

As problematizações aqui levantadas, tomando como base as argumentações críticas de Rancière sobre a formação do campo político, compreendem como significativa a função do dissenso para oportunizar a política. Nesta lógica, o dissenso abala as divisões sensíveis do regime policial, produz fissuras na ordem estabelecida e abre espaço para a emergência de um intervalo que cria condições para a ação dos sujeitos políticos.

Nessa concepção, a partir da gestão da igualdade, denuncia-se a contingência da ordem policial e compreende-se que o sujeito político definiria o poder de qualquer um no comum (Etchegaray, 2014). Contudo, as análises sobre esta relação precisam ser contextualizadas, tendo em vista que esta formação é dinâmica e não tão frequente, ou seja, há que se atentar para a compreensão das condições que determinam a existência (ou não) do processo de subjetivação política.

Ao entendermos este processo como a “elaboração coletiva que se dá pelo reconhecimento de estar “entre” identidades e não como a partir do fortalecimento ou cristalização de uma identidade” (Machado, 2013b, p. 43), conforme já discutido em momentos anteriores da tese, assumimos uma posição de reflexão constante sobre os trâmites envolvidos na composição política no âmbito do HIV/Aids. Neste sentido, colocamo-nos vigilantes diante dos mecanismos de captura do regime policial, que têm por finalidade a produção de um sistema ordenado que designa lugares determinados às partes, anulando os conflitos e situações dissensuais.

Caminhando para a finalização das análises advindas das observações do campo de pesquisa, sustentamos ainda uma posição que coloca em suspenso a visão do processo coletivo em si, a fim de considerar a multiplicidade de fatores que compõem as cenas

observadas. Contudo, mesmo tomando os devidos cuidados amparados no arsenal teórico e metodológico do estudo, impõem-se limites e o inexorável reconhecimento de que se trata de um saber localizado, circunscrito a uma dimensão parcial sobre a realidade.

Assim, neste último tópico, proponho a reflexão sobre em que medida as articulações das Redes de Jovens Vivendo se localizam em meio a processos de gestão e ordenamento que, ao invés de criarem as condições para a subjetivação política, estão a serviço do ajustamento ao regime policial; ou, justamente pelo desvelamento da existência polêmica da ordem policial, operam abalos que produzem fissuras no sensível, revelando o “entre” que dá lugar ao sujeito político.

O nó que se instala aqui e que propõe o desafio desta pesquisa está no embate entre processos que compõem o político. Pois lembremos que, para Rancière (1996b, p. 371), a política “advém como desvio extraordinário, um acaso ou uma violência em relação ao curso ordinário das coisas, ao jogo normal da dominação”. Justamente na ruptura da passagem de uma lógica de dominação a uma outra lógica, está a política. Em contrapartida, a regulação realizada pela polícia incide, inclusive, sobre os elementos passíveis de disputa nas relações organizadas, orquestrando as lógicas de visibilidade para determinados discursos e posições mediante o valor que lhes são atribuídos (Machado, 2013b).

Assim, a política, como argumenta Rancière (1996b, p. 371) “não advém naturalmente nas sociedades humanas” e, por isso, precisamos entender que a compreensão de um grupo sobre suas ações e os efeitos de sua configuração no cenário mais amplo, também vão produzir as contingências para emancipação e/ou para tutelamento de suas práticas. Pois, a subjetivação política tem o poder de redimensionar a experiência sensível dos sujeitos a partir de deslocamentos que geram desidentificações com posições naturalmente e tradicionalmente atribuídas (Machado, 2013b).

A constituição da identidade de um coletivo se coloca novamente como problemática central, na medida em que é no processo de identificação e desidentificação que se estabelecem os caminhos de subjetivação. Ou seja, o desafio se encontra no reconhecimento da ação coletiva enquanto um “nós” que busca verificar a igualdade entre as partes do comum. No entanto, as concepções ainda fortemente vinculadas a uma dimensão objetiva e individual sobre o fazer político(a), de certa forma limitam a compreensão e, conseqüentemente, os efeitos da prática coletiva.

Frente a esta questão, as ideias de uma prática política individual, ou com questões de âmbito privado, coexistem nas relações estabelecidas nas Redes e, muitas vezes, ganham valor significativo junto às ações realizadas. Como exemplo, em conversas com jovens

durante as observações em campo, foi frequente a narrativa que apontava para uma frustração diante do exercício político. O jovem Tomaz traduz esse sentimento em sua fala: *“Eu fico angustiado... A gente luta pelo direito do outro, mas não tem retorno disso. É muito difícil trabalhar tanto para fazer esse evento e as pessoas não valorizarem”*, referindo-se à organização de um encontro denominado como “político” da RJR+ (cenário 3).

Algumas vezes, esta sensação de frustração diante do trabalho para o coletivo torna-se o motivo da evasão de jovens das Redes, caracterizando um sofrimento por não conseguir alcançar os objetivos traçados. Conforme argumenta Prado (2001, 2002), a constituição de um “NÓS” e sua relação com os elementos externos também vai impactar na ação emancipatória, sendo que a dimensão de reciprocidade das práticas sociais precisa agir no sentido de reconhecer as barreiras e a precariedade do consenso. No cenário 5, outro jovem aponta esta questão destacando a necessidade de aprenderem a pensar no coletivo pois, segundo ele, ali não era lugar *“para criar protagonistas, mas sim para que as ações da rede pudessem protagonizar”*.

Não podemos esquecer que, além dos desafios colocados à ação coletiva, soma-se ao caso deste estudo, as singularidades envolvidas na relação com a juventude, que traz contornos específicos para a legitimidade das práticas analisadas. A frase do jovem Luciano reflete tal situação: *“Ocupar e construir política nesse país a partir de uma voz jovem é muito difícil”* e lembra, conforme discutido nos capítulos na primeira parte da tese, que há uma cultura de silenciamento da juventude amparada em uma visão a-política e naturalizada sobre os/as jovens no Brasil.

Tal concepção reproduz uma ideia de descrédito, que já fora abordada aqui, sobre as demandas e iniciativas das Redes formadas por jovens, com críticas quanto à seriedade com que as pautas são discutidas, ou mesmo duvidando de relações que têm performances mediadas por encontros afetivos que, em uma leitura adulta, desviariam o foco da política (Cunha, 2016⁸⁷). No cenário 6, o relato do jovem Bernardo participante do VIII ENAJVHA, reafirma essa relação: *“Os jovens que estão aqui e têm esse perfil mais político, eles tem que trabalhar isso nas suas bases, levar isso para as suas redes e fortalecer, porque se não a rede vai continuar como falaram aqui, uma coisa que as pessoas vão procurar para encontros, para conhecer pessoas novas, e a rede não é só isso, né. É isso também, mas não é só isso”*.

Contudo, passa a ser também por essa via, que as ações advindas de movimentos compostos por jovens denotam um aspecto de revelação, ou mesmo de denúncia sobre os

⁸⁷ Informação obtida através de exposição oral.

modelos tradicionais e legitimados como corretos no campo político. As singularidades que cabem como conotação da juventude também passam a funcionar como elementos disruptivos para a lógica concebida como normal. Machado (2013b) também sinaliza para “a possibilidade de desnaturalizar o enunciado ‘as coisas são como elas são’, que regula a disposição dos corpos e as possibilidades interpretativas num determinado sistema” (p. 43). Assim, acenamos novamente para a possibilidade de que esse elemento de descontinuidade, essa desnaturalização da ordem hierárquica, caracterize-se como a existência de uma outra forma do dano.

Neste sentido, o dano em uma classe que, muitas vezes, não é contada na participação e na distribuição das funções, apresenta-se como linha de união, ou seja, o que os une é a físsura da posição de estar entre. É neste entremeio que a política se instala, posto que, para além de sistemas binários de relação, entre incluídos e excluídos, compreende-se que a soma das partes não representa o todo. Assim, há a interrupção da lógica policial de contagem da comunidade (Parra, 2008).

Acompanhando as análises de Machado (2013b, p 44): “a visibilidade de um determinado grupo social e de suas enunciações, apesar de ser um importante instrumento político, estaria condicionada ao lugar (sensível) em que se manifesta, à forma de sua aparição.”. Portanto, as dimensões sensíveis de existência das Redes de Jovens Vivendo e os espaços que ocupam na arena política da Aids apontam para as (im)possibilidades de sua repercussão enquanto sujeito político e conduzem nossas reflexões na direção do questionamento sobre se o deslocamento realizado pelas Redes de Jovens produz, de fato, uma interrupção da ordem policial, ou mantém os moldes dados pelas normatizações e naturalizações do regime estético vigente.

A partir desta ampliação da existência, da reconfiguração do sensível, abre-se espaço para o aparecimento dos que estão fora do lugar determinado pela ordem e já identificado dentro dela. A política acontece, portanto, “justamente onde se para de equilibrar lucros e perdas, onde se tenta repartir as parcelas do comum, harmonizar segundo a proporção geométrica as parcelas da comunidade e os títulos para obter essas parcelas” (Rancière, 2010a, p.21). Assim, a partir de uma desidentificação que interrompe a lógica da dominação e o ordenamento sensível que organiza as identidades, tal processo ocorre, conduzindo à subjetivação política.

No caso das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids, este movimento é operado não somente a partir da identidade da juventude, mas especialmente no interior do cenário de luta da Aids. Mais do que a configuração enquanto coletivos de jovens, as Redes se fazem

enquanto um movimento múltiplo de jovens “que vivem com HIV/Aids”. Neste sentido, buscam a diferenciação a partir de mecanismos que, ora reconhecem-se pela desidentificação, ora caem nas armadilhas da cooptação da lógica policial de normatização de condutas para um “bom desempenho” da ação política.

Enquanto tese aqui levantada, é neste jogo de embate entre conformações e transformações, entre manutenção da ordem e nomeação de uma cena polêmica, que as Redes de Jovens podem acontecer como sujeito político. Assim, essa existência se encontra atrelada aos momentos através dos quais as Redes exercitam a verificação da igualdade por agentes que duvidam da partilha, instauram a cena litigiosa e apresentam novas possibilidades de ser. Operam-se, portanto, redistribuições da lógica contábil (Rancière, 1996).

Neste sentido, o sujeito político aparece como “um conjunto comprometido com um processo de emancipação” (Tassin, 2012, p. 47), a partir da brecha na ordem da polícia que revela a necessidade de averiguar a partilha do sensível policial. Nas palavras de Jacques Rancière (1996):

Um sujeito político não é um grupo que “toma consciência” de si, se dá uma voz, impõe seu peso na sociedade. É um operador que junta e separa as regiões, as identidades, as funções, as capacidades que existem na configuração da experiência dada, quer dizer, no nó entre as divisões da ordem policial e o que nelas já se inscreveu como igualdade, por frágeis e fugazes que sejam essas inscrições (p. 52).

O autor argumenta acerca de uma certa racionalidade dissensual da política, apontando que ela começa a partir da cena que introduz o litígio, que dá visibilidade aos não anteriormente contados (Rancière, 1996b). Neste entremeio, dá-se a constituição dos sujeitos políticos, sujeitos esses que se distinguem de outros grupos sociais, pois têm sua emergência no próprio litígio.

Então, mais do que compreender as Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids enquanto um grupo ou entidade que pauta sua visibilidade no cenário político da Aids, esta tese procurou analisar suas propriedades de litígio. Destinar, portanto, a atenção para além da materialidade que compõe as discussões, discordâncias, situações como as abordadas neste tópico quanto aos processos de votação, de adesão aos grupos, dos cursos de formação; a fim de compreender como essas cenas transformam-se (ou não) em operadores de ruptura que podem gerar uma reconfiguração sensível. Pois, como ressalta Pallamin (2010):

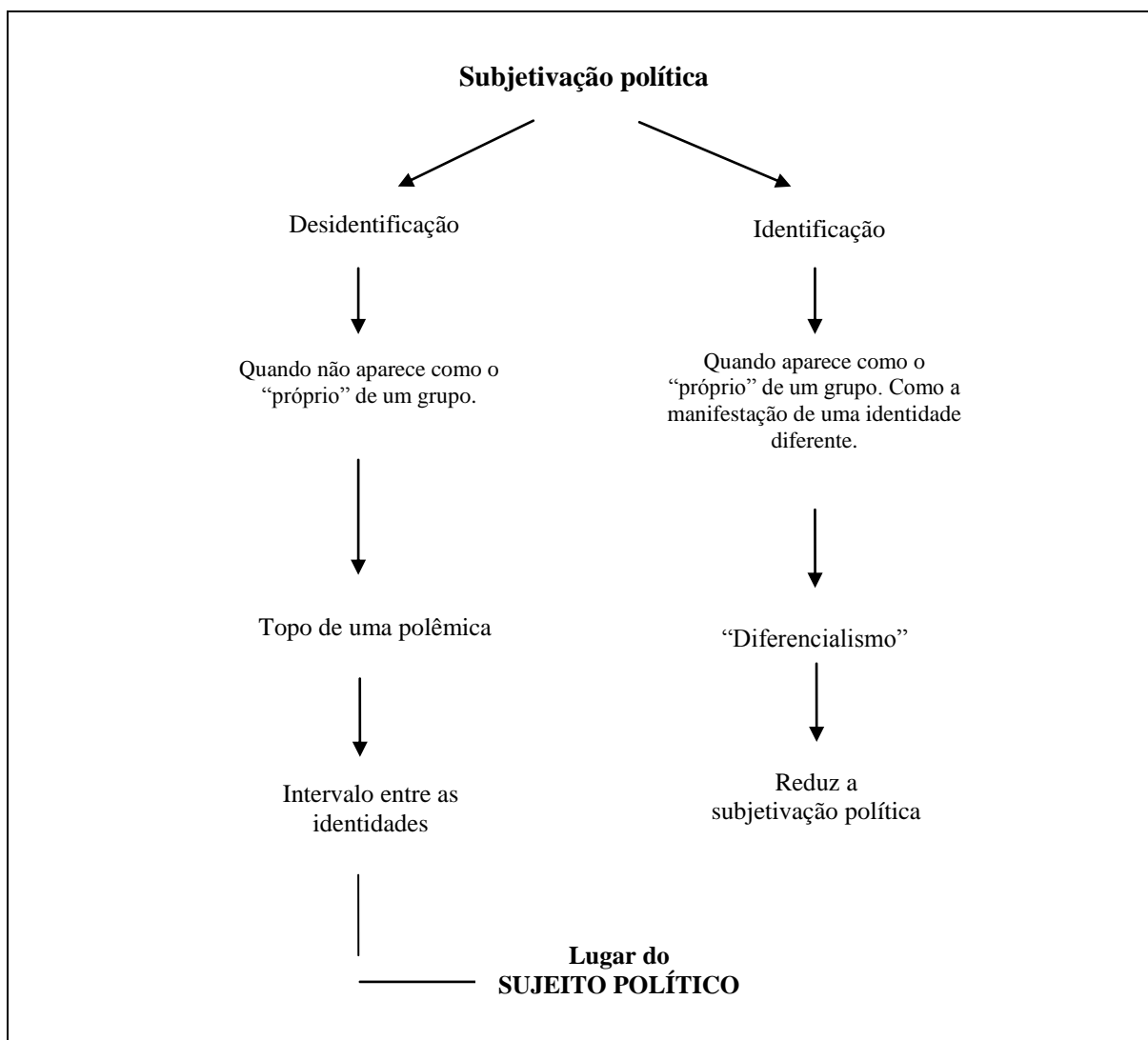
As lutas por interesses divergentes não são necessariamente sinônimo de política, pois estas lutas podem ser travadas no sentido de reforçar desigualdades já existentes, ou promover

outras. Estas ações serão políticas quando forem fundamentadas pela interrupção, em certo domínio, das relações desiguais em vigor (p. 09).

Espera-se do sujeito político uma atuação capaz de reconhecer e articular o dissenso, compreendendo que estes são “potências de enunciação e de manifestação do litígio que se inscrevem como algo a mais, algo sobreposto, em relação a qualquer composição do corpo social” (Rancière, 1996b, p. 377). Por esse motivo, geram a ruptura da contagem da sociedade a partir da exposição dos não contados.

Com esta lógica, a dimensão da diferença aparece para Rancière como símbolo do topo de uma polêmica, como o ponto de uma cena dissensual que produz o intervalo entre as relações e identidades. Este intervalo assume a característica de um espaço que, a partir da subjetivação política, dá lugar ao sujeito político, que se instala como um “ser entre”, como o lugar de uma falha (Rancière, 2000). Para melhor exemplificar esta relação e tentar aproximar tais conjecturas à realidade das Redes de Jovens Vivendo, os diagramas abaixo (2 e 3) sintetizam tais elaborações.

Diagrama 2 – Da subjetivação política ao sujeito político



Fonte: ELABORADO PELA PRÓPRIA AUTORA

Para Rancière (2000), o processo de igualdade é também o da diferença. No entanto, esta diferença não está vinculada a um conflito entre instâncias identitárias ou à manifestação de uma identidade diferente. A diferença a que se refere Rancière não aparece no domínio do “próprio” do grupo ou de sua cultura. Ao contrário, a cultura de um grupo enquanto um domínio pode reduzir a subjetivação política a uma simples identificação. A diferença relaciona-se à desidentificação, que desloca o ser e a comunidade, a ponto de provocar uma ruptura, uma reconfiguração que acontece na subjetivação política. O sujeito político aparece então como operador que tensiona e flexiona as relações estabelecidas no comum e expõe a contingência destas, causada pelo não reconhecimento enquanto “o próprio” de um grupo.

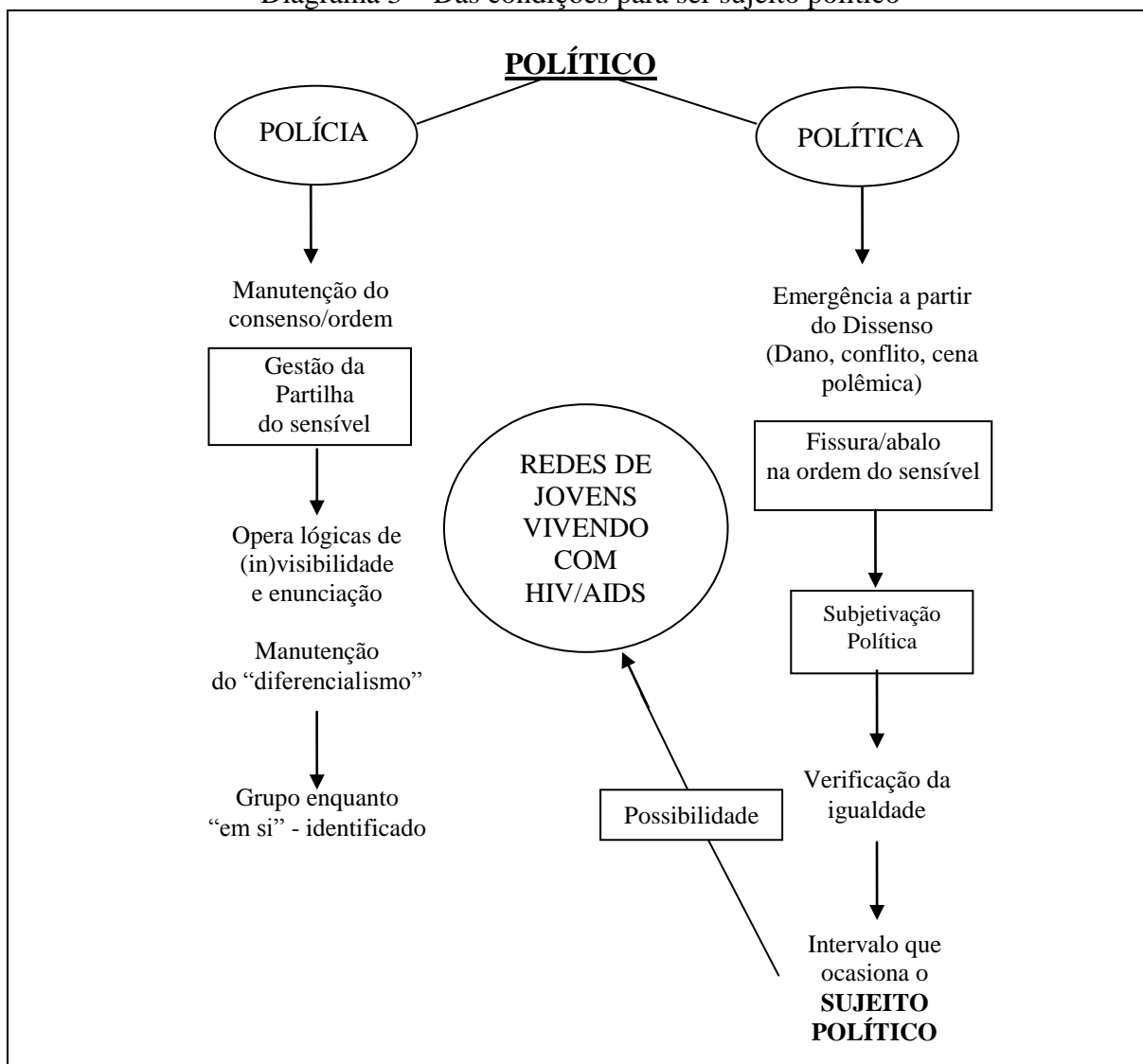
Neste sentido, a existência dos sujeitos políticos é complexa e demanda um entendimento além da objetividade, pois não se configuram como entidades estáveis, mas sim,

“existem como sujeitos em ato”, como destaca Rancière (1996b, p. 378). Trata-se de um operador que localiza um “entre” produzido na dinâmica das relações que compõem o comum. Ou seja, são marcados por uma fragilidade que os coloca a todo tempo como facilmente associados ou confundidos com uma prática do corpo social que não necessariamente gera os desdobramentos que a composição do sujeito político produz. Isto pois, os trâmites da lógica policial, em contradição à política, reforçam seus processos de captura e enquadramentos que ensejam uma ordem e que anulam os dissensos (Rancière, 1996b).

No tocante às Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids, compreender as propriedades do litígio conduz à reflexão levantada na tese, sobre os caminhos que criam condições para a subjetivação política no interior de um panorama já demarcado historicamente por movimentos e lutas. Na zona de confluência entre polícia e política, o nó na relação das divisões sensíveis abre espaço para as inversões no que já se encontra determinado.

Como apresentado no próximo diagrama, quando as Redes de Jovens Vivendo trazem à cena o dissenso, criam condições de fazer emergir a política, produzem um abalo na estética do sensível que inverte as lógicas de pensamento naturalizadas e legitimadas na comunidade. Assim, instauram o dano no que já se encontra ordenado e reconhecido como igualdade. Porém, a engrenagem que faz funcionar a gestão da partilha do sensível e a distribuição (desigual) das partes é tomada como legítima e incide processos de captura a serviço da manutenção de uma ordem ou de um modo de se fazer política, vinculada a uma visão consensual e objetiva.

Diagrama 3 – Das condições para ser sujeito político



FONTE: ELABORADO PELA PRÓPRIA AUTORA

Portanto, o desafio de responder à pergunta: “É possível ser sujeito político?” está justamente na condição de se manter “entre”, de se reconhecer o intervalo produzido e instaurar a verificação das partes, escapando da lógica que assimila o sujeito político como parte do processo comum e acaba por neutralizar seus efeitos. Desafio, portanto, que convida à reflexão sobre como reconhecer o litígio e operar pela desidentificação, ao invés de ceder às hierarquias da ordem policial ou de funcionar como mais um elemento de reprodução na desigualdade da partilha do sensível.

As análises nos lembram que a política está constantemente em risco de desaparecer, sendo que confundir a política com a polícia seria a forma mais radical deste desaparecimento (Rancière, 1996b). O risco estaria na compreensão do sujeito político como parte do corpo social dado, retirando, assim, sua capacidade de ruptura. Neste sentido, mais do que responder

objetivamente aos questionamentos – pois há que se duvidar das proposições tomadas como verdadeiras e considerar a fluidez e contingência dos processos que envolvem o político – vale compreender em que medida a ação das Redes transcende as lutas particulares e assume a capacidade de falar por todos (Rancière, 1996). Pois o processo de subjetivação se dá justamente na relação de um com outros, ou seja, não está relacionado a um processo individual ou que aconteça em si mesmo, mas sim, a um coletivo.

Assim, para entender o político a partir dos processos de subjetivação que se dão no cotidiano das relações, é preciso estarmos atentos e atentas aos acontecimentos que irrompem a cena e dão condições à subjetivação política. Compreender as ações que colocam em prática a igualdade ao tratar um dano, sustentando a verificação desta igualdade e subvertendo as disputas em torno de hierarquias já naturalizadas. Reconhecer que o nó entre ser jovem, ser rede e ser sujeito político cria as condições para a existência da política em uma forma reinventada, superando visões que competem no sentido de estratificar ou manter a desigual composição das partes.

CENAS FINAIS DE UMA PEÇA EM MOVIMENTO...

Ao refletir sobre as linhas finais dessa tese, me vejo diante do desafio inicial de sua proposição. Retorno ao ponto no qual eu precisava dar contornos acadêmicos para as problematizações que me causavam incômodo. Um conjunto de dúvidas, que permearam minha caminhada como pesquisadora durante os anos do doutorado, volta à cena: Como acessar uma realidade tão plural e dinâmica? Como fazer da pesquisa instrumento de visibilidade e não mais um recurso para falar pelos/as jovens? Como compreender os tantos atravessamentos que compõem a complexidade das Redes, a partir de um lugar situado e parcial?

Ao longo do caminho, não encontrei respostas para todas as questões que se colocavam. No entanto, me acompanhou a necessidade de constantemente fazer o exercício de “olhar de fora”. De me distanciar – mas não em uma dimensão que propõe a neutralidade das relações – para conseguir observar sem romantizar a realidade ou assumir verdades prévias. Talvez estes tenham sido meus maiores desafios como pesquisadora. Traduzir em uma linguagem acadêmica os afetos que circulavam os cenários e habitavam meu diário de campo. Compreender as composições políticas – e colocar em suspenso a suposta dureza de seus processos – quando o que ouvia eram histórias de dor e de luta. Explorar a pluralidade das relações, das formações estéticas, das dimensões políticas e da ação coletiva.

Neste sentido, a etnografia enquanto desenho metodológico do estudo se fez fundamental, pois me dava recursos para compreender o contexto pesquisado enquanto um processo múltiplo e dinâmico, mas também passível de análise a partir de diferentes lugares. O método etnográfico, guardando atenção para suas particularidades, me ofereceu recursos para refletir sobre as diferentes posições que eu ocupava em meio aos cenários, bem como para entender, paulatinamente, como estes se organizavam. Entre espaços e encontros, desdobrou-se uma análise situada, permeada por um olhar ativo sobre o campo e sobre as formas por ele adquiridas. À medida que eu me aproximava, construía relações que apresentavam o contexto, contribuindo no sentido de localizar as observações e entender as nuances que compõem as articulações coletivas de jovens no âmbito político da Aids.

Como considerações finais de uma peça que se encontra em constante movimento, buscarei trazer neste espaço, alguns dos principais pontos trabalhados durante a tese, principalmente aqueles que dão espaço para uma outra compreensão, para a novidade ou, para o que foi possível construir enquanto novos elementos em um campo com práticas históricas. Para Rancière (2009), o novo pode se estabelecer enquanto “politicidade sensível” (p.20),

quando a estética se faz política através da reconfiguração da partilha, como modo de invenção sobre a vida.

No âmbito do que foi chamado de epidemia do HIV/Aids, a própria configuração das Redes de Jovens, *a priori*, pode ser compreendida enquanto a possibilidade de “renovação” dos movimentos Aids. Uma forma de expectativa sobre uma juventude que, em alguns momentos, corresponde à ideia de “um novo movimento” – amparado em concepções sobre o vigor e irreverência juvenil – para uma “nova Aids”, ou seja, para uma conjuntura contemporânea que aponta uma década da epidemia marcada por um incremento tecnológico, em um contexto de controle sobre o HIV e sobre os corpos.

Contudo, Rancière (2009) nos lembra que uma certa “tradição do novo” denuncia os efeitos da modernidade, pois o regime estético não consolida oposições entre uma dimensão passada e uma dimensão futura, mas sim coloca em relação regimes de historicidade. Logo, as possibilidades de transformação estética não deixam de colocar em questão a história, o passado que compõe as cenas e os espaços. Em meio às possíveis capturas da concepção de um “novo movimento”, a fala de uma jovem em um dos cenários de campo nos faz refletir sobre tal questão, quando pondera: “*O quanto viver com HIV hoje ainda é a mesma coisa de 30 anos atrás, mesmo estando discutindo tecnologias tão avançadas*”.

Em um panorama atual de intensas recessões e cerceamento de direitos, é preciso estarmos atentos e atentas aos modos que, sob roupagens de novidade, intencionam “reter as formas de ruptura”, como destaca Rancière (2009, p.37). Neste sentido, uma das problematizações levantadas pela tese foi o que denominei de “Aids Tecnológica”, ou seja, a produção de uma linguagem sustentada por um aparato técnico-científico que passa a constituir a realidade de prevenção ao HIV no Brasil. Neste caminho, a juventude acaba por tornar-se população estratégica, tanto no sentido de alvo das ações de prevenção, como também na possível reprodução de um discurso que coloca em foco as metas e inovações tecnológicas.

Contudo, apesar dos avanços de fato produzirem uma outra forma possível de relação com o HIV – como é o caso das condições de carga viral indetectável/intransmissível – o que se colocou em questão foram os produtos de uma valorização da racionalidade técnica sobre a vida, muitas vezes, em detrimento das subjetividades. Assim, entra em discussão uma relação intrincada entre controle e prevenção, que instaura modos de vigilância constante sobre as práticas. Neste fluxo, a participação dos jovens vivendo com HIV/Aids e a aproximação com uma certa “linguagem da juventude” pode validar intervenções que correspondem aos interesses do Estado.

Assim, o incentivo a uma dimensão saudável e responsável pelas práticas de prevenção, também pode funcionar no sentido de fabricar modos mais ajustados aos moldes governamentais. Ou seja, quando em discursos de senso comum argumenta-se sobre uma certa “banalização da Aids” por parte da juventude, esquece-se de compreender que há também a produção de uma gestão sobre a vida que homogeniza, naturaliza e sufoca subjetividades.

No que diz respeito aos processos que instauram lógicas de regulação, que na perspectiva adotada por este estudo relacionam-se ao regime policial sobre a distribuição da comunidade, outros pontos levantados como discussão encontraram-se relacionados aos processos participativos. Neste sentido, as problematizações da tese acenam para a crítica sobre como os atravessamentos que constituem as dinâmicas de participação da sociedade na esfera política podem operar mecanismos de (in)visibilidade e neutralização do lugar da juventude.

Entra em cena, portanto, a função do protagonismo, que em meio às políticas públicas de juventude e, no cenário do HIV/Aids, assumiu formas mais técnicas, do que emancipatórias. A dimensão do protagonismo, que em primeira instância se vincula a uma ideia de promoção e mobilização de uma ação em sociedade, a partir das análises empreendidas por este e outros estudos, passa a se configurar como uma concepção que, muitas vezes, está a serviço de operacionalizar mecanismos de gestão a partir de incentivo e incremento governamental.

Neste sentido, a retórica do protagonismo lança mão de práticas pedagogizantes que ensejam uma autorização de processos de tutela, principalmente sobre a juventude. Isto pois, este público é constantemente compreendido a partir de ideias de efemeridade, de imaturidade, de “problema social” ou de “potencial solução”, desde que orientado para tal. Tais concepções, de certa forma, contribuem para a legitimação de processos de gestão que engendram o que chamei na tese de “protagonismo tutelado”. Ou seja, a chamada para a participação tem em seus meios a autorização para uma tutela sob agência do Estado.

A situação ganha contornos específicos quando relacionada ao panorama da Aids, que em sua história, constrói especialismos da atuação política através do ativismo. Neste bojo, os cursos de formação para o ativismo e para a liderança no âmbito social, traduzem-se em formas que, com o objetivo de fortalecer a participação política, também constroem linhas de ordenamento e regulação, naturalizando modos de ação ajustados.

Portanto, as discussões da tese direcionaram-se para a necessária reflexão crítica sobre tais agenciamentos, oportunizando o reconhecimento de ações que questionem a normatização

incentivada pela lógica consensual. Entendendo que, assim, possam ser criadas fissuras que permitam outros modos de subjetivação da política, principalmente por meio de ações coletivas.

No emaranhado das discussões, tomam forma as indagações sobre como se processam as dinâmicas de ruptura na partilha policial, tendo em vista ser esta a base da existência da problemática da pesquisa. Dito de outra forma, para investigar as possibilidades de subjetivação política e a emergência das Redes enquanto sujeito político, foi preciso sustentar a discussão sobre as bases da verificação da igualdade, compreendendo ser a partir desse processo que se dão as fissuras na partilha do sensível.

Neste sentido, as análises se direcionaram à compreensão sobre, em que medida, as relações no âmbito das conformações que envolvem as Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids operam por uma igualdade pela verificação das partes – o que ocasionaria a emergência da política – ou da igualdade pela neutralização das mesmas – que mantém a ordem da polícia. Considerando esta contextualização, adentraremos brevemente o campo teórico conceitual que sustentou as argumentações desta tese, ressaltando as principais produções advindas das sínteses analíticas.

Na primeira síntese, as contribuições giraram em torno da dimensão da partilha do sensível, do reconhecimento dos espaços e da forma como a distribuição destes coloca em prática um certo ordenamento, orientando construções sobre a relação entre a estética e a política. Os cenários da pesquisa relacionaram-se, portanto, a espaços da atividade estética que designa funções e lugares a partir de uma tarefa distributiva sobre as partes. Nesta dinâmica que nega uma suposta neutralidade, as relações de virtualidade (que de certa forma coadunam com uma linguagem que aproxima a juventude de uma dimensão técnica) e as de cuidado (com linhas tênues para processos de agenciamento amparados em uma ideia de orientação e mediação das ações) ganham contornos destacados, desenhando modos de concepção sobre a realidade das Redes. Desta forma também aparecem as divisões entre espaços políticos, acadêmicos e afetivos que se enfeixam produzindo relações que, conforme argumenta Rancière (1996), quando sob efeito de uma engendrada distribuição das funções nos espaços, traduz uma representação da lógica policial.

Assim, são traçadas as linhas de entendimento sobre como a distribuição sensível dos espaços pode instaurar lógicas e abafar existências que fariam emergir o dano, tendo em vista que esse revelaria a contingência policial. Por este caminho, na compreensão das práticas estéticas e políticas, a segunda síntese encontra como ponto de tensão a constituição de identidades a partir do HIV/Aids, envolvendo diferentes maneiras de subjetivação frente a

ideia de “sobrevivência”, que marcou as décadas da epidemia. Em meio aos relatos de histórias de vidas marcadas pela revelação do diagnóstico, os questionamentos acerca das condições de visibilidade perpetradas pela ação coletiva fazem-se presentes. Conforme analisado, a formação das identidades no âmbito coletivo pode funcionar tanto como elemento de promoção do litígio, quanto como de manutenção da ordem que agencia anulações sobre o dissenso.

Neste trâmite, a tese levantou a discussão sobre as identidades construídas “com” ou “a partir” do HIV/Aids, argumentando que estas podem fortalecer diferencialismos, ou operar no sentido da prática dissensual. Apontou, portanto, para a possibilidade de deslocamento quando a identidade é construída “a partir” do HIV, rompendo com identificações previamente estabelecidas pela polícia e abrindo espaço para formas inventivas da política. É neste sentido que os relatos sobre as transformações da vida “a partir” do HIV ensejam outras visões de si e do mundo, sinalizando sentidos de uma positividade relacionada às descobertas sobre o potencial de participação política, sem, no entanto, anular a necessária negatividade (Machado, 2013b) que demanda uma formação identitária que intenciona a verificação da igualdade.

Contudo, foi preciso compreender que as análises devem se direcionar também para as articulações externas às Redes, interrogando em que medida o Estado – no caso em questão muitas vezes representado pelo Departamento (DIAHV) – aparece como interlocutor das relações institucionais, produzindo agenciamentos na composição das Redes de Jovens. Tais relações, longe de serem lineares, são atravessadas por alianças e pactos que conformam práticas gestionadas e cooptações no seio das Redes.

A constituição destas lógicas também foi ponto importante nas análises empreendidas, pois descortinaram a presença de mecanismos de assimilação e dependência que se desdobram em concepções como a denominada pelos/as jovens de “Aids Tour”, associando à uma figura produzida a partir dos financiamentos para viagens e representações das agências governamentais. Como forma de inversão, tais ocupações de espaços também funcionam no sentido de abalar a estética sensível, ao gerar incômodos com a voz jovem em posições antes não alcançadas ou, na relação com Rancière (1996b), de um entendimento que passa a ouvir como voz, o que antes era ouvido somente como barulho.

Assim, questiona-se também a concepção de que a política deveria ser discutida a partir de um lugar neutralizado. Pois, neste caso, novamente a ideia de política enquanto prática de gestão estaria se sobrepondo a partir de uma demarcação sensível que legitima autorizações sobre onde supostamente poderiam aparecer as problemáticas ditas “políticas”,

sobre quem estaria apto a proferir os discursos e quando deveriam ser anuladas as afetações que nublarão a cena e impediriam o controle e a ordem.

As análises das últimas sínteses versam, portanto, sobre um nó que se sustenta na relação com a igualdade. Ou seja, entre a afirmação da cena polêmica por meio do dissenso que instaura a verificação da distribuição das partes e oportuniza a subjetivação política; e os mecanismos de manutenção da ordem consensual que incidem processos de padronização e anulação sobre o dano. Contudo, no que se refere à temática específica sobre a qual lançamos atenção, alguns mecanismos tornam-se mais potentes no sentido de manutenção do regime policial e outros aparecem como possibilidades de fissura no sensível para a emergência da política.

Em meio aos trâmites que atravessam as Redes, as lógicas de apreensão sobre a juventude e sobre o especialismo construído em torno da trajetória de luta do HIV/Aids transformam-se em exemplos dos mecanismos que convidam a um certo padrão que potencializa a ação policial. Isto pois, as construções, como os cursos de capacitação financiados pelo governo ou os discursos homogeneizantes sobre a experiência jovem, funcionam no sentido de garantia de uma suposta igualdade que se dá pela anulação de dissensos e não pelo reconhecimento destes. Outros pontos também funcionam a serviço de uma manutenção consensual, tais como: as demandas com relação à prevenção, que normatizam as práticas e performances com base na imagem de uma juventude saudável e ordeira; o apagamento de subjetividades envolvidas na relação com o HIV; a (re)produção de uma ideia de desordem ou “imaturidade política” em torno da ação política da juventude, entre outros. Neste sentido, se as discussões versam sobre a existência da igualdade enquanto um universal neutro, elas operam mais na direção de manutenção da lógica consensual do que de abertura de espaço para a existência do dissenso.

Por esta razão argumentamos, a partir da concepção de Rancière (1996b), que a verificação da igualdade deve gerar um deslocamento que provoca a interrupção de uma lógica desigual. Pois os pontos que são tomados como diferenças de um movimento perpetrado pela juventude no âmbito do HIV/Aids, ao invés de serem neutralizados, devem ser reconhecidos como potenciais de uma inversão, ou seja, como emergência de conflitos ou cenas polêmicas que instalariam o litígio.

De acordo com as discussões contextualizadas, pensar as condições de existência da subjetivação política torna-se fundamental, principalmente quando se tratam de Redes com potencial para a formação de um “nós”, que pode emergir enquanto sujeito político, mas que se encontram emaranhadas nos dispositivos de gestão da ordem e de anulação do dissenso.

Pois, a partir da leitura rancieriana, a subjetivação denota um processo político e coletivo, não sendo ou devendo ser individualizada e reduzida às relações ensimesmadas. Ou seja, compreender a complexidade de formação das Redes e as contingências que as circundam torna-se parte do exercício de escapar de uma redução à esfera individual, ou mesmo a um lugar esvaziado. Ao mesmo tempo, tais reconhecimentos também apontam para as limitações do estudo, tendo em vista que as análises são localizadas no tempo e no espaço e dizem respeito a uma realidade dinâmica e com outros tantos atravessamentos que podem ser tomados como pontos de inflexão sobre a política.

Em meio a tais processos gostaria de ressaltar como finalização, alguns desdobramentos já operados pela tese ao longo deste caminho. No que se relaciona aos momentos de campo, por vezes, pude sustentar diálogos com alguns/mas jovens que me questionavam sobre os objetivos da investigação. Nestes momentos, pautava a reflexão sobre um outro entendimento possível de política(o), sobre como o dissenso poderia ser reconhecido em meio às ações coletivas e as possibilidades de subjetivação política. Para além do campo de pesquisa, a partir dos contatos realizados, surgiram algumas possibilidades de continuidade das discussões, como, por exemplo, o convite dos jovens da Rede de Minas Gerais para apresentar algumas discussões da tese nas ações de fortalecimento do movimento, que têm acontecido em algumas cidades do estado; o contato feito por um jovem de Juiz de Fora que, após participar de um encontro da RJR+, recebeu a indicação do meu nome para discutirmos a construção de uma rede local; assim como a continuidade do contato com jovens que se interessaram pela temática e pensam uma possível trajetória acadêmica nesta direção. Tais produções apontam para como os desdobramentos de uma tese podem, de alguma forma, ter efeitos sobre a realidade e operar, também, possíveis transformações.

Em meio às capturas que se erigem no cenário da constituição coletiva de Redes na arena política da Aids, a subjetivação política acontece no interior da ordem policial produzindo forças “no coração de redes de forças” (Tassin, 2012, p.38). Assim, criam-se condições para o sujeito político, que tem seu lugar no “intervalo ou uma falha: um *ser-juntos* como *ser-entre*: entre os nomes, as identidades, as culturas” (Rancière, 1998, p.118), existindo justamente da brecha produzida.

Ao final da tese, entendemos que nas possíveis brechas oportunizadas, a emergência do dano surge como a composição de um cenário comum ensejado pelo conflito. Abre-se um novo espaço na estética sensível a partir de um abalo desidentificatório mediado pela igualdade. Por mais que se faça raro, é possível lançar mão da força de ruptura dos atos da política para o questionamento da organização dada, para a emergência de um movimento que

se fortaleça quando na existência de um intervalo que coloca em suspenso a lógica policial. Vale fomentar, portanto, a sensibilidade de entender os pontos de fissura que oportunizam outros modos de subjetivação e o fortalecimento de Redes que, através de uma inversão de sua existência, apontam para uma formação capaz de criar reconfigurações estéticas que possibilitam formas reinventadas da política.

REFERÊNCIAS

- Angrosino, M. (2009). *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed.
- Aragão, E., Barros, M., & Oliveira, S. (2005). Falando de metodologia de pesquisa. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 18-28.
- Augusto, N. (2008). A juventude e a(s) política(s): desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81,155-177.
- Ayres, J. R. (1996). O Jovem Que Buscamos e o Encontro Que Queremos Ser: A Vulnerabilidade Como Eixo de Avaliação de Ações Preventivas do Abuso de Drogas, DST e AIDS entre Crianças e Adolescentes. *Série Ideias*, 29, 15-23.
- Ayres, J. R. (1997). Vulnerabilidade e Aids: para uma resposta social à epidemia. *Boletim Epidemiológico - CRT/DST/AIDS (XV)*.
- Batista, C., Bernardes, J., & Menegon, V. (2014). Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In: Spink, M; Brigadão, J; Nascimento, V & Cordeiro, M (orgs). *A produção de informação na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Batista, T., & Mattos, R. (2011). Sobre Política (ou o que achamos pertinente refletir para analisar políticas). In: Mattos. R, & Batista. T, *Caminhos para análises das políticas de saúde*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ.
- Benitez, M. (2009). Lo político y la política: los sujetos políticos, conformación y disputa por el orden social. *Perspectivas teóricas*, 69-91.
- Blanco, J., & Martin, L. (2003). Notas sobre identidad y política en las obras de Jacques Rancière y Paul Ricoeur. *Presentado ante el VI Congreso Nacional de Ciencia Política*.
- Bicalho, P.P., Rossotti, B., & Reishoffer, J. (2016) A pesquisa em instituições de preservação da ordem. *Rev. Polis e Psique*, 6(1), 85 - 97.
- Boghossian, C. & Minayo, M.C. (2009). Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde soc.*18(3), 411-423.
- Bueno, S. (2015). Da teoria crítica ao pós-estruturalismo: breves apontamentos para uma possível confrontação entre Adorno e Deleuze. *Educar em Revista*, 56, 149-161.
- Bueno, R. (2011). Avaliando o presente e projetando o futuro: Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids (RNAJVHA) – RJ: histórias de vida. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Butler, J. (2015) *Notes Toward a Performative Theory of Assembly*. Cambridge: Harvard University Press.

- Calais, L. (2012). Entrando na ciranda: aids, infâncias e políticas públicas em saúde no Brasil. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG.
- Calais, L., & Perucchi, J. (2015). Aids, Infância(s) e políticas públicas: a construção de sujeitos através do discurso. *Psicologia em Estudo*, 20 (2), 165-176.
- Camargo Jr, K. (1994). Aids e a Aids das ciências. *História, Ciências, Saúde*, 1(1), 35-60.
- Camargo Jr, K. (2005). *AIDS Vinte anos: Esboço histórico para entender o Programa Brasileiro*.
- Cardona, M; Cordeiro & R; Brasilino, J. (2014). Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: Spink, M; Brigadão, J; Nascimento, V & Cordeiro, M (orgs). *A produção de informação na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Carrano, P. (2012). A participação Social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. *O social em questão*, XV (27), 83-100.
- Cassab, M.A. (2007). Juventude e políticas públicas nos anos 1990: a produção de territórios em Juiz de Fora-MG. *III Jornada Internacional de políticas públicas*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão.
- Castro, J & Aquino, L. (2008) *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.
- Cerezo, A.C. (2012) Aids: territórios, psicologia e suas implicações. In: Jacó-Vilela, A.M., Cerezo, A.C. & Rodrigues, H. B. C. (orgs). (2012). *Clio-psyché: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Certeau, M. (1998). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Ciconello, A. (2008). A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. *From Poverty Power: how citizens and effective states can change the world*. Oxfam International.
- Coimbra, C. & Nascimento, M. (2008). Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: Geisler, A; Abrahão, AL & Coimbra, C. (orgs). *Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde*. Niterói: EDUFF.
- Cordeiro, M., Freitas, T., Conejo, S. & De Luiz, G. (2014). Como pensamos ética em pesquisa. In: M. Spink, J. Brigadão, & V. Nascimento, *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Cruz, E. (2007). Infâncias, adolescências e AIDS. *Educação em Revista*, 46, 363-384.

- Cunha, C. (2011). “Jovens Vivendo” com HIV/aids: (Com)formação de sujeitos em meio a um embarço. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Cunha, C. (2014). Modos de fazer sujeitos na política de AIDS: a gestão de jovens vivendo com HIV/AIDS. *Século XXI - Revista de Ciências Sociais*, 4 (2), 91-132.
- Cunha, P. (2013). Participação Política Juvenil e sua relação com a percepção da política pública de juventude. In: Menezes, J., Costa, M. & Santos, T. (orgs) *JUBRA: territórios interculturais de juventude*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Etchegaray, R. (2014). La filosofia política de Jacques Rancière. *Novo Pensamiento: Revista de Filosofia*, IV(4), 25-60.
- Feroni, I & Bloss, T. (1991) Jeunesse: objet politique, objet biographique. *Enquête*, 6.
- Fine, M., Weis, L; Weseen, S. & Wong, L. (2006) Para quem? Pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais. In: Denzin, N. & Lincon, Y. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Fonseca, C. (1999). Quando cada caso não é um caso. *Revista Brasileira de Educação*. 10, 58-78.
- Foucault, M. (2010). *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (20 ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2009). *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. (13a ed). Rio de Janeiro: Graal
- Foucault, M. (2009b). *A Arqueologia do Saber* (7ª ed). São Paulo: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF]. (2014) *Histórico da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids*. Brasília: UNICEF.
- Fundo de População das Nações Unidas [UNFPA]. (2014). *O Poder de 1,8 bilhão: adolescentes, jovens e a transformação do futuro*. Brasília: UNFPA.
- Galindo, D., Martins, M., & Rodrigues, R. (2014). Jogos de armas: narrativas como modo de articulação de múltiplas fontes no cotidiano de pesquisa. In: M. Spink, J. Brigadão, & V. Nascimento, *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Galvão, J. (2002). *1980-2001: uma cronologia da epidemia de HIV/AIDS*. Rio de Janeiro: ABIA.
- Gohn, M.G. (2014) *Sociologia dos Movimentos Sociais*. (2a ed). São Paulo: Cortez.

- González, M., & Saforcada, E. (2006). El papel de la psicología em la evaluación del impacto de ciertas políticas públicas de salud. *In: M. De Lellis, Psicología y políticas públicas de salud*. Buenos Aires: Paidós.
- Guareschi, N., Lara, L., & Adegas, M. (2010). Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o homo oeconomicus. *Psico*, 41 (3), 332-339.
- Guizardi, F., & Pinheiro, R. (2006). Dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais nos Conselhos de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11 (3), 797-805.
- Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-41.
- Kehl, M. R. (2007). A juventude como sintoma da cultura. *Outro Olhar*, V(6), 44-55.
- Kerbaux, M. (2005). Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? *Estudos de Sociologia*, 18 (19), 193-203.
- Laclau, E. & Mouffe, C. (1985) *Hegemony and Socialist Strategy. Towards a radical democratic politics*. London.
- Landau, C. (2011). “A Aids mudou de cara”: memória coletiva e novas oportunidades para o ativismo da AIDS no Brasil. *Plural - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, 2, 11-44.
- Langdon, E; Maluf, S & Tornquist, C. (2008). Ética e política na pesquisa: os métodos qualitativos e seus resultados. *In: Guerriero, I; Schimidt, M.L & Zicker, F. Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Hucitec.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. São Paulo: Edusc.
- Lima, J., & Baptista, L. (2013). Itinerário do conceito de Experiência na obra de Walter Benjamin. *Princípios: Revista de Filosofia*, 20 (33), 449-484.
- Lourau, R. (2004). Implicação e Sobre Implicação. *In: S. Altoé, René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec.
- Loyola, M., Villela, P., & Guimarães, E. (2010). Medicamentos e patentes na ordem do dia: mídia e "a guerra das patentes". *In: M. Corrêa, & M. Cassier (orgs), Aids e Saúde Pública: contribuições à reflexão sobre uma nova economia política de medicamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- Machado, F.V. (2013). Subjetivação política e identidade: contribuições de Jacques Rancière para a Psicologia Política. *Psicologia Política*, 13 (27), 261-280.
- Machado, F.V. (2013b). Do Estatal à política: uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010). *Tese de*

Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

- Maksud, I., Fernandes, N., & Filgueiras, S. (2015). Tecnologias de Prevenção do HIV e desafios para os serviços de saúde. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 18 (1), 104-119.
- Mann, J., Tarantola, D., & Netter, T. (orgs) (1993). *Aids no Mundo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Marques, M. (2002). Saúde e poder: a emergência política da Aids/HIV no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 9 (suplemento), 41-65.
- Mattos, A. & Castro, L. (2009). O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da juventude. *Análise Social*, 193 (XLIV), 797-823.
- Mayorga, C. & Nascimento, R. (2009). Dinâmicas da transformação social: Reflexões sobre a pesquisa-ação em contextos comunitários. In: Mayorga, C., Rasera, E. & Pereira, M. (orgs). *Psicologia Social: sobre desigualdades e enfrentamentos*. Curitiba: Juruá.
- Mayorga, C., Castro, L., & Prado, M. (orgs) (2012). *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora.
- Minayo, M. & Gomes, S. (2012). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Ministério da Saúde. (1997). *Guia de Recomendações: casas de apoio em HIV/AIDS*. Brasília: Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. (2005). *Sobre o Programa Nacional*. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de <<http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMISACC5B55EPTBRIE.htm>> em 15 de março de 2017.
- Ministério da Saúde. (2017d). *Boletim Epidemiológico - Aids e IST*. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais.
- Ministério da Saúde. (2016). *Manual técnico para o diagnóstico da infecção pelo HIV*. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis, Aids e Hepatites Virais.
- Ministério da Saúde. (2017a). *Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para manejo da infecção pelo HIV em adultos*. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais.
- Ministério da Saúde. (2017b). *Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para profilaxia pós-exposição (pep) de risco à infecção pelo HIV, IST e Hepatites virais*. Brasília: Secretaria

de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais.

- Ministério da Saúde. (2017c). *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de Risco à Infecção pelo HIV*. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais.
- Mische, A. (1997). De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, 5, 134-150.
- Mouffe, C. (2003). Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política e Sociedade*, 3, 11-26.
- Mouffe, C. (2005). Por um modelo agonístico de democracia. *Rev. Sociol. Polít.*, 25, 11-23.
- Muñoz, M. (2009). Laclau y Rancière: algunas coordenadas para la lectura de lo político. *Andamios*, 2 (4), 119-144.
- Oliveira, A., Ianni, A., & Dallari, S. (2013). Controle social no SUS: discurso, ação e reação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18 (8), 2329-2338.
- Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. In: Jeffery, M. & Koller, S. *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: CFP.
- Paicheler, G. (2002) *Prévention du sida et agenda politique: les campagnes en direction du grand public (1987-1996)*. Paris: CNRS Éditions.
- Paiva, V. (2000). *Fazendo arte com camisinha: a história de um projeto de prevenção de AIDS para jovens*. São Paulo: Summus.
- Paiva, V. (2002). Sem mágicas soluções: a prevenção e o cuidado em HIV/ AIDS e o processo de emancipação psicossocial. *Interface*, 6 (11), 25-38.
- Paiva, V. & Santos, A. (2007) *Vulnerabilidade ao HIV/AIDS e os Desafios da Prevenção em Comunidades Anfitriãs do Turismo*. Artigo enviado para apresentação no X Encontro Nacional de Turismo com Base Local. GT – Impactos ambientais, sociais e culturais do turismo. UFPB, João Pessoa.
- Paiva, V. (2009). Prevenção Positiva: abordagem psicossocial, emancipação e vulnerabilidade. In: J. Raxach, I. Maksud, C. Pimenta, & V. Terto Jr, *Prevenção Positiva: estado da arte*. Rio de Janeiro: ABIA.
- Pallamin, V. (2010). Aspectos da relação entre o estético e o político em Jacques Rancière. *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, 12 (2), 6-16.
- Parker, R. (2003). Building the foundations for the response to HIV/AIDS in Brazil: the development of HIV/AIDS policy, 1982-1996. *Divulgação em Saúde para Debate*, 27, 143-183.

- Parker, R. (2009). Consequências não intencionais: a avaliação do impacto do HIV e SIDA em pesquisa sobre sexualidade e debates políticos. *Cadernos de Saúde Pública*, 25 (2).
- Parker, R & Tertó, V. (2001) *Solidariedade: a Abia na virada do milênio*. Rio de Janeiro: Cadernos Abia.
- Parra, M. C. (2008). El sujeto político em términos del intervalo o “entremedio” em Jacques Rancière. *Reflexion Política*, 10(19), 30-35.
- Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. (2010). *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina.
- Pellejero, E. (2009). A lição do aluno: uma introdução à obra de Jacques Rancière. *Saberes*, 2(3), 18-30.
- Pelúcio, L. (2007). Ativismo soropositivo: a politização da AIDS. *Ilha Revista de Antropologia*, 9(12), 119-141.
- Pereira, A & Nichiata, L. (2011). A sociedade civil contra a Aids: demandas coletivas e políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(7), 3249-3257.
- Pires, E. (2014) Experiência e Linguagem em Walter Benjamin. *Educação e Pesquisa*. 40(3), p. 813-828.
- Prado, M.A.M. (2001). Psicologia Política e Ação Coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 149-172.
- Prado, M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 8 (11), 59-71.
- Prado, M., Machado, F., & Carmona, A. (2009). A luta pela formalização e tradução da igualdade nas fronteiras indefinidas do estado contemporâneo: radicalização e/ou neutralização do conflito democrático? *Interface: a journal for and about social movements*, 1 (2), 134-165.
- Programa das Nações Unidas sobre HIV/Aids [UNAIDS], (2015). *90 90 90 Uma meta ambiciosa de tratamento para contribuir para o fim da epidemia de AIDS*. Brasília: UNAIDS.
- Ramos, S. (2004). O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. *Ciência e Saúde Coletiva*, 9(4), 1067-1078.
- Rancière, J. (1996). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed.34
- Rancière, J. (1996b). O dissenso. In: Novaes, A. (org). *A crise da Razão*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Rancière, J. (1998). *Aux bords du politique*. Paris: La Fabrique.
- Rancière, J. (2000b). Biopolitique ou politique?. *Multitudes - Revue politique, artistique, philosophique*, 1.
- Rancière, J. (2000). Política, identificación y subjetivación. In: Arditi, Benjamin (Ed.). *El reverso de la diferencia: identidad y política*. Venezuela: Nueva Sociedad.
- Rancière, J (2002). *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Rancière, J (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34
- Rancière, J (2009). *A partilha do sensível: estética e política*. (2a ed). São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2010a). Nossa ordem policial: o que pode ser dito, visto e feito. In: *URDIMENTO – Revista de estudos em Artes Cênicas*, 1(15), 81-90.
- Rancière, J. (2010b). O espectador emancipado. In: *URDIMENTO – Revista de estudos em Artes Cênicas*. In: *URDIMENTO – Revista de estudos em Artes Cênicas*, 1(15), 107-122.
- Rocha, A.L & Eckert, C. (2008) Etnografia: saberes e práticas. In: Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli (orgs). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade.
- Rockwell, E. (1987). *Reflexiones sobre el proceso etnográfico (1982-85)*. México: Centro de Investigación y Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional.
- Sampaio, J., & Araújo, J. L. (2006). Análise das políticas públicas: uma proposta metodológica no campo da prevenção em Aids. *Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil*, 6 (3), 335-356.
- Santos, T. (2006). Doença, Política e Subjetividade no ativismo soropositivo no estado do Paraná. *Revista mediações*, 11(2), 29-44.
- Sato, L & Souza, M. (2001) Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em Psicologia. *Psicologia USP*, 12(2), 29-47.
- Schmidt, M.L & Toniette, M. (2008). A relação pesquisador-pesquisado: algumas reflexões sobre a ética na pesquisa e a pesquisa ética. In: Guerriero, I; Schmidt, M.L & Zicker, F. *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Hucitec.
- Spink, P.K. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, 20 (num.esp), 70-77.
- Spink, M.J; Brigadão, J; Nascimento, V & Cordeiro, M. (orgs). (2014). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

- Sposito, M., & Carrano, P. C. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. In: O. León, *Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.
- Tassin, E. (2012). De la subjetivación política. Althusser/Rancière/Foucault/Arendt/Deleuze. *Revista de Estudios Sociales*, 43, 36-49.
- Tommasi, L. De (2012). Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal. *Dilemas: Revista de Estudos de conflito e controle social*, 5(1), 101-129.
- Tommasi, L. De (2014). Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade: dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, 6, 287-311.
- Valle, G. (2002). Identidades, doença e organização social: um estudo das "pessoas vivendo com HIV/AIDS". *Horizontes Antropológicos*, 8 (17), 179-210.
- Valle, C. G (2013). Doença, ativismo biopsicossocial e cidadania terapêutica: a emergência da mobilização de pessoas com HTLV no Brasil. *Vivência: Revista de Antropologia*, 41, 27-47.
- Warren-Scherer, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21(1), 109-130.

APÊNDICE – Quadro de inserções em campo: Cenários

Cenários	Descrição
<p style="text-align: center;">Cenário 1</p> <p style="text-align: center;">VII ENCONTRO DA REDE NACIONAL DE ADOLESCENTES E JOVENS VIVENDO COM HIV/AIDS</p> <p>Data: 09 a 12 de julho de 2015 Local: Recife/PE</p>	<p>O VII ENAJVHA aconteceu no Vela Branca Praia Hotel, no bairro de Boa Viagem, em Recife, PE. O hotel, localizado em um bairro de alto valor imobiliário, contava com um salão de convenções no andar térreo, onde aconteceram todas as atividades do encontro. O salão era amplo, com ar condicionado, cadeiras dispostas em fileiras, com capacidade para aproximadamente 150 pessoas. Ao lado da porta do salão, a recepção do hotel contava com funcionários durante todo o dia. Ainda no andar térreo, localizava-se o refeitório/restaurante, onde eram servidas as refeições em modelo “self-service” no café da manhã, almoço e jantar para todos/as os/as participantes do evento.</p> <p>A maior parte da circulação do encontro acontecia neste espaço térreo e nos elevadores, que levavam até os andares dos quartos – elevador este que apresentou defeito durante um dia do encontro e causou reclamações por parte dos hóspedes/participantes. No segundo dia de atividades, o ar condicionado do salão também apresentou defeito, fazendo com que todos/as os/as participantes reclamassem do forte calor que tomava conta da sala. Muitos utilizavam o material informativo como leque para minimizar o calor.</p> <p>Durante a programação, a disposição das cadeiras no salão ganhava forma de acordo com a necessidade das atividades. Nas palestras, as cadeiras encontravam-se enfileiradas. Nas atividades denominadas “vivências”, um grande círculo de cadeiras era formado. Nos denominados “Grupos de Trabalho”, círculos menores com a divisão dos/as participantes davam forma aos grupos de discussão.</p> <p>Entre as construções estéticas do cenário, para além dos espaços físicos, as relações compunham um ambiente que também fluía de acordo com as atividades. Nas palestras que traziam um discurso informativo, era possível observar uma atenção e concentração significativas; quando as atividades possibilitavam um direcionamento mais flexível, um ambiente amistoso e descontraído se formava; no caso de atividades que problematizavam questões pessoais, frequentemente a emoção tomava conta do espaço; já quando as funções se aproximavam de uma dinâmica de participação e gestão de processos administrativos ou “políticos”, além de uma atenção direcionada, existiam também os momentos mais tensionados no sentido de estabelecimento de conflitos.</p> <p>Nos intervalos das atividades, eram distribuídos tickets para as refeições. Durante as refeições, momentos de descontração, conversas informais e paralelas ao encontro preenchiam o refeitório. Durante três dias, fizemos todas as refeições juntos/as, o que contribuiu para criar os vínculos. Nesta construção, relações de afeto e de conflito se faziam presentes, formando um coletivo vivo, permeável e rico.</p> <p>O encontro contou com a participação de aproximadamente 60 jovens.</p>
<p style="text-align: center;">Cenário 2</p> <p style="text-align: center;">10º CONGRESSO NACIONAL DE HIV/AIDS</p> <p>Data: 17 a 20 de novembro de 2015 Local: João Pessoa/PB</p>	<p>O cenário 2 ocorre no Centro de Convenções de João Pessoa, na Paraíba. Na ocasião, acontece o 10º Congresso Brasileiro de HIV/Aids, no qual a RNAJVHA participava com um estande e organização de algumas atividades durante o congresso. O Centro de Convenções impressionava por sua beleza e grandiosidade. Uma estrutura impecável contava com salas amplas e organizadas, material áudio-visual completo, ar condicionado em quase todos os ambientes e cadeiras confortáveis. A organização do evento, patrocinado pelo Ministério da Saúde, contava com múltiplos recursos materiais e estéticos. No primeiro dia do congresso, os/as participantes foram recepcionados/as com distribuição de água de coco e um farto coquetel. Na entrada e saída do evento, ônibus aguardavam os congressistas que haviam ganhado bolsas de participação para traslado até os hotéis.</p> <p>O amplo espaço do Centro de Convenções era dividido em dois grandes pavilhões, sendo que nestes, encontravam-se divididas as atividades do congresso. A divisão se fez clara: no pavilhão com salas, ar condicionado e recursos de mídia, aconteciam as atividades acadêmicas (palestras, rodas de conversa, apresentações de trabalho e outras); No outro pavilhão, um galpão de dimensões extensas deu lugar à chamada “Vila Social”, onde se localizavam os estandes dos movimentos sociais e agências, produtores de artesanato, um estúdio de tatuagem, exposições sobre o HIV e um amplo refeitório. Neste espaço, em uma “praça” formada no centro dos estandes, aconteciam as atividades denominadas bate-papo, apresentação musical, exibição de filmes, cortejo e Chá com as Trans.</p> <p>Neste cenário, o trânsito entre os espaços dificultava uma observação mais sistemática. No estande da RNAJVHA, os/as jovens circulavam em grupos, passavam tempo conversando, distribuíam materiais informativos quando necessário, ou mesmo utilizavam o estande como ponto de encontro. Nas rodas de “bate-papo” sobre temáticas específicas que aconteciam na Vila Social, as rodas mediadas pelos jovens eram feitas em</p>

	<p>contexto informal, com alguns jovens interlocutores sentados em pufes e a plateia sentada no chão. No pavilhão destinado às atividades acadêmicas algumas mesas eram compostas por jovens que discutiam a temática da “juventude vivendo com HIV/Aids”. Por vezes, dividiam espaço de fala com algum representante de órgão governamental ou movimento social. Os jovens da RNAJVHA encontravam-se também como ouvintes das mesas.</p> <p>Neste cenário, a circulação era grande. A fluidez do espaço e os objetivos outros do congresso – que não o encontro dos/as jovens – dificultou a observação mais próxima. Devido também a esta fluidez, não foi possível estimar em observação, o número de jovens presentes no congresso.</p>
<p style="text-align: center;">Cenário 3</p> <p style="text-align: center;">III ENCONTRO DE INCIDÊNCIA POLÍTICA DA RJR +</p> <p>Data: 17 e 18 de setembro de 2016 Local: Rio de Janeiro/RJ</p>	<p>O Encontro de Incidência Política da RJR+ aconteceu no Abrigo Cristo Redentor em Bonsucesso, na Zona Norte do Rio de Janeiro. O abrigo conta com uma ampla área externa, com pavilhões onde os residentes/pacientes são cuidados. Para chegar até o local reservado para as ações da Rede (um dos pavilhões), era necessário atravessar todo o abrigo. Neste trajeto, era possível contato visual com os senhores e senhoras que circulavam pela área externa, em sua grande maioria cadeirantes. Em cada setor, uma pequena sala com televisão antecedia a parte interna dos pavilhões. Nesta sala, principalmente no período da noite, alguns idosos assistiam à programação na TV. Alguns poucos funcionários uniformizados também circulavam pela área externa. Na maior parte do tempo, os/as idosos/as pareciam solitários, com roupas desgastadas, cadeiras de rodas improvisadas e com performances que apontavam diferentes transtornos mentais ou mesmo níveis de senilidade. Alguns eram simpáticos ao passarmos. No instante em que cheguei ao local, sem ter informações sobre para onde deveria me encaminhar, um idoso me chamou e apontou na direção em que eu deveria seguir. Quis confirmar a informação e perguntei “É para lá que estão os jovens?”. Ele fez que sim com a cabeça e continuou apontando para que eu seguisse. Logo encontrei o salão onde seria o encontro da RJR+.</p> <p>No pavilhão do encontro, na ante-sala, duas mesas foram dispostas a fim de localizar o credenciamento dos/as participantes. Sobre a mesa, pastas com materiais informativos sobre HIV/Aids e juventude, assim como preservativos. Ao lado das mesas, uma porta dava entrada para o anfiteatro, onde foram realizadas a maior parte das atividades. O anfiteatro tinha capacidade para aproximadamente 100 pessoas e as instalações eram um pouco precárias, sem muito investimento em manutenção.</p> <p>Do lado oposto ao anfiteatro, passando pela mesa de credenciamento, um corredor levava a outros cômodos. O primeiro era uma pequena copa/cozinha, com uma mesa central e 4 cadeiras ao redor. Nesta mesa, biscoitos, pães, café, água e sucos se acumulavam ao longo do encontro. Neste ambiente, também havia uma geladeira e armários. No mesmo corredor, banheiros femininos e masculinos (rosa e azul). O banheiro feminino, com três cabines, também apresentava sinais de precariedade de cuidados, com aspecto de limpeza parcial. Ao final do corredor, uma sala com mesas de modelo escolar, com cadeiras pequenas ao seu redor. Nesta sala, ampla e mais arejada, eram realizados os momentos de alimentação do encontro.</p> <p>O encontro contou com a participação de aproximadamente 20 pessoas.</p>
<p style="text-align: center;">Cenário 4</p> <p style="text-align: center;">ENCONTRO DE JANEIRO DA RJR+</p> <p>Data: 15 de janeiro de 2017 Local: Rio de Janeiro/RJ</p>	<p>O Encontro de janeiro da RJR+ aconteceu nos jardins do Museu de Arte Moderna (MAM), no Rio de Janeiro. Por ser o primeiro encontro do ano de 2017, os organizadores do encontro criaram uma página do evento no <i>Facebook</i> para convidados/as e confirmações de presença. Fui convidada através desta página por um dos jovens responsável pela coordenação da Rede local. No momento em que realizei a confirmação de presença na página, uma mensagem foi escrita pelo jovem: “Lara Calais confirmou presença! =)”. O cenário do encontro era bastante agradável. Apesar do forte calor que fazia no dia, o sol, o vento e a vista do lugar criavam uma atmosfera leve e descontraída. O jardim encontrava-se bastante movimentado por volta das 10:00hs. Muitas turmas de formandos, de diferentes graduações, tiravam suas fotos de formatura com familiares e artefatos comemorativos. Por conta deste movimento, também muitos trabalhadores informais anunciavam a venda de água, refrigerantes e “sacolê”.</p> <p>O grupo da RJR+ se reuniu sobre algumas cangas, entre elas, um tecido maior, vermelho, formava um semi-círculo. Alguns participantes sentavam-se sobre os tecidos, outros sentavam-se em cadeiras de praia, outros circulavam entre os pequenos grupos que se formavam. O banner com a sigla da RJR+ que, no início fora pendurado em uma árvore, foi fechado após a chegada de mais integrantes. Com o desenvolver do encontro, o grupo se moveu para uma área com maior sombra (pois o sol forte incomodava algumas pessoas) e um círculo mais organizado foi formado. Próximo ao nosso grupo, um outro coletivo de pessoas se agrupava para fazer um piquenique. Ao fundo, o som de uma bateria de escola de samba de um bloco que ensaiava também no jardim, podia ser escutado, mesmo à distância. Mais ao final do encontro, um grupo de dança de rua fazia</p>

	<p>seus ensaios e performances na parte coberta do museu. O encontro contou com a participação de aproximadamente 35 pessoas.</p>
<p>Cenário 5</p> <p>REUNIÃO POLÍTICA DA RJR+</p> <p>Data: 04 de junho de 2017 Local: Rio de Janeiro/RJ</p>	<p>A reunião política da RJR+ aconteceu nos jardins do MAM, no Rio de Janeiro. Ao chegar ao local, caminhei pelo jardim tentando encontrar o grupo de jovens da rede. Após 5 minutos de caminhada, reconheci um dos jovens e me direcionei ao grupo. Desta vez, somente conhecia um deles, o que me chamou atenção para um público diferente nesta reunião. Os cinco participantes presentes encontravam-se sentados sobre pedras que se situam em uma parte do jardim. Sentei-me junto a eles, também sobre uma das pedras e neste momento, disseram que haviam esquecido os tecidos e que estavam aguardando uma participante trazê-los. Senti que o lugar parecia improvisado e não era confortável, pois alguns participantes mudavam de lugar, queixando-se de desconforto ao sentar-se sobre as pedras. Após algum tempo, uma participante chegou com os tecidos, no entanto, como a reunião já havia começado, não houve mudança de lugar. Uma toalha foi colocada na superfície sem pedras e sobre ela, biscoitos e sucos foram distribuídos. Novamente um clima agradável e relaxado se instalou. A medida que a reunião acontecia, os participantes lanchavam. Sobre os/as participantes, dentre os 7 presentes, 4 eram jovens.</p>
<p>Cenário 6</p> <p>VIII ENCONTRO DA REDE NACIONAL DE ADOLESCENTES E JOVENS VIVENDO COM HIV/AIDS</p> <p>Data: 22 a 24 de novembro de 2017 Local: Brasília/DF</p>	<p>O VIII ENAJVHA aconteceu no hotel Kubischek Plaza em Brasília/DF, situado na asa norte do plano piloto. O hotel conta com uma ampla infraestrutura disponível que, durante aqueles dias, recebia outros encontros e congressos que aconteciam de forma concomitante ao evento da Rede. O andar da cobertura estava reservado para as atividades da RNAJVHA, com um amplo espaço e varandas extensas que possibilitavam vista da cidade. O salão onde foi desenvolvida toda a programação do evento era amplo e confortável, o chão era revestido com tapete e as cadeiras dispostas de forma enfileirada voltadas para um grande painel com a logomarca da RNAJVHA e uma tela com projeção das apresentações. Neste encontro, somente em dois momentos a formação das cadeiras foi alterada para o formato de círculo, quando uma representante da UNFPA foi falar sobre direitos sexuais e reprodutivos e ouviu os/as jovens em boa parte de sua exposição; e quando uma mediadora coordenou um momento de “dinâmica”, realizado ao final das atividades do encontro, quando alguns participantes já se organizavam para ir embora da cidade.</p> <p>Uma pessoa responsável pelos equipamentos audiovisuais esteve presente durante as atividades. Do lado de fora do salão, uma recepcionista também acompanhou as atividades, entregando materiais informativos, distribuindo os tíquetes de alimentação e organizando o lanche nos momentos de intervalo entre as ações. Ambos eram funcionários disponibilizados pela organização do hotel. Três elevadores (um deles, panorâmico) levavam os/as participantes aos quartos e aos restaurantes, onde foram realizadas as refeições. Assim como no encontro de 2015, os momentos de refeição eram pontos de maior descontração e circulação dos/as jovens. Nos momentos anteriores às atividades programadas, músicas eram colocadas e alguns jovens dançavam e brincavam entre si. Em geral, a organização do espaço possibilitou uma boa circulação para as atividades, criando uma atmosfera de conforto para as horas de trabalho.</p>

ANEXO 1 – Carta de Formalização da RNAJVHA

Segue abaixo a carta de formalização da RNJVHA encaminhada às coordenações Municipais e Estaduais, ao Programa Nacional de dst/aids e outros setores, construída após a oficialização desta Rede no III ENJVHA.

Rede Nacional de Jovens que Vivem com HIV/AIDS

Nós, jovens que vivemos com HIV/AIDS de todo o Brasil, declaramos: somos uma Rede Nacional de luta incessante pela vida.

Nós, coletivamente, multiplicaremos por cada canto do Brasil e, se as circunstâncias se valerem, para todo o mundo, o engajamento bruto de todo jovem que vive com HIV/AIDS, e também nossa inestimável capacidade de acolher o companheiro diante do medo, da dor e de todo obstáculo.

Nós, mais do que o esforço solitário e individual para impedir que nossos direitos continuem sendo violados, anunciamos que nos unimos para fazer valer a plenitude de nossa cidadania constitucional, e toda forma de liberdade e paz inexprimível pelo homem.

Nós, jovens que vivemos com HIV/AIDS de todo o Brasil, afirmamos que jamais nos curvaremos diante do preconceito ou de qualquer julgamento que pretenda nos reprimir. Somos severamente intolerantes a qualquer forma de discriminação.

Nós jamais encerraremos nossa luta diante da melhoria da qualidade de morte de nossos companheiros, mas reivindicaremos insaciavelmente por todos os espaços que sempre nos foram negados: queremos nossa presença autônoma nas escolas, nas universidades, no mercado de trabalho, nas manifestações sócio-culturais, nos sistemas de saúde, nas agendas dos políticos, nas reuniões que decidem politicamente o rumo de nosso país.

O nosso objetivo é claro e consistente: inserir todo jovem que vive com HIV/AIDS, de forma independente e respeitável, em espaços que o são de direito e vontade, transformando toda a realidade social discriminatória e estigmatizante em uma prática consciente da dignidade, da autonomia e da compreensão para todo jovem que vive com HIV/AIDS. Queremos que todo jovem que vive com HIV/AIDS tenha uma vida em que o vírus HIV não seja, de forma alguma, qualquer tipo de obstáculo para que sua presença seja respeitada. Acima de tudo, queremos que nossa experiência de dor se reverta em presenças que façam a diferença onde estiverem, para que, finalmente, toda pessoa que viva com HIV/AIDS, e todo o mundo, possa acreditar e viver em um pouco mais de amor e paz.

A Rede Nacional de Jovens que Vivem com HIV/AIDS teve sua existência formalizada no III Encontro Nacional de Jovens que Vivem com HIV/AIDS; evento ocorrido em Belo Horizonte, Minas Gerais, do dia 25 de Setembro de 2008 ao dia 28 de Setembro de 2008, organizado pelo Grupo VHIVER. Esta Rede foi legitimada politicamente por jovens que vivem com HIV/AIDS de todo o Brasil diante da presença do Programa Nacional de DST/AIDS, da Coordenadoria Estadual de DST/AIDS do Estado de Minas Gerais, da Coordenadoria Municipal de DST/AIDS de Belo Horizonte, do Ministério da Educação, do UNICEF, do UNFPA, e de adultos que trabalham diretamente com esses jovens.

Pois a nossa diferença é simples:

Em nossas veias circula o sangue puro da força para mudar o mundo.

Rede Nacional de Jovens Vivendo com Hiv/ Aids

ANEXO 2 – REDE NACIONAL DE ADOLESCENTES E JOVENS VIVENDO COM HIV E AIDS

CARTA DE PRINCÍPIOS

Missão

Agrupar, acolher e apoiar adolescentes e jovens vivendo com HIV e AIDS, bem como elaborar e incitar respostas, ações e políticas públicas contra os estigmas e impactos do HIV e AIDS.

Prioridades

- Acolhimento e participação juvenil;
- Sustentabilidade;
- Comunicação;
- Incidência Política.

Objetivo Geral

A RNAJVHA (Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV e AIDS) é uma organização nacional, sem vínculo político, partidário e religioso, constituída por adolescentes e jovens entre 12 e 29 anos, com sorologia positiva para o vírus HIV, atuando na inclusão social, na promoção do biopsicossocial e da participação juvenil de Adolescentes e jovens vivendo com HIV e AIDS (AJVHA) destes, independente do gênero, orientação sexual, credo, raça, cor, etnia, nacionalidade e formas de transmissão.

Objetivos Específicos

A RNAJVHA pretende, em relação aos AJVHA:

- Proporcionar espaço de trocas de experiências, ajuda mútua, estímulo à adesão ao tratamento e melhoria da auto-estima;
- Incentivar e estimular participação juvenil em instâncias de controle social e o exercício da cidadania plena e das suas potencialidades em todas as esferas;
- Estimular o planejamento e a execução de uma trajetória de vida segura e autônoma, promovendo o conhecimento e resgate de sua própria história;
- Fomentar e apoiar iniciativas que garantam o direito a convivência familiar e comunitária respeitosa e livre de qualquer tipo de preconceito;
- Orientar acerca de seus direitos sexuais e reprodutivos em prol da defesa para garanti-los;
- Propor, encaminhar e acompanhar a criação de políticas públicas para o adolescente e o jovem vivendo com HIV e AIDS;
- Incentivar a aplicabilidade dos Direitos Humanos;
- Defender a aplicação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- Identificar e trabalhar as especificidades regionais do país, visando o fortalecimento das redes locais, entendendo e respeitando as diferenças sócio-culturais entre jovens de diferentes estados e regiões.

Critérios para filiação

Para fins de filiação à rede, faz-se necessário o comprometimento comum dos critérios elencados abaixo:

- Ser um adolescente ou jovem de 12 a 29 anos ciente da sua sorologia positiva para o HIV;
- Ser um adolescente ou jovem de 15 a 29 anos convivendo com HIV: relacionamento familiar ou afetivo com pessoa vivendo com HIV e AIDS e/ou engajamento político e/ou social na área de juventude vivendo com HIV e AIDS;
- A atuação de adultos é possível desde que convidado(a) por um(a) representante dos 3 espaços de organização da RNAJVHA para ações pontuais, não interferindo no processo de decisão e participação juvenil.

Modelos de Representação

Entende-se como Representação, as pessoas eleitas por um coletivo com o intuito apenas de representar a Rede em seus respectivos espaços de organização (Estadual, Regional e Nacional), independente de sua opinião pessoal, salvo casos emergenciais onde o Representante pode ter poder decisório, uma vez que há comprovação do caráter emergencial através de e-mails no âmbito de debate político da Rede, o E-grupo.

Os representantes nacional, regionais e espaços representativos (i.e. CAMS, CONJUVE, GT UNAIDS, CNAIDS e GGF) serão eleitos através de plenária presencial para mandatos de 2 anos, prorrogáveis por mais 2 anos. As eleições ocorrerão em encontros nacionais com ocorrência em anos ímpares. Em caso de abandono representativo o E-grupo será realizado uma nova votação.

As eleições para representações estaduais serão pautadas através do regimento interno da Rede Estadual a fim de não intervir na autonomia e fortalecimento das bases. Cabe ao Representante Regional o conhecimento das especificidades de sua região e auxiliar no processo eletivo dos Estados.

Adultos e adolescentes e jovens convivendo não possuem poder de voto assim como é inexistente a possibilidade de representação.

Abrangência

A Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV e AIDS abrange todo o território brasileiro buscando agrupar, acolher e apoiar todos os adolescentes e jovens vivendo com HIV e AIDS.

Espaços de Comunicação Efetiva

Redes Sociais

- Para fins de plenária virtual (i.e. decisões coletivas, plebiscitos, entre outros) faz-se presente a ferramenta do E-grupo onde não serão aceitos e-mails que retratam assuntos interpessoais, de entretenimento ou outros assuntos divergentes da temática

política. Faz-se necessário que os membros estejam engajados em políticas locais de base para juventude e HIV juntos a Movimentos Sociais e/ou OSC's;

- Para fins de acolhimento (i.e. demonstração de amizade, fortalecimento de laços afetivos, entretenimento, entre outros) fazem-se presentes as ferramentas do **Facebook** em forma de grupo e perfil, e o **Blog** da RNAJVHA, **Twitter** e outros, para fins de entrosamento e interatividade;
- Para fins informativos e organizacionais (i.e. exposição de documentos, histórico, ações e metas, entre outros) faz-se presente a figura do **Website**.

A Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo Com HIV e AIDS firma a presente carta de princípios como legítima, vigente até o próximo encontro nacional ou a *posteriori* quando solicitada uma vez que esta é válida pelo período de dois anos.

Leia mais: <http://jovenspositivosbrasil.webnode.com.br/carta-de-principios/>

Crie seu site grátis: <http://www.webnode.com.br>